



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 055 - QUARTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)
Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

<p> Maioria (PMDB/PP) - 19 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Mário Couto - PSDB¹ Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antônio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>
<p>PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p>PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p>PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

¹ Senador Mário Couto indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2009, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 8 de maio de 2008.

EXPEDIENTE

<p>José Alexandre Lima Gazineo Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 111 a 143, de 2009	13309
2 – ATA DA 60ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 28 DE ABRIL DE 2009	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Leitura de requerimento	
Nº 468, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, <i>solicitando que aos Projetos de Lei do Senado nºs 315 e 316, de 2008, que já tramitam em conjunto, seja apensado o Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.</i>	13321
2.2.2 – Comunicações da Presidência	
Arquivamento definitivo do Projeto de Decreto Legislativo nº 952, de 2003, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2004, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto.....	13321
Lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o centenário de nascimento de Dom Helder Câmara, de acordo com os Requerimentos nºs 14, 15, 16, 253 e 419, de 2009, dos Senadores Inácio Arruda, Tasso Jereissati, Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, e esclarecimento de que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.	13321
Término do prazo, ontem, sem interposição do recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nº 263, 277, 278 e 288, de 2008, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	13321
2.2.3 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, que <i>altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para destinar recursos para os Programas Educacionais de Resistência às Drogas e à Violência, mantidos pelos governos estaduais.</i>	13321
Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que <i>acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para conceder isenção de pedágio em rodovias federais aos veículos que especifica.....</i>	13324
2.2.4 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição	
Nº 11, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Marconi Perillo, que <i>institui as agências reguladoras e as agências executivas e define os princípios normativos aplicáveis à organização, funcionamento e controle dessas entidades.</i>	13324
Nº 12, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que <i>altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios dos benefícios tributários e reduções temporárias de alíquotas concedidas pela União, relativos aos impostos referidos nos incisos I e II desse artigo.....</i>	13332
2.2.5 – Comunicação	
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, comunicando que o Partido cede ao PCdoB, vaga de suplente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Ofício nº 109/09, de 27 do corrente).	13337
2.2.6 – Discurso do Expediente	
SENADOR PAULO PAIM – Apoio a movimento que reivindica, em prol do setor exportador brasileiro, solução para litígios sobre o chamado Crédito-Prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. Realização hoje, em Porto Alegre/RS, do Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador. Defesa da rejeição, pelo Congresso Nacional, de três vetos presidenciais, cuja apreciação encontra-se prevista para hoje.....	13337
2.2.7 – Comunicações da Presidência	
Lembrança de que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, dia 28, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais e que as cédulas de votação encontram-se à disposição dos Senhores Parlamentares nos gabinetes das Lideranças Partidárias.....	13341
Convocação de sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 9 de junho	

do corrente, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o centésimo quadragésimo quarto aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha.	13341	concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando os dispositivos legais que menciona. (proveniente da Medida Provisória nº 449, de 2008. Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã).....	13369
2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)		2.3.3 – Fala da Presidência	
SENADORA IDELI SALVATTI – Análise do surto de gripe que assusta o mundo.	13341	Adiamento da Sessão Conjunta do Congresso Nacional prevista para hoje, destinada à apreciação de vetos presidenciais, para o próximo dia 6 de maio.	13369
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Reivindicação de que o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC inclua em seus investimentos o avanço dos trilhos da ferrovia Ferronorte até Cuiabá/MT, a fim de facilitar as exportações do Estado.	13344	2.3.4 – Item 27	
SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Relato de visita feita por S. Ex ^a . a dez municípios do Estado do Pará. Críticas ao voto presidencial a projeto de autoria do Senador Paulo Paim, em defesa dos aposentados.	13346	Requerimento nº 388, de 2009, do Senador Alvaro Dias, <i>solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 63, de 2004; 12, de 2006; 105, de 2007; e 64, de 2008; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 241, de 2002; 45, 63, 166 e 445, de 2003; 111, de 2004; 174, 295, 327, 328 e 375, de 2005; 101 e 309, de 2006; e 706, de 2007, para que retomem sua tramitação autônoma. Aprovado.</i>	13377
SENADOR PAPALÉO PAES – Manifestação pela rejeição de voto presidencial a projeto de interesse dos aposentados e favorável ao voto aberto do parlamentar em apreciação de voto presidencial.....	13349	2.3.5 – Apreciação de matéria	
SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Ponderações sobre a relação da sociedade e do estado brasileiro com a população indígena, por ocasião do recente transcurso do Dia do Índio, em 19 de abril. Registro da assinatura, pelas Secretarias de Educação e de Cultura, do Distrito Federal, de um acordo de cooperação que prevê a introdução da cultura indígena na educação básica do Distrito Federal.	13353	Requerimento nº 465, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, que <i>requer, nos termos dos arts. 50, § 2º, e 71, VII, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União para subsidiar a fiscalização, pelo Senado Federal, da destinação e regular aplicação de recursos públicos, conforme estabelece o art. 49, inciso X, da Constituição Federal. Aprovado.</i>	13377
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Reflexão sobre o provável adiamento das metas de combate à pobreza nos Países latino-americanos.	13358	2.3.6 – Comunicação da Presidência	
SENADOR DELCÍDIO AMARAL, como Líder – Homenagem pelo transcurso, amanhã, dos 36 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Anúncio do lançamento da obra da Sul Fronteira, na cidade de Ponta Porã/MS. Registro da aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos, do relatório da Subcomissão de Marcos Regulatórios, que teve S. Ex ^a . como presidente.	13360	Designação dos Senadores Eliseu Resende e Fernando Collor como relatores revisores dos Projetos de Lei de Conversão ns 5 e 6, de 2009, respectivamente.....	13377
2.3 – ORDEM DO DIA		2.3.7 Matérias não apreciadas	
2.3.1 – Item extrapauta		Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.	13377
Mensagem nº 45, de 2009 (nº 161/2009, na origem), pela qual o Sr. Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia. Aprovado o Parecer nº 306, de 2009-CRE (votação nominal).	13362	2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.3.2 Item 1		2.4.1 – Discursos	
Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2009, que altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários;		SENADOR EXPEDITO JÚNIOR – Apoio às reivindicações do Estado do Maranhão, afetado pela calamidade pública das enchentes. A questão da transposição dos servidores públicos do Estado de Rondônia. Considerações sobre o pleito dos posseiros da Reserva de Bom Futeiro, em Rondônia.....	13384
		SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Voto de pesar pelo falecimento do ex- Deputado Estadual Francisco Seráfico Dantas.....	13386
		2.4.2 – Leitura de requerimentos	
		Nº 469, de 2009, de autoria do Senador José Agripino e outros Srs. Senadores, <i>solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-deputado estadual Francisco Seráfico Dantas.</i>	13386

Nº 470, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, <i>solicitando audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, para melhor avaliação da proposta contida no Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2004.</i>	13386	sentido de atender à população de Altamira e outros municípios do Pará, atingidas pelo aumento das águas. Considerações sobre Proposta de Emenda à Constituição, que altera o art. 159 da Carta Magna.....	13401
Nº 471, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, <i>solicitando voto de pesar ao Grupo Criogênese de Pesquisa e aos familiares do Dr. Humberto Cerruti Filho, recentemente falecido.</i>	13386	SENADOR FLÁVIO ARNS – Leitura de informativo da comunidade espírita denominada Mundo Espírita, intitulado “Impressionante Despoimento”.....	13404
Nº 472, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, <i>solicitando informações ao Ministro das Relações Exteriores.</i>	13386	SENADOR JAYME CAMPOS – Comunicação de audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com representantes do Governo e da sociedade civil, sobre a Medida Provisória 458, de 2009.....	13405
Nº 473, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, <i>solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2009, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.</i>	13387	SENADORA ROSALBA CIARLINI – Reflexão sobre explanação ocorrida hoje na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, feita pelo Ministro da Educação, a respeito dos avanços da educação no País. Preocupação com o risco de uma pandemia de gripe suína no Brasil e com as chuvas que assolam o Estado do Rio Grande do Norte.....	13407
Nº 474, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, <i>solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 260 e 466, de 2003; 206, 251 e 333, de 2005, para que tenham tramitação autônoma.</i>	13387	SENADOR MÃO SANTA – Louvor ao otimismo do Presidente Lula, apesar dos problemas dos aposentados e das calamidades que assolam diversos estados do Brasil, especialmente o Piauí.....	13409
2.4.3 – Discursos (continuação)	13387	SENADOR JOÃO PEDRO – Comentários sobre a visita do Presidente Lula ao Amazonas, nesta semana.	13411
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Associação ao voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Francisco Seráfico Dantas. Importância de o Congresso Nacional apreciar os vetos presidenciais.	13388	2.4.4 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR EFRAIM MORAIS – Manifestação sobre a questão da apreciação dos vetos presidenciais. Satisfação com a aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos, hoje, de projeto de lei de autoria de S. Ex ^a , que dispõe sobre o desconto progressivo do Imposto de Renda aos aposentados e pensionistas, em função da idade.	13389	SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro do Plano de Aplicação de Recursos do Banco da Amazônia, referente ao ano de 2009, montado especialmente para o Estado de Roraima.....	13414
SENADOR MARCELO CRIVELLA – Homenagem pelo transcurso dos 61 anos do Estado de Israel. Repúdio a declarações do Presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad a respeito do Holocausto.	13392	2.4.5 – Comunicação da Presidência	
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre a questão da corrupção nas prioridades das políticas públicas.	13395	Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 29, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	13415
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Registro de visita do oficial-aviador Fernando Peixoto ao gabinete de S. Ex ^a , que requer o benefício de anistiado político. Registro dos números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sobre o desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do País. Considerações sobre a exploração política da doença da Ministra Dilma Rousseff.....	13398	2.5 – ENCERRAMENTO	
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Relato da satisfação de S. Ex ^a ao visitar recentemente diversos municípios do Pará. Apelo ao Governo Federal no		3 – EMENDAS	
		Nos. 1 a 5, apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2009.....	13420
		4 – ATAS DE COMISSÕES	
		Ata da 24 ^a Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 201, de 2007, realizada em 7 de abril de 2009 (CPI – ONGs).....	13426
		Ata da 25 ^a Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 201, de 2007, realizada em 14 de abril de 2009 (CPI – ONGs).....	13435
		Ata da 37 ^a Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200, de 2008, realizada em 19 de março de 2009 (CPI – Pedofilia).....	13439

5 – ATOS ADMINISTRATIVOS	
5.1 – Atos do Diretor-Geral	
Nºs 1.686, 1.687 e 1.735, de 2009.	13440
6 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL	
Agenda cumprida pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, no dia 28.04.2009.....	13442
<u>SENADO FEDERAL</u>	
7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
CE – Comissão de Educação	
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) (Lei nº 9.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 111, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Primavera do Leste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 147, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Primavera do Leste para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 112, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à Genoa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Siqueira Campos, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 535, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Genoa FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Siqueira Campos, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 113, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vale do Laranjinha de Ribeirão do Pinhal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 433, de 24 de julho de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Vale do Laranjinha de Ribeirão do Pinhal para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 114, DE 2009

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Três de Maio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Imbituva, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de abril de 2008, que outorga concessão à Rádio Três de Maio Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Imbituva, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 115, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Vale do Prata para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Landri Sales, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 144, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Vale do Prata para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Landri Sales, Estado do Piauí.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 116, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Janduís – RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Janduís, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 710, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Janduís – RN para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Janduís, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 117, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Cabedelo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabedelo, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 551, de 5 de novembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Cabedelo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabedelo, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 118, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Garota FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 456, de 17 de agosto de 2007, que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Garota FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 119, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Santanense – ACS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana de Seridó, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 253, de 29 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Santanense – ACS para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana de Seridó, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 120, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Guaraema FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 345, de 13 de setembro de 2004, que outorga permissão à Rádio Guaraema FM Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 121, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feijó, Estado do Acre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 174, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio e TV Maíra Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feijó, Estado do Acre.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 122, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Frizzo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salgado Filho, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 531, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Sistema de Comunicação Frizzo Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salgado Filho, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 123, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos 72 Discípulos de Cuité – PB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuité, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 243, de 28 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária dos 72 Discípulos de Cuité – PB para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuité, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 124, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acajutiba, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 350, de 28 de junho de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acajutiba, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 125, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Satélite FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 868, de 24 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Satélite FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 126, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Módulo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buri, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 161, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Módulo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buri, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 127, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Norte Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 227, de 28 de maio de 2007, que outorga permissão à Rádio FM Norte Pioneira Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 128, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Guaramano Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 386, de 13 de julho de 2007, que outorga permissão à Rádio Guaramano Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 129, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Excelsior para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 256, de 29 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Excelsior para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 130, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Princesa de Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juruena, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 513, de 13 de setembro de 2007, que outorga autorização à Associação Princesa de Rádio Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juruena, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 131, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Coronel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 444, de 9 de agosto de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Coronel para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 132, DE 2009

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aurora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de dezembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Aurora Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 133, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Jardim América de Desenvolvimento e Assistência Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 312, de 19 de junho de 2007, que outorga autorização à Associação Jardim América de Desenvolvimento e Assistência Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 134, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária “União e Paz” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 400, de 24 de julho de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária “União e Paz” para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 135, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Três Rios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacequi, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 418, de 4 de setembro de 2006, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Três Rios para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacequi, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 136, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Diplomata Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 221, de 28 de maio de 2007, que outorga permissão à Rádio Diplomata Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 137, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Residencial Rubem Berta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 714, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Residencial Rubem Berta para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 138, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Conselho Comunitário Todas as Artes – COARTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 754, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Conselho Comunitário Todas as Artes – COARTE para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 139, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratinga, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 760, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratinga, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 140, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa Bageense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 123, de 11 de abril de 2007, que outorga permissão à Empresa Bageense de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 141, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Relvado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Relvado, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 655, de 21 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Relvado para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Relvado, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 142, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à Estação Plaza Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 966, de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à Estação Plaza Rádio FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 143, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à CPR Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 192, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à CPR Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 60^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de Abril de 2009

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs: José Sarney, Marconi Perillo, da Sra. Serys Slhessarenko, dos Srs. Mão Santa, Antonio Carlos Valadares e Expedito Júnior

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 21 horas e 10 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 28/4/2009 07:38:04 até 28/4/2009 21:17:36

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 67 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 468, DE 2009

Nos termos do art. 258 do RISF, requeiro que ao Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2008, e ao Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2008, que já tramitam em conjunto, seja apensado o Projeto de Lei nº 420, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2009. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

(À Mesa para a decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será encaminhado à Mesa, para decisão.

A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo das seguintes matérias:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 952, de 2003, de autoria do Senador Valdir Raupp e outros senhores Senadores, que *propõe convocação de plebiscito sobre adoção ou rejeição definitiva do horário de verão no Brasil*; e
- Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que dá nova redação ao art. 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, para permitir a apresentação de candidatos sem filiação partidária às eleições majoritárias.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o centenário de nascimento de Dom Helder Câmara, de acordo com os Requerimentos nºs 14, 15, 16, 253 e 419, de 2009, dos Senadores Inácio Arruda, Tasso Jereissati, Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no

art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui o “Dia Nacional do Sistema Braille”;
- Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que institui o Dia Nacional da Aqüicultura;
- Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Ministério da Educação, o Programa Cesta Básica do Livro, para garantir um acervo mínimo de livros às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio; e
- Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, os Projetos de Lei do Senado vão à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 164, DE 2009

Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para destinar recursos para os Programas Educacionais de Resistência às Drogas e à Violência, mantidos pelos governos estaduais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 4º

.....
VI – Programas Educacionais de Resistência às Drogas e à Violência PROERD, mantidos pelos governos estaduais.

§ 1º Os projetos serão examinados e aprovados pelo Conselho Gestor, cabendo à destinação do item VI, no mínimo, dez por cento dos recursos do FNSP.

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor no exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

Justificação

O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), foi instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, com o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência. Essa lei prevê que o FNSP apoiará projetos destinados, dentre outros, a programas de prevenção ao delito e à violência, inclusive por meio de convênios com estados e municípios.

É conhecido o fato de que o problema da violência, não só nos grandes centros urbanos, mas também nos médios e pequenos, está relacionado ao aumento do uso e do tráfico de drogas ilícitas. Também é conhecido o fato de que a simples repressão policial tem-se mostrado ineficaz, levando alguns ao ponto de propor soluções opostas e extremas, como a da descriminação ou a da legalização do consumo.

Neste momento em que se busca inovar no enfrentamento do problema em razão da ineficácia dos métodos tradicionais, é de suma importância investir em programas que estão dando certo.

O Proerd é, provavelmente, o melhor deles, mas opera com acanhamento franciscano. Sua metodologia passa pela capacitação de policiais militares no sentido de aprofundar suas relações com adolescentes e jovens no ambiente escolar, com vista a granjear a confiança recíproca.

Nos projetos conhecidos, observa-se alguns aspectos fundamentais como o despertar da curiosidade e a descontração do público alvo, de forma que se chega a conhecer todas as implicações e a extensão do problema.

Entendemos que, se a população mais jovem esclarecida, por meio de programas educacionais eficientes, ilícitas certamente não avançará, devendo mesmo retroceder, em for devidamente o uso de drogas em nossa sociedade.

Nesse sentido, propomos que pelo menos dez por cento dos recursos do FNSP seja destinada aos Programas Educacionais de Resistência às Drogas e à Violência, mantidos pelos governos estaduais, por meio de suas Polícias Militares.

Solicitamos, portanto, o apoio de nossos ilustres Pares no curso de sua tramitação nesta Casa.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2009. – Senador **Valter Pereira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.201, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001

Conversão da MPV nº 2.120-9, de 2001

Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras provisões.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 2.120-9, de 2001, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, com o objetivo de apoiar projetos de responsabilidade dos governos dos estados e do Distrito Federal, na área de segurança pública, e dos municípios, onde haja guardas municipais.

Parágrafo único. O FNSP poderá apoiar, também, projetos sociais de prevenção à violência, desde que enquadrados no Plano Nacional de Segurança Pública e recomendados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República ao Conselho Gestor do Fundo.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, com o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal. (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

Parágrafo único. (revogado). (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

Art. 2º Constituem recursos do FNSP:

I – os consignados na Lei Orçamentária Anual e nos seus créditos adicionais;

II – as doações, auxílios e subvenções de entidades públicas ou privadas;

III – os decorrentes de empréstimo;

IV – as receitas decorrentes das aplicações de seus recursos orçamentários e extraorçamentários, observada a legislação aplicável; e

V – outras receitas.

Art. 3º O FNSP será administrado por um Conselho Gestor, com a seguinte composição:

I – dois representantes do Ministério da Justiça, um dos quais será o seu presidente;

II – um representante de cada órgão a seguir indicado:

a) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

b) Casa Civil da Presidência da República;

c) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

d) Procuradoria-Geral da República.

Parágrafo único. As decisões do Conselho Gestor serão aprovadas pelo Ministro de Estado da Justiça.

Art. 4º O FNSP apoiará projetos na área de segurança pública, destinados, dentre outros, a:

I – reequipamento das polícias estaduais;

II – treinamento e qualificação de polícias civis e militares e de guardas municipais;

III – sistemas de informações e estatísticas policiais;

IV – programas de polícia comunitária; e

V – polícia técnica e científica.

Art. 4º O FNSP apoiará projetos na área de segurança pública destinados, dentre outros, a: (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

I – reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais; (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

II – sistemas de informações, de inteligência e investigação, bem como de estatísticas policiais; (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

III – estruturação e modernização da polícia técnica e científica; (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

IV – programas de polícia comunitária; e (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

V – programas de prevenção ao delito e à violência. (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

§ 1º Os projetos serão examinados e aprovados pelo Conselho Gestor.

§ 2º Na avaliação dos projetos, o Conselho Gestor priorizará, dentre outros aspectos, o ente federado ou Município que se comprometer com os seguintes resultados:

I – redução do índice de criminalidade;

II – aumento do índice de apuração de crimes sancionados com pena de reclusão;

III – desenvolvimento de ações integradas das polícias civil e militar; e

IV – aperfeiçoamento do contingente policial ou da guarda municipal, em prazo pré-estabelecido.

§ 3º Só terão acesso aos recursos do FNSP o ente federado que tenha instituído, em seu âmbito, plano de segurança pública, ou o Município que mantenha guarda municipal, visando à obtenção dos resultados a que se refere o parágrafo anterior.

§ 2º Na avaliação dos projetos, o Conselho Gestor priorizará o ente federado que se comprometer com os seguintes resultados: (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

I – realização de diagnóstico dos problemas de segurança pública e apresentação das respectivas soluções; (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

II – desenvolvimento de ações integradas dos diversos órgãos de segurança pública; (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

III – qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e das guardas municipais; (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

IV – redução da corrupção e violência policiais; (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

V – redução da criminalidade e insegurança pública; e (Incluído pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

VI – repressão ao crime organizado. (Incluído pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

§ 3º Terão acesso aos recursos do FNSP: (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

I – o ente federado que tenha instituído, em seu âmbito, plano de segurança pública; e (Incluído pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

II – o Município que mantenha guarda municipal ou realize ações de policiamento comunitário ou, ainda, implante Conselho de Segurança Pública, visando à obtenção dos resultados a que se refere o § 2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

§ 4º Os projetos habilitados a receber recursos do FNSP não poderão ter prazo superior a dois anos.

§ 5º Os recursos do FNSP poderão ser aplicados diretamente pela União ou repassados mediante convênios, acordos, ajustes ou qualquer outra modalidade estabelecida em lei, que se enquadre nos objetivos fixados neste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

Art. 5º Os entes federados e os Municípios, no que couber, beneficiados com recursos do FNSP prestarão, periodicamente, ao Conselho Gestor, informações, em planilha própria, sobre o desempenho de suas ações de segurança pública, especialmente quanto ao treinamento, controles e resultados.

Art. 5º Os entes federados beneficiados com recursos do FNSP prestarão ao Conselho Gestor e à Secretaria Nacional de Segurança Pública informa-

ções sobre o desempenho de suas ações na área da segurança pública. (Redação dada pela Lei nº 10.746, de 10-10-2003)

Art. 6º As vedações temporárias, de qualquer natureza, constantes de lei não incidirão na transferência voluntária de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados aos Municípios, destinados a garantir a segurança pública, a execução da Lei Penal, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem assim a manutenção do sistema penitenciário.

Art. 7º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.120-8, de 27 de dezembro de 2000.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 14 de fevereiro de 2001. – 180º da Independência e 113º da República. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 16-2-2001.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 165, DE 2009

Acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para conceder isenção de pedágio em rodovias federais aos veículos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A Os veículos isentos de pagamento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), conforme o inciso IV do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, quando conduzidos por seus respectivos proprietários, ou seu representante legal, estarão isentados do pagamento de pedágios em rodovias federais.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Estado deve garantir a plena cidadania de todos os brasileiros, independentemente de sua raça, credo ou condição física. Entretanto, há de se reconhecer que, devido às dificuldades impostas por sua própria condição – somadas ao preconceito que sofrem –, as pessoas com deficiência acabam por receber meno-

res salários que os demais cidadãos. Nesse sentido, é importante que as políticas públicas possam ajudar a minorar essa distorção.

Seguindo tal raciocínio, foi editada a Lei nº 8.989, de 1995, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos automotores por pessoas com deficiência.

Nessa mesma linha, estamos apresentando essa proposição para que os beneficiados com a isenção de IPI na aquisição de seus veículos, também possam usufruir do benefício econômico advindo da isenção do pagamento de pedágio em rodovias federais. Assim, acreditamos que estaremos ajudando a promover um Brasil mais justo e menos desigual, razão pela qual solicitamos o voto de aprovação dos nobres Senadores.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2009. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989

.....

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no **caput** deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I – na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicas e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

II – na área da saúde:

a) a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência;

b) o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidente do trabalho e de trânsito, e de tratamento adequado a suas vítimas;

c) a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação;

d) a garantia de acesso das pessoas portadoras de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicas e privados, e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;

e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado;

f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas portadoras de deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejam a integração social;

III – na área da formação profissional e do trabalho:

a) o apoio governamental à formação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;

b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;

c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas portadoras de deficiência;

d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência;

IV – na área de recursos humanos:

a) a formação de professores de nível médio para a Educação Especial, de técnicos de nível mé-

dio especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores para formação profissional;

b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiências;

c) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência;

V – na área das edificações:

a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

LEI N° 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995

Art. 1º Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por:

I – motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);

II – motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros (táxi), impedidos de continuar exercendo essa atividade em virtude de destruição completa, furto ou roubo do veículo, desde que destinem o veículo adquirido à utilização na categoria de aluguel (táxi);

III – cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), desde que tais veículos se destinem à utilização nessa atividade;

IV – pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal;

V – (vetado)

§ 1º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triplexia, hemiplegia, hemiparesia,

amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

§ 2º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 200, ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

§ 3º Na hipótese do inciso IV, os automóveis de passageiros a que se refere o **caput** serão adquiridos diretamente pelas pessoas que tenham plena capacidade jurídica e, no caso dos interditos, pelos curadores.

§ 4º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, nos termos da legislação em vigor e o Ministério da Saúde definirão em ato conjunto os conceitos de pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, e estabelecerão as normas e requisitos para emissão dos laudos de avaliação delas.

§ 5º Os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago, em razão da isenção de que trata este artigo.

§ 6º A exigência para aquisição de automóveis equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão não se aplica aos portadores de deficiência de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo.

(Às Comissões de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os projetos lidos vão à publicação e serão encaminhados às comissões competentes.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2009

Institui as agências reguladoras e as agências executivas e define os princípios normativos aplicáveis à organização, funcionamento e controle dessas entidades.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e diretores de agências reguladoras, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

..... (NR)
Art. 52.

III –
f) diretores das agências reguladoras;
g) titulares de outros cargos que a lei determinar;

XVI – nomear os diretores das agências reguladoras, caso o Presidente da República não exerça sua competência para indicá-los até 90 (noventa) dias antes da data da vacância dos cargos;

XVII – o prazo de que trata o inciso XVI deste artigo terá sua contagem reiniciada, caso o Senado Federal recuse a indicação feita pelo Presidente da República.

..... (NR)
Art. 84.

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central, os diretores das agências reguladoras e outros servidores, quando determinado em lei;

..... (NR)
Art. 108.
I –

f) as causas em que sejam parte as agências reguladoras e que tenham por objeto questão de natureza regulatória pertinente à atividade econômica ou ao serviço público de atribuição da agência.

..... (NR)
Art. 174-A As funções estatais referidas no art. 174 poderão ser desempenhadas por meio de agências reguladoras ou agências executivas.

§ 1º A agência reguladora é organizada sob a forma de autarquia de regime especial e terá sua criação, atribuições, organização e funcionamento definidos em lei.

§ 2º A agência executiva é organizada sob a forma de autarquia, criada por lei, e sua atuação subordina-se ao cumprimento de metas de gestão estipuladas pelo Poder Executivo.

§ 3º Lei complementar definirá:

I – os princípios normativos aplicáveis à organização, ao funcionamento e ao controle das agências reguladoras e executivas;

II – o regime autárquico especial a que se submetem as agências reguladoras;

III – os setores da atividade econômica e os serviços públicos a serem exclusivamente coordenados por agências reguladoras;

IV – a forma de fiscalização, pelo Poder Legislativo, da atuação das agências reguladoras como entes disciplinadores de atividades econômicas e de serviços públicos.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As agências reguladoras constituem um novo tipo de ente estatal criado no Brasil em meados da década de 1990, logo após a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei de Concessão de Serviços Públicos (Lei nº 8.987, de 1995), que regulamentou o art. 175 da Constituição Federal. A presença das agências tornou-se indispensável para tornar possível a concessão, a agentes privados, do direito de atuar na prestação de serviços públicos, tais como energia elétrica, telefonia, transportes, exploração de petróleo e outros.

Na esteira desse movimento, à mesma época, foram idealizadas as agências executivas, uma tentativa de dar mais agilidade a determinados organismos do Poder Executivo. Esses órgãos teriam mais liberdade de ação mediante a assinatura de contratos de gestão com o Governo, por meio dos quais assumiriam o compromisso de atingir determinadas metas, estabelecidas no contrato. Em contrapartida, passavam a usufruir de maior autonomia de gestão. Entretanto, com exceção da Agência Nacional de Telecomunicações e da Agência Nacional do Petróleo (arts. 21, inciso XI, e 177, § 2º, inciso III), nem as agências reguladoras nem as executivas foram incluídas no texto constitucional.

Passados cerca de dez anos, as regras de funcionamento das agências reguladoras, entidades típicas de Estado, precisam ser aperfeiçoadas, tanto para preservar sua autonomia e independência, imprescin-

díveis ao seu bom funcionamento, quanto para suprir lacunas e corrigir problemas evidenciados ao longo dessa primeira década de experiência.

De início, é preciso inserir na Constituição a previsão da existência desses órgãos, dadas as suas peculiaridades. É o que se busca fazer por meio desta Proposta de Emenda, que também prevê a necessidade de Lei Complementar para fixar os princípios normativos aplicáveis à organização, ao funcionamento e ao controle das agências reguladoras e executivas, assim como para definir os setores da atividade econômica e os serviços públicos a serem coordenados por agências reguladoras.

É também conveniente que as atividades das agências reguladoras sejam controladas pelo Poder Legislativo, sem prejuízo, é claro, das atribuições de outros órgãos estatais e do Poder Judiciário. Decorre essa idéia do fato de as agências reguladoras serem entidades de Estado, incumbidas da implementação de políticas públicas firmadas em lei pelo Congresso Nacional. Assim, fiscalizar a atuação das agências, no que diz respeito à implementação das políticas públicas, é função que deve necessariamente integrar as competências do Congresso Nacional.

Se a atividade reguladora das agências é inerente à execução das políticas públicas a elas confiadas, nada mais adequado que elas, como órgãos de Estado, prestem contas ao Congresso Nacional. Da mesma forma, é preciso assegurar à Câmara e ao Senado, e a qualquer de suas Comissões, a possibilidade de convocar dirigentes das agências para prestar informações sobre os assuntos de sua atribuição, o que também se inclui nesta Proposta de Emenda.

Não menos importante é explicitar na Constituição o processo de indicação, sabatina e nomeação dos dirigentes dessas entidades, bem como a garantia de que isso seja feito com a antecedência necessária, além de transferir ao Senado a responsabilidade de nomeá-los quando a indicação do Presidente da República não ocorrer até 90 dias antes da vacância do cargo a ser preenchido. A medida tem o evidente objetivo de evitar vacância nos cargos de direção e a consequente paralisação das agências.

Finalmente, propõe-se que as causas referentes a assuntos regulatórios de competência das agências reguladoras somente possam ser questionadas nos Tribunais Regionais Federais, dada a sua importância normativa e a sua complexidade.

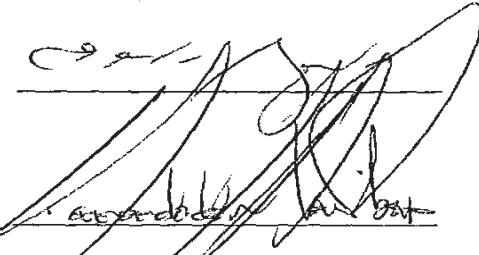
O julgamento dessas questões pressupõe conhecimento mais aprofundado de assuntos regulatórios complexos, o que não é razoável esperar dos juízos de primeiro grau, já asoberbados por um sem-número de causas a julgar. Liminares concedidas sem o ade-

quando conhecimento dos assuntos em questão podem paralisar ações importantes e urgentes, de interesse público, com graves prejuízos para o País. Guindar esse tipo de assunto ao segundo grau de jurisdição permitirá que as autoridades judiciais adquiram a necessária capacitação na matéria, o que as tomará aptas a decidir melhor sobre as causas de natureza regulatória.

Por todo o exposto, peço aos meus nobres pares seu imprescindível apoio à aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição, na certeza de, com essa iniciativa, estar contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2009. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB – GO.

ASSINATURAS:

Jair Bolsonaro

alexandreson@senado.gov.br

Fábio Medina

en. Jair Bolsonaro

Guilherme

Jair Bolsonaro

Jair Bolsonaro

Jair Bolsonaro

Sen. Lenícola Vicentini

Eduardo Azeredo

Felix Ribeiro

Mário Amorim

Cícero Nogueira

Guilherme

Sen. Efraim

Sen. Garibaldi

Jair Bolsonaro

Delegados Delegados
JUANIO CARLOS JUNIOR (MWB)

Gervásio Sen. Gervásio

Sen. Gervásio

DEMÓSTENES TORRES

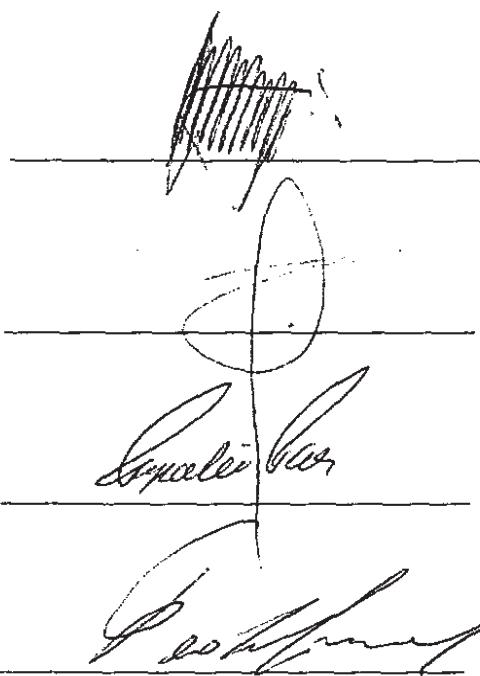
WILLIAM Flávio Arns

Adelmir SANTANA

GERALDO MESQUITA DR

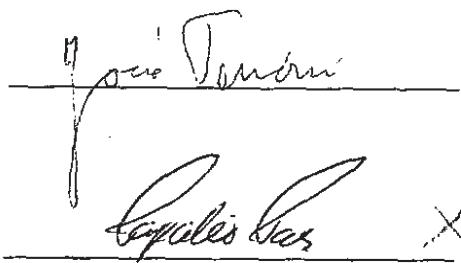
Wltemans

Maria Senna



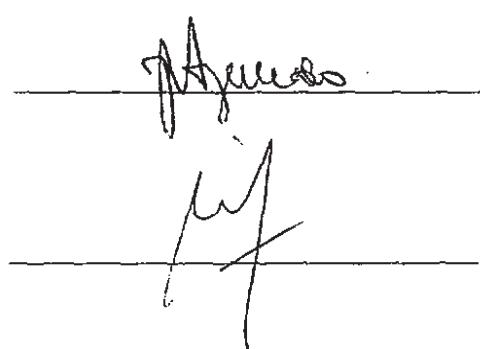
José Serra

Sen. Valdir Raupp



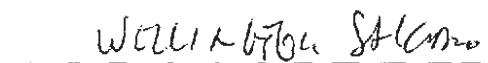
José Serra

Sen. Pedro Simon



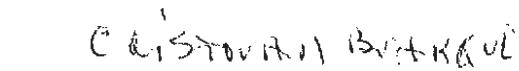
José Serra

Sen. José Serra

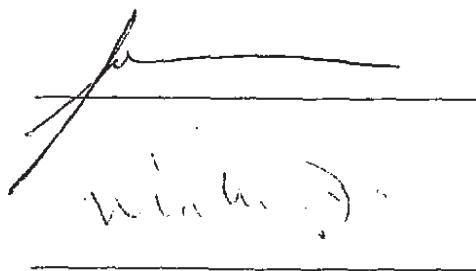


José Serra

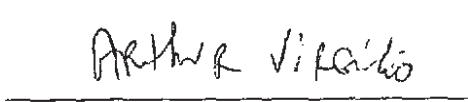
Sen. Gim



José Serra



Sen. Gim



Arthur Viana

Arthur Viana

LEGISLAÇÃO CITADA

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) presidente e diretores do Banco Central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I – nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI – dispor, mediante decreto, sobre

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreitar seus representantes diplomáticos;

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX – decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X – decretar e executar a intervenção federal;

XI – remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII – conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XIII – exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I – processar e julgar, originariamente:

a) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região;

c) os mandados de segurança e os **habeas data** contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal;

d) os **habeas corpus**, quando a autoridade coatora for juiz federal;

e) os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal;

II – julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções da fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado,

o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

§ 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

.....
§ 3º O estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio-ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

§ 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 2º, na forma da lei.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 57 de 18 de dezembro de 2008.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2009

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios dos benefícios tributários e reduções temporárias de alíquotas concedidas pela União, relativos aos impostos referidos nos incisos I e II desse artigo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 159.

§ 5º Qualquer benefício tributário concedido pela União, referidos no art. 150, § 6º, ou redução temporária de alíquota, relativos aos impostos de que tratam os incisos I e II, deverão ser acompanhados de medida de compensação financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em valor equivalente à redução do produto da arrecadação.

§ 6º A medida de compensação de que trata o § 5º é condição de validade do benefício tributário ou da redução temporária de alíquota. (NR)”

Art. 2º Essa Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os recursos dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM) apresentaram redução significativa nos primeiros meses de 2009. Em

janeiro, houve uma queda de 8,8% em relação a dezembro de 2008 e, em fevereiro, uma redução de 6,8% em relação ao mês anterior. A principal explicação foi a queda na arrecadação do imposto sobre renda (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI), em decorrência da crise econômica desencadeada no segundo semestre de 2008.

Os estados e municípios também têm sido prejudicados pela concessão de benefícios tributários relacionados ao IR e IPI e pelas reduções de alíquotas desses impostos. As renúncias de receita prejudicam diretamente os estados e municípios, já que 48% do IR e 58% do IPI são repartidos com os governos subnacionais. Para o exercício de 2009, o montante de benefícios tributários relacionados ao IR é estimado em R\$36,2 bilhões e ao IPI em R\$19,8 bilhões, o que corresponde a 16,8% e 43,2%, respectivamente, da arrecadação prevista.

Ressalte-se que esses valores foram calculados em agosto de 2008 e, portanto, não incorporam as medidas mais recentes do Governo em resposta à crise econômica. Algumas dessas medidas envolvem a concessão de isenções e a redução de impostos, implicando impactos negativos nos fundos de participação a partir do exercício de 2009. Podemos citar a MP nº 451, de 15 de dezembro de 2008, que altera a legislação tributária federal, modificando inclusive as alíquotas do IRPF.

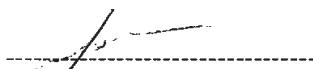
Outra medida foi a redução do IPI do setor automobilístico por decreto do Presidente da República em janeiro de 2009. Recentemente, o Governo prorrogou essa redução do IPI para veículos novos até 30 de junho, mediante o Decreto nº 6.809, de 30 de março de 2009. O Ministério da Fazenda estima que a desoneração temporária do IPI para automóveis, durante três meses, implicará uma perda de arrecadação de cerca de R\$1,5 bilhão.

A proposição que apresentamos visa corrigir essa distorção do pacto federativo. Ela estabelece que os benefícios tributários e as reduções temporárias de alíquotas, relacionados ao IR e IPI, devam ser acompanhados de medidas de compensação pela União, em favor dos estados e municípios, no exato montante que foi subtraído da repartição das receitas prevista no art. 159 da Constituição Federal. Buscamos com a proposta corrigir essa injustiça, pois, quando a União concede tais benefícios tributários, está prejudicando indevidamente os governos subnacionais.

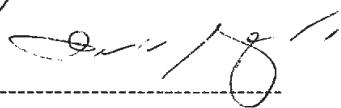
Se aprovada a proposição, os benefícios tributários e as reduções temporárias de alíquotas somente valerão caso as medidas de compensação sejam efetivadas. Evita-se, assim, que a compensação venha a depender da vontade do Poder Executivo. Ademais, nos termos da PEC que apresentamos, a nova sistemática será auto-aplicável, não carecendo, pois, de regulamentação.

Portanto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação desta proposição.

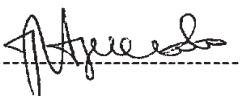
Sala das Sessões, 28 de abril de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**.

1. 

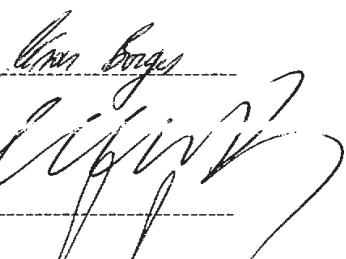
VIRGÍNIA FRICKER

2. 

EDUARDO AZEREDO

3. 

JOSÉ NERY

4. 

CESAR BORGES

5. 

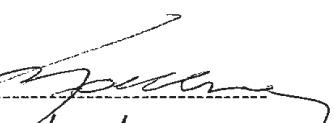
FERNANDO COLLOR DE MELLO

6. 

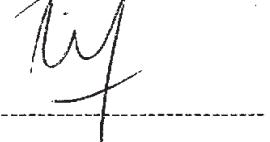
JOAQUIM GOMES

7. 

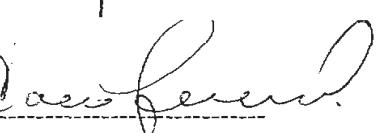
ELISA BEZERRA

8. 

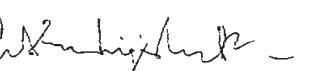
GILMAR MENDES

9. 

GILMAR MENDES

10. 

TASSO JEREISATI

11. 

ARTHUR VIRGÍLIO

12. 

ARTHUR VIRGÍLIO

13.



HENRIQUE CARDOSO

14.



REGINALDO LOPES

15.



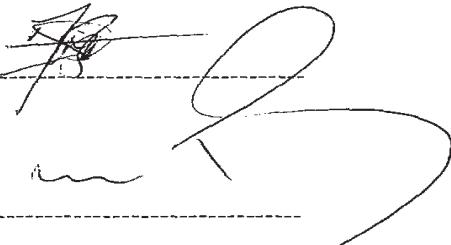
VALDIR RAUPP

16.



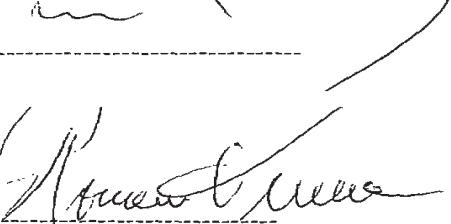
JEFFERSON TRINDADE

17.



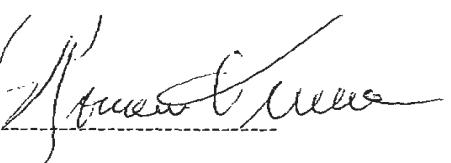
JEFFERSON TRINDADE

18.



REMAN CALHEIROS

19.



REMAN CALHEIROS

20.



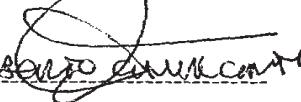
JOSÉ PIMENTEL

21.



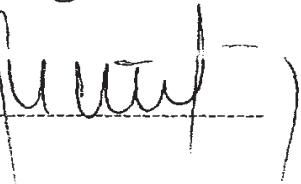
MÁRIO COVAS

22.



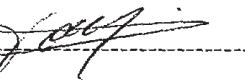
ROSEANE MATTOS

23.

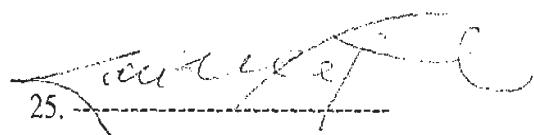


JOSÉ VICENTE CLAUDIO

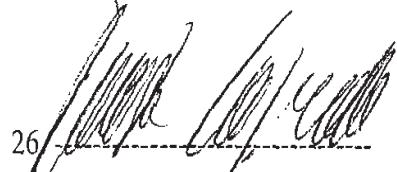
24.



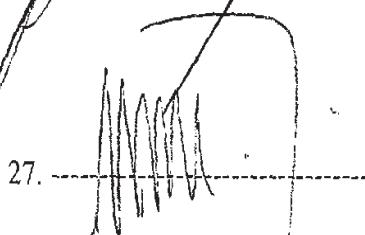
ROBSON PIRES

25. 

Fernando Collor de Mello

26. 

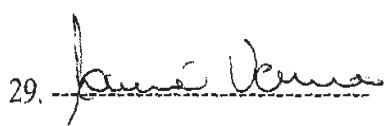
Fernando Collor de Mello

27. 

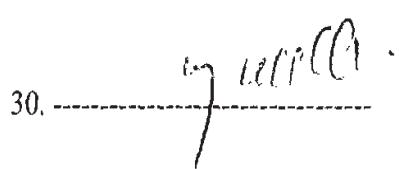
Fernando Collor de Mello

28. 

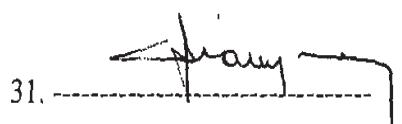
FERNANDO COLLOR (PTB-AL)

29. 

Jocine Viana

30. 

Jocine Viana

31. 

Giovani Menezes

32. 

Giovani Menezes

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****Subseção II
Da Emenda à Constituição**

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

**Seção II
Das Limitações do Poder de Tributar**

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Art. 159. A União entregara:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao Semi-Árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

II – do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregará os respectivos municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

DECRETO N° 6.809, DE 30 DE MARCO DE 2009

Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

MEDIDA PROVISÓRIA N° 451,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2008

Altera a legislação tributária federal, e dá outras providências.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

OF. GLPMDB n° 109/2009

Brasília, 27 de abril de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o PMDB cede ao PCdoB vaga de Suplente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, atualmente ocupada pelo Senador Leomar Quintanilha, PMDB – TO.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A comunicação que acaba de ser lida vai à publicação.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar pela Liderança da Minoria por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a é o primeiro inscrito pela Liderança.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço inscrição para uma comunicação inadiável e gostaria, se fosse possível e com a compreensão do Senador Mário Couto, de falar logo após o primeiro inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É possível.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – É possível. O Senador Mário Couto cede a vez à Senadora Ideli, que é a primeira inscrita para comunicação inadiável.

Com a palavra, pela inscrição e por permuta com o Senador Cristovam Buarque, o Senador Paulo Paim. Logo após, para uma comunicação inadiável, terá a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys Slhessarenko, eu recebi em meu gabinete, há dias, uma série de empresários, prefeitos e vereadores, líderes sindicais. Estiveram lá para pedir que eu articule, naturalmente junto com os senhores e senhoras, uma emenda à MP n° 449 junto ao relator, o Senador Dornelles. O que eles reivindicam, Sr^a Presidente, é que se busque uma solução para milhares de litígios judiciais e administrativos sobre o chamado Crédito-Prêmio de IPI.

Sr^a Presidente, eles chegaram a esse entendimento depois de um diálogo muito intenso em busca da superação da atual crise.

O Crédito-Prêmio de IPI foi criado no ano de 1969 como política pública de estímulo às exportações. Trata-se de um percentual recebido pelas empresas sobre as exportações.

Até o ano de 2004, era pacífico o entendimento nos tribunais, em especial no Superior Tribunal de Justiça – STJ, no sentido de que o crédito continuava em pleno vigor.

Muitas empresas exportadoras, Sr^a Presidente, foram autorizadas a continuar usando o crédito normalmente. Acontece que, em 2004, com a mudança do entendimento dos tribunais, passou a existir um tratamento desigual para empresas que se encontravam

na mesma situação, ou seja, centenas de empresas usufruindo o direito ao Crédito-Prêmio de IPI e as demais continuando os litígios judiciais.

A situação das empresas exportadoras se agravou, e muito, em face da crise mundial. As exportações caíram, em média, 30% pela dificuldade de colocação de seus produtos no mercado externo, além das consequências geradas pela questão do dólar.

Muitas empresas fecharam as portas e outras estão sendo compelidas a fechar, desempregando, assim, milhares de trabalhadores, especialmente no Rio Grande do Sul, onde foram afetados setores exportadores importantes como: couro/calçadista; madeireiro; móveis; celulose; soja e tantos outros.

Eu conversei, esta semana, com o Prefeito de Sapiranga, que é também Presidente da Associação dos Municípios do Vale dos Sinos e Paranhã, o meu amigo Nelson Spolaor do Partido dos Trabalhadores.

Segundo ele, a proposta de inclusão da emenda do Crédito-Prêmio de IPI à MP nº 449 tem apoio de toda a sociedade do Rio Grande. Segundo seu ponto de vista, aliás, trata-se de questão nacional.

De acordo com o documento que ele me mandou, conta-se com o apoio, nessa região, de todas as Câmaras de Vereadores, de mais de vinte prefeitos, da Associação dos Municípios, dos trabalhadores, inclusive de todas as centrais sindicais, e dos empresários.

Depois dessas conversas, conversei também com o relator, o Senador Francisco Dornelles, que me disse que é favorável à matéria, que está negociando um entendimento com o Governo e que acha possível se construir um entendimento.

Após todos os apelos que recebi, principalmente no Rio Grande, quero deixar minha posição muito clara: eu acredito que é possível encontrarmos uma saída que resolva esta questão, o que, na minha ótica, vai evitar mais demissões, principalmente lá na região do Vale dos Sinos.

Então, fica aqui, Sr^a Presidente...

O Sr. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou lhe dar o aparte em seguida.

Fica aqui esta minha posição de total apoio a este movimento e à posição do próprio Senador Dornelles. Acredito que vamos construir um entendimento para o bem do setor exportador brasileiro.

Senadora Ideli Salvatti, ouço V. Ex^a.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Paulo Paim, agradeço a concessão do aparte e parabenizo V. Ex^a por trazer o assunto para a tribuna do Senado. Esta semana, com grande probabilidade, nós deveremos votar a MP nº 449, que já chegou ao Sena-

do trancando a pauta e sem prazo para emendas. Ou seja, não há mais possibilidade de apresentação de emendas, a não ser que o relator, no caso o Senador Francisco Dornelles, apresente a emenda. Santa Catarina sofre, da mesma forma como o Rio Grande do Sul e tantos outros Estados, com essa pendência judicial e tributária do Crédito-Prêmio de IPI. Essa situação é grave porque nós temos uma pendência judicial que, ao ser decidida – em algum momento será decidida pelo Supremo Tribunal Federal –, vai quebrar as empresas ou vai quebrar o Estado brasileiro, porque o volume do que está em litígio é astronômico. Então, o bom senso já recomendaria que esse esqueleto, que se arrasta pelas assombrações da vida há décadas, fosse resolvido de forma negocial, num acordo, num encontro de contas. Isso é o que se recomenda de qualquer forma. Mas surgiu um agravante nesse último período: como quem tem direito ao Crédito-Prêmio de IPI são empresas exportadoras, as que têm essa pendência, até bem pouco tempo atrás, conseguiam boa parte do seu financiamento no exterior. Havia crédito para elas financiarem os seus procedimentos, os seus empreendimentos e as suas exportações. Com a crise econômica mundial, secou o crédito internacional. Então, essas empresas estão buscando no Brasil, nos bancos brasileiros e principalmente no BNDES, o financiamento que antes faziam no exterior. Acontece que a legislação brasileira traz impedimentos à obtenção desse crédito. Então, a empresa precisa produzir – tem capacidade, tem mercado, tem como vender –, mas não consegue o crédito internacionalmente, porque secou, e, aqui no Brasil, porque há a restrição. Portanto, a solução do crédito IPI Prêmio é ainda mais urgente do que já era anteriormente. E aí, Senador Paulo Paim, eu não fui tão precavida dessa vez, como normalmente sou. V. Ex^a, inclusive, muitas vezes, já vai tomando a iniciativa, apresentando projetos, aprovando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E V. Ex^a diz: "Vamos devagar, Paim, vamos chegar lá, mas vamos devagar".

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – É tão óbvio que nós temos que resolver, que eu não me segurei: eu apresentei para o Senador Dornelles uma proposta de emenda, com o pedido que ele a acatasse como emenda de Relator. Nós a apresentamos há dez dias, é um texto bastante adequado, que busca fazer um encontro de contas, de forma que o direito que as empresas têm a receber possa ser abatido do que elas têm a pagar de impostos atrasados. Dessa forma, faz-se o encontro de contas, limpa-se o balanço e permite-se que as empresas acessem o crédito. Temos que fazer aqui todo um trabalho – é o que V. Ex^a

está fazendo neste momento na tribuna – de convencimento mesmo, convencimento do Governo. A gente sabe que o Presidente Lula deu ordem ao Ministro Mantega para buscar uma solução, vem-se trabalhando, vem-se conversando. Já era para o projeto ter vindo da Câmara com essa proposta, mas não houve clima porque lá foi modificado o texto com relação ao Refis. Então, a Câmara questionou: “Bom, já colocaram tantas mudanças, colocar mais esta?”. Mas talvez o Senado tenha condição de fazê-lo e, se não puder, pelo menos a gente vai criando o clima para, se não for possível alterar e incluir a negociação do crédito IPI Prêmio na MP nº 449, que possamos incluir na MP nº 451, que já está em fase de votação na Câmara e no Senado. Parabenizo, mais uma vez, V. Ex^a, por trazer um assunto tão relevante para o País e para os nossos dois Estados, tanto o Rio grande do Sul quanto Santa Catarina.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti, o setor empresarial do Rio Grande do Sul, com certeza, está assistindo à TV Senado neste momento. Eu posso dizer a eles que estou mais confiante agora, depois da sua fala. Sei da preocupação de V. Ex^a com a questão do emprego. Tenho certeza de que o pedido de V. Ex^a ao Senador Francisco Dornelles, no sentido de que ele acate essa emenda como emenda do Relator, será a solução. Tenho quase certeza de que aqui no plenário a redação construída pela Senadora Ideli Salvatti terá apoio quase unânime, para que a gente possa buscar uma saída para o setor exportador.

Eu, que falo tanto dos trabalhadores, venho, com a maior tranquilidade, defender a emenda de sua autoria, Senadora Ideli, e do Relator, eu diria, para resolvemos a questão do empresariado vinculado ao setor de exportação.

Meus cumprimentos a V. Ex^a. Sei que eles vão ficar mais animados depois da fala não do Paim, mas da grande Líder Ideli Salvatti, pelo peso, naturalmente, da sua liderança, porque ninguém nega a liderança que V. Ex^a representa na Casa junto ao Governo Lula.

Sr^a Presidente, permita-me, ainda, registrar nos Anais da Casa que hoje, lá no meu Rio Grande, houve um grande encontro chamado Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador. Foi realizado em Porto Alegre, é composto por centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos de trabalhadores.

Dia 28 de abril – por isso, foi no dia de hoje – é o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidente de Trabalho. No Brasil, a data foi instituída como o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidente e Doenças do Trabalho, em 2005, pela Lei nº 11.121.

O dia foi escolhido em razão de um acidente que matou 78 trabalhadores em uma mina no Estado da Virgínia, nos Estados Unidos, no ano de 1969. A OIT, desde, 2003 consagra a data à reflexão sobre a segurança e a saúde do trabalhador.

Em todo o mundo, milhões de trabalhadores se acidentam e centenas de milhares morrem no exercício do trabalho a cada ano.

No Brasil, o número também é impressionante. O Anuário Estatístico da Previdência Social, no ano de 2004, registrou 466.700 acidentes no trabalho no País, ou seja, quase 500 mil mortes de acidente do trabalho no País.

Em 2005, o número chegou a 499.680; em 2006, a 503.890 e, em 2007, última publicação,

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... 653.090 casos, 27% a mais em relação ao ano anterior, registrando 2.708 mortes e 8.504 casos de invalidez permanente.

Os dados estatísticos se referem apenas aos trabalhadores do setor privado, ou seja, os celetistas. Estão fora das estatísticas da Previdência Social os servidores públicos estatutários e os que estão na economia informal, e ainda aqueles que atuam na área rural.

Segundo estimativa da OIT, ocorrem, anualmente, no mundo cerca de 270 milhões de acidentes de trabalho, além de aproximadamente 160 milhões de casos de doenças ocupacionais.

Essas ocorrências chegam a comprometer 4% do PIB mundial.

Cada acidente ou doença representa, em média, a perda de quatro dias de trabalho. Dos trabalhadores mortos, 22 mil são crianças, vítimas do trabalho infantil.

Ainda, segundo a OIT, todos os dias morrem, em média, cinco mil trabalhadores devido a acidente ou doenças relacionados ao trabalho. Ou seja, no mundo morrem, devido a doença ou acidente, cinco mil trabalhadores, todos os dias.

O movimento sindical está propondo, Sr^a Presidente, uma reformulação na legislação brasileira, em especial na Lei nº 8.213, de 1991. Segundo o movimento, são necessários ajustes para aprimorar mecanismos de defesa da saúde dos trabalhadores, cobertura previdenciária adequada e estímulo aos empregadores, para que haja investimento em ambientes de trabalho saudáveis.

Lembro ainda, Sr^a Presidente, que nós todos – V. Ex^a, Senadora Ideli, o Senador Mário Couto, o Senador Papaléo, o Senador Expedito Júnior – temos propostas para protegerem o trabalhador, para evitar doenças no trabalho.

Eu tenho que concluir, Sr^a Presidente – e não poderia ser diferente –, dizendo que está previsto para hoje à noite, na sessão do Congresso, apreciarmos 140 vetos que vieram do Executivo, projetos que foram aprovados na Câmara e no Senado.

Eu poderia comentar aqui, já que votamos favoravelmente à maioria dessas propostas, inúmeros projetos. Mas eu vou comentar rapidamente, Sr^a Presidente, pelos menos três projetos.

Um deles é aquele que garante que, em 2006, seria assegurado aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual concedido ao mínimo. Não há como eu não me posicionar aqui, porque a emenda é de minha autoria. No momento, ela foi vetada e será apreciada hoje à noite. Eu espero que haja coerência – ela foi votada por unanimidade na Câmara e também no Senado –, que os Senadores e Deputados votem da mesma forma que votaram o projeto original dessa emenda de minha autoria, que garante aos aposentados e pensionistas o percentual concedido em 2006 ao salário mínimo.

Também, Sr^a Presidente, estou cada vez mais convencido de que é fundamental nós terminarmos com o voto secreto. Hoje, à noite, a votação será secreta. Confesso que estou torcendo, mas não estou tão animado, para que derrubemos algum voto, independentemente se foi do Governo anterior ou se é deste Governo. A minha é a PEC nº 50, está pronta, está no plenário para ser votada e acaba com o voto secreto em todos os casos. E lá, na Câmara, o ex-Deputado Luiz Antonio Fleury também tem uma PEC nos mesmos moldes. Vi ainda que o Michel Temer resolveu colocá-la em votação – e fez uma pesquisa, que está na Internet, e sabem quanto está dando até o momento? Noventa e cinco por cento dos internautas pedem que essa PEC seja aprovada.

Chego a propor que aqui, no Senado, faça-se a mesma coisa, o mesmo procedimento: que se abra uma pesquisa, na Internet, para ver quem é a favor ou contra o voto secreto. Tenho quase certeza de que vai dar, no final, em torno de 96% a 97% da população brasileira totalmente contra qualquer votação secreta.

Para mim, desde a escolha de autoridade – porque isso fala a PEC 50 –, desde afastamento de Senador, de Deputado ou *impeachment* de Presidente, como também no voto. Não concordo com o argumento de que quem votar abertamente num voto poderá ser punido pelo Executivo. Isso era no tempo da ditadura.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Numa democracia como a nossa, com o Presidente Lula, pelo qual tenho enorme respeito, reconhecemos que

ele tem todo o direito de entender que essa ou aquela matéria pode ser vetada, mas ele veta e remete para o Congresso, e o Congresso que assuma a sua responsabilidade de votar da forma que entender mais adequada.

Por isso, espero, primeiro, que a gente acabe, de uma vez por todas, com o voto secreto. Há uma outra matéria que trata do interesse dos trabalhadores dos Correios. É uma complementação dos idosos aposentados, em que também vai ser apreciado o voto – eu, naturalmente, votarei de forma aberta, tanto nessa dos Correios, dos aposentados, como, no da minha emenda aprovada, votarei “não”, como votarei também na questão dos Oficiais de Justiça, que é um dos vetos. Segundo esse voto, para que um cidadão possa ser Oficial de Justiça, tem que ser bacharel em Direito. Acho justo. Toda a categoria entende assim, os estudantes entendem assim, e o Judiciário entende assim.

Por isso, fiz questão – eu, que defendo tanto o voto aberto –, dentro do limite do meu tempo, de deixar explícito o meu voto nessas três questões, tanto no reajuste dos aposentados votarei “não”, não somente quanto à vinculação ao salário mínimo, como também dos Correios, idosos e a questão do terceiro projeto, que se refere aos Oficiais de Justiça.

São 149 vetos. Muitos, no meu entendimento, não são ainda desse momento e desse Governo, mas fiz questão de explicitar, pelo menos, já que não posso falar de todos, a respeito da forma que eu votarei nesses três.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Paim.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Apenas para solicitar a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a é a segunda inscrita para uma comunicação inadiável.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu já vi que é possível, então, a terceira inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sim; a segunda inscrita é a Senadora Fátima Cleide. Então, o terceiro, Senador Expedito Júnior.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência lembra às Sras e aos Srs. Parlamentares que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, dia 28 do corrente, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais, e informa, ainda, que as cédulas de votação encontram-se à disposição dos Srs. Parlamentares.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica às Sras e aos Srs. Senadores que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 9 de junho do corrente, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o centésimo quadragésimo quarto aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti para uma comunicação inadiável.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Srª Presidente.

Sras e Srs. Senadores, está na capa de todos os jornais de hoje, Senadora Serys, a preocupação, a angústia com mais este surto de gripe, que quero chamar devidamente de gripe americana, gripe mexicana, seja lá como queiram chamá-la, porque denominá-la de gripe suína, em primeiro lugar, é um erro, induz a outros erros e, desses erros, o Brasil pode sair muito prejudicado.

Portanto, a preocupação que está estampada na capa de todos os jornais merece, obviamente, de todos nós, o acompanhamento e, principalmente, o esclarecimento da população para que, de uma situação dada – e devemos nos preocupar, sim, obviamente –, não se promova o pânico, e do pânico nós tenhamos muitas consequências advindas de medidas que não precisariam ser tomadas e que podem acarretar prejuízos ainda maiores.

Em primeiro lugar, o Governo brasileiro já adotou várias medidas, todas elas muito importantes, para fazer frente ao perigo. Então, a primeira delas é a constituição do Gabinete de Emergência, que já se instalou desde esse final de semana, quando a Organização Mundial da Saúde passou a considerar esse surto de gripe do índice 3 para o índice 4, portanto, aumentando o nível de preocupação. O Governo do Presidente Lula, então, já instalou o comitê, o Gabinete Permanente de Emergência, com a participação do Ministério

da Saúde, da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Este grupo se reúne diariamente para acompanhar toda a evolução da situação.

Não há nenhum caso da doença registrado no Brasil. Nada! Nenhum! Isso é muito importante que fique registrado, dito e reperpido. Inclusive, as suspeitas que pairavam sobre algumas pessoas já foram descartadas, e outras, os exames estão sendo monitorados. Então, o próprio Diretor da Anvisa, o Sr. José Agenor Álvares, coloca, de forma enfática e com dados reais e concretos, que não há nenhum motivo para pânico.

Desde 2005, quando já tivemos aquela outra suspeita e problemas com uma outra gripe, que, naquela época, tinha a denominação de aviária... E vejam que eles colocam a suspeita no animal, o que acaba trazendo consequências econômicas. Então, já desde 2005, quando tivemos aquele surto anterior, o Ministério da Saúde já elaborou todo um plano para enfrentamento de situações desse tipo. Então, nos postos da Anvisa espalhados em todo o Brasil, temos, aproximadamente, 1.300 fiscais; temos 49 hospitais de referência totalmente preparados para atender casos como o anterior e o desta atual gripe; as Secretarias Estaduais de Saúde já estão orientadas para monitorar e detectar casos suspeitos de doenças respiratórias agudas; o Brasil já comprou – e deve chegar esta semana – mais 54 mil doses do Tamiflu, que é um medicamento usado no tratamento desse tipo de gripe; temos estoocado no Brasil, já desde aquela época – e ainda em pleno prazo de validade, porque o estoque feito em tonéis permite a utilização do produto até 2016 –, mais de 9 milhões de doses de Tamiflu em pó, estoque que está plenamente à disposição para ser utilizado. Portanto, estamos preparados para fazer frente a qualquer situação que, porventura, venha a acontecer.

Todavia, volto a dizer: não há nenhum caso, nada, nem as suspeitas estão totalmente comprovadas. Então, é muito importante que não haja pânico.

Tivemos um caso em 1976, que está registrado num dos jornais de hoje, em que recrutas de Nova Jersey, nos Estados Unidos, contraíram a gripe – e também, naquela época, era chamada de gripe de origem suína – que se acreditava ser similar ao grande surto que houve em 1916 e em 1918. O surgimento desses casos provocou uma grande vacinação, uma vacinação em massa; entretanto, em seguida, essa vacinação teve que ser suspensa, porque, da doença efetivamente, ou seja, da gripe, morreu uma pessoa, mas das consequências da vacinação em massa, morreram 25, Senadora Serys Slhessarenko. Então, essas medidas, que são adotadas, às vezes, de forma ata-

balhada ou com pânico, acabam trazendo prejuízos de saúde, de morte e também econômicos.

As medidas de controle nos aeroportos, que são de fundamental importância, estão sendo tomadas. Todos os voos do México, dos Estados Unidos estão sendo monitorados, e se há alguém doente ou se há suspeita, dentro do avião, entra o médico, entra o funcionário da Anvisa e monitora, para que não haja qualquer dúvida a respeito da origem e da situação de saúde do passageiro. Quem está sentado ao lado, nas poltronas próximas, também continua monitorado pela Anvisa. Nos aeroportos que recebem voos internacionais estão sendo permanentemente dados avisos, informações. Já foi confeccionado material de divulgação, folhetos. A orientação para quem vai voar para esses países já está sendo dada, e não há nenhuma restrição. Precisamos apenas estar informados e ser alertados.

Como o vírus é mutante, para cada manifestação tem que ser providenciada uma nova vacina. Assim, não há vacina para esse tipo de gripe, neste momento, e é muito importante o cuidado, o monitoramento. Isso é que é importante que seja realizado.

Como Senadora de um Estado que é grande produtor de carne suína, uma das coisas mais importantes a serem ditas, repetidas e repriseadas é que o consumo da carne suína não provoca a doença. Não há qualquer risco de se contrair a doença pelo consumo da carne suína.

Portanto, é por isso que digo que o pânico pode levar à consequência de uma vacinação em massa, que pode gerar mortes, como aconteceu nos Estados Unidos, como também pode afetar a área econômica, Senadora Serys. A China e a Rússia já embargaram o produto. Não compram mais carne suína dos Estados Unidos e do México. E nossos produtos não podem correr risco de serem embargados, porque não há nenhuma pessoa afetada; no Brasil, ninguém está com suspeita de ter contraído a doença.

Aliás, devemos, inclusive, aproveitar a oportunidade deste movimento, realizado por alguns países, para expandir a exportação dos nossos produtos. Com essa finalidade é que, hoje, às 17h30min, acompanharei o Secretário de Agricultura do meu Estado, Santa Catarina, o ex-Deputado Antonio Ceron, ao Ministério da Agricultura. Ali trataremos, exatamente, das medidas que devem ser adotadas para que o Brasil não sofra com os efeitos de nenhuma diminuição ou retração na venda, na exportação de um produto que, lá para meu Estado, é fundamental, como tenho certeza absoluta de que é para o Estado do Senador Paulo Paim, como é para o Estado do Senador Osmar Dias, para o Esta-

do da Senadora Serys Slhessarenko e para o Estado de tantos outros Senadores aqui.

Por isso é que, para nós, é importante alertar a população: vamos estar atentos, cuidar, observar as orientações dadas. O Governo está preparado, já tomou as medidas necessárias e está monitorando e atuando.

Fundamentalmente, deve-se frisar: não se contrai essa doença pelo consumo da carne suína. Por isso, comecei meu pronunciamento, Senador Suplicy, dizendo que não vou chamar a gripe daquilo que não é; pode ser gripe mexicana, gripe americana, gripe do que for, mas não devemos denominá-la da forma como está para não reforçarmos uma avaliação incorreta.

Se a Presidência me permite, eu gostaria de conceder um aparte ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Presizada Senadora Ideli Salvatti, primeiro, quero cumprimentá-la por expor esse problema tão sério, que se espalha com enorme velocidade pelo mundo, a partir do México, já atingindo os Estados Unidos da América. É tão importante que as autoridades brasileiras, o Ministério da Saúde, o Governo, nos três níveis, sobretudo nos aeroportos, tomemos todos tomando medidas preventivas. V. Ex^a aqui ressalta alguns dos cuidados que precisamos ter para prevenir a doença e também esclarece o que é e o que não é verdade em relação a essa gripe, que tem propriedade letal se não for bem cuidada. Mas fiz questão de aqui pedir o aparte, antes que V. Ex^a concluísse, porque coincide de termos V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina, na tribuna; a Senadora Serys Slhessarenko presidindo a sessão do Senado, e a Senadora Fátima Cleide. Há até alguns homens aqui, como o Senador Mão Santa, o Senador Paulo Paim... Agora já há muitos!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agora vai ter que citar todos, Senador Suplicy!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Osmar Dias, Papaléo Paes, Garibaldi Alves, Flexa Ribeiro e outros que estão chegando; e eu próprio. Enfim, quero registrar que aqui recebemos, neste instante, a visita de uma amiga, mas muito especial, a Senadora Piedad Córdoba, que é do Partido Liberal da Colômbia, acompanhada da Sr^a Lilia Solano...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – (...) que representa colombianos e colombianas pela paz, e que fazem uma visita de três dias ao Brasil. Amanhã, será recebida na Comissão de Relações Exteriores, na de Direitos Humanos e na de Constituição e Justiça, para expor seus esforços para que, na Colômbia, possa se realizar a paz; possa inclusive se avançar

muito na libertação dos prisioneiros, alguns que estão em poder das Farc; outros, em poder do governo do Presidente Alvaro Uribe. E ela vem aqui com disposição de colaborar, de dialogar, de agradecer às autoridades brasileiras, ao Governo do Presidente Lula e às próprias Forças Armadas, que colaboraram nas operações de resgate de pessoas que estavam em poder das Farc por muito anos. Então, ela vem aqui e gostaria de conversar tanto conosco, Senadores, como com o Presidente e seus principais assessores e Ministros. Enfim, eu quis fazer essa homenagem ainda com V. Ex^a na tribuna do Senado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe, Senador Suplicy. Quero cumprimentar e prestar a nossa solidariedade feminina, de Senadoras, em meu nome, em nome da Senadora Fátima e, tenho certeza também, em nome da Senadora Serys Slhessarenko, porque é muito importante para todas nós, mulheres, que ocupamos postos de responsabilidade, como é o caso do cargo de Senadora da República, termos essa ação muito clara e, principalmente, voltada à construção da paz.

As mulheres sabem muito mais até do que os próprios homens, acredito, o que significa não ter paz, porque a ausência da paz recai exatamente sobre as pessoas mais frágeis. E nós, mulheres, temos sempre a tarefa de cuidar da família, de cuidar do aconchego e de cuidar para que as pessoas estejam bem. Isso é algo que diz respeito à nossa forma de se constituir enquanto seres humanos. As mulheres têm essa preocupação. Não que os homens não a tenham, mas, como nós temos o dom da prolongação da nossa espécie, de dar a vida, nós queremos que a vida seja sempre uma vida de amor, de carinho, de paz e não de sofrimento nem de guerra.

Por isso, parabenizo e agradeço a oportunidade que o Senador Suplicy me deu de poder estar me dirigindo à Senadora, que tão honrosamente nos visita neste momento.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Ideli.

Eu gostaria, antes de passar a Presidência para o Senador Mão Santa, porque vou usar da palavra de imediato, de fazer uma saudação, também muito especial, à Senadora Piedad Córdoba Ruíz, que, inclusive, já esteve no nosso gabinete, hoje pela manhã, na 2^a Vice-Presidência do Senado. Esteve conosco colocando a problemática toda que envolve a questão das Farc, para que entreguem, realmente, os prisioneiros, nesse movimento grande que a Colômbia, colombianos e colombianas, vem fazendo pela paz e para que haja o resgate dos prisioneiros das Farc. A gente espera,

Senadora Piedad Córdoba Ruíz, que a senhora, realmente, tenha sucesso nessa missão.

Sei, também, da grande importância do dia de amanhã, em que a senhora estará nas nossas Comissões, como na de Relações Exteriores, em que deverá ser feita uma reunião conjunta com outras duas Comissões.

Que a senhora seja muito bem-vinda. Com certeza, sua missão no Brasil é muito grande, é muito importante.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição para falar pela Liderança do PDT, com o apoio do Senador Papaléo Paes.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O senhor está inscrito como terceiro Líder, tendo antes, primeiro, o Senador Mário Couto, pela Minoria; segundo, o Senador Delcídio Amaral, pela Liderança do Governo; e, terceiro, o senhor, pela Liderança do PDT.

Eu passo a Presidência, agora, ao Senador Mão Santa, para que eu faça uso da palavra.

A Sr. Serys Slhessareko, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Só uma informação: a Senadora, logicamente, vai falar por permuta com o Senador Cristovam. Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu gostaria de fazer a inscrição do Senador Osmar Dias, Líder do PDT.

Pela ordem, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu quero uma informação: qual seria o momento da minha fala, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Papaléo Paes, na lista de inscrição, V. Ex^a é o próximo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Depois da Senadora Serys.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos alternando com Líderes. Então, Mário Couto...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – E depois sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É, V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, o País vai ouvir esses dois grandes oradores, após Serys Slhessarenko, do PT do Mato Grosso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as}s Senadoras, já saudei a Senadora colombiana Piedad Ruíz. Agradecemos a sua presença aqui, neste plenário.

Eu gostaria, antes de começar a minha fala, de dizer à Senadora Ideli Salvatti que eu iria fazer um pronunciamento sobre a questão desta tentativa, já de imediato, de terrorismo com relação à gripe americana ou mexicana – que se dê o nome que quiser. Acabam sempre dando o nome de um animal, aqui no Brasil,...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) –... para aumentar, para dificultar questões comerciais, para espalhar terrorismo. É claro que todos os cuidados têm de ser tomados e estão sendo tomados. Não vou repeti-los, eu já disse, porque a Senadora Ideli já falou dos cuidados e da atenção que está sendo dada para a questão, e que tem de ser dada. Assim, que não sejam feitos o terrorismo e o amedrontamento à sociedade.

Eu precisava registrar essa questão, assim como também eu gostaria de falar, hoje, sobre um tema que é muito relevante para o meu Estado, Mato Grosso, que tem uma extensão geográfica gigantesca. Geograficamente, é o terceiro maior Estado do Brasil, mas, em termos de população, é ainda bastante pequeno: temos em torno de três milhões de habitantes em um Estado que é o terceiro maior, geograficamente, daí termos problemas gigantescos, eu diria, em termos de infraestrutura.

O Estado é o maior produtor de carne, é o maior produtor de algodão, é o maior produtor de soja, está para ser – se já não o é – o maior produtor de frango. Estamos abatendo, lá, mais de meio milhão de frangos por dia – por dia –, fora milho, arroz, carnes, tanto de suínos quanto de frangos e de bois. Enfim, é um Estado com um potencial de produção gigantesco e que, é óbvio, tem problemas. Principalmente por ter sido sempre chamado de Estado periférico, a infraestrutura deixa muito a desejar, seja de rodovias, hidrovias ou ferrovias. Eu não tenho dúvida disto: ferrovia em Mato Grosso, hoje, só tem cem quilômetros, de Alto Taquari até Alto Araguaia. E óbvio que isso encarece grande-

mente o frete de tamanha quantidade de produção e para sair principalmente a produção de exportação. Então, com essa dificuldade nós estamos batalhando e é disso que vou falar hoje, ou seja, com relação à nossa Ferronorte.

A Ferronorte foi o sonho do Senador Vicente Vuolo, de quem a gente nunca esquece de falar e não pode esquecer, porque se não fosse ele ter sonhado, batalhado e lutado o quanto lutou, com certeza, ela não teria chegado em Mato Grosso ainda. Então, ela já está em Mato Grosso, está a caminho de Rondonópolis e nós, cuiabanos, mato-grossenses, queremos que ela chegue até Cuiabá, sim.

Então, hoje, a luta é para que a sua construção saia de Alto Araguaia rumo a Rondonópolis, porque está tudo pronto, praticamente, faltando algumas licenças que estão saindo nesta semana – pelo menos, é do que a gente foi informado. Também a discussão é extremamente urgente, para que esse traçado prossiga de Rondonópolis para a nossa Cuiabá.

Essa discussão tem de existir já. “Não, mas primeiro tem de construir até Rondonópolis.” Não, porque se se for esperar construir para, depois, se abrir a discussão, isso vai durar, aí, dois, três anos para, depois, começar essa discussão. Já tem de estar o projeto pronto. Quando ela chegar em Rondonópolis, não só já vai ter de estar definido o novo traçado, a continuidade do traçado, como vai ter de estar definido o projeto para que a construção dessa ferrovia siga para Cuiabá.

Por isso eu estou aqui, hoje, não só para lembrar a necessidade e a importância de se fazer essa ferrovia, que é tão importante para Mato Grosso e para toda a Região Centro-Oeste. Esse é um assunto de que a gente tem falado sempre, de que não vamos parar de falar e, sempre que falamos, temos de homenagear o saudoso Senador Vicente Vuolo.

O fato é que, em 2002, os trilhos da ferrovia, que partem dos terminais da cidade de Santos, chegaram até a cidade de Alto Araguaia. Logo que o Presidente Lula assumiu a Presidência, no seu primeiro mandato, foi feita a inauguração. Nós estivemos juntos na inauguração de Alto Taquari até Alto Araguaia. É claro que o projeto e as licenças todas não estavam prontos para a continuidade dessa ferrovia de Alto Araguaia para Rondonópolis e, aí, está demorando, nós já estamos em 2009, mas deve estar sendo retomado o trabalho de construção desse trecho ferroviário de Alto Araguaia até Rondonópolis.

Ao longo desse trecho, tivemos um trabalho de engenharia extraordinário, que é a ponte rodoviária sobre o rio Paraná. Na proporção que a ferrovia avança Mato Grosso adentro, vai-se quebrando o oneroso

monopólio do transporte de cargas pelas rodovias e se estabelecendo uma matriz de transporte eficaz e rápida, e muito mais vantajosa, sob o ponto de vista dos custos, para todos que atuam na cadeia produtiva da soja, na cadeia produtiva do algodão, enfim, nos agronegócios, cada vez mais portentosos, que têm, hoje, no Estado de Mato Grosso. Hoje, Mato Grosso, não temos nenhuma dúvida, é um dos seus polos mais dinâmicos, senão o polo mais dinâmico em termos de produção no País.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, todos os que nos veem e nos ouvem, saibam que, de acordo com estudos de entidades representativas do segmento mato-grossense, a chegada dos trilhos a Rondonópolis, que já se desenha no horizonte, garantirá mais sete milhões de toneladas anuais para o sistema de transporte da Ferrovia Vicente Vuolo. Imaginem quantos e quantos milhões de toneladas irão se agregar a esse transporte à medida que os trilhos estiverem em Cuiabá, escoando grãos, fibras, farelo de soja e também algodão, a produção de milho e aquilo tudo que se produz nesse parque industrial da nossa Cuiabá. Por isso é importante pensar que, pelos trilhos, vai-se escoar a produção mato-grossense, mas também levar para todo o Mato Grosso, por um preço mais em conta, tudo aquilo que hoje lá chega num elevado preço por um frete sempre oneroso e problemático, que é o frete rodoviário.

Com a Ferrovia Vicente Vuolo, implantada até Cuiabá, Mato Grosso, que hoje já assombra o mundo com a escalada extraordinária de sua produção, haverá de elevar ainda mais os seus números, o seu desempenho e, consequentemente, a qualidade de vida de seu povo, a ocupação de sua mão de obra, a ampliação de sua infraestrutura, a modernização de suas cidades, a elevação do padrão de formação educacional e cultural do seu povo.

Venho, hoje, a esta tribuna, defender o avanço dos trilhos da Ferronorte, com um objetivo primordial. Para dizer tudo que já disse até aqui e para anunciar que, nos próximos dias, juntamente com os dirigentes do Fórum Pró-Ferrovia, que reúne a Federação das Indústrias, o Governo do Estado, as lideranças do comércio, os dirigentes dos sindicatos, tanto dos pequenos como dos grandes produtores agrícolas, Prefeitos e Vereadores de Cuiabá e de Várzea Grande, representações comunitárias e sindicais, lideranças da Maçonaria e da sociedade civil organizada – todos estaremos aqui, em breve, para um encontro, que o meu gabinete já está articulando, com o apoio da Liderança do PT, com a Ministra Dilma Rousseff e demais autoridades responsáveis pelo Programa de Aceleração do Crescimento, para dizer que entende-

mos que, em se tratando da capital de Mato Grosso, é fundamental que nos investimentos do PAC esteja incluída a chegada dos trilhos da Ferrovia Vicente Vuolo até Cuiabá. Não abrimos mão disso. Vamos batalhar incansavelmente por isso.

O PAC já garantiu investimentos importantes para a nossa capital, mas não pode deixar de garantir mais este. Com o PAC, em toda a Grande Cuiabá, nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, está sendo praticamente universalizada a oferta de água potável e o tratamento de esgoto, notadamente naqueles bairros mais desassistidos, que reúnem populações mais pobres, que viviam largadas pela sorte. Este planejamento, desenvolvido pelo Governo do Presidente Lula, veio para acabar com aquela situação de omissão das autoridades públicas que, através dos anos, nunca haviam encarado de forma decisiva a necessidade de se resolver as carências dos cuiabanos no que se refere ao tratamento de esgoto e ao acesso à água tratada.

Não existe, Sr. Presidente, para nós, cuiabanos, para todos que batalham pela continuada melhoria da qualidade de vida em nossa capital, todavia, a possibilidade de avançarmos na garantia dessa melhoria sem a concretização desta conquista, que é a chegada dos trilhos até Cuiabá. Queremos também nos beneficiar desse surto de desenvolvimento, que já sacudiu Alto Taquari, que já transformou Alto Araguaia, que vai começar a avançar rumo a Rondonópolis e que não pode parar – tem que avançar urgentemente no rumo de Cuiabá, para a efetiva realização de tudo aquilo que sonhou e imaginou o Senador Vicente Vuolo, que é o sonho de todos os cuiabanos e dos mato-grossense. Com a Ferrovia Vicente Vuolo, a certeza não só das lideranças empresariais, como também das lideranças comunitárias e populares, é que um novo e importante surto de desenvolvimento vai marcar a vida de Cuiabá. Queremos, com urgência, que se estabeleça o PAC da Ferrovia, para que a chegada dos trilhos a Cuiabá seja uma certeza.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tanto a **Gazeta Mercantil** quanto o **Valor Econômico** – esses dois jornais – registraram que, a partir do mês de julho, que está bem próximo, a Empresa ALL, a atual concessionária da Ferronorte, passará a fazer a movimentação de carga seca e/ou frigorificada de Mato Grosso para o Porto de Santos, através da Ferrovia Vicente Vuolo, utilizando-se da tecnologia dos contêineres. De acordo com informações do Diretor de Negócios Industrializados da ALL, Sr. Sérgio Nahuz, nos primeiros três meses, o terminal de Alto Taquari deve movimentar um volume de 600 contêineres/mês, podendo chegar a três mil contêineres mensais nos próximos anos.

Infelizmente, não será possível terminar a minha fala por não ter mais tempo, mas eu diria que o transporte ferroviário para Mato Grosso é indispensável.

O Governador Blairo Maggi e eu, como Senadora da República, assim como todos os Parlamentares Federais e Estaduais do meu Estado de Mato Grosso estamos juntos por essa causa muito maior que é a Ferrovia Vicente Vuolo.

Eu vibro muito com toda essa história, Sr. Presidente, porque sempre estive muito ligada à luta do Senador Vicente Vuolo.

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, tenho o privilégio de, hoje, contar em minha assessoria com um filho do Senador Vicente Vuolo, que é o economista Vicente Vuolo Filho, que me ajuda muito nessa empreitada. Por isso, cada vez mais nós nos aproximamos dessa ferrovia, nós batalhamos mais por ela, porque sabemos que ela é decisiva e determinante para o desenvolvimento do nosso Mato Grosso, especialmente da nossa Cuiabá.

Para encerrar, quero dizer que fui Relatora da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2009. No ano de 2008, fui a Relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 no Congresso Nacional. E nós asseguramos lá a chegada da Norte-Sul, que deverá trazer um braço da Norte-Sul; não sabemos ainda para qual Município à beira da estrada 163: Lucas, Sorriso, enfim, qualquer um daqueles Municípios à beira da 163. Mas asseguramos, está na LDO. Agora, é óbvio que é preciso muito mais do que isso. O projeto está sendo elaborado e espero que breve – porque essas coisas todas são lentas – isto seja algo concreto para Mato Grosso: chegar um braço da Norte-Sul em outra região de Mato Grosso, que depois poderá se encontrar com a Ferronorte também.

Mato Grosso, com os trilhos, assumindo realmente o compromisso não só de ser o maior produtor de inúmeros produtos de alimentação para o Brasil mas especialmente para o mundo, terá as condições reais, verdadeiras para fazer com que essa exportação seja facilitada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Anunciamos, com muita honra, a presença em nossa Tribuna de Honra do Dr. Juiz de Direito Willys Vilas Boas, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Convidamos para usar da palavra, como Líder, o Senador Mário Couto, que representa a Minoria.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Como já foi anunciado, com a palavra, como Líder da Minoria, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Como Líder da Minoria. Sem revisão do orador.) – Quero, nesta tarde, primeiro, agradecer os Prefeitos do meu Estado, o Pará, da minha querida terra do Pará, pela visita que fiz, nobres Deputados Federal e Estadual Wandenolk e Bira Barbosa e também o Senador Flexa Ribeiro, semana passada, a 10 Municípios. Visitei o Município de Acará e, lá, fui muito bem recebido pela Prefeita Francisca Martins; visitei Breu Branco, e fui muito bem recebido pelo Prefeito Alemão; visitei Bujaru, no norte do Pará, onde fui muito bem recebido por todos os companheiros, pela Prefeita Maria Antônia; em Colares, pelo Prefeito Ivanito. Em Igarapé-Açu, companheiros me deram uma acolhida muita carinhosa; fui recebido pela Prefeita Sandra. Em Mãe do Rio, pelo Prefeito Francisco Coutinho, que me recebeu juntamente com todos os companheiros. Em Marapanim, Prefeito José Ribamar. Em Terra Alta, Prefeito Aroldo do Nascimento. Em Tucuruí, Prefeito Sanclair. Em Vigia de Nazaré, Prefeito Noé Palheta.

Quero agradecer, sensibilizado, o carinho de todos os Prefeitos que estiveram comigo em minha visita ao meu Estado, e dizer, nobres Parlamentares do Estado do Pará, que a situação do Pará, hoje, é uma situação de caos. Vou falar disso amanhã. A situação do Pará, hoje, é uma situação que, inclusive, está sob uma indefinição de uma possível intervenção no Estado, pela condição terrível em que vive o povo paraense.

E eu quero, amanhã, abordar todos esses assuntos que levam à calamidade o meu Estado. Na segurança, na saúde, na educação, nas estradas, enfim, é um caos.

Mas devo abordar este assunto, meus companheiros, conterrâneos, amigos do Estado do Pará, sei que a situação é terrível, principalmente no interior do meu Estado. E quis fazer isso, Deputados Wandenolk e Bira Barbosa, que muito me honram com as suas presenças, quis ver de perto a situação. Fui de ônibus daqui para lá e voltei de ônibus de lá para cá. Visitei todas essas cidades de ônibus e senti a situação de cada Município desses que visitei e de outros cujos Prefeitos me procuraram, falando da real situação.

Quero hoje – vou deixar este assunto para amanhã, deputados – falar sobre o veto que o Presidente Lula deu ao projeto do Senador Paulo Paim, em 2006.

Em 2006, o Presidente Lula vetou, depois de ter sido aprovado pelo Senado e pela Câmara, o Projeto do Senador Paulo Paim, dizendo: não, Paim, eu não concordo contigo, Paim; eu não quero beneficiar os

aposentados deste País; eu quero que os aposentados deste País continuem vivendo mal como estão vivendo até hoje. Não foi isto, Senador Papaléo? Isso que vou falar agora dói. Esta Casa tem que tomar alguma providência através de um projeto de lei. Vou falar sem nenhum medo, sem nenhum receio. Se eu estiver mentindo, proponho que cada Senador ou Senadora entre com um pedido de cassação do meu mandato.

O Presidente Lula, Senador Mão Santa, foi aos palanques na sua campanha, discursou em palanques, dizendo que não admitia que um trabalhador brasileiro ganhasse vinte salários mínimos e em sua aposentadoria passasse a ganhar menos da metade. Era um absurdo, dizia o Presidente Lula. Se for eu Presidente, vou corrigir; não é possível que se faça isso com um cidadão brasileiro, trabalhador, dizia o Presidente Lula.

Pergunto à Nação brasileira: por que o Presidente não diz isso agora? Por que o Presidente mudou? Por que o Presidente não fala mais o que ele falava antes da eleição que lhe trouxe ao governo? Por que, Nação brasileira? Deveria ter uma punição para aqueles que faltassem com a palavra, para aqueles que não cumprissem com sua palavra.

Vou repetir, sem medo de errar, Presidenta. Se eu estiver mentindo, estão liberados, Senadores e Senadoras, para pedir a cassação do meu mandato por mentira. Vetou o projeto de V. Ex^a. O projeto quer dizer o seguinte: salve os aposentados brasileiros; não os deixe morrer à míngua. V. Ex^a, quando sair desta Casa, terá o peito lavado. O nariz de V. Ex^a vai ficar assim, igual ao daquele ali, o Rui Barbosa. V. Ex^a vai dizer aos seus companheiros de partido que se interessou e trabalhou por uma causa justa. Eu quero saber o que vai dizer o Presidente Lula. V. Ex^a tem o que dizer; V. Ex^a está lutando por uma classe que está à míngua, está morrendo neste País. E o Presidente Lula, o que vai dizer quando um companheiro, Presidenta, perguntar: Presidente Lula, você esteve lá com a caneta na mão, disse que iria corrigir a injustiça e não corrigiu, Presidente. Os próprios companheiros vão cobrar do Presidente, e ele não vai poder dizer nada aos companheiros.

A votação de hoje é secreta. Presidente Sarney, se V. Ex^a estiver me ouvindo, Presidente Sarney, ponha em pauta para que se acabe com essa história de voto secreto no Parlamento brasileiro. Isso é uma vergonha.

Dois mil e nove anos depois de Cristo, ainda tem que se esconder voto da população no Parlamento brasileiro. Isso é uma vergonha! Dificilmente o voto será derrubado, porque vão esconder os seus rostos na cabine da urna. Vão esconder!

Todos já estão hoje preparados para votar. Já sabem o que devem fazer. O rei já determinou o que tem que fazer. Ninguém vai saber quem votou contra ou quem votou a favor.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Permita-me, Senador?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – A população brasileira não vai saber. Os aposentados não vão saber. O voto secreto esconde a covardia. O voto secreto esconde a covardia.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador, V. Ex^a tem muita razão quando fala na questão relacionada a voto secreto. E também quero deixar bem claro que nós temos informação de que, dos 149 vetos programados para hoje, no Congresso, quem está preenchendo...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Papaléo, eu pediria que o senhor fosse bastante sintético porque não cabe aparte.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senadora, eu quero dizer que nós não podemos fazer também discriminação. A Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não há discriminação.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – A Senadora Ideli Salvatti, do seu Partido, ficou trinta e tantos minutos na tribuna.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está permitido. Está permitido o aparte! Só pedimos que ele seja breve.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – E o Senador Suplicy, com seus apartes extensos, como é sua característica, levou quase sete minutos para apresentar duas Senadoras aqui presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está permitido, Senador.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Então eu quero que não haja discriminação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pedimos que o senhor seja breve.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Ou nós exercemos o direito de atuar rigorosamente com este Regimento ou, então, está tudo perdido. Eu sou a favor de que o Regimento seja cumprido literalmente, rigorosamente. Então, Senador Mário Couto, só para resumir: a votação de todos os Parlamentares que apóiam o Governo está sendo preenchida pelas lideranças. Está tudo preenchido. O Parlamentar só vai lá e entrega. Então, a vergonha do voto secreto está

caracterizada exatamente aí: todos os Parlamentares da base de apoio ao Governo vão votar com a sua cédula de votação preenchida pelas suas lideranças. Obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado digo eu, Senador.

E quero aqui externar minha admiração por V. Ex^a. V. Ex^a, aqui, junto com os Senadores Mão Santa e Paulo Paim, demonstra sensibilidade em relação a essa classe tão sofrida, que é a classe dos aposentados.

E eu tinha uma esperança enorme no Presidente Lula. Eu pensei que com a vinda do Presidente Lula ao poder nós poderíamos resolver esse problema. Eu tinha quase que certeza. Para mim, foi uma extrema decepção.

Mas quero ouvir o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, de forma muito rápida. De fato, os Partidos indicam, marcado a lápis, a orientação da liderança, mas ninguém é obrigado a seguir. E como eu já disse, tenho certeza – e também V. Ex^a –, de como nós votaremos. Já falei da tribuna e repito aqui, não vou falar de todos os vetos. Sou radicalmente contra o voto secreto. Sou autor da PEC nº 50, que está pronta para ser votada; é só votar. Se o Senado não votar, a Câmara vai votar e vai acabar com o voto secreto. Ainda bem. Não querem votar a minha, não tem problema. Votem a do ex-Deputado Fleury, que tem o mesmo teor. Voto secreto em nenhuma hipótese. Mas faço questão de aproveitar a fala de V. Ex^a para dizer, como eu dizia antes, que estou aqui com a planilha de votação. Deixo muito claro: pelo menos três vetos. Não posso falar dos 149, porque senão vou ficar a tarde toda. Item nº 11: trata da complementação da aposentadoria dos servidores dos Correios. Devemos votar não. Item nº 54: trata da emenda que apresentamos; Câmara e Senado aprovaram por unanimidade, o que vai garantir que os aposentados e os pensionistas recebam o mesmo índice assegurado ao salário mínimo – ao invés de 5%, 16,7%. Também o Item nº 130, que simplesmente garante que para ser um oficial de justiça é necessário ser bacharel em Direito. Todos concordam com isso. Que fique claro: para mim, não tem voto secreto. Para mim, vou à tribuna e falo dos meus 149 votos, como vou votar. É um direito meu. Não quero votar secretamente. Espero, ainda, que, se prevalecer a coerência dos Deputados...

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Se prevalecer a coerência dos Deputados e Senadores, nós haveremos de mudar o voto. Ou seja, derrubar o voto, porque todos os Deputados e Senadores foram unâ-

nimes. Essas votações, todas elas, foram por unanimidade. Como vamos explicar à sociedade que quando o voto é aberto votamos simbolicamente por unanimidade e quando é fechado a maioria absoluta, ou seja, a metade mais um dos Senadores e Deputados, vota totalmente diferente. Seria inexplicável. Em nome da democracia e do próprio Congresso, temos de manter a coerência na hora da apreciação do voto.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a é uma exceção. Das exceções que temos, V. Ex^a é uma delas. V. Ex^a coloca seu mandato à disposição do povo. V. Ex^a não vende, não empresta e nem aluga o mandato de V. Ex^a. V. Ex^a respeita aqueles que depositaram a confiança do voto em V. Ex^a. Mesmo que algumas pessoas do vosso partido não entendam, neste momento, sua posição, V. Ex^a está convicto do que está fazendo, está certo de que está agora, neste momento, tentando melhorar a situação de uma classe sofrida. Por isso, considero V. Ex^a uma das exceções que existem neste Parlamento.

Senador Paulo Paim, é muito grave a realidade do Parlamento brasileiro. Quando há diferença do voto aberto para o voto secreto, é no voto secreto que ele esconde a covardia. É no voto secreto. Eu digo covardia, sem medo. Porque ele faz centenas e milhares de acordos. E o povo não lhe mandou para cá para fazer isso. Por meio desses acordos, ele fica na mão do rei. Como ele não quer perder os privilégios que o rei dá, ele obedece à ordem do rei.

Milhares...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer, Presidenta.

Milhares e milhares de velhinhos sofrendo neste País. “Ah, porque no Governo anterior...” O Governo anterior não interessa. Eu quero agora. Ele prometeu, ele disse que ia resolver.

Sabe o que nós vamos ver aqui, Deputado Bira Barbosa, do meu Estado do Pará? Sabe o que vamos ver? Veja, Deputado. Fique aqui para ver. Daqui a pouco, nós vamos ver todos os Senadores e Deputados votando secretamente. Vamos ver isso.

Até aí, tudo bem, Presidenta, mas a resposta não é a que o povo quer, é a que o Presidente da República deseja.

Meu voto, o voto do Senador Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Mão Santa e outros, tenho certeza, será o voto “não” ao voto. E já estou falando do meu voto também. Mas, infelizmente, o voto é secreto.

Se o voto fosse aberto, pelo menos uma coisa ia me convencer. Eu ia para minha casa tranquilo hoje, porque eu ia ver a cara de cada um, eu ia olhar no rosto de cada um, eu ia mandar o nome de cada um para a Internet, para que todos os brasileiros e brasileiras soubessem quem são os traidores da Pátria, quem são os traidores dos aposentados, daqueles que viveram a sua vida, Presidenta, trabalhando por este País.

Fator previdenciário. Isso é uma vergonha! Como é que se dá um aumento de 12% no salário mínimo e se dá 5,8% aos aposentados? "Ah, não tem dinheiro." Mentira! Mentira! Como é que não tem dinheiro, se empresta dinheiro para o FMI? E ainda se diz que está glorificado: "Estou emprestando dinheiro para o FMI. Eu sou poderoso. O Brasil tem dinheiro". É o FMI que está recebendo dinheiro deste País. "Eu dou para a Angola, eu dou para a Colômbia, eu dou para a Venezuela,..."

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer, Srª Presidente.

"E eu não dou para os aposentados." Não dá porque não quer. Não dá porque não gosta dos aposentados. Não dá porque quer massacrar os aposentados. E olhe – psiu –, Senador Paulo Paim, olhe que o projeto é seu. Deveriam ter respeito por sua consciência, deveriam ter respeito por sua sensibilidade, deveriam ter respeito por sua vontade, deveriam ter respeito pela coisa mais sagrada, que é a velhice. Deveriam ter respeito por isso. V. Exª sabe, tanto quanto eu, como estão os aposentados deste País. V. Exª anda como eu. V. Exª sofre como eu, ao ver tudo isso acontecer. E brincam, e brincam com o sentimento...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ... desse povo. É isso que nós não podemos aceitar. Nós não vamos parar. Estou do seu lado. Não o abandonarei. Não é do seu lado; é do lado dos aposentados que estamos. Eu não o abandonarei. Eu não abandonarei essa luta. Um dia vamos vencer. Que não seja hoje, porque sei que a covardia vai imperar, mais uma vez, nessa votação.

Senador Flexa Ribeiro, encerre minhas palavras.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mário Couto, V. Exª já colocou aí, com sabedoria, tudo aquilo que gostaríamos de dizer, e os Senadores que o apartearam já declararam também, como o farei agora, que devemos pedir ao Presidente Sarney que paute a PEC nº 50, que define o voto aberto em todas as votações no Congresso Nacional. E aí, como V. Exª bem colocou,

ficará a consciência de cada um, votando de acordo com aqueles compromissos que assumiram junto às suas bases, e não em função de agrados do Governo. Eu votarei hoje, para derrubar o voto que trouxe prejuízo aos funcionários e aposentados dos Correios, como votarei também, para derrubar o voto que impediu o aumento dos aposentados e pensionistas no mesmo percentual do salário mínimo, que era de 16,7%. Então, estamos juntos. Vamos, na sessão do Congresso, tentar essa vitória, que, como V. Exª disse, para nós, é do povo brasileiro. Parabéns!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Encerro, Presidenta, dizendo: Senador Paim, vamos entregar a Cristo; vamos entregar à nossa Padroeira paraense, Nossa Senhora de Nazaré; vamos entregar o julgamento final na mão deles; o julgamento inicial, na mão do povo brasileiro.

Não há melhor momento para se julgar um político, senão este: na hora de ver o político defender os interesses do povo deste País. Julguem, julguem cada um, ensinem os políticos a serem sérios. São vocês que têm essa obrigação, povo brasileiro, de ensinar os políticos a serem sérios. Julguem cada um pelos seus atos, julguem cada um pelas suas atitudes. Aqueles que não puderam vir liguem a TV Senado hoje, liguem todos os dias, vejam aqueles que lutam pela defesa da sociedade que mandou cada um para cá – cada um daqueles que, quando chegam aqui, decepcionam.

Deixo, Senador Paim, a atitude de cada um nessa sessão, daqui a pouco. Deixo na mão do povo da minha Nação, do povo do meu querido País. E deixo o julgamento final para minha querida Nossa Senhora de Nazaré e para Cristo, para que cada um tenha a pena que mereça.

Muito obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Mário Couto.

Tem a palavra, pela inscrição, o Senador Papaléo Paes e, logo após, para uma comunicação inadiável, a Senadora Fátima Cleide.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko, que acaba de transferir a Presidência ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Antes de iniciar meu pronunciamento, que é técnico, quero parabenizar o Senador Mário Couto e o Senador Paulo Paim pela defesa intransigente da derrubada de um voto que impede que nossos aposentados, que são os verdadeiros símbolos do trabalho neste País, tenham seus direitos adquiridos reconhecidos pelo Poder Executivo, pela Presidência da República.

Então, aqui, presto minhas homenagens aos aposentados deste País, que sempre mantêm a esperança e que sempre veem não na maioria dos parlamentares, mas num grande número deles pessoas que os representam nas Casas legislativas e que podem ainda conseguir algum ato que venha a reconhecer e dar o direito que merecem e que têm.

Estamos cumprindo nossa parte aqui. Sabemos quem está a favor, quem está contra. Sabemos que, infelizmente, o voto secreto realmente deixa muitas pessoas acovardarem-se, na situação de não quererem votar, com um painel que declare abertamente seu voto.

Senador Mário Couto, eu poderia até fazer uma sugestão prática, que conheço por meio de algumas pessoas que já me informaram: quando for voto secreto – já que temos de obedecer à lei, obedecemos à lei –, vá para a cabine, mas, ao chegar lá, bata uma fotografia do voto e mostre para as pessoas da sua confiança, para dizer que V. Ex^a realmente é homem que cumpre com sua palavra. Não se pode mostrar publicamente o voto, porque pode até haver anulação da eleição, mas chegue e diga “olhe, está aqui, votei assim”, para que as pessoas que estão convivendo com V. Ex^a possam realmente ver V. Ex^a como veem o Senador Paim. A maioria não precisa disso, porque tem palavra – e palavra é palavra –, mas é bom fazer isso, até acabarem com essa história de voto secreto.

Admito até que se mantenha o voto secreto, quando formos votar a indicação de alguma autoridade, por exemplo, do Poder Judiciário; nesse caso, é bom que o voto seja secreto, sim, pois ali não se está colocando em dúvida qualquer tipo de ação do parlamentar. Se é um grande poder, de repente você vota de forma contrária e poderá receber um troco lá adiante – não seria o caso de pensarmos isso de todos aqueles que pudesse receber o voto contrário, mas há esse risco. Quanto à questão da cassação de mandato, de eleição da Mesa, de voto, como estamos vendo hoje, a votação deve ser aberta. Por que votar secretamente? Por que dar o direito de alguém preencher minha folha de votação para eu votar? Negativo! Somos os representantes do povo, votamos de acordo com nossa consciência. Então, Senador Mário Couto, essa questão...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Quero reafirmar minha admiração por V. Ex^a.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Cito sua defesa, aqui, de um projeto do Senador Paulo Paim, que tem nosso respeito e nossa admiração, que sa-

bemos ser um homem que realmente faz muito bem a política brasileira, que faz muito bem ao seu Estado e que é reconhecido por este País todo como um cidadão sério, competente, experiente. S. Ex^a passa para muitos de nós a experiência de mandatos como Deputado Federal, como líder sindical, como um Senador que aqui está há mais de seis anos. Então, quero reconhecer minha admiração e meu respeito pelo Senador Paim. Reconheço que S. Ex^a é um dos assíduos Senadores aqui. Se aqui houver três parlamentares na segunda-feira, o Senador Paulo Paim será um deles. Então, quero reconhecer, Senador Paim, sua grandeza nesta Casa.

Senador Mário Couto, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Serei breve, Senador, para não atrapalhar seu pronunciamento. Senador Papaléo, o Senado poderia, num momento tão difícil do Parlamento, dar uma demonstração ao Senador Paulo Paim da seriedade desta Casa. É um ótimo momento para se colocar em pauta a votação dessa lamentável atitude, que há algum tempo foi tomada e persiste até hoje, do voto secreto. É a hora exata para isso! O Presidente Sarney seria, com certeza, elogiado por todos. Antecipadamente, eu me levantaria para fazer um pronunciamento, de pé, ao Presidente desta Casa, se viéssemos a derrubar esse voto secreto. Isso é um absurdo! O que pensa a população brasileira de nós, votando secretamente? “Secreto” quer dizer “escondido”, Senador. Por que vamos votar escondido daqueles nos mandaram para cá? Eles querem saber qual foi o voto do Papaléo, o voto do Mário Couto, do Paim e de outros. Por que se esconder o voto? Não vamos pressionar, mas vamos todos falar ao Presidente Sarney que é a hora boa, a hora correta de se colocar em pauta a queda do voto secreto nesta Casa para tudo. Não tem de haver exceção, não, para escolha de Ministro, de autoridade. O voto deve ser aberto para tudo! Quero mostrar meu rosto a todos. Quero mostrar meu voto a todos. Não quero esconder mais meu voto nesta Casa. E haverá de existir uma maneira definitiva para que cada um possa mostrar seu voto. Não quero mais votar secretamente, Senador Papaléo. Não quero isso. Eu me sinto envergonhado. É uma vergonha para cada um de nós votar secretamente. Desculpe-me a interrupção.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a e concordo plenamente com V. Ex^a.

Concedo-lhe o aparte, Senador Expedito Júnior.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Papaléo, agradeço-lhe a oportunidade de apartear V. Ex^a. Eu não poderia deixar de fazer um registro: da-

qui a pouco, no plenário da Câmara dos Deputados, as duas Casas votarão os vetos do Presidente da República. Entendo que já passou da hora de, nesta Casa, acabarmos com o voto secreto. Isso é um absurdo. A população brasileira precisa saber e acompanhar as ações de cada parlamentar. Com a TV Senado, há a oportunidade de a população saber como está atuando, como está trabalhando, como está votando o parlamentar de sua escolha. Não temos de ter medo de nada, não temos de ter medo de mostrar nossa cara, de mostrar nosso voto. Muitos políticos assumem alguns compromissos lá na base, chegam aqui e fazem tudo de forma diferente, chegam aqui e não votam. Lá, fazem discurso bonito para a população, mas chegam aqui e agem de forma diferente. Sobem à tribuna – já vi Senador da República fazer isto aqui – e, depois, infelizmente, dizem: “Lá fiz um discurso, mas aqui vou votar desse jeito”. Temos de acabar com isso. Voto secreto para quê? Temos de mostrar nosso voto, temos de dizer para que viemos a esta Casa. Daqui a pouco, sei que vamos votar os vetos, e, em três ou mais itens, vou votar diferentemente de muitos Senadores desta Casa, de muitos Deputados Federais. Tenho alguns compromissos, como a questão dos aposentados, Senador Paulo Paim. Durante a noite inteira, assumimos um compromisso. Ao chegar ali, vou votar de forma contrária, vou votar de forma diferente do compromisso que assumi? Está aqui o Senador Mário Couto, que foi um dos Senadores que passou noites em claro aqui. E agora S. Ex^a vai votar escondido? Não sabemos quem está votando com os aposentados, quem não está votando com os aposentados. Infelizmente, não temos como cobrar isso de ninguém. Então, faço um apelo aqui. A questão dos vetos é interessante. Nesta Casa, não se discutem e não se votam vetos há muito tempo. Eu conversava há pouco com o Senador Mário Couto, que me dizia: “Senador Expedito, estou preocupado com a votação de hoje, com essa votação dos vetos. Até agora, ainda não chegaram ao meu gabinete os vetos, para que eu possa definir se vou votar “sim”, se vou votar de forma favorável aos vetos, se não vou votar de forma favorável aos vetos”. Daqui a pouco, vamos chegar à Câmara dos Deputados para votar quase 150 vetos, se não estou enganado. Informam-me que são 149 vetos. Vai haver Senador que, na hora de votar, não saberá que veto está votando, e digo isso com todo o respeito que tenho por toda esta Casa, por todos os Senadores desta Casa. Infelizmente, isso vai acontecer. Quero fazer coro com o pronunciamento que V. Ex^a faz na tarde de hoje. Nós já devíamos dar uma demonstração no Senado, acabando com o voto se-

creto nesta Casa. Não é preciso esperar votar projeto de lei. Vamos sair na frente! Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paés, permita-me um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concedo-lhe o aparte, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Vou falar de forma muito rápida. Sr. Presidente, Senador Valadares, quero aproveitar que V. Ex^a está presidindo os trabalhos para dizer ao Senador Papaléo Paes que V. Ex^a é o Relator da proposta de emenda à Constituição que trata do voto secreto e que tenho a certeza de que, se depender de V. Ex^a, o Plenário haverá de decidir o mais rapidamente possível. Eu informava, Senador Valadares, que a Câmara está fazendo uma pesquisa. Entrei no site da Câmara, o qual já foi acessado por algo em torno de mil pessoas, e mais de 90% são a favor do fim do voto secreto em todas as hipóteses. Mais de 90% da população já pediu isso. Há lá uma proposta de emenda à Constituição do Senador Fleury que poderá ser votada a qualquer momento. Não estou preocupado se é a nossa que vai ser votada. Ou aqui se vota, ou lá se vota, mas se tem de acabar com o voto secreto de fato, e não estou preocupado em qual governo isso vai ocorrer. Hoje, o PT está no Governo, mas não sabemos o futuro. Para mim, uma emenda à Constituição serve a todas as gerações. Calculem os senhores: vamos apreciar hoje 149 vetos numa cédula. Estou com a cédula aqui. Digamos que os 149 vetos sejam mantidos. Com que moral fica o Congresso Nacional? Não estou entrando no mérito de quem é o Presidente da República. São 149 projetos que votamos, e 90% deles por unanimidade – são votos simbólicos nos plenários. Agora, foram vetados 149 projetos, e muitos devem mesmo ser vetados, porque já perderam a razão de ser. Por exemplo, eu mesmo apresentei um projeto que tratava da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Mas, em 149 projetos aprovados, por unanimidade em ampla maioria, mantermos o voto aos 149, com as medidas provisórias? E fomos os culpados por isso, porque inventamos essa tal medida provisória que permite ao Executivo legislar em nosso nome. A gente só tem o poder aqui de ser contra ou a favor. E, ainda, quando vota, a gente acompanha todos os vetos ou, então, perde um pouco a razão. Aí vem a pauleira, dia e noite, no Congresso, e ficamos procurando uma saída, uma resposta. É preciso analisar isso com cuidado. Estou aqui com a cédula. E esta não é a primeira vez, não,

que estou aqui com esta cédula, que recebo desde que era Deputado. Estou no Congresso há 23 anos ininterruptos e, desde que eu era Deputado, já recebia esta cédula, mesmo quando eu era da Oposição. E olha que dá para contar nos dedos de uma só mão os vetos derrubados aqui. Nesses 23 anos, acho que um só veto foi derrubado, mediante acordo. Por quê? Porque é secreto. Trago essa reflexão. Senador Papaléo, parabéns!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Realmente, sua reflexão é muito positiva.

Senador Cafeteira, por favor, tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Senador Papaléo, realmente são 149 vetos. Já instruí minha chefe de gabinete para, com toda certeza, votar “não” ao veto dos aposentados. O parlamentar tem a obrigação de votar de forma aberta, para que o povo saiba como está votando seu representante. Aliás, minha vida toda tem sido de coisas muito claras. Inclusive, quando Prefeito de São Luís, acabei com o baile de máscaras, porque sou contra os mascarados. Estou com V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Cafeteira.

Quero deixar registrado aqui que, em homenagem aos aposentados, para marcar minha posição pela derrubada do veto contra os aposentados – refiro-me ao projeto do Senador Paim, que é a favor dos aposentados –, deixo de fazer o pronunciamento que preparei para o dia de hoje. Quero deixar registrado aqui meu apoio aos aposentados e minha indignação com todos aqueles que olham de maneira inconsequente e irresponsável para essa classe, que é o verdadeiro símbolo deste País, com a falta de respeito como estão olhando hoje, como olha o Poder Executivo.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Efraim.

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – Senador Papaléo, inicialmente, quero parabenizar V. Ex^a pela defesa que faz da derrubada do veto. Apresento uma proposta que poderemos analisar daqui a pouco. Demorou-se tanto a votar os vetos nesta Casa, que não vejo motivo para tanta pressa agora. O que observo é que, às 15h40, há aqui 41 Srs. Senadores. Seria preciso que todos os Senadores votassem para que fosse derrubado o veto, seria preciso maioria absoluta, que é exatamente 41 votos. Como justificar a derrota de um projeto que aqui foi votado por unanimidade? Vamos ver o quórum, ninguém está obrigado a votar esses vetos hoje, não. Essa é a primeira observação que temos de fazer hoje. Por que não quebrarmos o quórum,

acabarmos com o voto secreto e, depois, votarmos esses vetos? Esse é que é o caminho! Ninguém tem pressa de votar essa matéria, não. Eu mesmo estou indo para o plenário para quebrar o quórum e vou pedir ajuda aos Srs. Senadores se sentir que o Governo se organizou para manter o voto dele. Vamos ter paciência. Já trabalhamos tanto para conseguir aprovar essa matéria! Devemos, agora, negar quórum, não votar esse voto. Primeiro, temos de derrubar o voto secreto para todos os assuntos. Isto acontece na Comissão de Ética: se lá há unanimidade, aqui se resolve de outra forma. Está na hora exata de dizermos isso. Vamos hoje, Senador Papaléo, com o discurso que ouvi de todos os Srs. Senadores, tomar essa posição, uma posição de respeito aos aposentados, para que fique claro, daqui para frente, que trabalhamos e que o Governo desmanchou nosso trabalho.

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Peço a V. Ex^a que conclua.

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – Há mais um aqui para ele vetar: hoje, aprovei, com apoio unânime dos companheiros da Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei do Senado nº 421, de minha autoria, que concede isenção total do Imposto de Renda da Pessoa Física sobre os rendimentos de aposentadoria e de pensão dos maiores de setenta anos de idade, iniciando-se com isenção de 20% dos rendimentos aos 66 anos. Foi terminativo e, agora, está indo para a Câmara dos Deputados. Está na hora de os aposentados se organizarem! Lembro que o próximo ano é ano de eleição. Vamos cobrar das Sr^as Deputadas e dos Srs. Deputados Federais que essa matéria seja votada este ano, para que, a partir dos 66 anos de idade, os aposentados e os pensionistas tenham isenção de Imposto de Renda.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Fátima Cleide, V. Ex^a falará daqui a pouco, depois que o Senador Efraim terminar.

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – A matéria se encaixa no assunto que estava sendo tratado, e, daqui a pouco, irei me referir a esse trabalho. Parabéns a V. Ex^a, parabéns a esta Casa! Convoco os Srs. Senadores, para que, primeiro, antes de votarmos esses vetos que não se sabe quais são, possamos pensar em derrubar o quórum e impedir que se tenha oportunidade de apreciar esses vetos agora. Faz tanto tempo, que ninguém se lembra como votar voto nesta Casa!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Efraim. Incorporo seu aparte ao nosso pronunciamento.

E quero me referir aos que dizem “não”. Digo o seguinte: pela minha experiência, a única forma de se derrubar esse voto, se for o caso, é com voto aberto. Com voto secreto, toda a base do Governo vai votar contra a derrubada do voto. Só haveria chance de se derrubar o voto com o voto aberto, porque o eleitor teria a chance também de olhar na cara de quem votou contra ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, a Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Fátima Cleide, finalmente, V. Ex^a é a próxima oradora.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só espero ser contemplada com o mesmo tempo.

Quero, nesta tarde, Sr. Presidente, registrar a presença entre nós, na Tribuna de Honra e nas galerias desta Casa, de servidores aposentados dos Correios, a quem saúdo em nome do meu companheiro Oscar Knightz, de Rondônia.

Quero dizer ao Senador Papaléo que sempre fui defensora do voto aberto em todas as ocasiões. Hoje, com certeza, mesmo votando secretamente e mesmo sendo da base do Governo, votarei com os aposentados deste País. Manifesto meu voto aqui da tribuna e o farei também na cédula.

Sr. Presidente, se falar de aposentado neste País já é problema, falar de índio, então, significa mais problemas.

Registro também a presença do Professor Jimenez, Reitor do Instituto de Educação Federal de Rondônia.

Sr. Presidente, neste final do mês de abril nós celebramos a Semana do Índio, referenciada no dia 19 de abril e instituída para revigorar a nossa reflexão sobre essa raiz nativa e mais profunda da identidade brasileira. Nesse sentido, quero trazer minha contribuição, oferecendo algumas ponderações sobre alguns aspectos da relação da sociedade e do Estado brasileiro com essa raiz profunda de nossa identidade.

Estudos históricos, Sr. Presidente, com a contribuição da Antropologia e da Arqueologia, apontam que o povoamento da América do Sul teve início por volta

de 20.000 a.C. Tudo indica que a dispersão da espécie humana pelo atual território brasileiro aconteceu por volta de 9.000 a.C. Estima-se que, em 1500, somavam entre um e cinco milhões de habitantes.

Os Tupis ocupavam a região costeira que se estende do Ceará a São Paulo. Os Guarani ocupavam-se pelo litoral sul do País e a zona do interior nas bacias dos rios Paraná e Paraguai.

Em outras regiões, havia grupos genericamente chamados de Tapuias, palavra tupi que se refere aos índios que falam outra língua.

Ao contrário do que consta na mal contada história oficiosa, os índios não assimilaram passivamente a ocupação da terra pelos europeus. Houve lutas e muita resistência, como, aliás, ainda hoje lutam e resistem bravamente contra os ataques aos seus direitos. Mas, dizem os pesquisadores, não se pode considerar que o contato inicial entre índios e brancos tenha sido inevitavelmente conflituoso.

Nos primeiros trinta anos de colonização, como eram poucos, os europeus sujeitavam-se aos costumes predominantes das comunidades nativas, até porque dependiam disso para garantir alimentação e segurança. Assim, enquanto os interesses dos europeus se limitavam ao extrativismo do pau-brasil, predominaram o intercâmbio comercial pacífico e as trocas de produtos entre europeus e populações nativas.

Quando, porém, o extrativismo foi substituído pela agricultura como principal atividade econômica, alterou-se drasticamente o tipo de convivência entre europeus e povos nativos. Desde então, na disputa por terras para a lavoura, os portugueses invadiram os territórios indígenas, expulsaram e escravizaram os habitantes originais.

A partir de então, também o Estado brasileiro assumiu o aniquilamento das identidades indígenas, o isolamento de muitas comunidades e a extinção da maioria delas, negando-lhes reconhecimento a quaisquer direitos: à cultura, às línguas, às crenças, às tradições e às formas de organização social.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, fomos educados para pensar que somos um só povo, com uma só cultura, como instrumento de apagar qualquer traço indígena no Brasil.

Ainda assim, vivemos rodeados e operamos cotidianamente com a herança cultural indígena, como tomar banho todos os dias; brincar de peteca; comer chocolate, amendoim, tapioca e farinha de mandioca; usar palhas, piaçava e sisal para cobrir habitações, tecer esteiras; descansar em redes.

Especialmente expressiva é também a influência das falas indígenas na língua portuguesa praticada no

Brasil, que se diferencia da fala em Portugal, sobre tudo pelo quanto incorpora das línguas nativas, principalmente o tupi e o guarani. O tupi, por exemplo, é a segunda língua mais utilizada para nomear lugares neste País.

(Interrupção do som.)

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço que V. Ex^a seja generoso comigo, afinal de contas são poucos que falam sobre índio neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PSB – SE) – E V. Ex^a tem competência para falar não só de índio, mas de muitas coisas mais.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nas comemorações do Dia do Índio de 2009, o Ministro da Cultura, Juca Ferreira, menciona as grandes perdas culturais dos povos indígenas brasileiros, secularmente submetidos a uma relação quase sempre desigual e perversa. Em função do que ressalta que é necessário “acelerar a modernização das relações” da sociedade brasileira com essa base de sua identidade.

Para a professora indígena Rosani Fernandes, no nome de quem quero reverenciar todos os profissionais da educação envolvidos com a temática indígena:

Os alunos das escolas não-indígenas no Brasil não aprendem nos bancos escolares a respeitar a diversidade cultural como riqueza e continuam reproduzindo preconceitos e estereótipos que marcaram negativamente a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, onde a escola é em grande parte responsável.

Apesar de termos vivido a felicidade de aprovar uma lei que busca reparar essa realidade – a Lei nº 11.645 –, as universidades ainda negligenciam quanto à questão indígena nos cursos de formação de professores. Como consequência, formam-se professores que folclorizam o índio, incentivam o preconceito e reproduzem informações que mais nos distanciam da realidade indígena, em vez de construir e consolidar relações de respeito e sadia curiosidade.

A regra geral nas escolas não indígenas é falar de índios somente no Dia do Índio – e assim a gente repete em todos os ambientes da nossa sociedade –, quando muito, de forma genérica e descontextualizada: os índios, que moram em ocas, se enfeitam com penas e sementes, adoram Tupã, e os poucos que restam vivem na Amazônia.

Raros cidadãos e cidadãs brasileiros sabem que não somos um só povo, com uma só língua: há cerca de 250 povos indígenas diferentes ainda hoje habitando o imenso território brasileiro há milênios; há 180 línguas diferentes vivas nos falares indígenas brasileiros; mais de 20% dos índios do Brasil estão no Nordeste e outros tantos nas Regiões Sul e Centro-Oeste. Por ordem demográfica, os Estados com maior população indígena são: Amazonas, Mato Grosso do Sul, Roraima e Pernambuco (com cerca de 50 mil índios a mais do que o Estado do Pará); somos uma sociedade culturalmente megadiversa.

A escola é responsável por essa idéia de que não há mais índios perto de nós, nem no espaço nem no tempo. Nossos livros de geografia não os mencionam e os livros de história referem-se aos índios sempre no passado.

Com isso, nossa cultura escolar nutre a invisibilidade e o preconceito, não apenas quanto aos índios, mas quanto a nós todos, quanto a que tipo de sociedade nós somos e a que queremos ser: uma sociedade uniforme, culturalmente pobre e fundada num passado recente e emprestado, feito da riqueza, do conhecimento e da história de outros povos, de outros continentes – uma sociedade inferior.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria muito que meu pronunciamento fosse dado como todo lido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a termina em quanto tempo o discurso?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Em mais uns três minutos.

Sr. Presidente, gostaria aqui de citar, por exemplo, nessa história do preconceito que se reproduz nas escolas, que o Ministro Carlos Ayres Britto, Relator do caso da Reserva Raposa Serra do Sol, muito humildemente confessou a sua ignorância ao pegar aquela matéria para relatar. Mas foi, literalmente, palavra por palavra, na Constituição, lendo, relendo e aprendendo com os movimentos sociais, que o nosso querido Ministro Carlos Ayres Britto sentenciou que não foi, infelizmente, no banco das escolas que ele aprendeu sobre a sociedade indígena brasileira e que, agora, após o relatório sobre o caso da reserva indígena Raposa Serra do Sol, é que ele aprendeu efetivamente sobre essa riqueza e diversidade dos nossos povos indígenas.

Mas, para finalizar, Sr. Presidente, eu quero informar que, no último dia 15 de abril, as Secretarias de Educação e Cultura do Distrito Federal assinaram um acordo de cooperação que prevê a introdução da cultura indígena na educação básica.

A cerimônia ocorreu no Memorial dos Povos Indígenas (MPI), durante a abertura da programação da semana dedicada ao Dia do Índio.

O acordo prevê que, até o fim do ano, os professores serão capacitados para lecionar a cultura indígena nas escolas da rede pública do Distrito Federal.

Embora a LDB já estabeleça a obrigatoriedade do conteúdo da cultura indígena nas escolas, o Distrito Federal pretende ser a primeira unidade da Federação a trabalhar com a capacitação de professores com o objetivo de introduzir a cultura dos índios na rede pública.

Louvo, Sr. Presidente, e celebro essa iniciativa do GDF. Tanto mais porque temos aqui, no Distrito Federal, a felicidade de abrigar um fenômeno antropológico especialíssimo, inédito, num pequeno território apropriado pela prática indígena ecumênica, onde se formou o que se chama “Santuário dos Pajés”.

Uma reunião de brasiliidades indígenas que só Brasília poderia compor.

E, por isso mesmo, Sr. Presidente, tenho a esperança de que – assim como se deu com o Ministro Ayres Britto, no contato com a Terra Indígena Raposa Serra do Sol – a Comunidade Indígena do Bananal e seu Santuário dos Pajés se constitua, efetivamente e em tempo, na oportunidade de conversão indigenista da capital do Brasil – seus habitantes e seus governantes.

Finalmente, quero ainda ressaltar a enorme responsabilidade que estáposta aos meios de comunicação.

A maneira exótica como a questão indígena é tratada na mídia...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE. *Fazendo soar a campainha.*) – V. Ex^a tem um minuto para concluir.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – (...) com raras exceções, esconde suas lutas e enfrentamentos diários, as suas dificuldades e potencialidades, suas histórias de perdas e suas conquistas.

Sr. Presidente, eu quero concluir, agora, com os ensinamentos da professora indígena que, honrada, reverencio novamente – a professora Rosani Fernandes. Ela nos adverte que os povos indígenas não devem ser tratados como primitivos por primarem pela

reprodução da cultura, das línguas e dos costumes milenares. Chama-nos a observar que os chineses, japoneses e outros povos orientais têm conciliado cultura e modernidade. E nós os admiramos e valorizamos por isso.

Mas queremos também fazer com que a nossa cultura indígena não seja apenas objeto de medíocres expressões de festividade apenas no Dia do Índio.

(Interrupção do som.)

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – E que o nó da questão é a efetividade. Mas isso se faz com consciência política, amor ao próximo, respeito ao outro e com o desejo de construir um mundo melhor.

Em apenas dez minutos é impossível dizer da importância da cultura indígena neste País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, celebramos, neste período, a Semana do Índio – referenciada no dia 19 de abril –, instituída para revigorar nossa reflexão sobre esta raiz nativa, e a mais profunda, da identidade brasileira.

Nesse sentido, quero trazer minha contribuição, oferecendo algumas ponderações sobre alguns aspectos da relação da sociedade e do Estado brasileiro com essa raiz profunda de nossa identidade.

Sr. Presidente, estudos históricos, com a contribuição da antropologia e da arqueologia, apontam que o povoamento da América do Sul teve início por volta de 20.000 a.C.

Tudo indica que a dispersão da espécie humana pelo atual território brasileiro aconteceu por volta de 9000 a.C.

Estima-se que, em 1500, somavam entre um e cinco milhões de habitantes.

Os tupis ocupavam a região costeira que se estende do Ceará a São Paulo. Os guaranis espalhavam-se pelo litoral Sul do país e a zona do interior, na bacia dos rios Paraná e Paraguai.

Em outras regiões, havia outros grupos, genericamente chamados de *tapuias* – palavra tupi que se refere aos índios que falam outra língua.

Ao contrário do que consta na mal contada história oficiosa, os índios não assimilaram passivamente a ocupação da terra pelos europeus. Houve lutas e muita resistência – como, aliás, ainda hoje lutam e resistem bravamente.

Mas, dizem os pesquisadores, não se pode considerar que o contato inicial entre índios e brancos tenha sido inevitavelmente conflituoso.

Nos primeiros trinta anos de colonização, como eram poucos, os europeus sujeitavam-se aos costumes predominantes das comunidades nativas – até porque dependiam disso para garantir a alimentação e segurança.

Assim, enquanto os interesses dos europeus se limitaram ao extrativismo do pau-brasil, predominaram o intercâmbio comercial pacífico e as trocas de produtos entre europeus e populações nativas.

Quando, porém, o extrativismo foi substituído pela agricultura como principal atividade econômica, alterou-se drasticamente o tipo de convivência entre europeus e povos nativos.

Desde então, na disputa por terras para a lavoura, os portugueses invadiram os territórios indígenas, expulsaram e escravizaram os habitantes originais.

A partir de então, também, o Estado brasileiro assumiu o aniquilamento das identidades indígenas, o isolamento de muitas comunidades e a extinção da maioria delas – negando-lhes reconhecimento a quaisquer direitos à cultura, às línguas, às crenças, às tradições e às formas de organização social.

Sr. Presidente, fomos educados para pensar que somos um só povo, com uma só cultura, como instrumento de apagar qualquer traço indígena no Brasil.

Ainda assim, vivemos rodeados e operamos cotidianamente com a herança cultural indígena – como tomar banho todo dia; brincar de peteca; comer chocolate, amendoim, tapioca e farinha de mandioca; usar palhas, a piaçava e o sisal para cobrir habitações, tecer esteiras; descansar em redes.

Especialmente expressiva é também a influência das falas indígenas na língua portuguesa praticada no Brasil – que se diferencia da fala em Portugal, sobretudo pelo quanto incorpora das línguas nativas, principalmente o Tupi e Guarani. O tupi, por exemplo, é a segunda língua mais utilizada para nomear lugares neste País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas comemorações do Dia do Índio de 2009, o ministro da Cultura, Juca Ferreira, menciona as grandes perdas culturais dos povos indígenas brasileiros, secularmente submetidos a uma relação quase sempre desigual e perversa. Em função do que ressalta que é necessário “acelerar a modernização das relações” da sociedade brasileira com esta base de sua identidade.

Para a professora indígena Roseni Fernandes (no nome de quem quero aqui reverenciar todos os profissionais da educação envolvidos com a temática indígena):

“Os alunos das escolas não-indígenas no Brasil não aprendem nos bancos escolares a respeitar a diversidade cultural como riqueza e continuam reproduzindo preconceitos e estereótipos que marcaram negativamente a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, onde a escola é em grande parte responsável.”

Apesar de termos vivido a felicidade de aprovar uma lei que busca reparar esta realidade – a Lei 11.645 –, as universidades ainda negligenciam quanto à questão indígena nos cursos de formação de professores.

Como consequência, formam-se professores que folclorizam o índio, incentivam o preconceito e reproduzem informações que mais nos distanciam da realidade indígena, em vez de construir e consolidar relações de respeito e sadia curiosidade.

A regra geral nas escolas não-indígenas é falar de índios somente no dia do Índio – quando muito, de forma genérica e descontextualizada: os índios, que moram em ocas; se enfeitam com penas e sementes; adoram Tupã; e, os poucos que restam, vivem na Amazônia.

raros cidadãos e cidadãs brasileiros sabem que não somos um só povo, com uma só língua: há cerca de 250 povos indígenas diferentes ainda hoje, habitando o imenso território brasileiro há milênios; há 180 línguas diferentes vivas, nos falares indígenas brasileiros; mais de 20% dos índios do Brasil estão no Nordeste e outros tantos nas regiões Sul e Centro-Oeste – por ordem demográfica, os Estados com maior população indígena são Amazonas, Mato Grosso do Sul, Roraima e Pernambuco (com cerca de 50 mil índios a mais que o estado do Pará); somos uma sociedade culturalmente megadiversa.

A escola é responsável por essa idéia de que não há mais índios perto de nós, nem no espaço e nem no tempo – nossos livros de geografia não os mencionam e os livros de história referem-se aos índios sempre no passado.

Com isso, nossa cultura escolar nutre a invisibilidade e o preconceito, não apenas quanto aos índios, mas quanto a nós todos, quanto a que tipo de sociedade nós somos e ao que queremos ser: uma sociedade uniforme, culturalmente pobre e fundada num passado recente e emprestado, feito da riqueza, do conhecimento e da história de outros povos, de outros continentes – uma sociedade inferior.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como ensina a professora Rosani Fernandes, “O preconceito que corrói as relações e afasta as pessoas é construído e reproduzido em casa, na família, na escola,

nos meios de comunicação, nos livros didáticos e se revelam cotidianamente nos comentários de mau gosto, nas piadinhas, no desconhecimento que ignora a diversidade como riqueza cultural, que é confundida com inferioridade.”

Seguramente, o preconceito com a comunidade indígena é a principal barreira a ser rompida pelos não-índios, e o principal instrumento para isso é a Educação.

Cito aqui um caso ilustre para ilustrar o que digo:

Relator do processo sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol no Supremo Tribunal Federal, o ministro Ayres Brito confessa ter enfrentado o próprio preconceito, à medida que tecia seu relatório e seu voto sobre aquela questão.

Em entrevista ao jornal **Correio Brasiliense**, o ministro da Suprema Corte confessa que, antes de se debruçar sobre os mais de 50 volumes do processo, entendia o índio como um ser primitivo, de cultura inferior. Com base nesse entendimento, questionava:

“Como é que se reserva tanta terra para índio?”

Mas reconheceu em tempo o seu próprio preconceito.

“A minha cultura me impunha esse condicionamento, de ver os índios como seres inferiores, à espera de tutela, como se fossem incapazes.” – disse o ministro Ayres Brito em sua entrevista ao jornal.

Mas o ministro foi transformando suas idéias à medida que foi explorando os veios da Constituição. Palavra por palavra. Literalmente, estudou cada termo do capítulo sobre os indígenas.

Finalmente entendeu que a Constituição diz que há duas civilizações: a do branco e a do índio; portanto, duas dignidades.

Ao fim, descobriu-se um admirador dos índios e se achou feliz com seu voto. Sobre esse aspecto, o ministro comenta que começou a julgar a questão como o atirador do Velho Oeste, Buffalo Bill, e terminou como Touro Sentado, o célebre líder sioux norte-americano, que morreu lutando por seu povo.

Mas isso, um homem culto, membro da Suprema Corte de Justiça do nosso País, não aprendeu na escola.

Pelo contrário, uma venturosa oportunidade do exercício profissional lhe propiciou

superar um preconceito aprendido na escola, suprimindo um drástico espaço de ignorância, de que ele próprio não tinha consciência.

Hoje ele sabe que a relação com os povos indígenas é uma estrada de mão dupla, onde se aprende mutuamente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, no último dia 15 de abril, as secretarias de Educação e Cultura do Distrito Federal assinaram um acordo de cooperação que prevê a introdução da cultura indígena na educação básica.

A cerimônia ocorreu no Memorial dos Povos Indígenas (MPI), durante a abertura da programação da semana dedicada ao Dia do Índio.

O acordo prevê que, até o fim do ano, os professores serão capacitados para lecionar a cultura indígena nas escolas da rede pública do Distrito Federal.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já estabeleça a obrigatoriedade do conteúdo da cultura indígena nas escolas, o Distrito Federal pretende ser a primeira unidade da federação a trabalhar com a capacitação de professores com o objetivo de introduzir a cultura dos índios na rede pública.

Louvo e celebro esta iniciativa do Governo do DF. Tanto mais porque temos também aqui no Distrito federal a felicidade de abrigar um fenômeno antropológico especialíssimo, inédito, num pequeno território apropriado pela prática indígena ecumênica, onde se formou o que se chama “Santuário dos Pajés”.

Uma reunião de brasiliidades indígenas que só Brasília poderia compor, já habituado a receber as crianças de nossas escolas públicas e nos ensinar, por meio delas, o que precisamos saber sobre nós mesmos, no contato direto com os fazeres e saberes mais antigos das diferentes regiões deste grande território.

Tenho muita esperança de que – assim como se deu com o ministro Ayres Brito, no contato com a Terra Indígena Raposa Serra do Sol – a Comunidade Indígena do Bananal e seu Santuário dos Pajés se constitua, efetivamente e em tempo, na oportunidade de conversão indigenista da capital do Brasil – seus habitantes e seus governantes.

Sr. Presidente, finalmente, quero ainda ressaltar a enorme responsabilidade que estáposta aos meios de comunicação.

A maneira exótica como a questão indígena é tratada na mídia (com raras exceções), esconde suas lutas e confrontos diários, as suas dificuldades e potencialidades, suas histórias de perdas e suas conquistas; esconde a violência física e simbólica com que sabotamos a existência desses povos, ainda hoje.

A influência nos meios de comunicação daqueles que têm interesse nas terras, nos recursos florestais e de subsolos, na construção de empreendimentos econômicos que impactam negativamente as terras e as culturas indígenas, geram intolerância e incompreensão, perpetuando injustiças e preconceitos, que sabotam nosso passado, nosso presente e nosso futuro.

Quero, portanto, concluir este pronunciamento com os ensinamentos da professora indígena que, honrada, reverencio nesta oportunidade – a professora Rosani Fernandes.

Elá nos adverte que os povos indígenas não devem ser tratados como primitivos por primarem pela reprodução da cultura, das línguas e dos costumes milenares.

Chama-nos a observar que os chineses, japoneses e outros povos orientais têm conciliado cultura e modernidade. E nós os admiramos e valorizamos por isso.

Mas, quando povos indígenas se apropriam dos recursos tecnológicos, nós logo sentenciamos: “deixou de ser índio”; quando preservam a cultura: “é atrasado”; quando se trata de garantir-lhes territórios, dizemos que “é muita terra para pouco índio” – sem considerar que os poucos que são hoje, são os que resistem ao extermínio que temos executado.

A professora indígena nos diz que a responsabilidade de construir relações de respeito e tolerância é de todos, cada um pode fazer sua parte, desde que se desafie a conhecer e respeitar os povos indígenas e a diversidade cultural do Brasil.

E que o nó da questão é a efetividade. Mas isso se faz com consciência política, amor ao próximo, respeito ao outro e com o desejo de construir um mundo melhor.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigada, professora.

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Antonio Carlos Valadares, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Expedito Júnior. Bloco/PR – RO) – Por ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por permuta com o Senador Marcelo Crivella.

V. Ex^a tem dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de dar início ao meu discurso, eu gostaria de dizer que estarei votando hoje de acordo com minha consciência e com o trabalho que

sempre realizei aqui, no Senado Federal, em favor dos aposentados: lá, eu votarei do lado dos aposentados. Aproveito também este ensejo para homenagear os aposentados dos Correios que aqui estão participando dos trabalhos desta sessão de hoje.

Sr. Presidente, tomei conhecimento de que o Banco Mundial pretende divulgar, até o final do mês, um estudo detalhado sobre o provável adiamento das metas de combate à pobreza nos países latino-americanos. Quando o Banco Mundial, neste momento, providencia essa pesquisa, está revelando a preocupação da instituição com a crise econômica mundial e o seu impacto sobre os programas governamentais da região que buscavam uma redução gradativa do estoque de pobreza e indigência.

O fato é que a crise econômica vai impactar e, na verdade, já está impactando as Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas. Sabemos que a África, que já vinha com suas dificuldades para cumprir essas metas, e que a América Latina, que vinha conquistando alguma recuperação nessa esfera da pobreza, estarão agora em pior situação: percebe-se que agora não há como levar adiante essas tão desejadas metas. Essa foi uma das conclusões examinadas semana passada, no Rio de Janeiro, na edição regional para a América Latina do Fórum Econômico Mundial, e essa é uma das preocupações que orientam e motivam o meu pronunciamento de hoje.

O crescimento econômico recente, mesmo não tendo sido alto, permitiu algumas mudanças para melhor na esfera da pobreza. Vários estudiosos reconhecem esse ponto. Para essas mudanças sociais, foram importantes os programas sociais e a aposentadoria rural, por exemplo. Mas o crescimento econômico foi crucial. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) reconhece isso também. De acordo com esse organismo da ONU, o êxito na erradicação da fome e indigência no continente ao longo dos últimos anos é resultado da elevação das taxas de crescimento – 3% de aumento anual da renda *per capita* desde 2003 – e a adoção de políticas sociais mais eficazes, com a exigência de contrapartidas, como o Bolsa Família.

Programas desse tipo foram executados não só no Brasil, mas também no México e na Colômbia, por exemplo, que passaram a cobrar retorno na educação e a preparar os beneficiários para geração de renda própria a partir dos programas sociais. Mas o que nós temos agora é o próprio Diretor da Cepal afirmando que, “com essa situação de crise, temos um problema, que é a capacidade dos Estados de manter as políticas sociais”.

Naquela reunião do Rio de Janeiro, o próprio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) anunciou suas conclusões de que, “com as projeções de crescimento nulo, dificilmente se poderá cumprir as metas em vários países da América Latina”. E vejam que o Pnud é o braço da ONU que acompanha a execução ou não dos objetivos do milênio. Portanto, o pessimismo é geral.

A queda nos preços das *commodities* e a menor arrecadação dos governos locais ameaçam exportações e programas sociais bem-sucedidos na América Latina, segundo conclusão da Cepal. E aqui as maiores preocupações são economias mais dependentes dos Estados Unidos, como é o caso do México e Haiti, o primeiro agora atacado pela gripe suína, que ameaça tornar-se uma verdadeira pandemia.

Os novos dados que foram discutidos no Rio de Janeiro sobre a América Latina dizem o seguinte: o percentual de latino-americanos que, em 1990, era considerado extrema pobreza estava na faixa dos 22,5%, segundo padrões do Banco Mundial. Esse mesmo percentual recuou para 21% em 2007. O que aconteceu em 2008, com a crise? Aquele percentual voltou a subir por conta do aumento dos preços dos alimentos. Subiu de 13% para 15,6% no grupo considerado indigente, que é o degrau inferior da extrema pobreza, o que corresponde a 15 milhões de pessoas na América Latina. O total de pessoas em extrema pobreza, portanto, está crescendo.

Na verdade, faz-se necessária uma política ainda mais agressiva quando a questão em pauta é a da pobreza. Se forem considerados os dados da própria ONU sobre o tamanho da pobreza na América Latina no longo prazo das últimas décadas, o quadro é ainda mais preocupante. De 1980 até 2007, o contingente da população considerado como vítima da extrema pobreza oscilou entre 22% em 1980 e 21% em 2007, mas passando por 26% em 1990, 24,5% em 1997 etc. E agora voltou a crescer, como falei antes, mas vejam: por essa sequência numérica que sempre esteve alta, nunca caindo abaixo dos 21%, o que representa muita coisa.

Ontem, no encerramento do encontro anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, o Presidente do Bird, Robert Zoellick, fez o seu alerta: “Ninguém sabe quanto a crise vai durar. Também não sabemos o ritmo de recuperação. Mas há um reconhecimento de que o mundo encara uma crise econômica sem precedentes e que os pobres estão sofrendo mais. Precisamos trabalhar para evitar esta catástrofe humana”.

As recomendações do Pnud – da ONU, portanto – diante desse quadro que se agrava com o problema das *commodities*, com os países ricos consumindo menos, têm meu completo endosso. O Pnud recomenda que sejam adotadas políticas públicas para a criação de empregos, com investimentos em infraestrutura e construção civil. Daí a importância e a preocupação do Governo com a construção de casas populares: as casas populares não vão, apenas, resolver o grave problema do déficit habitacional, como também esse programa vai proporcionar geração de emprego e renda.

O Senador Efraim Moraes lutou aqui, dentro do Senado – quero reconhecer –, ao lado de todos nós, para convencer o Governo de que aquele programa da construção de mais de um milhão de habitações não podia ficar direcionado apenas para Municípios acima de 100 mil habitantes. Esse programa teria que se estender, até em virtude da crise pela qual estamos passando, aos demais Municípios brasileiros, uma vez que a construção de casa proporciona habitação digna e também a possibilidade do aproveitamento dos produtos industriais nos Municípios, como a telha, o tijolo, o cimento, enfim, que são matérias-primas indispensáveis à construção das casas. E, além disso, obras de infraestrutura, construção de estradas, construção de pontes, liberação das emendas individuais dos Senadores e dos Deputados Federais que serão aplicadas em obras de infraestrutura, na compra de equipamentos para a melhoria e a recuperação das estradas municipais.

Enfim, é fundamental que o Governo se debruce sobre a montagem de uma estrutura de logística nos Municípios. Isso só pode ser feito através de obras estruturantes. Evidentemente, esse deve ser o caminho. Temos que abrir uma ampla avenida na geração de empregos por todo o País. E podemos estabelecer um círculo virtuoso, gerando empregos ali, onde eles são mais necessários, por exemplo, na área da saúde e da educação, além de outras frentes.

O que não podemos é deixar de considerar a pobreza e, mais ainda, a extrema miséria como o grande desafio e o maior problema estratégico dessa nossa região, a América Latina, e especialmente do nosso País, o Brasil, e, mais de perto, do Norte e Nordeste, porque são as Regiões mais pobres. Se é verdade que o Brasil está mais preparado (com baixa inflação, por exemplo) para um enfrentamento da crise, deve ser também verdade que temos que agir...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...mais cedo, preventivamente, regra que

vale, igualmente, para a praga da gripe suína, que está na pauta mundial das emergências.

Sr. Presidente, esperamos, então, que os governos da América Latina estejam atentos para a possibilidade do agravamento da crise. E o agravamento da crise vai exigir dos governos muita competência, muito engajamento com a comunidade, com os empresários, com as prefeituras municipais, com os governos estaduais, porque todos juntos poderemos superar os obstáculos criados pela crise mundial, gerada nos Estados Unidos, que já bateu aqui, no Brasil.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Expedito Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconio Perillo, 1º Vice-Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra, pela Liderança do Governo, ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a está inscrito, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, qual a sequência dos inscritos? Estou, faz tempo, inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Depois do Senador Delcídio Amaral, será o Senador Osmar Dias. Primeiro, o orador inscrito; depois, o Senador Osmar Dias, o Senador Expedito e, logo após, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Pois não.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente Marconi Perillo, também tenho inscrição para falar pela Liderança do Partido da República.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Não estava aqui na mesa, mas peço para inscrever V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Está chegando à Mesa.

Obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou falar hoje pela Liderança e, portanto, muito rapidamente.

Eu só queria registrar, Sr. Presidente, entre outros assuntos importantes, primeiro que, amanhã, estaremos comemorando os 36 anos da Embrapa. Eu não poderia deixar de registrar mais um aniversário da Embrapa, que faz um trabalho especialíssimo, um trabalho de excelência no desenvolvimento tecnológico, voltado para o agronegócio no Brasil. Portanto, aqui vai meu abraço e parabéns a todo o corpo técnico da Embrapa.

O segundo ponto, Sr. Presidente, que eu não poderia deixar aqui de registrar, é que, amanhã, será o lançamento da obra da Sul Fronteira, lá no meu Estado. Essa obra é um velho sonho de toda a região de fronteira com o Paraguai. Esse lançamento da obra vai acontecer amanhã, às 15h, na cidade de Ponta Porã.

É importante registrar que, no Governo Zeca, fizemos o primeiro trecho Antonio João/Bela Vista/Caracol. Eu, inclusive, era Secretário de Infraestrutura. Depois, numa tramitação recorde, aqui, no Senado Federal, aprovamos a liberação de mais US\$28 milhões. O Senador Aelton Freitas foi o Relator desse processo. Nós aprovamos no dia 23 de maio de 2006. Portanto, a obra vai ser começada agora, mas aprovamos esse processo em 2006 – para ser mais preciso, no dia 23 de maio. Evidentemente que precisamos considerar que foram feitas adequações de projeto, foram feitas alterações para melhor dentro do projeto original.

Estou destacando isso porque iniciamos, há anos, a Antonio João/Bela Vista/Caracol e, agora, vamos fazer a Sanga Puitã. Espero que o Prefeito Kayatt asfalte aqueles 1.600 metros, com os quais nos comprometemos quando visitamos Sanga Puitã. Esse segundo trecho vai de Sanga Puitã até o início de Coronel Sapucaia. Evidentemente, vários Municípios da região de fronteira vão sofrer o impacto dessa rodovia – Municípios de Paranhos, Sete Quedas, Aral Moreira, além de Coronel Sapucaia –, e a esses Municípios mando meu grande abraço. Acima de tudo, parabenizo-os, porque começamos a concretizar um velho sonho.

Quero destacar, Sr. Presidente, que esse é um esforço de toda a bancada federal e esforço do governo anterior. Infelizmente, marcaram esse lançamento de obra numa quarta-feira, às 15 horas, quando nós todos da bancada federal não vamos estar presentes. V. Ex^a sabe muito bem – V. Ex^a está sorrindo, como homem

experiente, político experiente que é, Governador que foi – que parece que arrumam uma data específica, uma data tal para que a bancada não possa comparecer; e quem trabalhou para viabilizar o projeto não é nem lembrado. Então, ou se comparece para o dia do lançamento, ou, então, simplesmente esquecem.

Estou fazendo este registro para lembrar o trabalho todo que foi feito pela bancada na Câmara dos Deputados, pela bancada no Senado Federal. Houve a aprovação recorde de US\$28 milhões na Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 23 de maio de 2006, também considerando US\$7 milhões de contrapartida do Governo.

Esse é um velho sonho. Todos esperávamos pela continuidade, principalmente da Sul Fronteira. Estão de parabéns toda a população sul-mato-grossense, o pessoal da região de fronteira com o Paraguai e toda a bancada federal pelo trabalho que foi desempenhado.

Estou fazendo este registro, meu caro Presidente, Senador Perillo, porque senão podem esquecer da gente amanhã. Como não estaremos presentes, faço questão de registrar e lembrar, Sr. Presidente, que continuo cobrando a posição de um projeto do Ministério da Integração Nacional – cobro desde 2003. Deve-se fazer um projeto que atenda à região de fronteira, que crie perspectivas de desenvolvimento econômico e social para a região de fronteira. Até agora, esse projeto não apareceu, e tomei a liberdade, como já venho estudando isso há muito tempo – e estou tomando a liberdade agora – de apresentar um projeto de minha autoria aqui, no Congresso, porque não podemos deixar a população de fronteira nessa situação, sem perspectivas. Então, como estudioso da matéria, resolvi apresentar esse projeto. Mas continuo aguardando o projeto do Ministério da Integração.

Sr. Presidente, para concluir, hoje, tivemos uma reunião importantíssima na Comissão de Assuntos Econômicos. V. Ex^a conhece bem. Aprovamos o relatório da Subcomissão de Marcos Regulatórios, que teve como Relator o Senador Garibaldi Alves; uma Subcomissão que presidi, e é importante registrar que, num momento importante como este, de crise, em que o Brasil sofre os efeitos colaterais dessa crise internacional, apresentamos e aprovamos um conjunto de projetos que serão muito importantes, principalmente para criar uma referência no que se refere a debates da infraestrutura, aqui, no Senado Federal; no momento em que estamos buscando temas que são importantes para que o Senado atenda às necessidades do País. E, num momento especialíssimo como este, essa aprovação é muito bem-vinda. E é importante destacar, Sr.

Presidente, que ela aborda não só questões relativas a petróleo, gás, biocombustíveis, mas entra na questão tributária, que atinge especificamente essas áreas. E acho que, já que a reforma tributária não vem, podemos começar a promover algumas alterações que, mais do que nunca, incentivem a questão da energia no País, barateiem o preço dos combustíveis e, mais do que nunca, incentivem investimentos e pesquisas em tecnologia.

Com relação à questão de energia elétrica, discutimos muito, meu caro Senador Perillo, as questões ambientais, o licenciamento ambiental de centrais, para que efetivamente isso venha ao encontro do cronograma do Programa de Aceleração do Crescimento. Falamos sobre a responsabilização criminal de executivos do Ibama, porque isso tem prejudicado, inclusive em função do risco de uma ação...

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ...do Ministério Público. Os dirigentes do Ibama têm sofrido na pele esse quadro que existe, com o qual eles convivem diuturnamente. Estamos apresentando proposta nesse sentido.

É importante destacar que tratamos da área de telecomunicações, especialmente no que se refere ao Fust, no que se refere à universalização das rede digitais de informação; tratamos do Fundo de Fiscalização de Telecomunicações, o Fistel. E, importante, Presidente: avançamos muito em outros segmentos, como no do transporte rodoviário, no do transporte ferroviário, na questão dos recursos hídricos, na questão dos portos, aviação civil. Chegamos, inclusive, a discutir a implementação do sistema CNS/ATM, que é a orientação das aeronaves via satélite, não via radar, porque o nosso sistema, como todos nós conhecemos, é um sistema de radar, é um sistema militar.

Sr. Presidente, tratamos também de saneamento básico, de resíduos sólidos, de manejo de resíduos sólidos, e da carreira de catadores de lixo, por exemplo. Na área de mineração, discutimos várias questões, como a compensação financeira pela exploração de recursos minerais, as compensações ambientais, Sr. Presidente, e, ao mesmo tempo, também tratamos especialmente do projeto de modernização da sistemática de outorgas minerais, que vai ser fundamental para a geologia, a mineração e a transformação mineral.

Entre outros assuntos tratados: comunicação social eletrônica, muito importante para o futuro do nosso País; vigilância sanitária, o papel da Anvisa e outras questões que a Anvisa efetivamente precisa, mais do que nunca, cumprir e praticar para dar transparência

e para fazer com que os principais agentes participem das suas decisões; e agências reguladoras, Sr. Presidente, para encerrar. V. Ex^a sabe muito bem, Presidente da Comissão de Infraestrutura que foi e membro titular da Comissão de Infraestrutura, que nós apresentamos projetos extremamente audaciosos para a questão das agências reguladoras, resgatando o papel de Estado das agências reguladoras e tratando da questão da vacância de diretores, do quórum mínimo para votar os projetos, das premissas necessárias para se indicar alguém para dirigente de uma agência reguladora.

Portanto, tratamos de tudo aquilo que debatemos, ao longo de muitos anos, no sentido de aperfeiçoar as agências reguladoras, pela importância que têm e pelo que vão representar para um País, um Brasil desenvolvimentista e que garanta segurança jurídica para quem quer investir.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, para encerrar mesmo, que ficamos muito contentes com a aprovação, hoje, desse projeto. Ele segue para a Mesa Diretora e vai ser distribuído pelas Comissões. É um projeto importante e, do meu ponto de vista, um dos principais temas a serem tratados no País, porque é um tema que toca num ponto fundamental, que, hoje, é o maior desafio brasileiro, meu caro Presidente Sarney, que é o desafio da infraestrutura. Acho que o Senado terá um tema fundamental para debater nos próximos meses e colaborar, mais do que nunca, para o desenvolvimento do País.

Muito obrigado, meu caro Senador Perillo, pela...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ...tolerância. Agradeço muito a oportunidade...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ... que V. Ex^a me dá, aqui, de falar a todo o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Delcídio Amaral, eu gostaria apenas de fazer um registro – aproveitando que V. Ex^a se encontra na tribuna – em relação ao trabalho, à atuação de V. Ex^a como Relator da Comissão de Orçamento, para o ano de 2009.

Eu tive o privilégio de ter sido Vice-Presidente daquela Comissão, quando V. Ex^a era o Relator, e percebi o empenho de V. Ex^a para que o seu Estado, Mato Grosso do Sul, pudesse ser contemplado, inclusive, com recursos para essa rodovia. O que V. Ex^a afirma, aqui, é absolutamente verdadeiro.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Antes, porém, passo a palavra...

Senador Arthur Virgílio, apenas vou fazer a leitura e já passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM N° 45, DE 2009

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática.)

Mensagem nº 45, de 2009 (nº 161/2009, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do *Mr. Manuel Innocêncio de Lacerda Santos Júnior*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Relator Senador Fernando Collor), que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício.

Convido o Senador Delcídio Amaral para fazer a leitura, como Secretário *ad hoc*.

PARECER N° 306, DE 2009 – CRE

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) Para leitura do parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são 10 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu convoco os Senadores do PSDB para comparecerem à esta votação nominal.

O quórum está muito baixo e é precisamente à propósito do quórum que eu peço que nós reflitamos em conjunto sobre a conveniência de se manter ou não se manter a sessão do Congresso de logo mais. Por quê? Porque o processo legislativo se completa com a deliberação do Parlamento sobre os vetos presidenciais. Se os Presidentes da República não colocam os seus vetos em votação, eles adquirem poderes ditatoriais, porque ficam com a última palavra, usurpando um poder real do Legislativo.

Por outro lado, se nós sabemos, com realismo, que não é uma tarefa fácil se derrubar um veto presidencial, nós imaginamos que pode soar até como uma farsa nós colocarmos, com baixo quórum, em votação matérias que são delicadas e que mobilizam pessoas, que fazem pessoas virem a Brasília, até tendo depois, elas próprias, uma desilusão por verem que, com esse quórum, não teríamos nós, praticamente, chance alguma de votar algo que não fosse consensual.

Portanto, eu gostaria de refletir, em conjunto com a Casa, se não é conveniente nós suspendermos a sessão para uma hora de quórum melhor, porque, por exemplo, tomamos a decisão – e pedimos, e fomos atendidos – na retirada dos vetos, do exame dos vetos presidenciais relativos à Sudam e à Sudene. São vetos que simplesmente eliminam todo o trabalho que o Congresso fez para recompor essas duas entidades de desenvolvimento – para a Região Norte, uma, para o Nordeste, outra – e esses vetos precisam ser derrubados.

Agora, a articulação que se fez foi insuficiente. A articulação não é bastante. Eu não me senti seguro. Ainda há pouco, eu estava conversando com o Senador Tasso Jereissati, que foi quem articulou o grosso da constituição do novo modelo da Sudene, e o Senador também não se sente seguro. Nós não estamos seguros quanto a nossa possibilidade real de derrubarmos o veto. Se não derrubarmos o veto, simplesmente inviabilizamos a construção da Sudam e a reconstrução da Sudene.

Ainda há pouco, conversei com pessoas dos Correios que almejam ver um veto ligado aos seus interesses derrubado e eu pedi a eles, com muita honestidade, que eles mergulhassem nas suas águas mais profundas para verem se, de fato, eles têm segurança de que esse veto cairá. Expliquei que não é fácil derrubar um veto presidencial e que se não tinham segurança era melhor pedir a retirada também, porque se resguardariam para um momento de confronto com mais possibilidades.

Eu gostaria muito de alertar para esse quórum. Está muito baixo o quórum, muito baixo mesmo.

Nós teríamos, então, praticamente a manutenção de todos os vetos, de certa forma participando de um teatro, ou seja, nós estaríamos fingindo que queríamos derrubar um veto – nós, da Oposição –, os do Governo, comodamente, manteriam o veto, se quisessem fazê-lo, e nós não estaríamos de fato colaborando para consertar a Sudene, para consertar a Sudam, para corrigir distorções em relação a quaisquer categorias funcionais que se julguem atingidas pelos vetos presidenciais.

Por outro lado, registro que foi uma atitude muito correta a da Mesa de se comprometer em colocar todos os vetos em votação. Atitude muito correta.

Eu gostaria de parabenizar a Mesa por isso, porque eu não conheci, até hoje, na minha carreira pública – que não é tão curta –, nenhum Presidente da República que gostasse de ver seus vetos apreciados. Não conheci nenhum. Todos acham ótimo que o veto não seja apreciado. Isso é inconstitucional. Isso, simplesmente, fere a letra da Constituição Brasileira, que exige que a última palavra fique com o Legislativo. Pode, inclusive, o Legislativo dizer: "Eu mantendo o veto do Presidente". Muito bem, mas quem tem de dizer isso é o Legislativo. Não pode continuar essa usurpação de um poder que é nosso, por parte de qualquer Presidente da República: este, os do passado ou os do futuro. O Congresso tem de se impor, inclusive nessa questão.

Portanto, a minha opinião pessoal, procurando ser sensível, é de que não é uma hora azada, uma hora correta para nós colocarmos em apreciação vetos tão relevantes, porque estaríamos, talvez, fadados a manter, por falta de quórum, todos os vetos presidenciais, impedindo que algumas categorias profissionais sejam recompensadas e impedindo, por exemplo, que a gente possa reconstruir a Sudene e reconstruir a Sudam, porque como está, está inviabilizado. Acredito que, hoje, nós não teríamos força para derrubar esses dois vetos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, o Presidente José Sarney, Presidente da Casa e do Congresso, encontra-se presente. Certamente, caberá a ele, daqui a pouco, tomar uma decisão em conjunto com os Líderes em relação à sugestão feita por V. Ex^a.

Aproveito para convidar todos os Senadores e Senadoras que se encontram em seus gabinetes para que venham votar. Nós estamos deliberando sobre matéria que exige quórum, estamos deliberando sobre a indicação do Embaixador Manuel Innocencio para exercer o posto de Embaixador na Indonésia.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Logo após, o Senador Osmar Dias e o Senador Expedito Júnior.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade em que estamos aguardando alguns Senadores para votar em favor do Sr. Manuel Innocencio Júnior, que deverá nos representar como Embaixador na Indonésia, desejando-lhe muito sucesso na sua missão, para registrar ato de relevância das relações do Brasil com os diversos países do mundo e os esforços para a paz.

Neste último domingo, dia 26 de abril, participei da 9ª Marcha da Vida Regional contra a Intolerância e a Discriminação, a convite do Presidente Cláudio Lottemberg, da Confederação Israelita do Brasil, também promovida pela Federação Israelita do Estado de São Paulo e pela Associação Cemitério Israelita, um evento que contou com mais de duas mil pessoas, entre elas o Prefeito Gilberto Kassab, Walter Feldman, Gilberto Natalini, Floriano Pesaro, Eva Blay e lideranças da Conib e tantos outros da comunidade israelita.

Nós ouvimos lá os depoimentos, por exemplo, do sobrevivente do Holocausto e Presidente da Sherit Hapleitá do Brasil, Ben Abraham, que relatou as atrocidades que testemunhou nos campos de concentração, frisando que o Holocausto não pode ser esquecido.

Também ouvimos o depoimento de Cláudio Lottemberg, que externou o sentimento daquela comunidade israelita, de sua preocupação com a próxima visita que fará ao Brasil o Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad. Isso decorre sobretudo das palavras que esse Presidente formulou ao negar o Holocausto e pronunciadas na conferência sobre o racismo, em Genebra, de 20 a 24 de abril último, quando acusou diversos países de estabelecerem um governo totalmente racista na Palestina ocupada.

Honrado por ser convidado a usar da palavra, afirmei que registraria, nesta semana, da tribuna do Senado, o que eu havia presenciado, para que o próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os Senadores possam compreender o sentimento da comunidade israelita.

Cabe destacar que a delegação brasileira e o Itamaraty condenaram a forma como o Presidente do Irã se pronunciou naquela ocasião, dizendo que isso prejudica o clima de diálogo e de entendimento necessário ao tratamento internacional da questão da discriminação.

Honrado em poder falar, saudei as ações que, por exemplo, o Presidente Barack Obama está desenvolvendo na direção da construção de um acordo de paz no Oriente Médio, pelas quais está reiterando a necessidade da criação de um Estado palestino como meio de promover e de consolidar a coexistência pacífica entre palestinos e israelenses. Ressaltei o quanto importante tem sido nossa própria experiência, pois aqui, no Brasil, Sr. Presidente, nós vemos como descendentes de judeus, de palestinos, de pessoas de todas as raças sabem conviver nos ambientes do comércio, da indústria, nas comunidades universitárias, da qual sou testemunha, seja na Fundação Getúlio Vargas, na USP... Em todas as universidades, vemos como pessoas de todas as descendências sabem cooperar, interagir, produzir, criar para o bem da Nação brasileira.

Certamente, com esse espírito, o Brasil pode muito cooperar, colaborar para que haja ações de paz e entendimento entre os povos de todo o mundo, inclusive ali entre o Irã e todas as nações do Oriente Médio e entre Israel e os árabes. Acredito firmemente que essa é a vocação do povo brasileiro.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Concluindo, espero que, por ocasião da visita do Presidente Mahmoud Ahmadinejad, possamos, nós, Senadores, e o Presidente Lula, transmitir a ele este sentimento da necessidade de haver realmente respeito e construção entre todos os povos que desejam viver em harmonia e em paz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Osmar Dias. Logo após, falarão o Senador Expedito e, em seguida, o Senador Efraim.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, tenho recebido milhares de e-mails, nestes últimos dias, em função de um debate que se trava no Paraná a respeito da questão da reserva legal e da mudança do Código Florestal.

Então, quero aproveitar para dizer a todos aqueles que estão se correspondendo com meu gabinete por e-mail para confirmar que este debate está ocorrendo aqui no Congresso Nacional. Amanhã, faremos uma reunião da qual participarão três comissões. Será uma audiência pública para a qual são chamadas entidades representativas da sociedade, em especial da classe produtora brasileira, para discutir as mudanças no código ambiental.

Há uma proposta em curso que não está agradando muitos produtores do País. Mas quero dizer que é uma proposta que melhora a situação atual.

Pela situação atual, aplicada a lei, teríamos a exclusão do sistema produtivo nacional de um milhão de produtores rurais. Aplicada a lei como está, um milhão de pequenos produtores, agricultores familiares, deixariam de exercer suas atividades.

Com a mudança que está sendo proposta, coordenada principalmente pelo Ministro Reinhold Stephanes, poderíamos ter a soma da reserva legal com a Área de Preservação Permanente (APP) para o cumprimento da regra de 20% de preservação no Sul e Sudeste, de 80% de preservação na Amazônia e de 35% de preservação no cerrado.

Sr. Presidente, muitos não concordam com essa proposta. Parlamentares do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina entendem que os produtores que já avançaram e estão produzindo numa área superior a 80%, que é o caso do Região Sul, não deveriam ser obrigados a reconstituir essa reserva. É uma opinião.

Só que o decreto está aí vigorando, exigindo que se faça a averbação da reserva legal até dia 17 de dezembro. E nós precisamos votar alguma coisa que signifique regra clara para o cumprimento dos produtores.

Surgiu uma nova proposta das cooperativas do Paraná, em que o Estado entrará também com a responsabilidade de fazer a preservação e, dessa forma, contar os 20% de preservação da reserva legal.

Sr. Presidente, é um assunto polêmico, que vai demandar muito tempo aqui no Congresso Nacional, e eu só gostaria de dar uma satisfação a todos aqueles que estão me enviando essas mensagens, dizendo que estou participando de todos os debates. Recebi a proposta da Ocepar, feita em uma reunião, ontem, em Curitiba, pela manhã, e vou levar essa proposta da Ocepar para a reunião de amanhã, para essa reunião conjunta das comissões. E vamos debater, Sr. Presidente, no sentido de aprovarmos algo que possa significar segurança para os produtores dentro de um lema que tem que ser levado em conta: preservar mais para produzir mais. Esse é o senso que deve persistir, mas, evidentemente, respeitando o direito dos produtores rurais de continuarem em suas propriedades rurais, produzindo, sobrevivendo, gerando emprego, gerando renda.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, en-

quanto aguardamos a chegada dos Srs. Senadores para atingirmos o quórum, eu gostaria, Sr. Presidente, de comemorar, junto com a população do Município de Cacoal e de toda aquela região do Município de Cacoal, a região da Zona da Mata, do Município de Rolim de Moura, dos Municípios de Presidente Médici, de Pimenta Bueno...

Daqui a pouco, lá em Rondônia, no Município de Cacoal, o Governador Ivo Cassol estará presente, com toda a sua equipe, resgatando um compromisso antigo e um desejo da população do interior do Estado de Rondônia, Sr. Presidente, porque o melhor hospital do interior do nosso Estado ainda são as ambulâncias que se dirigem à capital. Hoje, o Governador Ivo Cassol está lançando uma obra, que é a conclusão de um hospital regional no Município de Cacoal – e pretende concluir-lo até o final do ano –, e, com isso, certamente, haveremos de atender todo o interior do Estado de Rondônia no Município de Cacoal.

Então, eu gostaria de cumprimentar o Governador Ivo Cassol e de agradecer ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Na ida do Presidente da República lá, houve uma solicitação, um pedido do Governador ao Presidente Lula, e o Presidente determinou que o Ministro fosse a Rondônia e, junto com o Governador Ivo Cassol, encontrasse uma saída, uma solução.

Então, eu gostaria de fazer esse registro, de cumprimentar aqui o Governador Ivo Cassol e o Dr. Milton, Secretário de Saúde. Toda a população do interior do Estado de Rondônia, Sr. Presidente – para V. Ex^a ter uma noção, registro que, do Município de Vilhena à capital, são em torno de 800km a 900km –, que se deslocava até a capital certamente será atendida no interior do Estado, no Município de Cacoal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência acolhe o registro de V. Ex^a, bem como também o registro do Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou voltar ao assunto da sessão do Congresso para apreciação dos vetos.

Veja V. Ex^a que faz mais de vinte minutos que estamos votando o Item 1 da pauta da Ordem do Dia, matéria de interesse do Governo, para aprovar escolha de autoridade, o Embaixador para ocupar o cargo na Indonésia, e são apenas 35 Srs. Senadores aqui. Não conseguimos sequer o quórum para aprovar matéria de interesse do Governo, mensagem do Governo. Imagine V. Ex^a! Seremos irrespon-

sáveis se votarmos essa questão dos vetos à noite, porque sabemos que, às 19 horas, o quórum será menor que esse.

Então, vou me somar aqui ao Senador Arthur Virgílio. Tive oportunidade antes de fazer uma reclamação nesse sentido. Para que V. Ex^a tenha ideia, muitos dos Srs. Senadores não têm conhecimento do que será votado. Está aqui a cédula que vamos usar para votar hoje, e são mais de trezentos vetos. E, no meio, há o veto do Item 54, que diz respeito aos aposentados. Tivemos aqui um trabalho árduo, até viramos noite nesta Casa. Foi um trabalho de vários Srs. Senadores e Senadoras, de Deputados Federais. Votamos a matéria. Houve unanimidade nesta Casa, houve unanimidade na outra Casa. E duvido que o Governo tenha uma derrota hoje no Congresso Nacional, pois tem maioria na Câmara dos Deputados e tem maioria nesta Casa. Assim, esse veto será mantido.

O que queremos? São mais de trezentos vetos. Vamos separá-los. Por mais boa vontade que tenha o Senador Sarney, Presidente do Congresso Nacional, de tentar limpar a pauta, isso não será possível. Aqui está: o segundo item é de 1991, é um projeto de 1991.

Vejam V. Ex^as: poderia haver uma sessão especial para se votar no Congresso a questão dos aposentados, pois vamos ter de fazer diferença. Vamos ter de trazer os Deputados e os Senadores para votarem a matéria que diz respeito aos aposentados.

Está aí: 41 votos são necessários para aprovar uma mensagem do Governo, de interesse do Governo, e até agora não vieram aqui. Por quê? Porque os parlamentares do Governo não têm interesse de votar veto. Ausência é voto do Governo. Quem não for lá estará votando no Governo; quem não for lá estará obedecendo ao Governo; quem não estiver presente estará votando contra os aposentados.

Por isso é que, com todo o respeito, faço o apelo ao Presidente Sarney para que essa matéria seja destacada e para que seja convocada uma sessão para votar dois ou três desses assuntos de maior importância no momento. O que não podemos é colocar na pauta de votação mais de trezentos vetos, sendo que, lá no meio, estão os aposentados.

Quero que os aposentados deste País passem a entender que, aqui, queremos protegê-los mais uma vez, que aqui estamos evitando um golpe do Governo, passando despercebido, votando e derrotando um trabalho de muitos anos desta Casa e da Câmara dos Deputados.

Por isso, meu apelo aos Srs. Líderes – tenho certeza disto, pelo que ouvi da palavra do Senador Arthur Virgílio – é para que não deixemos acontecer

essa sessão do Congresso, porque esse é um crime contra os aposentados, essa é mais uma maneira de o Governo enganar os aposentados, dizendo que deles é favor.

Minha sugestão é bem simples, meu Líder José Agripino, meu Líder Arthur Virgílio: vamos derrubar a sessão no Congresso, vamos pedir ao Presidente do Congresso para que coloque em votação nesta Casa, de uma vez por todas, o projeto acabando com o voto secreto. Aí, acabando com o voto secreto, está na hora de votar o veto dos aposentados, para saber se quem votou unanimemente votará novamente o veto do Presidente da República.

Essa é a proposta que faço, e vou me colocar nessa posição em respeito aos aposentados deste País, com a concordância do meu Líder, tenho certeza. Enquanto assim não for feito, não deixarei votar o voto dos aposentados se não houver pelo menos 75 Senadores em plenário. Caso contrário, estaremos, mais uma vez, desmoralizando o Congresso. E é isto exatamente que o Executivo quer: desmoralizar o Congresso Nacional, porque, se não derrubarmos esse voto ao projeto que foi aprovado por unanimidade nas duas Casas, estará mostrado exatamente que não temos compromisso com o que votamos.

Por isso, vou me colocar desde já em obstrução, para que essa matéria não seja votada com esse quórum.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E repito: meia hora se completou na primeira matéria, e ainda não há 41 Senadores aqui. Se houvesse 41 Senadores aqui, todos teriam de votar a favor para derrubar o voto.

Por isso, peço a compreensão dos aposentados deste País, para que possamos nos organizar e para que eles possam vir para esta Casa, para que se vote uma matéria dessa em separado. Não podemos colocar a matéria dos aposentados no meio de trezentos vetos.

Faço um apelo à Mesa do Senado nesse sentido, para que os Líderes possam escolher no máximo cinco ou seis matérias importantes para serem votadas. Essas em que há acordo, que temos de derrubar, que já são matérias vencidas, que já não interessam, vamos derrubar. Mas, em matéria dessa natureza, não admito que o Congresso Nacional seja mais uma vez desmoralizado pelo Poder Executivo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O registro de V. Ex^a é acolhido, e o despacho é o mesmo. O Presidente José Sarney se encontra presente. Daqui a pouco, certamente, dará o despacho.

Tem a palavra, pela ordem, o ilustre Senador Mário Couto e, após, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz um pronunciamento hoje, logo no início da tarde, e, como o Senador Papaléo, o Senador Expedito, o Senador Flexa Ribeiro e outros, abordei exatamente este tema: a preocupação exatamente com esse voto, voto que precisa ser derrubado.

Sr. Presidente, aqui, quero fazer um alerta ao Presidente Sarney. O Presidente Sarney tem tido uma postura ímpar na Presidência desta Casa. O Presidente Sarney tem sido, com sua experiência, um condutor sóbrio, um condutor paciente, mas um condutor determinado, sabendo o que está fazendo, com muita prudência. Por isso, meu primeiro registro é para parabenizá-lo pela competência, pela experiência, pela prudência como está dirigindo esta Casa. Sei que o Senador Sarney está buscando mostrar à sociedade o que é realmente o Congresso Nacional, o que é realmente o Senado Federal. É isso o que busca hoje o Presidente Sarney. Sei que a sociedade não perdoará o Senado Federal e o Congresso Nacional se não derrubarmos o voto do Presidente Lula em função de martirizar os aposentados deste Brasil.

Todos nós sabemos da situação em que vivem os aposentados brasileiros. Todos nós, a maioria ou todos, não perdemos a oportunidade de usar a tribuna deste Senado e de mostrar, quase todas as semanas, a situação do aposentado brasileiro.

Sr. Presidente Sarney, ao me dirigir ao meu gabinete ainda há pouco, quando desci desta tribuna, alguém, no corredor desta Casa, dizia-me, Senador Expedito, que o bote estava preparado, que esse voto, de qualquer maneira, tinha ordem do Presidente da República para ser mantido. E me disseram mais, Senador Cristovam Buarque: que os Líderes já tinham ordem para retirar o projeto de pauta para ele não ser votado hoje.

Por isso, Sr. Presidente, se retirarem o projeto de pauta, fica aqui uma solicitação deste humilde Senador a V. Ex^a: coloque-o, Senador Sarney, imediatamente para ser votado, para ser concretizado o sonho dos brasileiros, que é exatamente a votação secreta.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Os brasileiros têm ansiedade por ver a votação de cada par-

lamentar nesta Casa. Nós precisamos, Presidente, mostrar o voto de cada Senador. Não se admite mais, 2009 anos depois de Cristo, que ainda exista isto aqui, no Senado Federal, no Congresso brasileiro, o voto da vergonha, o voto da covardia.

Acabe, Senador Sarney! Mostre que o Senado quer mostrar a sua cara. Mostre que o Senado está disposto a mostrar a sua moralidade, e esta é a grande oportunidade. Acabemos com o voto secreto no Parlamento brasileiro definitivamente. A Nação estará aplaudindo o Senado Federal. É isso o que espero de V. Ex^a.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Mário Couto, a emenda que trata desse assunto já está na ordem dos nossos trabalhos, apenas esperando que nós tenhamos a pauta desimpedida.

Srs. Senadores, eu quero...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Fora do microfone.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, ouço o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, é muito rápido. É apenas para me associar a essas preocupações, mas chamar atenção muito especialmente para um dos projetos de lei que está com o voto para ser analisado: é o Projeto de Lei nº 6, de 2002, que diz respeito diretamente aos funcionários dos Correios. Nós temos uma quantidade enorme de funcionários da ECT que, hoje, estão prejudicados desde a constituição dessa empresa. Graças a uma lei, o PLC nº 6, de 2002, eles readquiriram seus direitos, e esses direitos foram vetados.

Eu gostaria de dizer que nós precisamos derrubar esse voto presidencial em nome de uma categoria a que o Brasil tanto deve, que é a categoria dos funcionários dos Correios. Então, o mesmo que o Senador Efraim e o Senador Couto falarão. Eu quero dizer que também estou solidário, especialmente no que se refere a esse PLC nº 6, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Todos os Srs. Senadores já votaram.

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

MENSAGEM N° 45, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA INDONÉSIA.

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 1 Abertura: 28/4/2009 16:24:46
Data Sessão: 28/4/2009 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 28/4/2009 16:54:22

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIRO SANTANA	Votou				Primeiro-Secretário
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou				
PDT	DF	CRISTOVAM Buarque	Votou				
Bloco-PT	MS	DELcídio AMARAL	Votou				
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicy	Votou				
DEM	PB	Efraim MORAIS	Votou				
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou				
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou				
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou				
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou				
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PSDB	AP	PAPALEO PAES	Votou				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou				
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou				
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou				

Presidente: MARCONI PERILLO

**Votos SIM : 39
Votos NÃO : 03 Total : 43
Votos ABST. : 01**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 39 Srs. Senadores; e, NÃO, 3.

Houve uma abstenção.

Total de votos: 43.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Quanto ao item 1, foi recebido na data de hoje parecer do Sr. Relator referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2009, proveniente da Medida Provisória nº 449, de 2008.

A Presidência, conforme acordo de lideranças previamente firmado no sentido de que os pareceres de medidas provisória sejam distribuídos com 24 horas de antecedência, transfere o item 1 da pauta para a sessão deliberativa de amanhã.

É o seguinte o item transferido:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 2, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 449, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2009, que altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873 de 23 de novembro de 1999, e 11.171, de 2 de setembro de 2005, revogando dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718,

de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 449, de 2008).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 28.02.2009)

Prazo final prorrogado: 13.05.2009

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Quero comunicar à Casa, em relação à discussão sobre a sessão dos vetos, que uma das cobranças maiores que têm sido feitas ao Congresso Nacional tem sido o grande acúmulo de vetos. Temos cerca de 1.158 vetos. Não se vota nenhum veto aqui, no Congresso, há bastante tempo. Então, conforme tem sido pautada a minha Presidência, consultei os Líderes, estivemos todos juntos para limparmos a pauta a respeito dos vetos progressivamente votando. E acertamos, com antecedência de trinta dias, distribuir a todas as Lideranças a pauta, dizendo a eles que nos mandassem quais os projetos que não desejariam votar, tirando aqueles que necessitavam de um debate maior, que fossem mais necessários. E de muitos deles recebemos das Lideranças pedido para retirar justamente para que se possa fazer essa concentração num dia em que a mobilização dos interessados, das Lideranças possa existir.

Isso ocorreu, recebemos vários pedidos para retirar alguns da pauta, entre eles os da Liderança do Senador Arthur Virgílio. Alguns desses vetos foram retirados e alguns desses assuntos aqui tratados, como esse da Sudam, da Sudene – em que também concordo com V. Ex^a sobre o mérito – e também o relativo aos aposentados.

Então, teríamos duas soluções: ou votarmos aqueles vetos em que não existe nenhuma controvérsia, e manteríamos a sessão hoje; ou, então, adiaríamos a sessão, para marcarmos uma outra data. Nesta hipótese, tenho de consultar o Presidente da Câmara dos Deputados, uma vez que é uma sessão do Congresso Nacional, feita no plenário da Câmara, e eu tenho sempre de acertar com o Presidente da Câmara as sessões do Congresso Nacional.

Então, eu perguntaria às Lideranças, mais uma vez, qual das duas soluções adotaríamos, para que eu pudesse falar com o Presidente da Câmara sobre a segunda hipótese, a de adiarmos a votação.

Tenham todos a certeza de que o interesse da Presidência é realmente agir de acordo com o pensamento da Casa, atendendo a todas as correntes, democraticamente, como temos feito e como nossos trabalhos têm andado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a impressão que me acorre é que nós deveríamos adiar a votação, quem sabe até para a próxima semana. Há matérias polêmicas ainda. Por outro lado, estamos percebendo a dificuldade de se sustentar um quórum qualificado, um quórum relevante.

É louvável termos tomado a decisão de votarmos os vetos, porque, de fato, todos têm de ser apreciados. Todo veto presidencial tem de ser apreciado. E, depois de desbastarmos essa floresta inicial, temos de criar mesmo aquele automatismo, aquela rotina automática de votarmos, no prazo marcado pela Constituição Federal, os vetos presidenciais. Aí, completa-se o processo legislativo. Se o Governo quer manter o seu voto, mobilize a sua base e mantenha o voto, se puder; os que quiserem derrubar o voto, mobilizem-se e procurem, então, fazer valer o seu ponto de vista; e o processo se conclui de maneira legítima. Hoje, há uma usurpação – e tem sido assim há muito tempo – de um poder do Congresso Nacional.

Eu entendo que há matérias que são tão relevantes que, se a puséssemos em votação, nós iríamos arriscá-las de uma vez por todas. Por outro lado, eu não sei se, a essa altura, seria uma tarefa fácil escolhermos alguma coisa consensual. Minha opinião seria no sentido de adiarmos a votação até para a próxima semana, que deverá ser uma semana de presença talvez melhor, eu espero que maior, para nós então já termos não só uma apreciação mais justa sobre as controvérsias como termos efetiva capacidade de medir forças, os que querem derrubar contra os que não querem derrubar determinados vetos.

Sou pelo adiamento da sessão, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a. Eu quero apenas esclarecer ao Plenário...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – ...e pedir a colaboração de todos, porque temos, de uma vez por todas, de votar os vetos que estão aqui pendentes de decisão. Nós temos vetos desde

o Governo Itamar Franco, sem votação de veto nesta Casa; do Governo Fernando Henrique e do Governo do Presidente Lula, de maneira que é uma premente necessidade de nós votarmos. Acho que também uma semana ou duas não é esse fato que vai prejudicar essa determinação. Mas eu solicitaria aos nossos Líderes, aos nossos Senadores que apoiassem nessa decisão de limparmos e não ficarmos expostos às críticas que estamos por não votarmos os vetos presidenciais.

Ouço, com muito prazer, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria louvar a iniciativa de V. Ex^a. Mais do que a iniciativa, a provocação que V. Ex^a faz ao Congresso para a votação dos vetos. A informação que me chegou é que nós tínhamos uma tonelada de vetos, como que catalogados para serem apreciados hoje. Eu acho oportuníssima a iniciativa de V. Ex^a, meritória e um ato de autoposição do Congresso Nacional, de autovalorização das suas prerrogativas para completar o processo de que falou o Senador Arthur Virgílio. Encerra-se o processo legislativo com a apreciação do voto. O voto mantém-se ou o voto cai.

Agora, quero lembrar a V. Ex^a que há voto de matéria que vem sendo objeto de discussão há muito tempo. Em relação à Emenda nº 3, por exemplo, há, pelo menos um ano e meio, vem-se buscando uma solução. Eu mesmo já me reuni com o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, pelo menos cinco vezes. Com o Senador Dornelles, que é *expert* nesse assunto, idem. E é possível encontrar um ponto de consenso. Eu ainda acho que seja possível encontrar um ponto de confluência para votarmos um texto de consenso que consulte o propósito da Emenda nº 3, que diz respeito à taxação de prestadores de serviço, com alcance sobre uma grande parcela de profissionais liberais e profissionais prestadores de serviço do Brasil.

Quanto à outra questão, Sudene e Sudam, acho que também é possível encontrar um ponto de consenso. Agora, existe uma enorme quantidade de matérias cujos vetos podem ser apreciados.

O que eu queria sugerir e uso sugerir a V. Ex^a? Fazermos uma reunião na Presidência para separarmos os blocos. O que é que se pode votar e é bom que se vote logo, até para dar uma demonstração de iniciativa do Congresso? O que se pode votar de voto, porque não há desacordo e não há possibilidade de entendimento? Isso aqui. Onde há possibilidade de entendimento? Nesses aqui. E é preciso estabelecer o dever de casa, a tarefa, o objetivo: vamos chegar, dentro de um prazo de quinze dias ou três semanas, a um entendimento sim ou não. Se não chegarmos

ao entendimento, aí pauta-se e vota-se. Mas vamos tentar o entendimento que se buscou lá atrás e que se interrompeu.

Mas, sob a Presidência de V. Ex^a, acho que é perfeitamente possível voltar ao assunto, votar vetos sobre os quais não há dúvida e abrir o processo de busca de entendimento em torno de vetos de matérias importantes, como é o caso de Sudene, Sudam e Emenda nº 3.

É a proposta que faço a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem, o Senador Neuto de Conto e depois V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para justificar minha ausência na última votação. Eu estava numa reunião externa. Meu voto era “sim”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Presidente, inscreva-me para falar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O voto de V. Ex^a será registrado.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Sarney, quero primeiramente parabenizá-lo por colocar em pauta os vetos, que, como V. Ex^a disse e é do conhecimento de todos, vêm de vários governos anteriores. Se não me falha a memória, são mais de mil vetos a serem apreciados pelo Congresso. Já foi dito, Presidente Sarney, que o processo legislativo não está concluído enquanto não votarmos os vetos presidenciais.

Há projetos que foram aqui aprovados por unanimidade tanto no Senado quanto no Congresso, como é o caso do item 54, que trata da correção dos salários dos aposentados na mesma proporção do salário mínimo. Então, a lógica, Senador Mário Couto, seria que esse voto fosse derrubado, porque, se todos os Parlamentares, tanto do Senado quanto da Câmara, votaram pela sua aprovação é porque não concordam com o voto do Presidente.

Agora, como foi colocado, evidentemente, se não tivermos um quórum qualificado alto e não tivermos mobilização, nós corremos o risco de perder a derrubada desse voto, como o de perder também a derrubada do item 11, que trata da compensação para as aposentadorias dos servidores dos Correios, a questão da Sudam e da Sudene, a da Emenda nº 3. São vários itens para os quais eu diria que não há consenso.

Então, Presidente Sarney, como o Senador Agripino disse, poderia V. Ex^a, numa reunião de liderança, separar aqueles itens que são de consenso e que pudéssemos votar de forma global esses itens que precisam ter realmente um trabalho para que nós possamos, politicamente, manter a vontade do Legislativo.

E eu queria sugerir a V. Ex^a, se assim eu pudesse, que nós fizéssemos essa sessão do Congresso em horário nobre, numa quarta-feira às 4 horas da tarde, em que nós teríamos, então, quórum maior, alto, tanto do Senado quanto do Congresso, para justificar exatamente a importância que V. Ex^a está dando de trazer à apreciação esses vetos.

Então, a minha sugestão é que se faça, pelas lideranças, a separação daquilo que tem consenso e não votemos em separado, e votemos numa sessão do Congresso, em horário nobre, numa quarta-feira, às 4 horas da tarde. Pode ser amanhã ou na próxima semana.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela Liderança do PT.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Deputado Expedito Júnior. Senador. Eu estou falando aqui com o Presidente Michel Temer e estou com deputado na cabeça.

Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Ser chamado de Deputado por V. Ex^a para mim é um privilégio.

Sr. Presidente, em nome do Partido da República, o PR, eu conversava agora há pouco com o meu Líder, o Senador João Ribeiro, e gostaria de cumprimentá-lo e dizer que não esperava outra decisão de V. Ex^a a não ser esta, de votarmos os vetos.

Não é possível mais que tenhamos mais de mil vetos nesta Casa e, até agora, Sr. Presidente, não vejo a discussão dessas questões do voto. E V. Ex^a toma uma decisão acertada de votarmos os vetos.

Eu gostaria de, na mesma linha, fazendo coro com o Senador Flexa Ribeiro, de fazer este mesmo apelo a V. Ex^a: que, de repente, façamos uma sessão conjunta, uma sessão da Câmara e do Senado, no horário nobre, no horário de 16 horas; que possamos ter aqui a possibilidade de ter o quórum alto, para que possamos exercitar o nosso direito, para que possamos exercitar o nosso voto.

Eu não acredito, por exemplo, Senadora Rosalba, que tenhamos algum Senador da República aqui, haja vista que no voto dos aposentados, tivemos nesta

Casa, 100% dos votos aos aposentados brasileiros... Então, não acredito que seria diferente o voto na tarde de hoje. Acredito até na responsabilidade dos Parlamentares, principalmente do Senado, de que votaríamos novamente a questão dos aposentados, independentemente de ser voto secreto ou não.

O apelo que faço e a preocupação que temos também é a questão do quórum baixo, e há realmente essa preocupação.

Então, quero parabenizar V. Ex^a.

Acho que a decisão não poderia partir de V. Ex^a. diferentemente do entendimento que V. Ex^a. está buscando com o Presidente Michel Temer para que possamos, em uma outra oportunidade, quem sabe na próxima semana, votarmos aqui os vetos. Apelo, mais uma vez, Sr. Presidente, para que seja às dezesseis horas e que todos os Srs. Senadores e Deputados Federais estejam prontos para exercitar nosso trabalho, nosso papel, que é o nosso voto.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, eu já darei a palavra a V. Ex^a, mas quero só responder a questão levantada pelo Senador Expedito Júnior.

Essas sessões do Congresso são acordadas com o Presidente da Câmara. Então, elas são marcadas para um horário sempre às sete da noite ou pela manhã, porque, como temos que fazer no plenário da Câmara e a Câmara está realizando sessão, não temos local para fazê-lo. Teríamos que combinar com o Presidente da Câmara para que fizéssemos às quatro horas da tarde. Não me furto a conversar com ele a esse respeito. Mas eu queria fazer um apelo para que não adiássemos essa questão de começarmos a tirar os vetos da nossa pauta. Assim, eu queria propor, Senador Arthur Virgílio, Senador José Agripino...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – ...Senador Arthur Virgílio, Senador José Agripino e demais Líderes que estão aqui no plenário, eu queria justamente dizer que poderíamos marcar a sessão para a próxima quarta-feira, dia 6, ou a próxima terça-feira, dia 12. Se isso estaria de acordo ou se precisaríamos de mais data para isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder) – Sr. Presidente, acho que qualquer das duas datas serve para minha Bancada. Quarta-feira ou terça-feira, julgo que ambas as datas são boas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Senador concorda também. Ainda há pouco me disse.

O SR. Efraim Moraes (DEM – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. Efraim Moraes (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu solicitaria o destaque dos aposentados mais uma vez, porque, Presidente, por mais boa vontade que tenhamos, não se pode colocar esse voto e outros. Aí o meu apelo aos líderes. Srs. Líderes, o meu apelo é que se tirasse desse mais de 900 vetos aqueles que estão em condições de serem disputados em voto; apenas cinco ou seis estão em condições.

Que se faça uma sessão exclusivamente com esses vetos, porque, caso contrário, vamos mais uma vez levar os aposentados a uma derrota. Não tenho a menor dúvida. É preciso que sejam mobilizados os Srs. Senadores e Srs. Deputados. É preciso que se vote não nessa cédula, porque é um voto que chega preparado.

Então, proponho que seja votada a matéria que existe acordo na terça-feira. No dia seguinte, que seja votada a matéria com cinco ou seis vetos, que seria a escolha dos líderes de comum acordo.

Caso contrário, estaríamos apenas adiando o enterro dos aposentados.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela minoria, Presidente Sarney.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Considero justo, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela minoria, Sr. Presidente Pela minoria, Presidente Sarney.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Presidente, só gostaria de pedir que o Senador Cafeteira pudesse...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Cafeteira, pelo PTB.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Brasil inteiro está assistindo à luta do povo do Maranhão contra o tempo. Chuvas terríveis. Eu quero dizer a V. Ex^a que o Maranhão está precisando do auxílio do Brasil inteiro. Quando aconteceu o problema de Santa Catarina, todos ajudaram e, de repente, V. Ex^a que tem, hoje, a responsabilidade de ter, também, a filha no Governo. A Câmara dos Deputados está se reunindo para mandar uma Comissão ao Maranhão. Nós temos de procurar o Ministro da Saúde, porque, dentro de pouco tempo teremos uma calamidade. Uma coisa terrível, principalmente em Trizidela do Vale, Pedreiras... Enfim, é o Maranhão inteiro! E nós temos de

entender que não vale a máxima que o poeta diz: "Até na morte, até nas flores há diversas sortes: umas enfeitam a vida; outras enfeitam a morte." Então, nós temos de levantar, junto ao governo Federal, uma ajuda ao Maranhão. O Maranhão está precisando dessa ajuda. E o nordestino é um forte, porque consegue tudo isso com muita dificuldade. Essa é a questão de ordem que eu pediria a V. Ex^a para encaminhar ao Presidente da República, para que ele volte seus olhos para o Maranhão, Estado saqueado, sofrido e que precisa de uma mão do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Muito obrigado Senador Cafeteira.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela minoria, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – E concordo com todas as palavras de V. Ex^a, e quero dizer, que mesmo sendo Senador pelo Amapá, as coisas do Maranhão me dizem respeito. Foi o Estado onde eu nasci, sentimentalmente estou ligado profundamente.

E nesse sentido, a respeito das enchentes do Maranhão, falei com o Presidente da República, falei com o Comandante do Exército, falei com Comandante da Aeronáutica, falei com o Ministro do Interior no sentido de que realmente chegasse imediatamente àquele Estado o socorro necessário de alimentos e remédios às vítimas das enchentes, porque realmente é uma calamidade muito grande que está enfrentando aquele Estado. E quero dizer a V. Ex^a, que era mesmo desejo meu usar da tribuna depois, para fazer um pequeno relato sobre essas enchentes que estão ocorrendo naquela região.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – E eu agradeço, e tinha certeza que V. Ex^a lutaria junto conosco para minorar o sofrimento do povo do Maranhão. Sr. Presidente, como representante do Maranhão, eu agradeço toda a ajuda que puder vir em nosso favor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Rosalba.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, com relação a questão dos vetos, realmente eu acho que da forma que V. Ex^a está conduzindo realmente é importante que nós possamos já, na próxima semana, voltarmos a avaliar, analisar e votar os vetos.

E quero aqui também deixar a palavra de apoio a palavra de solidariedade, como nordestina do Rio Grande do Norte, ao seu Estado, ao Estado onde o senhor nasceu e que sua filha agora governa, àquele

povo que está sofrendo uma calamidade. Nós sabemos o quanto é angustioso esse momento, porque eu já vivi momentos de enchente e sei que realmente é algo desesperador.

Quero trazer a nossa solidariedade, o nosso apoio. Que se faça o SOS Maranhão e que realmente o Estado possa ter todo o apoio e as medidas sejam rápidas, não haja demora. No ano passado o nosso Estado passou por uma situação menor, é verdade, do que a que está acontecendo no seu Estado. Naquela ocasião, fizemos um apelo antes de a situação ficar mais crítica., mas infelizmente, apesar de medida provisória aprovada e recursos para apoiar e para também corrigir os destroços que ficaram depois da enchente, ainda há muita coisa a ser refeita, a ser reconstruída.

Então fica aqui o apelo, a solidariedade e a nossa palavra, de todos os nordestinos, tenho certeza, de todos os brasileiros, para que as ações sejam rápidas, cheguem de forma realmente efetiva, para salvar e para impedir, prevenir que mais problemas venham surgir no seu Estado.

E queria aqui também falar sobre os aposentados. É importante que todos nós que votamos estejamos aqui para mais uma vez votarmos favorável à queda do voto. Os aposentados precisam ter o que é justo, o que é direito, o que é digno para cada um que está, a cada mês, vendo aquilo que é fruto do seu trabalho, da sua contribuição, da sua luta durante toda uma vida. Na hora em que mais precisa ele não tem o direito de, pelo menos, o seu salário reajustado igual àqueles que recebem o salário mínimo.

Fica aqui, então, a nossa convocação: vamos colocar o voto para ser votado o mais rapidamente possível, dentro da programação que V. Ex^a, com certeza, com muita competência vai fazer.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Pela Minoría, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Quero acrescentar outra explicação ao Plenário, atendendo às considerações do Senador Efraim Moraes.

O espírito da nossa reunião com os Líderes foi justamente no sentido de fazer de acordo – já tivemos aqui a tentativa de votação de vetos e já votamos – com o bloco dos vetos que estão sem nenhuma contestação e dos vetos sobre os quais há controvérsias. Assim, podemos separar as duas votações. Por isso, mandamos correspondência aos Líderes, com o prazo de trinta dias, para que eles nos dessem essa orientação. Estamos seguindo justamente a orientação que nos foi dada, tirando da pauta aqueles itens que constituem matérias controvertidas.

Poderemos fazer uma sessão só para esses vetos, dependendo do acordo das Lideranças. Isso a Mesa cumprirá invariavelmente, de acordo com aquilo em que se tem pautado, ou seja, de fazer aquilo que sempre fiz nesta Casa – não é a primeira vez –, de sempre governar colegiadamente. Acho que essa é a função do Presidente. Ele apenas tem a função de ser aquele que comanda a vontade de todos os membros da Casa.

Antes de conceder a palavra ao Senador Mário Couto...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a me inscrevesse para falar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Imediatamente, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

Pelo PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Também quero propor, desde logo, que a sessão seja feita no dia 6, em horário que dependerá da minha combinação com o Presidente da Câmara dos Deputados, ou à tarde ou às 7 horas da noite, de acordo com os trabalhos da Câmara dos Deputados.

Se todos estiverem de acordo, essa é a minha proposta para que não se tire da pauta a discussão sobre os vetos. O ruim é nós adiarmos por um longo tempo, e aí todo mundo esquece, e finalmente não votamos os vetos.

Com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Presidente Sarney, quero dizer a V. Ex^a que V. Ex^a já é um vitorioso. Os vetos estão aí, os vetos serão votados. Há quantos anos não se ouvia falar em votação de veto neste Parlamento?

Até as assembléias legislativas dos Estados estavam dando lição na gente, porque votam regularmente os vetos, e nós não votávamos.

V. Ex^a já é um vitorioso. Eu só quero ratificar o seguinte, Sr. Presidente: no dia 6, nós votaremos, conforme proposta do Senador Efraim e a maioria dos Líderes já se manifestaram. E eu quero me manifestar também.

No dia 6 se votaria, de maneira geral, os vetos sem polêmica. No dia 7 então, no dia seguinte, ou na outra semana, se votaria os vetos polêmicos, tipo Sudam, Sudene, aposentados. E aí nós teríamos, com certeza, vencido uma grande etapa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência não tem nenhuma objeção. Havendo a concordância geral, assim nós faremos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcelo Crivella, que foi o primeiro inscrito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria prestar a solidariedade do meu Partido, o PRB, ao povo do Maranhão e à Governadora Roseana, que, na sua trajetória de vida, tem sido uma lutadora não só porque enfrenta problemas de saúde – talvez sua maior força seja porque ela se preocupa com o próximo, em vez de se preocupar com si mesma; daí vem sua grande energia –, mas também porque, somando a esses momentos difíceis que ela vive por causa de sua saúde, ainda enfrenta, no início do seu Governo, uma catástrofe que leva o Maranhão e todos os brasileiros à perplexidade. Então, gostaria de expressar a V. Ex^a o mais profundo pesar por essa situação e os nossos votos de que o Maranhão reencontre rapidamente a normalidade na sua vida.

Sr. Presidente, quanto aos vetos, nós até temos quórum. Ouvi tanta gente da Oposição dizendo que pessoas da base do Governo não estariam aqui. Sábado aqui, Sr. Presidente, acho que só aqueles que estão no Parlatino, só os Senadores que estão em missão no exterior não estão hoje aqui presentes, e são muitos; mas hoje teríamos um quórum até razoável para votar, mas V. Ex^a, com sabedoria, resolve adiar a sessão, para que possamos discutir as matérias com mais calma.

O meu Partido, o PRB, os dois Senadores, somos um pequeno Partido, mas o que assumimos, nosso compromisso com os aposentados... Não só com os aposentados: há também um veto que é o de nº 124, aliás, perdão, é o de nº 128, que trata de um assunto da minha categoria, a dos engenheiros, dos arquitetos, dos agrônomos e dos geólogos, que é muito importante. O Brasil aumentou o número de Estados, e o Confea, que é a nossa confederação, precisa ter representação nos novos Estados. Portanto, foi uma longa jornada parlamentar para que o Congresso promulgasse essa lei, e o Presidente deveria sancioná-la, mas o Presidente a vetou, alegando vício de iniciativa, que não há. Na ocasião, prometeu que iria enviar uma medida provisória, porque não há absolutamente nada que possa impedir que os Estados recém-criados tenham cadeira no Confea, que a categoria dos engenheiros, dos arquitetos, dos agrônomos e dos geólogos daqueles Estados estejam representados aqui em Brasília. Infelizmente, foi vetada a matéria.

Então, Sr. Presidente, gostaria de manifestar a posição do meu Partido de que estamos aqui para votar.

A questão do Veto nº 54, na justificativa do Governo, fala em R\$16 milhões. Isso não tem impacto algum na folha de arrecadação do Governo Federal, que é de R\$1 trilhão, e no PIB nacional, que é de R\$3 trilhões.

Portanto, estamos prontos a votar, aguardando apenas o comando de V. Ex^a, que, por razões óbvias, por apelo dos Líderes, resolve adiar a sessão para que a votação possa ser feita com o quórum pleno.

Agora, estamos aqui, Sr. Presidente. Eu gostaria muito de dizer que atendemos ao seu chamado à nossa responsabilidade, à nossa consciência, e estamos presentes, o PRB, para votar os vetos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Quero também fazer uma retificação, um esclarecimento ao Plenário: de certo modo, temos que reconhecer que também não é a primeira vez que estamos fazendo sessão para votar vetos; o Presidente Garibaldi já teve oportunidade, na sua gestão, de realizar duas sessões em que tivemos a oportunidade de apreciar alguns vetos.

Com a palavra o Senador...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero apenas registrar o meu voto favorável na votação do Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Será registrado.

Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sarney, nós somos cristãos, e o pai de Cristo, Deus, não nos abandona. Deus coloca as pessoas no momento certo. Está escrito que Ele colocou Moisés para liderar o povo dele, e David para vencer Golias. Senador Sarney, então, Deus o colocou aí. Líderes... O Paim é Líder desse movimento. Líder aqui tem muitos, mas líder mesmo é V. Ex^a, que é o Presidente do Senado, é o Presidente do Congresso.

Então, eu queria invocar aqui uma santa para nos guiar – o divino Espírito Santo sempre nos guia e providencia –, que é a santa Kyola, a senhora sua mãe. Em um momento muito mais difícil do que aquele em que Moisés atravessou o Mar Vermelho, V. Ex^a, guiado por Deus, atravessou a ditadura, dando lugar à liberdade democrática.

Mas tinha na terra Kyola, que dizia: “Meu filho, não deixe perseguirem os velhinhos”. E V. Ex^a, com essa generosidade, chegou aonde chegou.

Mas, atentai bem: vamos separar o joio do trigo, colocar os velhinhos... Há um monte de vetos de que a gente nem se lembra mais. Teve isso que foi do tempo da Primeira República. Estão aí, são mil e tantos. Botar os nossos velhinhos junto nesse rolo é levá-los a um campo de concentração, a um holocausto. Nós queremos tirar, pinçar os velhinhos, sofridos, injustiçados, sacrificados, e votar. Eles merecem a nossa con-

sideração, o nosso apreço, a nossa atenção, a nossa coragem e o nosso voto. Atentai bem: eu quero um dia só o problema dos velhinhos.

E vou dizer a V. Ex^a: admiro muito, aprendi muito. Mas hoje está aí o Paim. Mas não é o Paim, não. O maior líder, hoje, é o Barack Obama. Acabou até com esse negócio de preconceito racial. Eles é que são raça forte. Está encantando a todos. O Barack Obama, num de seus livros – dois eu já li –, disse que, se não fossem o avô e a avó, ele era um maconheiro hoje. Então, é isso que estão fazendo. Essa sociedade, essa barbárie, os nossos avós foram sacrificados, foram maltratados, foram enganados, estão aí desencantados. Eles tiveram um sonho, como Martin Luther King: dignidade, no fim da vida com as suas aposentadorias. E nós criamos um monstro, que Kyola rezou e pediu que não fosse no governo de V. Ex^a: esse fator de redução previdenciária, que não existe no mundo. Então, nós queremos acabar.

E me permita – eu acho que Deus está botando força aqui, eu nem sei o que estou dizendo – falar para V. Ex^a e para o Michel Temer. Esse negócio do Congresso, o povo já jogou flores no dia em que libertaram os escravos aqui. Os Senadores fizeram a lei, e a mulher brava assinou, sancionou. Aí, sim, o povo do Brasil vai jogar flores no Senado, e Luiz Inácio vai agradecer. Luiz Inácio errou ali, foi um voto pelos aloprados que o cercam. Então, ele está morto de arrependido. O homem mais feliz vai ser Luiz Inácio, a quem demos essa oportunidade. E o Congresso é para isso, é um freando o outro, todos nós somos passíveis de erro. Foi uma falha ligeira do Luiz Inácio, com certeza influenciado pelos aloprados que o rodeiam.

Então, nós vamos redimir, só vai ter felicidades e glória, e Deus escolheu V. Ex^a para fazer isso. Esse negócio de líder aí tem um monte, é líder de si mesmo, mas Líder é V. Ex^a, é o Presidente do Senado e é o Presidente do Congresso. Um pedido: ó Deus, ó Deus, ó santa Kyola, vamos separar os velhinhos dos outros vetos. Tem vetos aí que vêm desde a República Velha, que ninguém nem sabe o que é, nós não podemos, vamos separar os velhinhos, os nossos avós. Eles é que sustentam o maior patrimônio. Rui está ali porque disse: “A Pátria é a família amplificada”. A nossa família está destruída porque nós destruímos os nossos velhinhos aposentados.

Ó, Sarney, ó, santa Kyola, ilumine o seu filho.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Eu vou dar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que já a pediu há bastante tempo, e, em seguida, a V. Ex^a.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria só de registrar a votação para Embaixador. Eu estava vindo da reunião da Bancada de Deputados do Maranhão na hora em que acontecia a votação. Eu queria que registrasse o meu voto “sim”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Será registrado na Ata.

Senador Mão Santa, eu pediria a V. Ex^a que viesse aqui secretariar os trabalhos da Casa.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, além de prestar a solidariedade à população do Maranhão, diante das inundações ali registradas, e de apoiar as medidas que estão sendo adotadas, eu gostaria de expressar que estamos de acordo com a designação da próxima terça-feira para a votação dos vetos, inclusive de acordo com a proposição de V. Ex^a de separar aqueles que são consensuais daqueles que são polêmicos.

Pela Liderança do PT, estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero agradecer o registro que fez V. Ex^a e quero me congratular pelo fato de que V. Ex^a está adotando essa decisão de colocar os vetos em votação. É uma decisão que só engrandece o Parlamento.

Quero dizer que, quando estive à frente da Presidência, examinamos 72 mensagens de vetos, com um total de 228 dispositivos vetados. Convém explicar aos Senadores que é comum as mensagens trazerem vetos parciais, que são votados separadamente. Daí a diferença entre o número de mensagens e dispositivos vetados. Há ainda – e esse é o desafio que V. Ex^a começa a enfrentar – 149 mensagens de veto que estão prontas para serem incluídas para votação na Ordem do Dia do Congresso, e outras oito ainda esperam para serem lidas, num total de 157 Mensagens que aguardam manifestação do Congresso Nacional. Isso representa, Sr. Presidente, ainda, mais de mil dispositivos vetados a serem apreciados. Mas eu acredito que V. Ex^a irá, realmente, diminuir significativamente, ou até mesmo chegar a colocar em votação esses mil dispositivos vetados, e o Parlamento dará a última palavra sobre as proposições legislativas.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a pela solidariedade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Só para esclarecimento. Primeiro, minha solidariedade total a V. Ex^a em relação às enchentes do seu Estado.

Mas, para mim, não está claro. V. Ex^a sabe das vigílias e de tantas andanças para tratar dessas questões dos aposentados, sejam dos Correios, sejam do Regime Geral da Previdência, sejam dos oficiais de Justiça.

Eu só quero o seguinte esclarecimento: nós votaremos, no dia 6, os não polêmicos. Qual será o dia em que votaremos os polêmicos que englobam esses que falei, como o da Sudam, enfim? É isso que eu precisaria saber.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nós poderíamos votar no dia 7.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dia 7? De minha parte, acordo firmado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Se V. Ex^a não faz objeção, poderíamos votar no dia 7.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dia 6...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – No dia 6, votaríamos todos os vetos não polêmicos em que não há nenhuma divergência e, no dia 7, votaríamos os outros vetos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – No dia 7 pela manhã? Porque, à tarde, temos a dificuldade de ...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tenho de combinar com o Presidente da Câmara dos Deputados para, realmente, saber o horário em que devemos votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, está havendo uma série de sugestões. Na quinta, o quórum privilegiado nós não vamos conseguir. Só uma sugestão: poderíamos, então, votar na próxima terça ou na quarta os polêmicos?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Poderíamos votar na próxima quarta, dia 13.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Excelente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Está bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Continuando a Ordem do Dia, segundo o entendimento firmado nesta Casa, há a possibilidade de se

votar o Item 27 (Requerimento nº 388, de 2009, que pede o desapensamento), e o Requerimento nº 465, de 2009, de informações ao TCU.

Se todos concordam, dou por aprovados o **Requerimento nº 388, de 2009**, e o **Requerimento nº 465, de 2009**.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

27

REQUERIMENTO N° 388, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 388, de 2009, do Senador Álvaro Dias, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 63, de 2004; 12, de 2006; 105, de 2007; e 64, de 2008; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 241, de 2002; 45, 563, 166 e 445, de 2003; 111, de 2004; 174, 295, 327, 328 e 375, de 2005; 101 e 309, de 2006; e 706, de 2007, para que retomem sua tramitação autônoma.*

REQUERIMENTO N° 465, DE 2009

Requerimento nº 465, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, que *requer, nos termos dos arts. 50, §2º e 71, VII, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União para subsidiar a fiscalização, pelo Senado Federal, da destinação e regular aplicação de recursos públicos, conforme estabelece o art. 49, inciso X, da Constituição Federal.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência designa, para relatores revisores respectivamente dos Projetos de Lei de Conversão nºs 5 e 6, de 2009, os Senadores Eliseu Resende e Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 3, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 450, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2009, que *autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a*

Empreendimentos de Energia Elétrica -FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 11.805, de 6 de novembro de 2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004; e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento -BIRD (proveniente da Medida Provisória nº 450, de 2008).

Relator revisor: Senador César Borges
(Sobrestando a pauta a partir de: 6.03.2009)

Prazo final prorrogado: 19.05.2009

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 4, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 451, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2009, que *altera a legislação tributária federal e dá outras providências (altera a tabela progressiva do Imposto de Renda; concede subvenção econômica às micro e pequenas empresas e empresas de aquicultura e pesca de Santa Catarina; indenização por invalidez) (proveniente da Medida Provisória nº 451, de 2008).*

Relator revisor: Senador Marconi Perillo
(Sobrestando a pauta a partir de: 12.03.2009)

Prazo final prorrogado: 25.05.2009

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 5, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 452, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2009, que *dá nova redação à Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB, e à Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, que autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura – DNIT a executar obras nas rodovias transferidas a entes da Federação, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 452, de 2008).*

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de 19.03.2009)

Prazo final prorrogado: 01.06.2009

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 6, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 453, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2009, que *constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 453, de 2009)*.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.03.2009)

Prazo final prorrogado: 01.06.2009

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 7, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 454, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2009, que dá nova redação aos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União (proveniente da Medida Provisória nº 454, de 2009).

Relator revisor: (Sobrestando a pauta a partir de: 19.03.2009) Prazo final prorrogado: 01.06.2009

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
 N° 7, DE 2008**

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
 N° 29, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constitui-

ção nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social)*.

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

9

**SUBSTITUTIVO AO
 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/1999, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho -CLT*.

Parecer sob nº 94, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

10

**SUBSTITUTIVO AO
 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 95, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

11

**SUBSTITUTIVO AO
 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis de Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 93, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

12

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 205, DE 1996

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996 (nº 3.777/1997, naquela Casa), do Senador Sérgio Machado, que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 -Código de Proteção e Defesa do Consumidor (a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem conter informações ao consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 165-A, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 245, DE 1999

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1999 (nº 3.469/2000, naquela Casa), de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que *acrescenta artigos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que especifica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77.*

Parecer favorável, sob nº 1.156, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior.

14

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 23, DE 2000

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2000 (nº 4.623/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Osmar Dias, que *altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal,*

e dá outras providências, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas.

Parecer nº 778, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com adequação redacional.

15

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 170, DE 2003

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2003 (nº 4.701/2004, naquela Casa), do Senador Almeida Lima, que *dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos e privados.*

Parecer favorável, sob nº 898, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2005 (nº 1.165/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, e revoga a Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999.*

Pareceres sob nºs 849 e 850, de 2008, das Comissões

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da emenda substitutiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006 (nº 5.434/2005,

na Casa de origem, do Deputado Eduardo Gomes), que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte (determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis de educação básica).*

Parecer sob nº 92, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2007 (nº 400/2007, na Casa de origem, do Deputado Dagoberto), que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a divulgação dos autos de infração e a cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo.*

Parecer favorável, sob nº 1.066, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2008 (nº 708/2007, na Casa de origem, do Deputado Rodrigo Rollemberg), que *estende os incentivos especiais de que trata o parágrafo único do art. 103 da*

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e pecuária.

Parecer sob nº 963, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Gilberto Goellner, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2008 (nº 2.181/2007, na Casa de origem, do Deputado Rogério Lisboa), que *dá nova redação aos arts. 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (participação do defensor público na lavratura de escrituras públicas).*

Parecer favorável, sob nº 73, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2008 (nº 3.446/97, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 65, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Neuto de Conto, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarécio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 -Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais terreas, nos programas nele mencionados.*

Parecer favorável, sob nº 67, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

24

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

25

REQUERIMENTO Nº 231, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a criação de Comissão Temporária, composta por 5 membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 meses, para acompanhamento das Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

26

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2009, de iniciativa do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária, composta por seis Senadores para em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Voltamos à lista de oradores.

Com a palavra o Senador Expedito Júnior. (Pausa.)

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Presidente Sarney, ao receber a Presidência, percebi que há uma coincidência: os céus já estão ajudando os aposentados. Em 13 de maio de 1888, o povo jogou flores no Senado quando libertávamos os escravos. Agora, será 13 de maio. Vamos libertar os velhinhos aposentados do sacrifício que estão tendo com o resgate das suas justas aposentadorias.

Com a palavra o Senador Expedito Júnior, que é do PR e representa o grandioso Estado de Rondônia.

Pela ordem, o Presidente Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi ao Senador Expedito Júnior que fizesse a gentileza de me permitir dois minutos antes que ele começasse a falar, justamente para expressar minha solidariedade ao povo do Maranhão no momento em que tantas dificuldades ele está sofrendo.

Realmente, nós do Nordeste temos um certo complexo, porque, quando as coisas ocorrem no Sul, têm uma dimensão muito maior. Quando ocorrem no Nordeste, elas realmente têm uma dimensão menor de repercussão nacional.

Nós estamos atravessando, no Maranhão, uma calamidade de grandes dimensões. Nós estamos com a principal estrada de São Luís a Teresina cortada. Não se fala em engarrafamento de 200 quilômetros, porque é paralisação de 200 quilômetros. Não estamos nem recebendo os caminhões que vêm do Sul com abastecimento para o Estado, nem os estamos levando de São Luís para o interior, porque essa estrada está cortada. Não somente ela, mas várias estradas. Também a estrada Maranhão-Pará está com vários cortes, além de enchente em quase todos os nossos rios.

Como o Maranhão é uma grande planície, os rios de planície em geral são rios de curso indeciso, de maneira que facilitam enchentes, porque cada curva funciona como uma barragem na descida das águas, o que faz com que esses rios saiam dos seus leitos e ocupem vastas regiões.

Nós estamos com mais de 30 cidades, na margem desses rios, inundadas. Tenho visto contagem de 60 mil pessoas desabrigadas, mas ninguém sabe contar quantas são, porque também há muitos vilarejos que estão profundamente atingidos.

Por outro lado, as comportas da Barragem de Flores, que foi feita ainda no tempo em que eu era Presidente da República para reter essas enchentes, retendo nas cabeceiras do rio Mearim e do rio Flores, por um certo descuido da administração de alguns anos, suas comportas deixaram de funcionar, o que realmente utilizou que essa barragem funcionasse

como regulador de águas para evitar essas enchentes. E, neste momento, as comportas estão enferrujadas, não estão funcionando já há muito; há uns três, ou quatro, ou cinco anos elas já não funcionam, o que tem aumentado o perigo de que essa barragem possa vir a rachar, o que vai ser uma calamidade imensa, sem proporções naquela região.

Então, eu já falei ao Presidente da República, falei com o Ministro do Exército para que ele colocasse imediatamente o Batalhão de Engenharia para que pudesse fazer uma travessia desses rios a título de emergência. Falei também com o Ministro do Interior no mesmo sentido, com a Defesa Civil Nacional e estamos mobilizando de uma maneira geral. Mas eu sinto que ainda não se teve uma certa consciência nacional do que está acontecendo naquela região, porque as coisas, como eu disse, quando acontecem a partir de todo o Nordeste, as coisas começam a sensibilizar menos o País do que quando vem das regiões do Sul.

Evidentemente que, naquela área, por estarmos em áreas pobres, essas coisas têm muito maior dano, temos muito menores instrumentos para aliviar a sorte das populações que estão atingidas nessas regiões.

Então, aproveito este momento no Senado Federal para, uma vez mais, pedir o apoio não somente do Governo – para que ele multiplique esse apoio – mas também da opinião pública nacional para que os outros Estados façam como têm feito nos outros casos de calamidade: um movimento de solidariedade, porque, na realidade, estamos sentindo um pouco de falta dessa solidariedade que têm sido encontrada em outros momentos em outros Estados do Brasil.

Era o que eu queria dizer a V. Ex^a e agradeço.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu Presidente Sarney, pode contar com a nossa solidariedade, pode contar com o nosso empenho, com a nossa ajuda. É uma reivindicação justa com o povo do Maranhão, povo que tem contribuído muito para o desenvolvimento do País e que hoje está sofrendo uma calamidade pública, uma calamidade intensa. Então, conte com o verdadeiro empenho e apoio, com a nossa dedicação na ajuda ao povo maranhense.

Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Expedito, se me permitir, apenas para aproveitar a palavra de V. Ex^a e a presença do Senador José Sarney, para dizer da nossa total solidariedade não só com o Estado do Maranhão, mas também com as suas palavras. No Nordeste brasileiro e no Norte, quando existe uma calamidade, se não for o esforço individual das suas lideranças – um esforço muito grande – para cha-

mar a atenção do País sobre o que está acontecendo, dificilmente há uma comoção nacional em torno do assunto. Infelizmente, essa é a realidade. É uma realidade proveniente talvez do fato de não termos uma grande imprensa. Não concentra na nossa região uma grande imprensa nacional. Não temos uma grande caixa de repercussão nacional, em função do nosso isolamento econômico – vamos dizer assim. Lembro-me de que, quando tivemos uma seca em determinado momento, tive que ligar para o editor de um grande jornal nacional para fotografar – e as pessoas lembram dessa fotografia famosa – um cearense comendo o que se chamava de calango. Então, tem toda razão o Presidente Sarney. E nesta Casa eu acho que devemos ter a mesma movimentação, Senador Mão Santa, que tivemos no caso de Santa Catarina, quando todos nós nos movimentamos de uma maneira conjunta. Houve aquela comoção. Agora, Senador Expedito, aproveitemos que V. Ex^a, o Senador Mão Santa, o Senador Sarney, o Senador José Agripino, que está ao meu lado, a Senadora Patrícia, todos somos do Norte e Nordeste, aproveitemos esse fato específico. Queria chamar a atenção para a reunião do Congresso, quando haverá a votação da Sudene e Sudam, que foi inteiramente desfigurada com os vetos feitos pelo Presidente da República. E, hoje, V. Ex^{as} do Norte, V. Ex^{as} do Nordeste sabem que não existe Sudene e Sudam. Na verdade elas simplesmente não existem. O saudoso Senador Antonio Carlos fez um trabalho aqui, na Comissão de Desenvolvimento Regional, construindo esse projeto muito bem feito e que simplesmente foi vetado. Que nós fizéssemos, pedindo ao Presidente Sarney, a votação do caso Sudene e Sudam, ou seja, peço atenção específica para as Regiões Norte e Nordeste, para que esse projeto seja votado em um dia específico, para que as Bancadas regionais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pudessem se unir em torno desse tema que, infelizmente, saiu completamente da agenda nacional. Queria agradecer, mais uma vez, a sua gentileza por me dar a oportunidade de um aparte a V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – O Presidente José Sarney pede a palavra mais uma vez.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Expedito, eu queria agradecer a V. Ex^a a solidariedade que V. Ex^a emprestou às minhas palavras, como também agradeço ao Senador Tasso Jereissati. E eu queria, uma vez mais, ressaltar que a Governadora encontra um problema dessa dimensão logo que assume o Governo, nestes primeiros dias. Ela tem feito um esforço extraordinário, trabalhando dia e noite e lidando com esse problema. Eu acho que isso também é mais um

motivo para a gente compreender a necessidade de nós termos solidariedade com o Estado do Maranhão neste momento.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, estou relatando um projeto do Senador Colombo que trata exatamente dessas questões de calamidade. Mas, infelizmente, o projeto, segundo nossa assessoria, é inconstitucional, porque nós estamos abrindo mão de algumas arrecadações, como a questão do FPE, como a questão do FPM, para sair em socorro de alguns Municípios, para sair em socorro de alguns Estados quando houver necessidade, como é o que está acontecendo com o Estado do Maranhão.

Acho que é uma boa hora, porque, recentemente, aconteceu com o Estado de Santa Catarina e agora vemos acontecer com mais um Estado brasileiro, atingindo praticamente todo o Estado do Maranhão.

Acho que é importante – inclusive, falará, daqui a pouco, uma das pessoas que mais respeito nesta Casa e por quem tenho grande admiração, o Senador José Agripino – este momento para que o Colégio de Líderes busque uma solução para que, nesses casos de calamidade pública, como é o caso do Maranhão, nós pudéssemos ter a intervenção do Governo Federal com a presença, praticamente, de todos os seus ministérios e também a facilidade da liberação de recursos, quando for o caso.

Ouço a palavra do nobre Líder do Democratas, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Expedito, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz, abrangente, ensejando a que nós possamos tecer comentários sobre fatos do presente e sobre a perspectiva de futuro. V. Ex^a foi abordado pelo Senador Sarney e pelo Senador Tasso Jereissati, que falaram sobre a enchente que está vitimando o Maranhão e sobre a urgente necessidade de se definir o modelo Sudene e Sudam. Senador Expedito, fui Governador duas vezes, de 1982 a 1986 e de 1990 a 1994. Em ambos os períodos, eu peguei seca e enchente. Tive muitas provações como Governador. Sabe quem é que me socria em primeiro lugar? Entre 1982 e 1986 e entre 1990 e 1994, a Sudene existia, com suas dificuldades, com seus equívocos, com seus acertos, mas existia. Quem primeiro aparecia na enchente, que é terrível... A seca anuncia que vai chegar, a enchente é da noite para o dia. As pessoas ficam desabrigadas de uma hora para outra, é uma aflição monumental. As doenças chegam aos borbotões, o desabrigado é imediato, a fome, o desespero... Na seca, você tem tempo para se preparar. Mas quem chegava em primeiro lugar era a Sudene, com as barracas, com a arregimentação de helicópteros, com o plano para alistamento de

pessoal para ocupação de mão de obra. Hoje, nós os nordestinos convivemos com as secas e com as enchentes nos cosendo com as nossas próprias linhas. Há pouco tempo, no meu Estado, tivemos enchentes pesadas no Vale do Açu e no Vale do Apodi. Não foi um Ministro de Estado, não foi um Secretário Executivo, não foi ninguém. Prometeram R\$90 milhões. Sabe quanto chegou até agora? Zero, coisa nenhuma. Então, estamos entregues à nossa própria sorte. O que existe no Nordeste – é uma coisa boa, sim – é o Bolsa Família, mas provisão de infraestrutura, modelo Sudam/Sudene, que são coisas permanentes, sustentáveis, é o socorro à vista, é a luz que se enxerga, isso acabou. Então, o que eu queria sugerir ao Senador Sarney, que está aqui ao meu lado e que é o nosso Presidente, e a V. Ex^a, é que temos que fazer uma sessão – eu estava conversando sobre isto com o Senador Tasso Jereissati e com a Senadora Patrícia –, temos que reservar uma sessão única do Congresso – é a sugestão que dou – para apreciação dos vetos ou a costura do novo modelo Sudene/Sudam. Já que todo o trabalho feito foi desconcertado pelos vetos apostos pelo Presidente, temos que remontar o modelo Sudene e Sudam numa grande discussão e ir para o voto, finalmente, numa sessão única, em que a questão seja exaustivamente discutida, debatida, para que se aperfeiçoe o modelo e para que se possa mostrar ao Brasil o tamanho do bem que este Governo quer ao Norte e ao Nordeste, com a Sudene e com a Sudam.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – A sugestão do Senador Tasso Jereissati é mais ou menos nessa linha, que façamos aqui, de repente, um dia exclusivo para votarmos a questão da Sudam, para discutirmos e votarmos a questão da Sudam e da Sudene.

Também tivemos aqui, hoje, vários Senadores falando sobre a questão dos aposentados brasileiros...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – É tão importante que talvez tenhamos de fazer uma sessão para tratarmos da questão dos vetos para os quais há acordo e outra para que tenhamos a possibilidade de votar dois, três ou pouco mais que isso, os polêmicos, e possamos dar uma resposta à sociedade.

Senador Mão Santa, agora é que vou começar o meu pronunciamento. V. Ex^a, que é benevolente quando assume esta Presidência, percebeu que praticamente cedi o espaço para tratar aqui principalmente sobre o nosso querido Estado do Maranhão. Peço a V. Ex^a, pelo menos, mais cinco minutos para que eu possa concluir ou fazer o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a vai ter os cinco minutos e o tempo de V. Ex^a eu cedi, em homenagem à Rondônia e a V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Muito obrigado.

Presidente Sarney, da mesma maneira que V. Ex^a pede a solidariedade e de pronto percebe que esta Casa inteira acena com a possibilidade de defesa dos projetos apresentados por V. Ex^a, principalmente numa situação como a de calamidade no Maranhão, vira e mexe estou na tribuna pedindo o apoio daqueles que entendo significam o apoio de peso de que o Estado de Rondônia precisa, que é a experiência, a determinação, a garra e – como me lembro do discurso de V. Ex^a nesta tribuna – a juventude de V. Ex^a para nos ajudar nas nossas questões.

Não é justo, Sr. Presidente... Não sei até quando vamos continuar discutindo sobre a questão da transposição dos servidores públicos do meu Estado.

Essa questão da transposição é um caso que já deveria ter sido votado pela Câmara dos Deputados. V. Ex^a já intercedeu pelo Estado de Rondônia, falando com o Presidente Michel. Parece-me que estão esperando só a questão da decisão do trancamento da pauta e a decisão do Supremo de que não pode mais trancar a pauta sobre as questões de emendas constitucionais. Mas eu gostaria de pedir a colaboração de todos os Srs. Senadores, do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que conseguiu resolver o problema de Roraima, da transposição dos servidores públicos do Estado de Roraima, eu pediria o apoio para que nós pudéssemos resolver e votar, de uma vez por todas, esse assunto que está paralizado na Câmara dos Deputados.

No meu Estado, inclusive, corre à boca pequena que não podemos mais dar o nome de transposição, e sim de enganação, porque é isso que estão vivendo os servidores públicos do meu Estado. Eles não aguentam mais. Isso só se faz de quatro em quatro anos, na base da barganha política, e nós não queremos isso. Nós entendemos que nós temos um direito, nós entendemos que os servidores públicos do Estado de Rondônia, os operários do meu Estado, os operários do Estado de Rondônia, merecem e não tem que ficar ninguém com o pires na mão, pedindo favor para seu ninguém. É um direito dos nossos servidores públicos, é um direito do meu Estado, e é por isso que faço este apelo a todos os Srs. Senadores, aos Líderes, ao Presidente Senador Mão Santa, que conheceu de perto o meu Estado, que esteve visitando porto Velho.

Além disso, Sr. Presidente, gostaria também de registrar que estive, junto com o Governador Ivo Cassol; com o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Neodi; com o Deputado Maurão de Carvalho; com

o Deputado Tiziu Jidalias, Líder do Governo, membro do PMDB naquela Casa, na Assembléia Legislativa; com a Deputada Daniela Amorim, filha do Deputado Federal Ernandes Amorim; com o Deputado Federal Ernandes Amorim; com o Deputado Ribamar Araújo, do Partido dos Trabalhadores, do PT, estivemos pessoalmente no Distrito de Rio Pardo, na Flona do Bom Futuro, onde moram hoje em torno de cinco a dez mil famílias, inclusive algumas delas assentadas pelo próprio Incra. Estivemos lá pessoalmente discutindo, dialogando, conversando com a sociedade, conversando com a comunidade.

Deveriam estar presentes lá o Ministério do Meio Ambiente, os representantes do Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, para uma discussão com aquela comunidade sobre a possibilidade de se buscar um acordo sobre mantermos aquela população morando onde eles escolheram. Não é culpa deles. É responsabilidade do Governo Federal. Se hoje temos lá em torno de cinco a dez mil famílias, faço aqui as palavras do Ministro Minc... Quando eu convidei o Ministro Minc e o Ministro da Agricultura para uma audiência pública aqui no Senado... Vou repetir aqui as palavras do Ministro Minc: foram irresponsáveis os governos quando permitiram que esses posseiros se instalassem da Reserva de Bom Futuro. Mas mais irresponsáveis ainda seremos nós se decidirmos retirar a população dessa área sem uma negociação; se decidirmos retirar a população dessa área, que tem hoje, segundo o Ministro, mais de dez igrejas, mais de dez estradas, não sei quantas escolas. E temos lá em torno de 10 a 15 mil famílias, diferentemente da Raposa Serra do Sol – e vimos a decisão do Ministro do Supremo.

Faço o apelo aqui, mais uma vez, ao Ministro Minc. Não estamos tratando do caso como se fosse a Raposa Serra do Sol. Falamos de 10 mil famílias. Estamos falando de 10 mil famílias, e a decisão do Ministro Minc é pela permanência dos posseiros nessa área, mas que retirem... Mais de 10 mil reses, mais de 10 mil cabeças de boi... Isso não é possível! Isso é conversa para boi dormir. Não existe esse acordo. Não existe esse entendimento. Não é possível, Sr. Presidente.

Vamos ver naquela região novamente o derramamento de sangue. E é o derramamento de sangue em defesa da sua soberania, em defesa do sustento da sua família, em defesa de um pedaço de terra.

O Governador do Estado de Rondônia e a Assembléia Legislativa já fizeram uma proposta ao Ministro Minc: que se dê uma outra área em compensação; que se faça uma compensação. E o Governo do Estado, Senador Mão Santa, está propondo fazer essa negociação, está fazendo a proposta de encaminhar à Assembléia Legislativa o projeto de lei autorizando,

pedindo autorização para que possa comprar uma outra área, para que seja feita a compensação dessas 10 mil famílias que estão na Flona do Bom Futuro.

Por isso, faço esse apelo ao Ministro Minc: que tenhamos o bom senso, como ele disse na Comissão do Meio Ambiente, quando ele esteve aqui presente, para que nós possamos buscar uma solução pacífica, para que nós possamos buscar uma solução em que ganhe todo o mundo, em que ganhe o Estado, em que ganhe a Nação, em que ganhem os ambientalistas, porque é o que eles estão defendendo. Mas que também respeitemos aqueles moradores que estão lá no Município de Buritis, na Flona do Bom Futuro.

Senador Raupp, que conhece também, como ninguém, o problema.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Eu pediria ao nobre Presidente que pudesse dar dois minutos. Eu quero me somar também à essa reivindicação do Senador Expedito. Eu já estive lá na Flona, por duas vezes, na comunidade de Rio Pardo, e estive com o Ministro Minc também, por duas vezes, tratando desse assunto. Ele, na época, me pareceu sensibilizado com o problema, dizendo que realmente não tinha como tirar. Eu queria ver se o Senador Expedito concorda com a correção de que não são dez mil famílias; são três mil famílias, girando em torno de dez mil pessoas.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – É verdade.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a falou dez mil famílias.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – É. São em torno de cinco a dez mil pessoas.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – São em torno de três mil famílias, totalizando aí umas oito a dez mil pessoas. E eu acho que a melhor saída seria o Estado oferecer uma área em compensação, uma área do Estado em troca daquele pedaço da reserva, já que não tem mais como reflorestar aquele...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Não é 100% da reserva, é só um pedaço da reserva.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – É um pedaço da reserva. A reserva é muito... Na reserva, talvez pudesse caber 15, 20, 30 mil pessoas. Mas é só um pedaço da reserva que foi invadido com a leniência do Ibama, porque, no passado, o Ibama não fiscalizou. Se o Ibama tivesse, na hora em que tivessem entrado as primeiras 50, 100, famílias, se o Ibama tivesse ido lá e tirado, seria muito mais fácil. Tirar três mil famílias agora é impossível. Então, o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente têm que encontrar uma saída, juntamente com o Governo do Estado, com a Bancada Federal, para aquela situação. Muito obrigado, Senador.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu agradeço a V. Ex^a o aparte.

Agora, para encerrar, Sr. Presidente: deverá acontecer agora uma operação que deve envolver a Polícia Federal, a Força Nacional, o Ibama, o Instituto Chico Mendes, e eu faria um apelo ao Ministro Minc: pelo amor de Deus, tenha bom senso, porque, senão, infelizmente, nós vamos ter mais derramamento de sangue no Estado de Rondônia. E nós não queremos ver mais isso no nosso Estado. Nós queremos que a população do nosso Estado seja respeitada e que o nosso Estado, o Estado de Rondônia, seja respeitado como deve ser respeitado qualquer Estado da Nação brasileira.

Eu faço este apelo ao Ministro Minc: lá não é lugar da Polícia Federal; lá não é lugar da Força Nacional; lá não é lugar do Exército; lá é lugar do Ibama, para se buscar o diálogo, para se buscar uma solução pacífica, como eu disse aqui e repito, mais uma vez. Eu não tenho dúvida de que o povo de lá está pronto para que seja feita essa solução organizada e pacífica. O povo está pronto para ajudar o governo no sentido de proteger o que lá existe ainda – e existe muita mata – e, com certeza, fará um trabalho melhor do que fazem hoje os fiscais do Ibama.

Por isso, que faço esse apelo, mais uma vez, ao Ministro Minc.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Expedito Júnior mostra as suas preocupações com as ações do Ministro do Meio Ambiente no seu Estado.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O próximo orador é o Senador Garibaldi Alves.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem) – Obrigada. Eu gostaria apenas de justificar minha votação. Na votação anterior, a Senadora Kátia Abreu votou com o Partido.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador José Agripino; em seguida, como orador, Efraim Moraes, depois de Garibaldi Alves.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar à Mesa que encaminhei à apreciação do Plenário um requerimento de voto de pesar pelo falecimento ocorrido no meu Estado, ontem, do ex-Deputado Francisco Seráfico Dantas, que faleceu aos 97 anos.

Ele foi Deputado Estadual, mas, para o meu Estado, foi uma espécie de ícone da cotonicultura, do cultivo do algodão e do beneficiamento do algodão, do beneficiamento chegando até a fabricação de tecidos. Foi um homem de bem, casado com Dona Mônica, que já se foi, que foi igualmente política, Deputada e Prefeita. Foi peemedebista histórico, ligado a vida inteira ao meu tradicional adversário político, o ex-Ministro e ex-Governador Aluísio Alves, por quem tenho grande respeito.

E eu cumpro o meu dever de potiguar de comunicar à Casa, pedindo que, após o requerimento aprovado, a família enlutada possa receber a homenagem deste voto de pesar que o Senado concede, pela minha iniciativa, ao ex-Deputado Francisco Seráfico Dantas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós nos associamos e, mostrando a eficiência do nosso Secretário-Executivo, Dr. João Pedro, o requerimento chega às nossas mãos:

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 469, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Francisco Seráfico Dantas:

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2009. – Senador **José Agripino**, Líder do Partido Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 470, DE 2009

Requeiro, nos termos regimentais, audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, para o exame dos impactos financeiros sobre o Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço – FGTS, para melhor avaliação da proposta contida no PLS 68/2004, que “permite a utilização dos recursos do FGTS para pagamento de financiamento habitacional concedido por entidades fechadas de previdência complementar”.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2009. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 471, DE 2009

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de pesar ao Grupo Criogênese de Pesquisa e aos familiares do Dr. Humberto Cerruti Filho (Av. dos Bandeirantes, 1800 – Vila Olímpia – São Paulo, Capital), pelo falecimento deste importante cirurgião-dentista, cientista e pesquisador.

Em 2004, o Dr. Humberto Cerruti Filho, Líder do Grupo de Pesquisas Criogênese, descobriu o potencial regenerativo da célula-tronco mesenquimal da polpa dental. No momento, ele e sua equipe multidisciplinar, em parceria com pesquisadores japoneses, realizavam estudos para a geração do tecido corneano.

Tal descoberta poderá ser uma alternativa segura para a reconstituição do tecido da córnea. Recentemente, havia patenteado a tecnologia para a preservação de células-tronco extraídas de dentes decíduos. Em cooperação com o Dr. Nelson Hidekazu Tatsui, do Hospital das Clínicas, e com o Dr. Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho, professor de ortopedia da USP, trabalhava na pesquisa do uso de células-tronco no trauma da medula espinhal.

No momento que, pesarosos, lamentamos o falecimento do Dr. Cerruti, conclamamos as equipes de pesquisadores que prossigam no profícuo trabalho de seu líder, em prol da saúde e da vida humana.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2009. – Senador **Marcelo Crivella**, Líder do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 472, DE 2009

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitado ao

Senhor Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores – MRE, informações relativas às operações de cooperação com a República da Bolívia.

Justificação

O presente requerimento tem por fundamento a preocupação deste parlamentar quanto às operações de cooperação do Brasil com a República da Bolívia, assim como o acompanhamento dessas operações.

Solicitamos assim informações detalhadas sobre as cooperações existentes e os andamentos contratuais da mesma.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2009. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB – GO.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será despatchado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 473, DE 2009

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2009, de autoria do Deputado Luiz Bittencourt, que “Dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2009. – Senador **Flávio Arns**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento lido vai à publicação e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 474, DE 2009

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 260 e 466, de 2003, 206, 251 e 333, de 2005, para que tenham tramitação autônoma em razão de tratarem de matérias distintas.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento lido vai à publicação e será encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 475, DE 2009

(Requerimento nº 13 – CMMC)

Voto de Aplauso

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para a Empresa Carbono Brasil Tecnologia e Serviços Ambientais, de Florianópolis, que, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, participou de um Concurso patrocinado pelo **Financial Times**, sendo a única empresa brasileira, dentre 300 (trezentas) participantes do mundo. Foi também agraciada por ter apresentado soluções mais inovadoras, no sentido das mudanças climáticas, entre as 12 (doze) melhores propostas.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2009. – Senadora **Ideli Salvatti**, Renato Casagrande, Romeu Tuma, Antonio Carlos Mendes Thame, Jefferson Praia, Fernando Gabeira.

Ofício nº 5/2009-CMMC

Brasília, 28 de abril de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidenta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada no dia 16 de abril do ano em curso, foi aprovado pelos membros desta Comissão Voto de Aplauso à Empresa Carbono Brasil Tecnologia e Serviços Ambientais de Florianópolis, que ora envio anexo, para conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Parlamentares, bem como também anexo a Ata da Reunião, aprovada, e os apanhados de estenotipia informatizados.

Respeitosamente, – Senadora **Ideli Salvatti**, Presidenta da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia. O Senador Garibaldi está inscrito.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, só para registrar o meu voto na votação anterior: “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Dr. João Pedro, registre o voto da Senadora Lúcia Vânia.

Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a está sendo convidado a ocupar a tribuna.

Garibaldi Alves Filho é do PMDB e representa o Estado do Rio Grande do Norte. O Senador Garibaldi Alves foi Presidente desta Casa. Daqui a pouco, vamos ver uma campanha igual àquela do Getúlio: o queremismo.

Senador Garibaldi Alves, à tribuna.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{os} e Srs. Senadores, primeiro quero me associar ao voto de pesar proposto pelo Senador José Agripino com respeito ao falecimento do Sr. Francisco Seráfico Dantas, que, como disse muito bem o Senador José Agripino, era um ícone da plantação de algodão no nosso Estado, quando tínhamos, Sr. Presidente, o algodão fibra longa, algodão que proporcionou à nossa região dias de progresso e de desenvolvimento. Mas, com o advento da praga do bicho e com as condições desfavoráveis do mercado naquele tempo, eis que o algodão experimentou uma queda muito grande, e Francisco Seráfico Dantas foi um daqueles que resistiu até o fim plantando o algodão na nossa região e no nosso Estado.

Sr. Presidente Senador Mão Santa, o Congresso Nacional vive, lamentavelmente, dias de turbulência. Acossado por denúncias publicadas cotidianamente pela imprensa, apressa-se a tomar providências saneadoras. É preciso recuperar-se a credibilidade do Poder Legislativo junto à sociedade. E debate-se este Poder em meio a críticas de toda sorte, fundadas ou não.

Sem me eximir das minhas responsabilidades e ainda que reconheça, claro, a importância desse tema, não desejo discuti-lo hoje. O que me traz a esta tribuna é outra questão, Senadora Lúcia Vânia, tão importante quanto, e intimamente relacionada à crise que vivemos e à atual falta de confiança da população no Parlamento brasileiro.

Penso que o Congresso Nacional tem cometido um pecado grave que o afasta da sociedade e afeta justamente essa sua credibilidade como Poder da República. O Congresso não tem cumprido algumas de suas funções clássicas e mais importantes, abdi-

cando, com isso, de uma parcela considerável das responsabilidades que lhe cabem pelo princípio da tripartição do Poder.

Essa omissão grave nos enfraquece e faz com que a sociedade, a cada dia, creia menos no Poder Legislativo. Se, como dizia o saudoso Ulysses Guimarães, a corrupção é o cupim que corrói a democracia, o não cumprimento dos nossos deveres não só nos desacredita, como, insidiosamente, ao longo do tempo, desgasta o Parlamento e o próprio regime democrático, que tanto lutamos para recuperar.

Dentro desse amplo tema, quero destacar justamente essa questão tão debatida hoje – mas debatida não nos aspectos mais de conteúdo –, que é a dos vetos presidenciais. É matéria de tanta relevância que a Constituição dá o exíguo prazo de 48 horas ao Presidente da República para que ele comunique ao Presidente do Senado os vetos e suas razões para adotá-los. Mais ainda: a Carta Magna diz que o veto deve ser apreciado em sessão conjunta, dentro de 30 dias, o que, se não ocorrer, faz com que passe a sobrestar o exame das demais proposições.

O veto, no dizer do jurista Mario Casasanta, representa “o poder que se refere ao Executivo de devolver um projeto ao Legislativo para nova consideração”, ou, ainda, o “poder que se atribui ao Executivo de impedir ou retardar a formação da Lei”.

Trata-se, como se vê, em qualquer das alternativas, de assunto a ser examinado de forma urgente pelo Legislativo. Na primeira hipótese, porque assim o demandou o Presidente da República; na segunda, porque haveria a intenção de impedir ou de retardar a adoção de uma política pública previamente decidida pela maioria do Legislativo.

Mas, Sr. Presidente, não é isso o que tem feito o nosso Congresso Nacional. Ainda hoje, por exemplo, se adiou uma votação de vetos, permitindo que continuem a se acumular as decisões tomadas pelo Poder Executivo, ao vetar os projetos que aprovou, sem examinar as suas razões para tal. Deixa assim, lenientemente, de cumprir uma de suas mais importantes atribuições. E olhe que os vetos que iam ser examinados hoje eram em número de 147, entre eles os que diziam respeito aos aposentados e ao pessoal dos Correios e Telégrafos, que há anos e anos espera pela solução de problemas de sua remuneração e de sua carreira.

Tentei, como disse hoje durante a discussão do adiamento dos vetos, atender a essa nossa obrigação constitucional. Conseguí, a duras penas, como Presidente, com o apoio da Secretaria Legislativa, da Dr^a Cláudia, com o apoio da Mesa, com o apoio do Presidente da Câmara, reunir o Congresso em duas sessões,

em março e abril do ano passado, quando examinamos, Sr. Presidente, um total de 72 mensagens de voto, com um total de 228 dispositivos vetados. Convém explicar que é comum as mensagens trazerem vetos parciais, que são votados separadamente. Daí a diferença entre o número de mensagens e dispositivos vetados.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi a primeira vez, desde 15 de dezembro de 2005, que o Congresso se reuniu com essa finalidade.

Apesar desse esforço – e eu disse isso na presença do Presidente José Sarney, e faço questão de dizer que estou esperando que S. Ex^a continue nessa sua determinação de votar os vetos –, disse na presença deles que ainda temos um total de 157 mensagens que aguardam a manifestação do Congresso, num total de mil dispositivos vetados a serem apreciados.

O desinteresse dos Parlamentares por essa tarefa...

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Peço a V. Ex^a alguns minutos, dois ou três minutos, para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Dei cinco a V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Já deu? Então, dê mais dois agora, dois ou três a mais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está na Bíblia: “Pedi, e dar-se-vos-á” – o Crivella disse isso.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Na verdade, Sr. Presidente, junte-se a essa omissão, para concluir, o excesso de medidas provisórias baixadas pelo Poder Executivo – apreciadas, mesmo que não preencham os requisitos de relevância e urgência – e temos que o Congresso Nacional deixa para o Executivo a tarefa que lhe dá nome como Poder da República. Temos permitido, pelas mais variadas razões, que o Presidente da República legisle em nosso lugar.

Nesse ponto, é importante ressaltar a interpretação que vem sendo adotada pelos Presidentes Michel Temer e José Sarney, bem como pelo Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, sobre o trancamento de pauta pelas medidas provisórias. A leitura restritiva do sobrerestamento do exame de outras matérias, feita por eles, é medida importante no sentido da restauração das prerrogativas do Congresso, que esperamos seja referendada pelo Pleno do Supremo.

Não quero também perder a oportunidade de, nestes minutos finais, mencionar outro aspecto extremamente relevante desse tema da retomada das prerrogativas do Poder Legislativo. Refiro-me ao fato

de que o Orçamento da União é, no Brasil, de cumprimento facultativo pelo Governo, ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, onde a lei mais importante que se vota a cada ano nos Parlamentos é justamente o Orçamento.

O Orçamento facultativo aumenta exponencialmente o Poder Executivo, enquanto o Congresso Nacional fica apequenado e torna o Orçamento uma peça de ficção, da qual o Governo pode executar apenas aquilo que lhe interessar.

Sr. Presidente, ainda teria outras considerações a fazer, mas sei que o Senador Efraim Moraes está ansioso para ocupar a tribuna dentro do tempo que lhe é reservado. Conclamo, então, todos os Senadores para que façam chegar a minha voz aos Deputados e Deputadas no sentido de que possamos, com a máxima urgência, dar cumprimento ao nosso papel, de votar os vetos e de iniciar um processo de restabelecimento da credibilidade do Congresso Nacional junto à sociedade brasileira.

Agradeço, Senador Mão Santa, a V. Ex^a e fica aqui esse meu apelo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após brilhante pronunciamento do Senador Garibaldi Alves, chamamos para usar da palavra o Senador Efraim Moraes. Efraim Moraes representa o Estado da Paraíba, pelo DEM. Ele é ex-Presidente da Câmara Federal e ex-Secretário desta Mesa, com relevantes serviços prestados ao Congresso e à democracia deste País.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, pelas referências a nosso nome.

Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto, mais uma vez, para tratar de aposentados, Senador Paulo Paim. Acho que a decisão que foi tomada, nesta tarde, pelo Presidente Sarney, foi sábia, pela sua experiência, pela sua competência e conhecendo todos os caminhos e todos os recantos deste Congresso Nacional. Foi uma posição que, evidentemente, atendeu a todos, inclusive aos aposentados, porque, se hoje nós votássemos essa matéria, nós estaríamos enterrando o sonho dos aposentados, porque o quorum não é suficiente. E, depois, nós sabemos, acima de tudo, que não há muita vontade, da parte do Governo ou dos governistas, com raras exceções – e V. Ex^a é uma delas, Senador Paulo Paim –, de votar a favor da derrubada desse voto.

Então, é preciso uma mobilização nacional, como V. Ex^a fez para aprovar o projeto de sua autoria, que teve a unanimidade desta Casa e lá na Câmara dos Deputados. E vamos ter de estabelecer uma sessão

especial para tratar desse assunto, primeiro votando na Câmara dos Deputados – nós, os Senadores, presentes, reunião dos Congressistas. Então, primeiro vamos ver a votação no painel – claro, é voto secreto, lamentavelmente –, vamos ver na Câmara dos Deputados. Talvez, nem os Senadores precisem votar essa matéria, porque o Governo tem maioria folgada na Câmara dos Deputados. Aí, nós queremos saber se essa história de que estamos tranquilo e vamos aprovar é verdadeira.

Então, vota-se na Câmara dos Deputados e, depois, vota-se no Senado Federal. Acaba-se com aquela história daquela cédula. Porque naquela cédula todos nós sabemos como se vota. Se o voto é secreto, não precisa ser distribuída pela assessoria do governo ou da oposição, como votar V. Ex^a ou como votar o Deputado “A”, “B” ou “C”, ou o Senador “A”, “B” ou “C”.

Por isso, eu parabenizo o Senador Sarney pela decisão, e a sugestão que foi dada por nós e acolhida pelos Líderes de diversos partidos e também, com certeza, pelos Srs. Senadores nos deixa feliz em sabermos que prorrogamos ainda a esperança desses aposentados, aposentadas e pensionistas que esperam ter o direito ao aumento da mesma forma que o tem o funcionário público na ativa.

Fico feliz também neste dia, Senadora Lúcia Vânia, porque, hoje, pela manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto de minha autoria, Projeto de Lei do Senado nº 421, que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, quando eu aqui não havia nem chegado ao Congresso Nacional. Só cheguei, ao lado de V. Ex^a, Paulo Paim, em 2001, tomamos posse como deputado federal, tivemos três mandatos e aqui nos encontramos.

Essa lei concede isenção total do Imposto de Renda da Pessoa Física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de 70 anos; inicia com isenção de 20% dos rendimentos aos 66 anos. Aprovado, hoje, terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos, já havíamos aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto segue de imediato para a Câmara dos Deputados.

Caberá agora aos deputados federais votarem essa matéria. E eu vou procurar os Sr^{as}s. e Srs. Deputados Federais para que votem essa matéria este ano, para que se possa, a partir de janeiro do próximo ano, entrar em vigor.

Lembrando, ainda, aos Srs. Deputados que, no próximo ano, teremos eleições e aqueles que vão ao palanque dizer que têm compromisso com os aposentados deste País, aqueles que se dizem defensores dos aposentados no palanque e na hora de votar não votam, está na hora de se chegar e de se tirar o de-

nominador comum. Quem é e quem não é. Por isso, espero que o meu projeto, que passa a ser ...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Desculpe-me interrompê-lo, Efraim.

No tempo regimental, quero prorrogar a sessão por mais uma hora, para que todos os que estão inscritos possam usar da palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – O meu projeto, que não é mais meu, é agora do Senado Federal, pertence a todos nós Senadores e Senadoras, aprovado por unanimidade na CAS e na CAE, diz o seguinte...

Dentre em pouco darei com um maior prazer o aparte a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O inciso XV do caput do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º [...]

XV – os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto, do valor correspondente a:

Item 1, ou Item a – vinte por cento dos rendimentos a partir do mês em que o contribuinte completar 66 anos de idade;

Item b. quarenta por cento dos rendimentos a partir do mês em que o contribuinte completar 67 anos de idade;

Item c. Sessenta por cento dos rendimentos a partir do mês em que o contribuinte completar 68 anos de idade;

Item d. oitenta por cento dos rendimentos a partir do mês em que o contribuinte completar 69 anos de idade;

Item e. cem por cento dos rendimentos a partir do mês em que o contribuinte completar 70 anos de idade.”

Veio o art. 2º, de acordo com o qual o Poder Executivo, com vistas ao cumprimento... Se refere a leis. O parágrafo único dispõe que a isenção de que trata esta lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto neste artigo. Daí a nossa pressa de que essa matéria seja votada este ano para que possamos, a partir do próximo ano, colocá-lo em prática.

Evidentemente, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justifico a matéria, Sr^{as} e Srs. Senadores, mostrando a necessidade de o Governo atender aos nossos aposentados.

Seguirei em seguida, mas antes quero ouvir V. Ex^a, Senador Paulo Paim, com a permissão do Senador Mão Santa.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Efraim, quero cumprimentá-lo pelo seu projeto. Eu tive a alegria de não só votar como defender, junto com V. Ex^a, porque percebi a justiça da redação dada ao seu projeto original, que reduz a questão do Imposto de Renda a pagar por parte da pessoa idosa e faz toda uma sequência ainda, para que ninguém diga que é um projeto que poderá diminuir a arrecadação do País. Meus cumprimentos a V. Ex^a, e tenho certeza de que a Câmara vai aprovar seu projeto. Segunda questão, e espero que o Senador Mão Santa me dê mais um minuto, foi acordado aqui neste plenário que a votação dos projetos não polêmicos será no dia 6 e dos polêmicos, no dia 13. Em virtude da mobilização que V. Ex^a recomendou e que vai acontecer tanto dos trabalhadores dos Correios como dos celetistas, aposentados e pensionistas – eles vão fazer uma grande mobilização em todo o País para o dia 13, só espero que, na última hora, não digam que mudou a data. Esse é o receio dos líderes dos aposentados e pensionistas. Vou torcer para que o receio deles seja improcedente e que, efetivamente, a gente vote no dia 6 os não polêmicos e no dia 13, que tem toda uma simbologia, pois 13 de maio é o Dia da Abolição da Escravatura, os polêmicos. Que o dia 13 sirva como o dia da abolição para os nossos idosos! Por isso, meus cumprimentos a V. Ex^a, que solicitou que fosse adiado o prazo. Todos concordaram porque entenderam que estava correto. Foi bom que ficou para o dia 13, só espero que ninguém invente de mudar a data. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Fico feliz em poder ser aparteado por V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Quero dizer a V. Ex^a que nós ganhamos o tempo para fazermos essa mobilização, porque a maioria dos Parlamentares desconhecia inclusive qual era o item 54, que seria o referente à questão dos aposentados.

Não é fácil, eram mais de 300 vetos! Então, seriam itens que nós teríamos de votar de uma vez só sem uma avaliação, chegando, na maioria dos casos, nos Parlamentares do Governo, já votados. Vamos cuidar no dia 13 não só de não adiar a votação, mas de saber quem está no painel, porque o Senador ou a Senadora que não estiver presente aqui no dia 13 já terá votado contra os aposentados, porque a ausência

é voto contra os aposentados, porque quem precisa colocar aqui no Senado 41 votos somos nós, para derrubarmos o voto. Então, se eu ou V. Ex^a não viermos estaremos votando contra os aposentados.

Então, vamos ter esse cuidado. E espero que o mesmo aconteça na Câmara dos Deputados, porque o que não podemos admitir, Senador Paulo Paim, é que se vote um projeto por unanimidade, e na hora de se derrubar um voto, o Governo tenha mais da metade dos votos. É um verdadeiro ato de covardia contra os aposentados.

A atitude que tomei hoje no plenário, pedindo o adiamento da votação desse projeto, teve o objetivo de evitar que enterrássemos daqui a pouco, às 19 horas, o sonho dos homens e mulheres que trabalharam a vida toda em defesa do nosso País e de nossa sociedade.

Por isso, V. Ex^a tem muita autoridade, autoridade de sobra a respeito desse assunto, para que possamos aqui iniciá-lo. E vai ser todo dia. Eu, V. Ex^a, Senador Mão Santa, e tantos outros companheiros aqui, desta tribuna, lembrando o dia 13... Foi bom que caísse no dia 13 de maio. V. Ex^a lembra essa data histórica. E eu espero que seja o começo da reabilitação da classe política e do Congresso Nacional. E aqueles que votarem contra os aposentados, nós o saberemos. Nós o saberemos, mesmo sendo voto secreto, pela proporcionalidade, se a base do Governo votou a favor ou contra os aposentados.

Por isso, nós vamos ser fiscais dos aposentados. Nós vamos mobilizar os aposentados. E já começo a cobrar desde já: que nenhum dos Srs. Senadores ou Senadoras esteja ausente no dia 13 de maio, na reunião do Congresso Nacional, porque aquele que não estiver aqui já se declarou antecipadamente contra os aposentados.

Da mesma forma, vamos fiscalizar o painel da Câmara dos Deputados. São 513 Deputados. Aquele que não estiver presente votou “de cara”, como se diz na gíria. *A priori*, votou imediatamente contra os aposentados.

Pois bem, Senador Mão Santa, iniciei esse projeto no dia 17 de julho de 2007. Há um bom tempo, quase um ano, venho tentando aprovar esse projeto no Senado, o que, graças a Deus, consegui com o apoio, repito, unânime de todos os companheiros de todos os partidos. Agora esperamos que a Câmara vote e que o Senhor Presidente da República também não vete esse, porque aí está declarada a posição da base do Governo. Lamentavelmente, eu vou ser obrigado a dizer a base do Governo...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – ...com as pessoas, pessoas essas, Senadores e Deputados, que nós conhecemos e têm declarado a sua posição. Eu não acredito que se vote, se apoie e se aprove um projeto por unanimidade e na hora de apreciar o veto àquilo que nós votamos, àquilo que nós decidimos por unanimidade, nós mesmos possamos derrotar. Seria uma vergonha para o nosso Legislativo. É uma vergonha para o Poder que, mais do que nunca, está precisando de decisões corajosas, como esta de derubar o veto do Presidente da República, que, durante tanto tempo, se disse defensor dos aposentados e na oportunidade que tem de ajudar os aposentados está fazendo exatamente o contrário.

Por isso, eu agradeço, Senador Mão Santa. Peço só um minuto mais para dizer...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – ...da minha alegria no dia de hoje porque eu considero que tivemos duas vitórias: pela manhã, conseguimos, nós, Senadores e Senadoras, aproveitarmos essa matéria de minha autoria que diz respeito à isenção.

E o importante, a inovação da proposta em relação a outras que têm sido discutidas no Congresso, é a graduação: a partir dos 66 anos, acompanhando o fato de que cada vez mais se torna onerosa a assistência à saúde, a isenção aumenta gradualmente até que se torne integral aos 70.

Obrigado aos Srs. Senadores.

E a outra vitória: adiamos a votação porque conseguimos, com isso, ainda deixar a esperança acesa aos aposentados e aposentadas e pensionistas desse País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos pelo pronunciamento belo e pela vitória que todos nós tivemos hoje.

Há vetos nesta Casa – eu acho – da Velha República, do tempo de Prudente de Moraes, de Campos Salles. Então, agora, virão separados, o dos nossos velhinhos aposentados, o da Sudene, o da Sudam e o dos Correios. E para o dia 13 de maio – quis Deus, no passado, jogassem flores no Senado da República pela libertação dos escravos – convidamos toda a população brasileira a participar da liberdade, do resgate da real aposentadoria do nosso aposentado.

Convidamos para usar da palavra o Senador Marcelo Crivella, que é do PRB, partido liderado pelo atual Vice-Presidente da República, José Alencar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, senhores

telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, venho hoje fazer uma homenagem aos 61 anos do Estado de Israel.

Daqui a pouco, na Embaixada de Israel, vários Parlamentares, várias autoridades vão celebrar com esse povo que já esteve na primeira fila do ódio do maior demagogo da história. Aquele homem, aproveitando-se das dificuldades econômicas, envenenou o povo alemão com as quimeras da vingança, fazendo com que inocentes marchassem para as piras ensanguentadas de Auschwitz, de Treblinka, de Terezin, de Sachsenhausen, de Lotz e de outros tantos campos de concentração, onde a humanidade foi envergonhada.

Sr. Presidente, quero hoje celebrar, celebrar um povo que renasce desde a época de Abraão, de Isaac e de Jacó. Abraão era de Ur, na Caldeia, mas ele fez a sua peregrinação até a Palestina e ali recebeu, em aliança, uma promessa de que o povo de Israel iria habitar aquela terra, Sr. Presidente. Foram gerações de heróis, foram exílios, tanto com Nabucodonosor, a parte sul, Reino de Judá, como também na Assíria, em Nínive, a parte norte de Israel, chamado, na época, o Reino de Israel, com capital Samaria.

Eu relembro e homenageio Moisés, o grande legislador, que trocou quarenta anos no palácio e o futuro de ser, como filho do faraó, imperador do Egito, para sofrer com seu povo, que, na época, era escravo. Moisés passou quarenta anos no deserto e depois voltou, nos últimos quarenta anos de sua vida, a ser o grande líder. Liderou os judeus, o povo hebreu, na sua saída do Egito, na travessia do Mar Vermelho, e, na borda, na fronteira, no limiar da terra santa, ele morre. Aí assume seu sucessor, Josué, que vai comandar o povo, as doze tribos de Israel, na tomada gloriosa da terra prometida, que hoje é a área de conflito do Oriente Médio.

Quero lembrar que, depois do Holocausto, Sr. Presidente, as nações resolveram, em sessão solene da ONU, nessa ocasião chefiada por um Embaixador brasileiro, determinar que Israel voltasse e ocupasse a terra de Abraão, a terra de peregrinação de seus antepassados, onde hoje está o povo de Israel.

Negar essa saga, negar a importância desse povo, da sua história, do seu exemplo de vida, das páginas sagradas da Bíblia, que inspiram a fé de tantos povos no mundo, inclusive a minha, Sr. Presidente – mas eu o mais obscuro, o mais anônimo, o menor de todos os filhos da fé de Abraão –, é negar, eu diria, as páginas mais lindas da humanidade.

Sr. Presidente, na praça oprobriosa do embarque, quando os judeus inocentes partiam para os campos de concentração, ficou marcada uma imagem na consciência: um menino, um menino que levanta os braços

inocentes, maltrapilhos, com um olhar inocente, humilde e triste diante de um soldado de Hitler com o seu fuzil apontado para ele, para aquela criança.

Eu não sei qual foi o fim que aquele menino teve, aquele menino que viveu no mundo da marcha da insanidade, do apocalipse. Quando o maior demagogo da história tomou o poder, Sr. Presidente, foi a marcha realmente da loucura e da insanidade, porque amordaçou-se a imprensa, assassinaram os líderes políticos, incendiaram o Parlamento. Depois, foi a adesão covarde do grande capital e a submissão das Forças Armadas. Aí, deu no que deu. O mundo entrou em chamas. O mundo, desarvorado, caiu na hecatombe, um dilúvio de fogo, de ferro e de sangue. A imagem daquele menino – eu não sei que fim levou aquele menino, vivendo num mundo como esse – ainda é um grão de remorso na consciência dos homens democratas e dos povos livres. Negar isso tudo, Sr. Presidente, eu diria, é o maior ato de tentar negar a construção da justiça e da paz, que foi a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

Sr. Presidente, precisamos ficar vigilantes, porque as conquistas não são apenas conquistas; elas precisam ser mantidas. E está provado, nas páginas da História, que aqueles que descansam ao construir a liberdade e paz, razão maior da política, acabam sendo surpreendidos pela retaguarda, quando esses loucos novamente conseguem dominar as massas e lançar a humanidade na guerra, no ódio, na loucura.

Digo isso, Sr. Presidente, porque estou aqui para parabenizar e celebrar a existência do Estado de Israel. Daqui a pouco, estaremos lá com tantos brasileiros e judeus que estão festejando essa data. Aqui, também saúdo o Presidente da nossa CPI dos grampos, Marcelo Itagiba, que também é representante nesta Casa, no coração, do povo hebreu. É claro que ele é brasileiro como eu, mas traz, com certeza, na sua consciência, o dever de lembrarmos essas páginas tristes da História, de lembrarmos a maldição da cruz ariana, que é o contrário da Cruz de Cristo e da Estrela de Davi, o grande guerreiro.

V. Ex^a é um grande admirador do Rei Davi. Na verdade, Sr. Presidente, o povo de Israel celebra três grandes líderes. Houve muitos, mas Abraão, Moisés e Davi são vultos nacionais que se destacam numa constelação de profetas, apóstolos e homens ilustres que, até hoje, marcam a intelectualidade, sobretudo a fé dos povos.

Sr. Presidente, infelizmente, restam-me apenas três minutos. Eu queria ter mais tempo para divagar um pouco mais sobre essa história tão bonita. Mas eu dizia, Senador Roberto Cavalcanti, apenas para concluir e ceder o aparte a V. Ex^a, que lamento o pro-

nunciamento de Ahmadinejad, Presidente do Irã. Ele, diversas vezes, extravasou seu ódio em palavras absurdas, palavras que sofreram repúdio de todo mundo e que eu lamento, Sr. Presidente, porque aqueles que não constroem a paz e a justiça acabam lançando os povos ou tornando suas nações imensos campos de concentração, porque as pessoas acabam sofrendo lavagem cerebral, as pessoas se estiolam no medo, na mediocridade e na covardia.

Esse apóstolo do ódio, esse homem da intolerância nega essas páginas, que nós devemos lembrar e relembrar para que não saiam da consciência dos democratas e todos possamos vigiar, para que novamente crianças como aquelas, da praça oprobriosa do embarque, não sofram sob a mira do fuzil de um soldado ensandecido.

Então, eu quero lamentar. Ele virá ao Brasil agora. O Presidente Lula é um democrata, há de recebê-lo. O Brasil tem negócios com o mundo árabe, mas nada pode ser mais importante do que os princípios da democracia, da liberdade e da paz.

Então, eu aqui, em nome deste Parlamento, em nome do meu Partido, em nome dos democratas brasileiros, faço uma moção de repúdio, de inconformidade, de tristeza pelas palavras desse líder, que será recebido no meu País, mas que saberá interpretar o sentimento da maioria do povo brasileiro, que é de solidariedade ao sofrimento do povo judeu, e é também de vigilância, para que o Holocausto não surja novamente pelas mãos de mais um louco, como aquele maior demagogo da história chamado Hitler.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a para conceder um aparte ao nobre Senador da Paraíba, Roberto Cavalcanti, que é do meu Partido.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Sr. Presidente, meu Líder, Senador Marcelo Crivella, Líder do nosso Partido, meu Líder aqui no Senado, parabéns V. Ex^a pelo pronunciamento. A questão realmente preocupa a todos nós, é um fato extremamente grave. Se olharmos para trás, a vida é feita de história. Quem não se apegar à História não tem uma projeção de futuro. A História nos ensina que fatos que ocorreram há tão pouco tempo podem, no mundo de hoje, ter o potencial de se repetirem. Mas, além de congratular-me com V. Ex^a no tocante ao tema abordado nessa explanação, eu queria fazer um registro que muito me enverdece por ser seu liderado e me enverdece por ter constatado, há três dias, na cidade de Milão, Itália, a marca que V. Ex^a deixou na Itália, no Consulado do Brasil, especificamente junto ao Embaixador Luiz Henrique Fonseca

e do Adido Comercial da Embaixada, Carlos Henrique, no sentido do espírito público político de V. Ex^a. Muitas vezes um Senador vai à Europa, a uma cidade como Milão, e se distrai com atividades...

(Interrupção do som.)

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) –...fantásticas que aquela cidade oferece. Mas o testemunho das pessoas que fazem a Embaixada é de elas ficaram impressionadíssimas com a vocação política de cidadão de V. Ex^a, no sentido de que V. Ex^a, em Milão, foi visitar os brasileiros presos nas diversas prisões daquela cidade. V. Ex^a prestou assistência pessoal àqueles brasileiros que estão lá enjaulados, pagando realmente por algo que fizeram, mas que tiveram o abandono de muitas outras pessoas, muitos familiares até. E V. Ex^a, na Europa, numa cidade como Milão, gastou tempo praticando cidadania, usou seu tempo visitando esses brasileiros que lá estavam, fruto de circunstâncias que a nós não cabe julgar. Parabenizo V. Ex^a e me envalideço de pertencer ao PRB e ser liderado por V. Ex^a. Meu muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu que agradeço as palavras generosas de V. Ex^a. É um prazer e privilégio tê-lo como companheiro no Partido. Nossa bancada é tão pequena, mas é lutadora, é valente e há de defender sempre aqui os maiores ideais e as causas do nosso povo, sobretudo os mais humildes.

Quero ceder um aparte ao Senador Suplicy e fazer aqui uma menção ao pronunciamento que V. Ex^a fez hoje, antecedendo-me, no início da nossa sessão, sobre exatamente o Ahmadinejad, suas declarações e o sentimento de V. Ex^a com respeito a isso.

Com muita honra, ouço o nosso nobre Senador de São Paulo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Marcelo Crivella, coincide de termos tratado do mesmo tema, pois, neste domingo, o Dr. Cláudio Lottenberg, que é um dos diretores e melhores médicos do Hospital Albert Einstein, como Presidente da Confederação Israelita do Brasil, convidou-me para participar da Marcha da Vida, que acontece mundialmente. Muitos vão à Polônia para fazer uma caminhada em direção aos lugares onde antes estavam os campos de concentração, para recordarem os fatos. Em diversas regiões do mundo, também se faz a caminhada. E, em São Paulo, se fez com a participação de cerca de 2.500 pessoas. Inclusive alguns senhores sobreviventes do Holocausto deram o seu testemunho dos problemas ali havidos. E eu percebi, tal como V. Ex^a aqui agora expôs, um sentimento forte com respeito às palavras do Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, que, ainda na Conferência

sobre o racismo, fez uma exposição, chamando de racista o Estado que existe em Israel, por causa dos problemas ali havidos com a Palestina. É interessante que o Governo brasileiro, através de nosso Ministro de Igualdade Racial, Edson Santos, lá presente, tenha manifestado, de pronto, sua discordância em relação ao conteúdo, sobretudo nesse aspecto. O Itamaraty também fez uma nota a respeito. Como naturalmente já está marcada a visita, e o Presidente Ahmadinejad virá ao Brasil, pelo que sei, haverá oportunidade de um diálogo do Presidente – eventualmente, até de nós Senadores – com ele. Acredito que seja importante que nós possamos transmitir a ele que esse sentimento não condiz com a realidade que nós daqui avaliamos. Nós brasileiros temos tido a postura, muito construtiva, de promover a paz entre palestinos e israelenses, entre judeus e árabes, e acredito que muito podemos fazer nessa direção. Ainda hoje, o Embaixador do Irã, Mohsen Shaterzadeh, fala da cooperação entre o Irã e o Brasil, em um artigo na *Folha*. Ali, naquela manifestação, eu ouvi que as relações comerciais importantes que possam existir entre o Brasil e o Irã não podem sobrepujar a questão dos direitos humanos, dos direitos à cidadania e das boas relações que nós precisamos promover entre povos de todas as raças e origens. E eu acho importante que venhamos registrar esse sentimento. Mas eu disse ali na manifestação, no cemitério israelita, que estou muito otimista com as iniciativas que o Presidente Barack Obama, com muita sintonia com o Presidente Lula, tem tido. Inclusive, no discurso importante que fez há pouco mais de um mês, dirigido exatamente aos iranianos, procurou mostrar que, se houve tantas diferenças e atritos entre os Estados Unidos e o Irã, que estão com suas relações cortadas, muito poderá acontecer, levando-se em conta os anseios comuns que têm ambos os povos: o iraniano e o norte-americano. Então, acho muito importante que V. Ex^a aqui registre este sentimento também de discordância em relação a se dizer que não existiu holocausto, porque precisamos, sim, saber da história, dos fatos trágicos, para que eles não se repitam na história da humanidade.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Agradeço a V. Ex^a. E, Sr. Presidente Mão Santa, eu peço a V. Ex^a apenas um minuto para concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu peço permissão para anunciar aqui a presença desse líder do Brasil, Paulo Salim Maluf, cuja vida foi muito importante para a democracia. Se ele não tivesse a coragem democrática de enfrentar, no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, este País não teria voltado à democracia.

Seja bem-vindo a esta Casa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Nós saudamos também, Sr. Presidente, o nobre Deputado.

E apenas para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que eu comecei o meu discurso Senador Suplicy, falando sobre Abraão, o patriarca, um homem que veio de Ur, na Caldéia, provavelmente entre o Irã e o Iraque; um árabe, portanto. Ele peregrinou pela Terra Santa, e seu primeiro filho, Ismael, é considerado o pai dos árabes; e seu segundo filho, Isaque, pai dos hebreus. Portanto, árabes e hebreus são povos do Crescente Fértil, têm a mesma história e são ambos monoteístas. Mas, desgraçadamente – e aí fiz menção também ao maior demagogo da História –, envenenadas com as quimeras do ódio e da vingança, acabam as massas, muitas vezes, se lançando em conflitos, ensanguentando a terra, quando só há uma razão para a política: é a construção da paz. Só há uma razão para estarmos aqui: é construirmos a paz.

E espero que o Presidente Lula, na sua função de estadista – afinal, ele tem uma influência até hoje no líder Obama –, possa transmitir, de maneira firme, o pensamento, o espírito, a alma do povo brasileiro com respeito à paz, e que Ahmadinejad saia daqui com outra visão de mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Como já tinha anunciado, Cristovam Buarque foi o primeiro inscrito hoje. V. Ex^a e depois – estamos alternando – como Líder, o Líder Arthur Virgílio, do PSDB; V. Ex^a foi o primeiro inscrito hoje e cedeu.

Cristovam Buarque. Ele é do PDT, do Distrito Federal. Depois o Flexa está inscrito aqui. V. Ex^a está no meu coração. Está todo mundo aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesses últimos meses, o que mais ouvimos falar é de corrupção, e vou falar disso também. Mas venho falar de uma corrupção que a gente não vê nos jornais, uma corrupção subterrânea, discreta e que deveria preocupar tanto – não digo mais, mas tanto – quanto essa que sai todos os dias nos jornais.

Venho falar, por exemplo, Senador Gilvam, da corrupção de este País ter mais de catorze milhões de analfabetos adultos. Isso é uma corrupção, isso é uma corrupção nas prioridades deste País ao longo de décadas e séculos, porque a corrupção não é apenas a corrupção do comportamento dos políticos. Há também uma corrupção nas políticas públicas.

Hoje, o Senador Roberto Cavalcanti perguntou ao Ministro quanto custaria e em quanto tempo seria possível erradicar o analfabetismo. Fiz as contas rapi-

damente, e o Senador Crivella ratificou que, quando eu estava no Ministério, a gente começou a fazer isso. Hoje, Senador, com R\$500 milhões por ano, em quatro anos, a gente erradicaria o analfabetismo. Quinhentos milhões em quatro anos! E gerando emprego para sessenta mil alfabetizadores, jovens que estão desempregados e perdidos. E esse custo incluiria não apenas pagar os alfabetizadores, mas pagar também R\$100,00 a cada analfabeto no dia em que ele mostrasse que aprendeu a ler. Não falo de teoria. O Governo do Distrito Federal, de 1995 a 1998, fez esse projeto aqui. Não erradicou, porque esquecemos de colocar a meta clara de erradicação. A gente evolui com o tempo. Essa é uma corrupção que a gente precisa assumir, todos os brasileiros, não só os políticos. Nós temos uma corrupção gritante nas prioridades, manifestada nos 14,2 milhões de analfabetos adultos que nós temos.

Nós temos a corrupção também de termos, além desses 14 milhões, mais 30 milhões que aprenderam o bê-á-bá, que são capazes de soletrar, mas, se a gente lhes der um texto, eles não conseguem entender o que está escrito.

Um país que tem R\$2 trilhões de renda nacional, que tem mais de R\$8 mil de renda *per capita*, que tem 4,5 milhões de universitários, ter ainda 30 milhões de adultos analfabetos funcionais é, sim, um país em plena corrupção, corrupção nas prioridades, de que a gente esquece de falar, que a gente não vê a mídia denunciar com vigor como um crime que a gente comete.

A Comissão de Direitos Humanos fará uma audiência, na próxima semana, sobre a idéia de que o analfabetismo é uma falta de direitos humanos. O analfabeto é um homem ou uma mulher torturado ou torturada diariamente, e a tortura é uma forma de corrupção.

Nós temos a corrupção, talvez ainda mais grave do que essa, Senador Gilvam, de termos, a cada minuto, sessenta crianças saindo da escola no Brasil. Não 60 minutos em 24 horas, não 60 minutos de 365 dias, mas 60 minutos letivos, 200 dias por ano, quatro horas por dia. Como devo estar aqui a uns três minutos, já são 180 crianças fora da escola.

A diferença entre o número de crianças que entram na primeira série e o número de crianças que saem dividida pelo número de minutos dá sessenta crianças. Essa é uma corrupção.

Poucos sabem, mas todos nos revoltamos com a ideia de que, durante os 350 anos da escravidão, cerca de 400 mil escravos, 10% dos quatro milhões que para cá vieram, foram jogados no mar, mortos. Isso a gente tem no Brasil, hoje, em apenas três meses, quando a gente considera que as crianças são jogadas fora da escola. A escola é o barco que leva para o futuro. O

navio negreiro trazia os escravos da África para o Brasil; a escola leva as crianças para o futuro. Jogamos fora 400 mil africanos para o mar, nessas travessias, durante 350 anos, e jogamos esse número de crianças para fora da escola no Brasil em apenas três meses. Essa é uma corrupção.

Há uma corrupção das filas de pobres doentes – Senador Mão Santa, o senhor entende disso – esperando atendimento nos hospitais. É uma corrupção! Corrupção não é só roubar dinheiro público; corrupção é roubar os minutos de vida de uma pessoa porque não dá lhe é dado o atendimento médico devido em um país rico como o Brasil. O Brasil rouba tempo de vida das pessoas. O Brasil rouba tempo de vida das pessoas que poderiam ser salvas com o mínimo de atendimento médico. Isso é uma corrupção! E a gente esquece, concentrados todos nós nessa absurda vergonhosa corrupção no comportamento, a vergonhosa corrupção nas prioridades.

É uma corrupção, sim, um país como o Brasil ter 50 milhões de pessoas sem moradia digna. É uma corrupção! Esse dinheiro que seria para a construção de moradias foi para algum lugar, porque o Brasil tem esse dinheiro. Para onde foi esse dinheiro? Para muitos dos palácios. Só consideramos que os palácios públicos são objeto de corrupção quando alguém pega o dinheiro e põe no bolso. Mas mesmo que não se ponha o dinheiro da construção do palácio no bolso, se ele vai para o palácio público em vez de ir para água, esgoto e casa, é corrupção nas prioridades, não no comportamento. É corrupção, neste País, nós termos, como ouvi, na cidade de Saúde, do Prefeito, a notícia de que crianças com dois anos de idade recebem dos pais aguardente para esquecerem a fome. Isto seis anos depois de o Fome Zero entrar em funcionamento. Repito: seis anos depois de o Fome Zero estar em andamento, há crianças que recebem aguardente, cachaça, para esquecerem a fome. Isso é corrupção! É corrupção porque isso é o roubo do cérebro dessas crianças, e roubar um cérebro é uma forma de corrupção.

É corrupção, sim, neste País, termos apenas um terço das crianças jovens terminando o segundo grau. Deixar dois terços dos nossos jovens fora da escola antes da conclusão do segundo grau é uma corrupção, corrupção nas prioridades, porque isso ocorre pela falta de colocar os recursos necessários para que a escola seja boa, atraente, criativa, capaz de segurar esses jovens. O que expulsa as crianças e os jovens da escola, em parte, é a pobreza da família, que exige o trabalho, mas é sobretudo a pobreza da escola, que não segura essa criança, não segura esse jovem.

Nós temos uma corrupção grave denunciada hoje no jornal **O Globo**, mas sem dizer que é corrupção. O

Globo denuncia que hoje, no Brasil, as crianças ficam três horas por dia, em média, na escola, mas esquece de dizer que essas três horas não são de aula, mas são, muitas vezes, de bagunça, de brincadeira, de desordem, e, mais do que isso, que essas três horas são a média, mas que uma parte imensa, mais da metade da população de crianças brasileiras não fica na escola mais que duas horas, porque, depois de duas horas, após a merenda, as crianças vão para casa. É uma corrupção termos transformado as escolas do Brasil em simples restaurantes-mirins, para onde as crianças vão pela fome, para comer, e não para estudar e ganhar o futuro.

Dessa corrupção, a gente não ouve falar todos os dias, mas essa corrupção é, no mínimo, tão grave quanto a outra corrupção, que aparece todos os dias. Essa não aparece, e, quando aparece, não recebe o nome de corrupção. Recebe um nome sem marca, sem força: prioridades, uma denúncia simples, uma simples notícia, não a denúncia, não a manifestação clara de que isso é corrupção, corrupção nas prioridades. E não é corrupção de cada um daqui, mas a corrupção do conjunto da sociedade brasileira.

E não é a corrupção de hoje, mas a corrupção de uma história inteira de uma população governada por uma elite que define de forma errada as prioridades, que mantém uma...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – ...que mantém uma permanente corrupção nas prioridades. Nós temos falado muito da corrupção no comportamento dos políticos; está na hora de falarmos também da corrupção nas prioridades das políticas.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu quero, antes, passar a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, que muito me estimula pela nossa velha amizade ao dar o aparte.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Senador Cristovam, V. Ex^a sabe do carinho e da amizade que nós dois temos, fruto de uma convivência de 40 anos. Isso é comprometedor, mas é verdadeiro. V. Ex^a, para minha honra, para meu privilégio, foi meu professor, e não só meu, mas também do Senador Sérgio Guerra, pois, coincidentemente, estudávamos na...

(Interrupção do som.)

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – ... mesma turma na Universidade de Economia, em Pernambuco, Recife. Hoje, pela manhã, tive a oportunidade de estar sentado próximo a V. Ex^a para discutirmos exatamente esse tema, que é uma marca

registrada de V. Ex^a, mas não só de V. Ex^a Tudo que se lê no mundo sobre desenvolvimento de país, sobre desenvolvimento de sociedade, sobre desenvolvimento empresarial, há um consenso, há uma unanimidade de que tudo, tudo, tudo, qualquer país, qualquer entidade, qualquer projeto tem que ser fundamentado na educação. Há uma unanimidade. Eu sou uma pessoa nascida exatamente no pós-guerra. Eu era garoto e assistia à Guerra da Coreia, e, na minha família, dizia-se que não se podia deixar nada no prato porque as crianças da Coreia estavam passando fome, em função da pobreza e da guerra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito boa lembrança.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – E eu tenho esse hábito. Hoje ainda sou uma pessoa que raspo o prato pelo hábito exatamente da formação infantil. E, hoje, temos o exemplo da Coreia na educação, temos um país que sobrepujou toda uma guerra. Nós, no Brasil, não passamos por uma guerra; a Coreia passou por uma guerra, e hoje a educação na Coreia é exemplar. O Brasil, constatávamos hoje, exatamente nas contas que V. Ex^a fez rapidamente, multiplicações e divisões, verificou-se que é um horizonte bem próximo, vamos dizer, se houver uma decisão de governo para a erradicação ou, pelo menos, para a transformação dos índices de pobreza e de analfabetismo no Brasil, poderá ser um número rapidamente atingido. Então, parabenizo V. Ex^a. Continue com esse grito, continue com esse clamor, continue com essa sua bandeira, que eu acho que é uma bandeira nacionalmente reconhecida. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Peço mais alguns minutos, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quantos minutos?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quantos minutos?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O senhor diz. Três minutos mais para concluir; senão, em vez de Mão Santa, o senhor vai ser “dedo apressado”, cortando o tempo da gente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está na Bíblia: pedi e dar-se-vos-á. Estão aí os três minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Espera aí, deixe-me organizar aqui. Pronto. Pedi e dar-se-vos-á. Três minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, eu tenho uma lista grande, que não vou ler, dessas corrupções, Senador Arthur Virgílio, nas prioridades, que é tão trágica – não quero dizer mais, porque as pessoas não vão entender como tal –, que é tão grave quanto a corrupção que há no comportamento. Não vou ler todas elas. Eu quero lembrar apenas duas.

Uma é a corrupção em marcha neste País de substituir a possibilidade de uma escada social, Senador Flávio Arns, por uma rede de proteção: a rede de proteção que é capaz de evitar a fome, substituindo uma escada que é capaz de fazer a ascensão social. Não sou contra as redes de proteção, para garantir que as pessoas comam, mas não me contento ao ver um País rico como o Brasil não substituir a rede pela escada e não fazer com que este País, em vez de apenas ter uma rede como o Bolsa Família, que impede a miséria – isso é alguma coisa positiva quanto generosa –, não use a escola como escada social.

Mas a maior das corrupções, Senador Mão Santa, é a corrupção, Senador Roberto, de um Congresso que fica omissos no poder que tem de mudar o país. E essa corrupção estamos tendo. Fala-se de passagens, fala-se de horas extras, fala-se de dezenas de formas no corrupção no comportamento – felizmente, isso está sendo denunciado –, mas ninguém está falando na corrupção maior de todas de, numa democracia, o Congresso abrir mão do seu poder, abrir mão da sua força, abrir mão do seu compromisso de mudar o país onde ele exerce a força que a democracia lhe dá.

E, hoje, lamentavelmente, nosso Congresso, nós – e não podemos colocar a culpa em nenhum exatamente, nem nos outros –, nós que aqui sentamos, nós abrimos mão do nosso poder. Nós nos deixamos imprensar pelas medidas provisórias e pelas medidas judiciais. Ficamos passivos, ficamos omissos, ficamos irrelevantes, e essa é uma corrupção. Essa é uma grave corrupção na falta de prioridades do Congresso para tomar as decisões necessárias para mudar o País, inclusive acabando com a corrupção no comportamento dos políticos, inclusive fazendo com que haja punição daqueles individualmente que são corruptos; mas, sobretudo, acabando essa tragédia da corrupção nas prioridades que, há séculos, destrói, deforma a cara da Nação brasileira.

Eu vim falar de corrupção, Senador Mão Santa, mas desta corrupção subterrânea, invisível que ninguém quer falar: a corrupção nas prioridades que deforma o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Jesus multiplicou o pão, peixe, e eu estou multiplicando o tempo para V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esse foi o Senador Cristovam Buarque, que representa o que de melhor há na história da educação do Brasil e deste Senado. Iguala-se a João Calmon, a Pedro Calmon, a Darcy Ribeiro.

Senador Flexa Ribeiro, infelizmente, V. Ex^a está no meu coração, mas está aqui, do seu Partido, como Líder, o Senador Arthur Virgílio. E o Líder, segundo o Regimento, tem prioridade. V. Ex^a está no meu coração.

O seu liderado e V. Ex^a: quem vai usar da palavra?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu vou falar rápido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele vai falar rápido, o Líder.

Senador Arthur Virgílio, eu queria que V. Ex^a também auscultasse a mesma coisa aqui. O Cristovam – a história nos ensina – diz que aqui, neste Senado, o povo jogou flores aos Senadores quando fizeram a Lei Áurea, sancionada pela Princesa Isabel. Quis Deus, que escreve certo por linhas tortas – aí vem Flávio Arns, que representa essa fé cristã –, ser no dia 13 de maio, nós conseguimos hoje, separar o joio do trigo, porque há vetos que vêm desde Campos Salles, Prudente de Moraes, da República Velha, e colocar os mais importantes, principalmente o dos nossos velhinhos aposentados.

Então, Arthur Virgílio, convoco V. Ex^a. Numa das páginas mais bonitas da história deste Senado, quando V. Ex^a nos liderou a todos, não o Senado, liderou o País, enterramos aquela CPMF. O povo brasileiro já estava exaurido de 76 impostos. Basta dizer, de acordo com o que Cristovam ensinou, que um quinto dos infernos, um quinto dos impostos era derrama dos portugueses, e, hoje, não são mais 20%, não é um quinto, são 40%.

Então, V. Ex^a busque todos aqueles que liderou – e todos nós nos tornamos orgulhosos, e o povo brasileiro – e vamos juntos, no 13 de maio, porque ontem começamos a trabalhar, convocar aqueles... E, com certeza, nós vamos libertar os velhinhos aposentados desse sofrimento dos seus salários que estão aí.

Então, em nome dos seus liderados, conclamo que V. Ex^a comece a acreditar nessa grande vitória dos velhinhos, dos aposentados. É o renascer da crença no Senado da República. Nós poderemos fazer como Cíce-

ro, que dizia: “o Senado e o povo de Roma”. Queremos continuar falando: “o Senado e o povo do Brasil”.

Com a palavra esse Líder extraordinário que é Arthur Virgílio.

O SR. ARHTUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa. Ouvi hoje o pronunciamento vigoroso de V. Ex^a, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Mário Couto.

Obteve-se a separação em duas sessões: das matérias mais polêmicas de vetos num dia, no segundo dia; e, no primeiro dia, as votações mais consensuais ou mais simples. Isso inclui aí, inclusive, a questão da Sudam e da Sudene, que, com os vetos do Presidente, ficaram simplesmente inviáveis, invalidando todo o trabalho que aqui se fez nesta Casa para reconstruir esses dois instrumentos de desenvolvimento: da Região Norte, a Sudam, e da Região Nordeste, a Sudene.

Sr. Presidente, antes de tecer o comentário sobre algo que está me preocupando muito, que é a questão da saúde da Ministra Dilma Rousseff, farei dois comunicados.

Peço que V. Ex^a considere e receba na íntegra o pronunciamento em que resumo a visita que recebi, em meu gabinete, noutro dia, do Sr. Fernando Peixoto, oficial-aviador punido pelos atos de exceção do regime militar implantado a partir de 1964. Ele me disse que, de um total de 82 oficiais atingidos pelos atos institucionais, hoje restam vivos 19 oficiais-aviadores apenas – menos de 20 –, que requerem junto à Comissão de Anistia os benefícios da Lei nº 10.559, de 2002, ou seja, o regime de anistiado político. Ele então me disse, para resumir, que a média de idade é 80 anos. Alguns já são nonagenários. Passados sete anos dessa lei, foram julgados somente dois processos. Mais seis oficiais faleceram e um já vive em estado vegetativo.

O que ele pleiteia é que esses oficiais sejam julgados em grupo, como já tem acontecido com algumas categorias. E ele me trouxe uma lembrança. Se não em engano, em 1983, o Presidente da República era o Gal. João Baptista de Figueiredo, e ele me trouxe um pedido: que eu lesse, da tribuna, o pedido de anistia deles. E eu fiz isso. Fui à tribuna da Câmara e li. De lá para cá, vivemos a transição democrática, vivemos diversas etapas de ampliação da anistia, e nós estamos vendo que, depois de 26 anos, talvez – se foi em 1983 o meu discurso –, ainda restam alguns deles vivos aguardando a reparação.

Então, eu peço que V. Ex^a receba, na íntegra, esta comunicação, Sr. Presidente.

Do mesmo modo, e no Brasil real, no Brasil que não é de fantasia, temos aqui o registro do IBGE, que divulgou os novos números do desemprego relativos

ao comportamento do mercado de trabalho nas seis principais regiões metropolitanas – não foi em todas, não, Senador Flexa, foi apenas nas seis principais: mais de dois milhões de desempregados, que é a pior marca nos últimos 18 meses. Esse é o Brasil real. Se fôssemos investigar todas as demais regiões...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, desculpe interrompê-lo.

É para prorrogar por mais meia hora, para que todos os oradores usem da palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, se fôssemos levar essa investigação a todas as regiões do País, na zona rural seria estratosférico o número; nas demais zonas urbanas, se acresceriam muitos milhões de desempregados mais.

O fato é que o exército de desempregados voltou ao nível de setembro de 2007 e hoje já é praticamente igual ao que existia no País no início da gestão do Presidente Lula, um ano de crise, o de 2002, quando o número de pessoas sem ocupação somava 2,130 milhões de desempregados nessas mesmas seis regiões metropolitanas.

Então, temos uma crise que tem sido trabalhada com muito pouco realismo pelo Governo. O Ministro Mantega falava em 4% de crescimento; agora, insiste em 2%. O Banco Central fala em 1,2%. E nós sabemos que neste ano – já diz isso o FMI, já diz isso qualquer pessoa que faça um mínimo de análise séria sobre economia –, este ano o Brasil vai decrescer, vai crescer negativamente, vai crescer alguma coisa entre 0,5%, o que já seria afortunado, e quem sabe 1,3% ou 1,5% de crescimento negativo. E isso representa mais desemprego, representa mais empresas fora da legalidade, significa mais queda na arrecadação, significa, enfim, um círculo vicioso no qual nós só nos livrariam mesmo se o Brasil começasse a fazer um belíssimo ajuste fiscal, um ajuste fiscal corajoso, que não me parece passar pela cabeça dos governantes.

Sr. Presidente, a par da honra que tenho de saber que a minha terra mais uma vez acolheu a figura ilustre do Presidente da República, que visitou o Amazonas para revelar o seu afeto pelo Estado e ver obras, andamento de algumas obras, enfim – eu daqui saúdo e agradeço a presença do Presidente da República no meu Estado –, fico muito preocupado porque tenho visto certa exploração política dessa questão da doença da Ministra Dilma Rousseff. E vou dar um depoimento a V. Ex^a muito pessoal.

Quando eu soube, fiquei muito chocado. Fiquei chocado porque pulsa em mim um sentimento forte. Em segundo lugar, porque tenho um irmão, meu irmão do meio, Júlio Verne – engenheiro, com mestrado, com doutoramento em Mecânica dos Solos –, que teve, em

1993, um linfoma, um câncer linfático de um tipo mais leve, um menos agressivo – não foi aquele que vitimou o grande brasileiro que foi Dilson Funaro.

Meu irmão se licenciou do emprego, parou de dar aulas e foi para o Rio de Janeiro fazer o doutoramento na PUC, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em Mecânica dos Solos. Parou com todas as suas atividades. Inclusive, tomou providências – ele que não é uma pessoa de grande *stress*, é uma pessoa tranquila, calma: raspou inteiramente sua cabeça, porque não queria ficar deprimido, vendo o cabelo cair na refeição, enfim. E eu acompanhei o sofrimento dele, porque ele tomava injeção, essa de quimioterapia, e havia vezes em que o braço dele dava uma espécie de flebite, e ele não conseguia vergar o braço inteiramente. Mas ele colocou na cabeça, e Deus o protegeu – até porque o câncer linfático que o atingiu não o abateu, porque era do tipo mais leve... Ele sofreu muito, sofreu muito. Mas ele colocou na cabeça que não ia morrer. Para isso, ele teve que fugir, Senador Flexa, de todo e qualquer *stress*. Teve que fugir de toda e qualquer bola dividida, de toda e qualquer confusão. Ele, que já é tranquilo por natureza, teve que optar por uma vida mais tranquila ainda, para enfrentar uma batalha que é mais importante que qualquer outra batalha, que é a batalha da sua... muito mais do que eleição, do que poder, do que essa coisa que passa, que é fugaz. Eu fiquei muito orgulhoso quando fui nomeado um ministro tão importante do Presidente Fernando Henrique, Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. Foi um orgulho para mim, mexeu na minha biografia. E vou ser grato ao Presidente Fernando Henrique a vida inteira por isso. Mas, quando eu saí, estava mais feliz do que quando entrei. Não consigo entender como uma pessoa pode gostar tanto daquilo, porque aquilo é uma máquina de moer gente, de moer sentimentos. O trabalho que eu fazia era um trabalho que começava bem cedo e não tinha hora para terminar. Eu saí feliz, voltei para a Liderança do Governo, onde eu tinha muito trabalho, mas não dá para imaginar o que era aquilo. Então, acho bonito eu ter sido, mas não vivo morrendo de vontade de ser de novo. Considero até meio desequilibrado uma pessoa gostar daquilo, como vi algumas pessoas se apegarem àquele cargo. Nossa Senhora! Digo: eu tenho mais o que fazer, tenho muita coisa para fazer na minha vida. A minha vida não se resume a brigar por poder, a querer o poder pelo poder, enfim.

Então, fiz uma nota. Imediatamente, liguei para o meu assessor de imprensa e pedi uma nota, que ele mandou para os *blogs* e para os jornais, me solidarizando com a Ministra e dizendo que isso em tocava muito profundamente porque um irmão meu, muito querido,

tinha passado por esse drama. E eu acompanhei aquilo. Depois que foi dado como curado – um ano depois, em 1994 começou, ele estava curado –, ele passou cinco anos de teste porque a medicina dizia, e ainda diz, não melhorou nada nesse sentido, que tem que passar cinco anos de teste. Se houver uma recidiva, em cinco anos, é um novo câncer. Se não aparecer em cinco anos, está curado. É assim que a medicina brasileira considera, e acho que a mundial também. O meu irmão já está curado há 15 anos. E é o que eu desejo à Ministra Dilma. Eu desejo que ela vença esse teste agora, vença os cinco anos e passe mais 40 anos viva, inteligente, trabalhando, servindo a seu País. Digo isso do fundo de meu coração, mesmo.

Então, eu fico um pouco contristado de ver já um pouco de política em torno da doença da Ministra. Eu não acredito que possam chegar a esse nível, a esse ponto. Não acredito que a Ministra possa, sinceramente, pelo que vi de meu irmão, enfrentar avião para cá, para acolá; coma um sanduíche aqui, talvez não jante acolá; chegue em casa, morta de cansada, e deite na cama do jeito que chegou. Não consigo imaginar que isso se compatibilize com...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... que isso se compatibilize, Sr. Presidente, com o enfrentamento de uma batalha, que é a batalha pela vida! Isso não é *marketing*, não! Isso é... Eu quero dizer que, acima de tudo, me preocupa a saúde da Ministra como ser humano, da pessoa, da mulher Dilma Rousseff. Qualquer pessoa. Poderia ser – não é, nem de longe, inimiga minha, mas poderia ser – uma pessoa inimiga minha que eu, neste momento, seria solidário, por entender que é uma vida humana, e eu me sinto muito condoído com a questão da vida humana. Uma coisa que aconteceu com ela, neste sorteio que o destino faz, poderia acontecer com qualquer um. Eu tenho de bater na madeira, supersticiosamente, pois poderia ter acontecido com qualquer um.

E eu torço... Foi descoberto a tempo, os médicos estão otimistas, enfim. Agora, eu tenho a impressão de que não é nem para se criar um clima, que não é honesto com as pessoas, de tentar fazer disso cabo eleitoral, nem é para se expor a Ministra aos sacrifícios da jornada interminável de trabalho.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a V. Ex^a só um minuto para concluir.

Jornada interminável e massacrante de trabalho, ainda por cima com a candidatura e com não sei mais o quê. Eu devo dizer que aqui, de minha parte e falando muito em meu nome mesmo, eu transmito toda

a minha solidariedade humana a ela, desejo que ela fique boa, desejo que ela se cure. Isso é muito mais importante que tudo. Tenho o drama que viveu meu irmão, eu sei como isso aí foi duro para ele. Foi uma coisa muito complicada. Foi uma batalha que ele travou com a morte, e ele derrotou a morte. Eu espero que a Ministra derrote a morte, mas espero que ela não se deixe manipular por quem quer que seja. Eu espero que ela saiba defender a vida dela em primeiro lugar, porque ela só vai continuar servindo ao País, em qualquer posição que seja, se ela souber defender a sua vida agora. E ela precisa de calma, paz de espírito, do psicológico muito bem armado, muito guardado, para ela enfrentar essa luta. Isso não é uma gripe, não é um resfriadinho, não é uma dor de cabeça, não é uma coqueluche, não é uma enxaqueca. É uma coisa muito grave e muito séria. A gente viu alguns casos em que o êxito foi o que o meu irmão registrou, para muita alegria da nossa família, e a gente viu pessoas como Dílson Funaro – e não é esse o caso dela, se Deus quiser.

Mas, em outras palavras, eu não misturo essas coisas. Eu não gostaria nunca de me beneficiar de quem quer que fosse, que ficasse condoído por alguma coisa minha, enfim. E não gostaria de ver ninguém, muito menos quem quer fosse me explorando. No tempo que V. Ex^a me concedeu, vou dizer a V. Ex^a, quando perdi meu pai em 1987, 31 de março, houve uma homenagem a ele no Rio. Depois, o corpo foi para Manaus e lá tinha uma multidão naquele cemitério, eu estava visivelmente dopado com remédios que o médico deu, enfim, para agüentar aquela história. Mas tive lucidez suficiente, e fui apoiado pelos meus irmãos, porque tive lucidez suficiente porque eu sabia quem tinha de falar ali. Falou o Deputado Átila Lins, porque era Presidente da Assembléia, abriu a Assembléia, acompanhou o enterro. Então, o Deputado Átila Lins tinha de falar. Falou o ex-Deputado, que tinha sido cassado, Arlindo Porto, que era um amigão do meu pai, uma figura muito querida mesmo e vida inteira amigo do meu pai mesmo. E falou um funcionário da Sucam, Francisco Monteiro de Souza, o Monteirão, um grande amigo do meu pai também, figura muito humilde mas muito condescendente do Amazonas, muito amigo do meu pai, compadre e amigo do meu pai. Esses três eu permiti. Quando começaram a dizer que o vereador fulano vai falar... Mais ninguém! Isso aqui não é comício. Isso aqui é o enterro do meu pai. Não vai falar mais ninguém. Não fala mais deputado, não fala mais vereador, não fala candidato a nada, não fala ninguém mais no enterro do meu pai. Vai falar só esse pessoal que já falou e acaba com essa história, vamos enterrar e não vamos ficar prolongando esse sofrimento aqui não. Porque era uma coisa que,

se deixasse, virava um comício. Ia ter gente, estava lotado, a cidade inteira foi para o enterro. Obviamente que era um palanque ali. Eu disse: "Não vou permitir uma palhaçada dessa no enterro do meu pai". Eu nunca falei no enterro de ninguém. Porque, se eu não gostar da pessoa, não tenho nenhuma razão para falar; se eu gostar da pessoa, não vou conseguir falar. Então, não gosto de fazer necrológios de ninguém porque não me sinto bem. E eu aceitei aquelas três pessoas porque eram pessoas especialíssimas, enfim.

Então, para mim, a vida está em primeiro lugar sempre. Eu desejo à Ministra que ela, primeiro, se cuide e, segundo, que seja muito capaz de defender a sua vida, não permitindo que ninguém, mas ninguém mesmo, brinque com a vida dela, porque a vida dela é muito importante para ela, para os entes queridos dela e ela está enfrentando uma batalha difícil e dura, e é preciso que algumas pessoas digam, eu estou dizendo isso com muita amizade, com muito realismo, que ela tem de se conscientizar de que ela tem uma luta dura, árdua pela frente, e que ela vai vencer essa luta, se Deus quiser. Com a proteção de Deus, ela vai vencer essa luta, mas não é tratando a doença como se a doença não fosse. Não é. É tratando a doença como se a doença fosse o que ela é, uma doença capaz de devastar, de mutilar psicologicamente, de mutilar fisicamente e, às vezes, de matar uma pessoa.

Desejo a ela o mesmo êxito que o meu irmão Júlio Verne obteve, e, para isso, ela vai ter de ter a mesma disciplina que o meu irmão teve, quando ele disse que iria derrotar aquela doença maldita que não o levou e que, se Deus quiser, não levar a Ministra do nosso convívio também.

Muito obrigado, Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, gostaria de registrar que, há poucos dias, recebi, em meu gabinete, o Sr. Fernando Peixoto, oficial-aviador que foi, entre tantos outros, atingido pelos atos de exceção do regime militar implantado a partir de 1964 e que se viu, também como muitos, impedido de exercer sua profissão.

O Sr. Fernando Peixoto explicou-me que um total de 82 oficiais foram atingidos por Atos Institucionais e, assim, impedidos de trabalhar em função de portaria baixada pelo então Ministério da Aeronáutica.

Hoje são 19 oficiais-aviadores, ainda vivos, que requerem junto à Comissão de Anistia os benefícios da Lei nº 10.559, de 2002, o regime de anistiado político.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, daqueles 82 oficiais atingidos pelos atos de exceção apenas 27 ainda estavam vivos para peticionar junto à Comissão de Anistia, em 2002.

Hoje, passados sete anos, foram julgados somente 2 processos. Enquanto isso, mais 6 oficiais faleceram e um vive, atualmente, em estado vegetativo. Os que ainda sobrevivem têm, em média, 80 anos de idade. Alguns deles já são nonagenários.

Enfim, o que o Sr. Fernando Peixoto pleiteia é que esses oficiais tenham o julgamento de seus casos realizado urgentemente, em grupo, de uma só vez, algo que, segundo seu relato, já ocorre com outras categorias. O direito desses militares à aposentadoria excepcional de anistiado já é reconhecido pela Justiça.

Para se ter uma ideia da dimensão da questão, eu ainda era deputado federal pelo PMDB, em 1983, quando, no mês de março daquele ano, fiz um pronunciamento no qual, a pedido desse mesmo oficial, Fernando Peixoto, li carta que ele acabara de enviar ao então Presidente da República, General João Figueiredo, solicitando reparação da punição sofrida em decorrência da legislação excepcional editada após o movimento militar de 1964.

Pois bem: Já se vão 26 anos daquela carta e esses cidadãos, infelizmente apenas alguns deles, ainda respiram aguardando a reparação.

Deixo aqui este registro e passo a cobrar do Ministro da Justiça as providências devidas para que o julgamento desse grupo, até por razões humanitárias, seja feito de imediato, sob pena de a maioria esmagadora desses cidadãos morrer antes de receber os benefícios que a lei lhes garantiu.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Arthur Virgílio, quero informar a V. Ex^a que eu recebo muitos e-mails, não só do Piauí como do Brasil todo, e quase sempre lembram o nome de V. Ex^a. Então, quero dizer daqui que o Brasil exige que V. Ex^a continue no Senado da República. O Amazonas não pode decepcionar o Brasil.

Convidamos para usar da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Ele é do PSDB e representa o grandioso Estado do Pará.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para relatar a satisfação que tive, nestes últimos dias, de visitar alguns Municípios do Estado do Pará.

Na sexta-feira, dia 17, fomos – digo fomos, porque tive a honrosa companhia do Senador Mário Couto, do

Deputado Federal Nilson Pinto, do Deputado Federal José Megale – a Bujaru e, em seguida, ao Município de Acará. Em Bujaru, fomos recebidos todos pela Prefeita Maria Antônia, pelo Presidente da Câmara, o Vereador Didi, por vários Vereadores, pelo Presidente do PSDB de Bujaru, o Vereador Lauro Menezes. Também estavam lá outros Vereadores, o Vereador Miguel, o Vereador Marcelo e vários Secretários da Prefeita.

Fizemos uma reunião de trabalho em Bujaru, onde discutimos as necessidades emergenciais daquele Município, como a recuperação de vicinais, a necessidade de atender aos pleitos da Prefeita. Enfim, todos lamentaram, Senador Mão Santa – aí é unanimidade; não só no Pará mas em todo o Brasil –, a queda da arrecadação dos Municípios brasileiros neste período em que enfrentam a crise mundial e brasileira. E, como eu disse, não é diferente, Senador Flávio Arns, no Pará. A Prefeita, apesar de todo o esforço, sente-se incapaz de atender às demandas da sociedade, tendo em vista as dificuldades, o fato de o Governo estadual não cumprir as suas obrigações de auxiliar e de transferir recursos para a saúde, para a educação. E todos nós estamos solidários àquela população sofrida, mas amiga de Bujaru.

Em seguida, continuamos a viagem. Fomos até Acará, para uma grande festa. A cidade de Acará, que tem como Prefeita a nossa amiga Francisca, estava completando 134 anos de fundação. Foi uma grande festa. Tivemos uma reunião de trabalho primeiro e, depois, fomos à praça pública para o que eles chamam de Acará Fest, que festeja exatamente a data de instalação desse Município querido.

A Prefeita Francisca, que já é prefeita pela segunda vez, é uma liderança importante naquele Município. Tão importante que, com a Prefeita, estavam todos os Vereadores da Câmara Municipal de Acará, independentemente de Partido. A Prefeita é do PP, mas participaram da reunião e, depois, da visita à Feira do Peixe Vivo, à Feira Agrícola e de todos os eventos da festividade, todos os Vereadores que respondem pela Câmara, que representam o povo de Acará na Câmara Municipal. Estavam lá o Paulo Jorge, a Nailza, o José Edivaldo, o Paulo Roberto, o Manduca, o Luiz Magno, o Sadoc, o Joriedson, o Idelfonso, o Paulo Nunes, mostrando que a Prefeita Francisca, pela sua liderança, consegue unir todas as tendências políticas partidárias dos Municípios, todos trabalhando e buscando benefícios e melhorias para o Município de Acará.

E a reivindicação maior deles todos é que a Governadora possa transformar em realidade um sonho, que é construir uma “alça”, como eles chamam, ligando o Município de Acará à Alça Viária. É uma estrada de aproximadamente 90 quilômetros que vai possibilitar

o acesso do povo de Acará diretamente à cidade de Belém. Espero que a Governadora possa atender a essa reivindicação, que já estava no programa de governo, desde o governo passado, buscando recursos através de financiamentos junto ao BNDES.

No dia seguinte, sábado, fomos à cidade de Breves. A cidade de Breves é a capital industrial da ilha do Marajó. Se o Senador Mário Couto estivesse agora no Plenário, ele iria saudar a toda a população marajoara, marajoara que é S. Ex^a.

Estivemos lá para festejar. E aqui eu quero, novamente, dar um abraço a esta liderança incontestável de Marajó e de Breves, o ex-prefeito Luiz Rebelo. Ele, que é de uma família tradicional, completava 50 anos. Seu pai Mimo Rebelo... Tivemos a companhia nesta ida a Breves também do Senador Mário Couto e também do ex-Senador Simão Jatene. Participamos de um almoço com mais de 600 lideranças, Vereadores, Prefeitos e ex-Prefeitos da região. Todos foram abraçar o nosso amigo Luiz Rebelo, que será, sem sombra de dúvida, um deputado estadual no próximo pleito de 2010, deputado estadual pelo PSDB, e será, sem sobra de dúvida, um dos mais votados.

Mas, na sexta-feira que passou, essa última agora, nós fomos a Altamira. Altamira é o maior Município do mundo em dimensões territoriais. Nós fomos lá com uma comissão externa do Senado e da Câmara, composta por Parlamentares da bancada paraense, para verificar *in loco* a situação de dificuldade, de sofrimento em que se encontra aquele povo querido de Altamira. E não só de Altamira, não, mas de outros 22 Municípios do Estado do Pará.

Ainda há pouco, o Senador José Sarney lamentou as enchentes no Estado do Maranhão. Outro Senador, Senador Efraim Moraes, na semana retrasada, lamentou também as enchentes na Paraíba. Então, existem vários Estados, vários Municípios brasileiros que, nesta época do ano, sofrem as dificuldades da subida da água, do aumento das chuvas. Mas, no caso de Altamira, houve um fator agravante. A BR-230, a Transamazônica, Senador Jefferson Praia – a estrada que foi aberta e nunca concluída, por onde se trafega com dificuldade e que, nesta época do ano, praticamente é intrafegável –, teve uma ponte de 10 metros de largura substituída por uma galeria de concreto de 2,5 metros por 2,5 metros, feita pelo Dnit. Com as chuvas intensas que caíram a galeria não deu condições de escoar aquela água e serviu de barragem, contendo a água que, ao chegar num determinado volume, fez o rompimento da estrada, levando, inclusive, aquela galeria de concreto, como levou outras pontes em outra estrada, a estrada que liga Altamira a Vitória do Xingu. Então, além das chuvas que estavam caindo, o rompi-

mento dessa ponte que rompeu a Transamazônica e de outras barragens, fez com que, em poucas horas, mais ou menos duas a três horas, vários bairros de Altamira ficassem totalmente alagados.

Eu tive testemunho. A Prefeita Odileida, junto com o Vice-Prefeito Silvério, com os seus Vereadores, seus secretários, buscou atender à população. Buscaram dar aquele atendimento emergencial. Decretaram estado de calamidade, de emergência. A Governadora esteve lá. E, lamentavelmente, ficou discutindo se era estado de calamidade ou estado de emergência. Ou seja, não era para ficar discutindo que tipo de definição teria que se dar para aquele quadro horroroso que estava sendo presenciado, mas, sim, de tomar as providências necessárias para atender à população.

E passamos uma parte de sexta e uma parte... Chegamos na sexta e saímos no sábado: Senador Flexa Ribeiro, Deputado Wandenkolk Gonçalves, Deputado Paulo Rocha, Deputado Beto Faro, a Deputada Elcione Barbalho, Deputado Abel Mesquita e o Deputado José Geraldo.

Um terço da Bancada do Pará foi até lá e verificamos *in loco* a necessidade de atendimento emergencial do povo de Altamira. E aqui eu quero fazer um apelo: vamos ter uma reunião da Bancada do Pará para que o Governo Federal, o Presidente Lula, possa atender àquela população, não só de Altamira, mas estavam também presentes naquela reunião que fizemos vários Vereadores, vários Prefeitos e ex-Prefeitos dos Municípios da região como Medicilândia, Anapu, Brasil Novo, Pacajá, Vitória do Xingu, Uruará, Placas, várias lideranças políticas, todas elas atingidas de uma forma maior ou menor, mas todas elas atingidas pelo aumento das águas e necessitando do atendimento do Governo Federal. E fizemos um pleito que vamos encaminhar pela Bancada, para que o Presidente Lula possa, dentro do programa emergencial, programa habitacional que ele lançou de um milhão de casas, destinar cinco mil casas àqueles Municípios atingidos, e que a distribuição seja feita dentro da necessidade de cada um, porque, Senador Mão Santa, as pessoas que foram atingidas pelas enchentes moram em áreas de risco. Elas não podem retornar para as suas residências, porque poderão sofrer mais à frente novas enchentes.

Então, é necessário que o Governo dê condição para que elas sejam alocadas numa área urbanizada, sem problemas no futuro. Para isso, é necessário, então, esse atendimento dessas cinco mil casas, como também é necessário que a Eletronorte, que está estudando e vai construir a Usina de Belo Monte, que tem influência em toda essa região, possa atender a esses Municípios com uma cota de óleo diesel ao longo dos seis próximos meses, para que os Prefeitos possam

corrigir as estradas vicinais, porque, não só na área urbana, houve prejuízos às pessoas, mas, na área rural, os pequenos agricultores perderam o seu trabalho, a sua roça, e pior do que perder, as suas estradas que já eram intrafegáveis, agora estão totalmente acabadas e precisam ser recuperadas. Então, a Eletronorte tem de ajudar essa população, cedendo óleo diesel ao longo de algum tempo, para que eles possam fazer a recuperação das estradas vicinais.

Mais do que isso: até hoje, pelo que se sabe, o Governo do Estado, através da defesa civil, não encaminhou as cestas básicas. Chegaram ao Município de Altamira mil cestas básicas encaminhadas pela Eletronorte. É preciso que cheguem os medicamentos e as vacinas, para que atendam à população, para que não sofram as consequências das enchentes.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para concluir, quero agradecer àquele povo de Altamira que nos recebeu, mesmo no sofrimento, com um sentimento de confiança em Deus.

Ouvi de uma moradora que agradecia a Deus porque Deus tinha sido generoso. Eu estranhei aquele agradecimento, e ela explicou:

Sim, Senador, Deus foi muito generoso conosco, porque essa enchente veio durante o dia. Se tivesse vindo à noite, teríamos agora que lamentar dezenas de mortes e que, graças a Deus, tivemos só perdas materiais mas que Deus nos dará forças para que possamos recuperar aquilo que foi perdido.

É essa fé que anima, que dá forças àquele povo sofrido de Altamira e dos 22 Municípios mais atingidos pelas enchentes no Estado do Pará.

Quero, como eu disse, agradecer à TV Câmara, à TV Senado, que nos acompanharam na visita. Quero agradecer aos técnicos do Ministério da Saúde, da Eletronorte e do Ministério da Integração Nacional que estiveram conosco naquela visita. Espero que os ofícios que serão encaminhados e as audiências que a Bancada do Estado terá com os ministros, com a área do Governo deem resultados para que aquela população sofrida possa receber emergencialmente o apoio para minorar as suas dificuldades.

Eu encerro, Presidente Mão Santa, dizendo que apresentei hoje uma PEC que propõe aquilo que eu disse que faria com relação aos incentivos dados pelo Governo Federal aos setores produtivos, retirando parte do IPI.

A PEC que apresentei e que vai tramitar – já foi dada a entrada – altera o art. 159 da Constituição Federal para determinar a compensação aos Estados, ao

Distrito Federal e aos Municípios dos benefícios tributários e reduções temporárias de alíquotas concedidas pela União, relativos aos impostos referidos no inciso I e II desse artigo. A partir da aprovação dessa PEC, se houver o consenso dos meus Pares no Senado e dos Deputados na Câmara, qualquer incentivo que o Governo Federal der ao setor produtivo para a redução de IPI não poderá ser retirado da cota-partes dos Estados e dos Municípios; tem de haver a compensação imediata por parte do Governo Federal, ou seja, se o Governo Federal quiser dar incentivo, dê com a sua parte, que corresponde a 55% do valor arrecadado do IPI e do Imposto de Renda. Os 45% que são distribuídos para os Estados e Municípios terão de ser intocados e não poderão ser utilizados pelo Governo Federal para fazer bondade com o chapéu alheio.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com os nossos cumprimentos.

Convidamos para usar da palavra o Senador Flávio Arns e, em seguida, Jayme Campos; depois, Eduardo Suplicy e, para terminar, Rosalba Ciarlini, e eu estarei aqui.

Flávio Arns é do Partido dos Trabalhadores do Estado do Paraná e Presidente da Comissão de Educação. Em pouco tempo que a preside, já se igualou a João Calmon, a Pedro Calmon, a Darcy Ribeiro e a Cristovam Buarque. O País já está a dever-lhe a sua dedicação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Quero dizer que é Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Estamos muito dedicados na Comissão a discutir a proposta de mudança da Lei Rouanet de renúncia fiscal, objetivando o incentivo à cultura em nosso País.

Sr. Presidente, muito se tem discutido sobre relações pais e filhos, sobre violência nas escolas, preocupação das famílias com filhos dependentes químicos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço permissão para prorrogar a sessão por mais meia hora, para que todos possam usar da palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – ...dependentes de drogas, enfim, a preocupação das famílias com a felicidade, com a cidadania, com a dignidade, com o bem-estar e com a felicidade dos filhos – uma palavra que, na verdade, pode reunir todos esses outros aditivos. A gente vê que todos temos de pensar sobre isso, a sociedade toda.

Lendo um informativo da comunidade espírita que se denomina *Mundo Espírita*, numa das páginas,

vi uma reflexão muito interessante sobre esse tema. Na hora em que eu estava lendo, pensei: acho que vou levar isso para o plenário, para lê-lo da tribuna.

Ele vai servir para uma reflexão sobre esse tema tão fundamental para a sociedade, para que não só nós, Senadores e Senadoras e funcionários, mas a comunidade toda possa pensar sobre isso.

Diz aqui, dentro do título “Impressionante Depoimento”. A revista, o informativo inicia o depoimento dizendo o seguinte:

Pouquíssimas vezes temos presenciado declarações públicas de personalidades, a respeito de suas fracassadas experiências particulares, chamando-nos a atenção para as fantasias e os enganos do mundo. Merece aprofundada reflexão [e concordo com isso] o texto a seguir, intitulado “Declaração de Bens” [inclusive todos nós estamos fazendo as nossas declarações de Imposto de Renda], do conhecido jornalista mineiro Hélio Fraga, que circulou pela imprensa brasileira há algum tempo.

“O pai moderno, muitas vezes perplexo e angustiado, passa a vida inteira correndo como um louco em busca do futuro e esquecendo-se do agora. Nessa luta, renuncia ao presente. Com prazer e orgulho, a cada ano, preenche sua declaração de bens para o Imposto de Renda. Cada nova linha acrescida foi produto de muito trabalho. Lotes, casas, apartamentos, sítio, casa de praia, automóvel do ano – tudo isso custou dias, semanas, meses de luta, mas ele [diz o jornalista] está sedimentando o futuro de sua família. Se partir de repente, já cumpriu sua missão e não a deixará desamparada.

Para ir escrevendo cada vez mais linhas na sua relação de bens, ele não se contenta com um emprego só – é preciso ter dois ou três; vender parte das férias, levar serviço para casa. É um tal de viajar, almoçar fora, fazer reuniões, preencher agenda – afinal, ele, um executivo dinâmico, não pode fraquejar.

Esse homem se esquece de que a verdadeira declaração de bens, o valor que efetivamente conta está em outra página do formulário do Imposto de Renda – naquelas modestas linhas, quase escondida, onde se lê ‘relação de dependentes’.

São os filhos que colocou no mundo, a quem deve dedicar o melhor do seu tempo. Filhos, novos demais, não estão interessados em propriedades e no aumento da renda. Eles

só querem um pai para conviver, dialogar, brincar. Os anos passam, os meninos crescem, e o pai nem percebe, porque se entregou de tal forma à construção do futuro que não participou de suas pequenas alegrias, não os levou ou os buscou no colégio; nunca foi a uma festa infantil; não teve tempo para assistir à coroação de sua filha como Rainha da Primavera. Um executivo não deve desviar sua atenção para essas bobagens. São coisas para desocupados.

Há filhos órfãos de pais vivos, porque estão “entregues”... – o pai, para um lado, para outro, e a família desintegrada, sem amor, sem diálogo, sem convivência. E esta convivência que solidifica a fraternidade entre irmãos abre o caminho do coração, elimina problemas e resolve as coisas na base do entendimento. Há irmãos crescendo como verdadeiros estranhos, que só se encontram de passagem em casa. E, para ver os pais, é quase preciso marcar hora.

Depois de uma dramática experiência pessoal e familiar vivida, a mensagem que tenho para dar é: ‘não há tempo melhor aplicado do que aquele destinado aos filhos’.

Dos 18 anos de casado, passei 15 absorvido por muitas tarefas, envolvido em várias ocupações e totalmente entregue a um objetivo único e prioritário: construir o futuro para três filhos e minha mulher. Isso me custou longos afastamentos de casa; viagens, estágios, cursos, plantões no jornal, madrugadas no estúdio de televisão... uma vida sempre agitada, tormentosa e apaixonante, na dedicação à profissão – que foi, na verdade, mais importante do que minha família.

Agora, estou aqui com o resultado de tanto esforço: construí o futuro, penosamente, e não sei o que fazer com ele, depois da perda de Luiz Otávio e Priscila.

De que vale tudo o que juntei, se esses filhos não estão mais aqui, para aproveitar isso com a gente? Se o resultado de 30 anos de trabalho fosse consumido agora por um incêndio, e, desses bens todos, não restasse nada mais do que cinzas, isso não teria a menor importância; não ia provocar o menor abalo em nossa vida, porque a escala de valores mudou e o dinheiro passou a ter peso mínimo e relativo a tudo.

Se o dinheiro não foi capaz de comprar a cura do meu filho amado que se drogou e

morreu; não foi capaz de evitar a fuga de minha filhinha, que saiu de casa e prostituiu-se, e dela não tenho mais notícias, para que serve? Para que ser escravo dele?

Eu trocaria – explodindo de felicidade – todas as ilhas de declaração de bens por duas únicas que tive de retirar da relação de dependentes: os nomes de Luiz Otávio e de Priscila. E como doeu retirar essas linhas na declaração de 1986, ano base 1985. Luiz Otávio morreu aos 14 anos e Priscila, um mês antes de completar 15.”

É um momento de reflexão importante, que nos leva a pensar em função de todas as coisas que acontecem no Brasil, seja em termos de droga, seja em termos de violência, de educação. E, neste momento em que fazemos a nossa declaração de bens, é mister pensar no valor que temos que dar àquilo que o jornalista aponta: a declaração de dependentes e a nossa relação afetiva, moral, espiritual, de amizade e de diálogo, para que o mundo possa ser melhor através do grande exemplo que deve começar em casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O nosso Senador Flávio Arns, no seu pronunciamento, dá uma lição de filosofia de vida a todo o Brasil. Este é o Senado da República.

Convidamos para usar da palavra o Senador Jayme Campos, que representa o Estado de Mato Grosso. Ele traduz a riqueza deste Senado da República: três vezes prefeito, extraordinário; governador do seu Estado, extraordinário, e Senador da República, também, extraordinário. Por isso, com convicção, tenho dito que este é o melhor Senado da República nos 183 anos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs e Srs. Senadores. Serei bem breve.

Quero comunicar que, nesta manhã, nesta Casa, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em audiência conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, recebemos vários representantes do Governo e da sociedade civil, com o objetivo de debater a Medida Provisória nº 458, de 2009, que trata da regularização fundiária das ocupações em terra da União, na Amazônia Legal.

Temos a firme convicção de que esta é uma das mais importantes matérias sob apreciação no Parlamento brasileiro, na medida em que, a nosso ver, a regularização fundiária é o primeiro passo a regularização fundiária é o primeiro passo para a consecução das fundamentais mudanças que almejamos para o desenvolvimento

daquela preciosa região, quer seja do ponto de vista sócioeconômico, quer político ou ambiental.

Entendemos que o adequado ordenamento territorial da região Amazônica é pressuposto indispensável ao crescimento da economia, à preservação ecológica e, sobretudo à dignidade do cidadão ali fixado.

Nesse sentido, cumpre-nos aqui salientar algumas breves, porém muito relevantes advertências, resultantes da reflexão hoje propiciada a todos nós Senadores presentes à referida reunião.

A despeito, Sr. Presidente, da louvável e necessária iniciativa de formalizar a ocupação de 67 milhões de hectares de terras públicas, em benefício de aproximadamente trezentas mil famílias, acreditamos estar diante de alguns flagrantes equívocos, no modo como se apresenta a solução encaminhada pela MP 458.

Refiro-me, especificamente à desnecessária redundância e à nítida impropriedade de alguns dos dispositivos previstos na nova lei, ao impor obrigações que, em nossa opinião, extrapolam a essência da proposta e os fins a que ela se destina. Refiro-me, mais particularmente ao disposto no art. 14, cujo enunciado torna refém, por dez anos, o ocupante que, de forma legal e incontroversa, postula a concessão de seu legítimo título.

Não é possível o cidadão, depois de ter o seu título de terra, depois da regularização fundiária, ainda ficar impedido de negociar a terra. Só poderá vendê-la após dez anos. Acho que essa medida, realmente, na sua essência, está distorcida. Isto porque o obriga a não negociar a sua propriedade pelo prazo de uma década, obrigando-o, também, pelo mesmo período, à observância de normas já previstas na legislação ambiental e trabalhista, como se tais não fossem impostas universalmente a todos, independente de terem ou não seus títulos de propriedade.

Nossa preocupação reside no perigo iminente de um fenômeno que vem tomando conta de nossa República: o aparelhamento, ou a utilização do Estado, a serviço de ideologias político-partidárias.

No Estado democrático, existem princípios e direitos pétreos, para o exercício dos quais não se pode impor condições, sejam elas de que natureza forem.

É o caso do direito de propriedade.

A questão é cristalinamente clara e expressamente manifesta em nosso texto constitucional. Não podemos confundir o direito de propriedade com a obrigação de cumprimento às leis ambientais e trabalhistas, para as quais existem as respectivas sanções, nos termos da legislação em vigor.

Com isso, quero dizer o seguinte: uma vez reconhecida a posse mansa e pacífica, uma vez reconhecido de fato o pleno domínio da área, a regularização

implica tão-somente a garantia de emissão do competente título, desvinculado de qualquer outra condição ou condicionamento estranho à caracterização jurídica do direito pleiteado.

Não se pode impedir, Senador Mão Santa, o sagrado direito de propriedade, impedindo que o proprietário possa vender para quem quiser aquilo que de direito lhe pertence.

Não se pode deixar o dono da terra no cabresto, dependente e “pendurado” na autoridade estatal por dez anos, a pretexto de fazê-lo cumprir a lei que a todos nós é igualmente imposta.

Além desses pontos, gostaria finalmente de salientar – rogando especial atenção deste Plenário – os valores a serem cobrados dos postulantes à regularização de suas áreas.

Lembro-me de que mais da metade das áreas da União ocupadas na Amazônia referem-se a produtores que ocupam até cem hectares. Lembremo-nos de que 16% dos proprietários detêm 81% das terras.

A MP não tem nada a ver com o latifúndio. Em se tratando de pequenas propriedades, somos da opinião de que os custos deveriam ser apenas simbólicos, tanto quanto possível.

Acreditamos que mesmo a faixa acima de quatro módulos até o limite de 1.500 hectares não deve ser indistintamente avaliada a preço de mercado, porque o Incra não é uma empresa imobiliária.

Trata-se, portanto, de observarmos atentamente que a MP nº 458, apesar de meritória em suas intenções, não pode significar nem uma ameaça à segurança jurídica e ao indeclinável direito de propriedade, nem um abuso institucional do Estado no uso de suas estruturas, em prol da implantação de instrumentos, pretextos, recursos ou expedientes de controle ou imposição ideológica.

Sr. Presidente, causa-me muita preocupação essa medida provisória e, certamente, nós não podemos permitir, em hipótese alguma, que o Governo passe a ter algumas milhares de famílias de produtores lá da região Amazônica como reféns.

Lamentavelmente, o que se está pretendendo com essa medida provisória é fazer com que esses proprietários sejam com certeza reféns, por mais ainda dez anos dessa estatal, ou seja, do aparelho do Governo Federal.

É o alerta que faço aqui e espero que possamos fazer algumas correções na essência dessa medida provisória e, com isso, melhorarmos com certeza as condições de vida daquelas pessoas que moram na Região Amazônica.

Para encerrar, falam muito na Amazônia, em desmatamento, na questão ambiental. Lamentavelmente,

o maior responsável por tudo isso aqui é o Governo, porque faltam políticas públicas, falta a presença do Estado nos próprios assentamentos que são feitos pelo Incra em toda a região, sobretudo na nossa região. O Incra vai lá, faz com que esse cidadão ocupe um pedaço de terra e não dá sequer um mínimo de assistência técnica, educacional, de saúde e assim por diante. Faz com que essas pessoas fiquem ao arrepio da lei, por falta de uma política pública realmente direcionada àquelas pessoas que certamente querem ter o direito de ter um pedaço de terra para lavrar e tirar, com certeza, o sustento para a sua família.

Eu trago essa preocupação aqui a esta Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Este é o Senador Jayme Campos, do Mato Grosso, que acaba de defender o direito de propriedade casado com o direito de liberdade. Isso é que caracteriza a democracia e que surgiu com o primeiro grito de liberdade, seguindo-se igualdade e fraternidade.

Convidamos, para usar da palavra, a Senadora Rosalba Ciarlini. Ela representa o Rio Grande do Norte, o DEM. Foi três vezes Prefeita de Mossoró, extraordinária prefeita, extraordinária médica. Ela tem perspectivas invejáveis na política do seu Estado e do Brasil.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente, Senador Mão Santa. Na realidade, hoje, tenho a certeza de que não irei usar todo tempo que sempre o senhor, de forma muito generosa, coloca à minha disposição. Quero apenas trazer aqui algumas informações, algumas preocupações.

Hoje tivemos, na Comissão de Educação, a presença do Ministro da Educação, Ministro Haddad, que nos fez uma explanação dos avanços que a educação vem tendo neste País. Mas gostaria aqui de observar que, apesar de entender que realmente com o Fundeb, hoje, os recursos que são colocados à disposição da educação cresceram bastante com relação a anos anteriores, essa transformação começou, na realidade, com a municipalização, o ensino fundamental, com o Fundef, hoje já Fundeb, englobando a educação infantil.

Faço essa observação e gostaria aqui também de fazermos juntos uma reflexão.

É muito importante que tenhamos um ensino de qualidade. Este País jamais será forte se não tivermos realmente condições de avançar, cada vez mais, na qualidade de ensino da escola pública, que ainda está muito aquém dos nossos anseios, dos nossos sonhos e daquilo a que realmente têm direito as nossas crianças e os nossos adolescentes.

Mas, para que isso venha a acontecer, apesar de entendermos que o ensino tem que crescer nas oportunidades do ensino superior, nas oportunidades de ensino médio profissionalizante, não podemos esquecer que tudo começa na primeira infância, que tudo tem que começar com os pequenininhos. E são as creches e as pré-escolas que ainda não apresentam oportunidades nem oferta de vagas que deem a todas as crianças brasileiras a oportunidade de começar com mais segurança, já nos primeiros anos de vida, o seu aprendizado.

Então, nós queremos, sim, que o Governo, que tem demonstrado preocupação em ampliar as condições para que o ensino possa chegar a todos, dê prioridade, sim, ao crescimento da educação infantil; dê prioridade, sim, a que todas as crianças, Senador Expedito, possam ter o direito a creche, mas creche de qualidade, e não aquele depósito para as crianças; creche de qualidade onde elas, em um trabalho de socialização, recebam um incentivo apropriado para que possam começar a caminhar nos caminhos da educação com mais firmeza.

Eu venho aqui lembrar que os mais prejudicados, aqueles a quem falta oportunidade são exatamente os filhos das famílias mais pobres, das famílias carentes, porque aqueles cujos pais têm condição de pagar uma creche, uma pré-escola, com certeza, esses terão melhores condições de crescer com educação. E, quando chegar lá na ponta, na hora do vestibular, do ensino universitário, ficamos todos preocupados. Por quê? A própria universidade que é pública, quando do vestibular, na disputa por conhecimentos, na disputa realmente por aquele que é o melhor nas provas, termina sendo para os que tiveram oportunidade de cursar as escolas privadas, as escolas particulares.

Então, o que nós temos de fazer? É, mais do que nunca, Senador Mão Santa, dar essa oportunidade a nossas crianças desde a creche, aos pequenininhos. Apenas 17% das crianças na fase de pré-escola estão tendo vagas. Apenas 17%! O Governo diz que já investiu bastante e que já melhorou; mas, pelo Pró-Infância, foram disponibilizados recursos aos municípios para que fizessem unidades de educação infantil para apenas trezentas unidades, e nós temos quase seis mil municípios neste País. São 5.664 municípios. Deveria, pelo menos, haver uma unidade dessas para cada município.

Enquanto nós não tivermos lá no assentamento... Nós sabemos que esta é a realidade brasileira: faz-se o assentamento, promove-se a reforma agrária, mas, quando os recursos são destinados para construir os equipamentos, as casas, o primeiro recurso a chegar deveria ser para construir a escola, a escola do ensino

fundamental, a creche com a pré-escola, porque aí, sim, eu vou acreditar que nós vamos conseguir vencer essa grande batalha, essa grande luta de fazer um Brasil com ensino de qualidade.

Temos que aproveitar o potencial que tem a nossa infância, a primeira infância, porque assim, com certeza, eles entrarão no ensino fundamental já alfabetizados e em condições de aproveitar todos os conhecimentos. E é preciso trabalhar também o lado da valorização, da capacitação dos professores em todos os recantos do Brasil, não somente nas regiões mais ricas e mais concentradas. Que isso chegue a todos os recantos do Brasil.

E sabemos que, para que possamos avançar, temos que ter cada vez mais desprendimento do Governo quando do seu orçamento, investindo cada vez mais os recursos, não somente aqueles que são fruto do Fundo de Desenvolvimento da Educação, mas também com receitas extraorçamentárias de apoio para emancipar, para criar condições para que o povo brasileiro possa realmente ser livre, porque liberdade passa pelo caminho da educação.

Então, fica aqui, mais uma vez, o meu apelo de apoio para que possamos crescer, mas crescer a passos rápidos, porque nós já perdemos muito, e cada minuto que se perde de aproveitamento de uma criança não se recupera mais. O Senador Mão Santa é médico e sabe disso. Esse é um minuto que não temos mais como recuperar, que é difícil de recuperar.

Então, se você, na infância, puder, cada vez mais, dar oportunidades, fazer com que todas as crianças das mães brasileiras possam ter a sua creche de qualidade enquanto ela está trabalhando, enquanto ela não está podendo cuidar do seu filho, e fazer com que, a partir dos três anos, ela possa começar seu processo de alfabetização, com certeza, vamos ter um Brasil que será, dentro de pouco tempo, bem mais forte, porque aí será uma consequência. O ensino fundamental ficará ainda mais forte.

Aí vem o segundo grau, onde defendemos e queremos mais escolas técnicas neste País. Foi feito agora um programa que precisa ter continuidade imediata, multiplicando-se ainda mais as escolas técnicas neste País, e que chegue às universidades, sejam elas privadas, sejam elas públicas, mas com qualidade, porque só pelo conhecimento é que este Brasil vai ficar forte, influindo em todos os setores da Nação. E, quando falo em setores da Nação, lembro até da saúde. Saúde e educação são os pilares que têm que sustentar com firmeza um país para se desenvolver. Mas eu sei que a educação é o pilar mais forte, porque até na saúde a educação, com certeza, tem uma influência muito grande.

E, falando em saúde, agora estamos vendo o mundo, mais uma vez, alarmar-se com o risco de uma pandemia. Sabemos que o nosso País também não está imune, de forma nenhuma. Já temos vários casos sendo observados com relação à gripe suína no nosso País, no Estado do Rio, no Estado de Minas, no meu Estado, o Rio Grande do Norte, e sabemos que os cuidados precisam ser, cada vez...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador Expedito.

A Organização Mundial de Saúde tem um grau de até seis para anunciar uma pandemia. No caso da gripe suína, esse grau já está em quatro.

Esperamos que as medidas de combate e de contenção realmente sejam efetivas e que os casos que estão sendo observados no nosso País não sejam realmente confirmados. Mas sabemos que hoje, com a movimentação muita intensa entre os países, o vírus tem muitas portas para chegar num país do tamanho, da dimensão do nosso Brasil. Ele entra pelos aeroportos, não somente naqueles voos vindos do México, mas também dos Estados Unidos e de alguns outros países. A Espanha já confirmou casos dessa gripe.

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sabemos que existem casos sendo observados na Suécia e até mesmo – hoje tive a informação – na Alemanha. Então, há uma preocupação.

A Anvisa não pode perder tempo, de forma nenhuma. As medidas têm de ser tomadas com muita energia, com muito vigor, com muita certeza, com muita garantia, porque sempre é preciso prevenir para não ter que remediar. A prevenção agora é muito mais educacional, para os que chegam e para os que saem. A prevenção é muito mais de alerta à população, para que ela possa, conhecendo os sintomas, tomar as precauções iniciais importantes que venham a combater e a evitar que mais essa doença venha a transtornar a vida do povo brasileiro e mundial.

Sabemos que só o fato do anúncio da possibilidade de uma pandemia já cria também reflexos na economia em alguns recantos do País. Tomara Deus que realmente tudo seja logo contornado, logo combatido e que nós não tenhamos mais essa doença no nosso Brasil.

Para finalizar, eu queria apenas dizer da nossa preocupação, pois estamos acompanhando diariamente as chuvas que continuam a chegar forte no nosso Estado, deixando várias regiões em alerta e outras com uma preocupação maior. Já falei aqui do que vinha acontecendo na região do Apodi, na região de Mos-

soró, na região do vale, mas hoje tenho informações de que a cidade de Caraúbas, mais especificamente na região que fica próxima ao açude Apanha-Peixe também já passa por uma situação preocupante. O Prefeito já está tomando todas as medidas necessárias, já visitou a área, porque esse açude forma um lago muito intenso e tem em seu entorno cerca de três mil famílias...

A preocupação é que esse fato das ranhuras, das falhas que existem na parede que contêm as águas já vem de algum tempo. No ano passado, também houve essa preocupação, mas, infelizmente, o Governo, passado um ano, não tomou nenhuma providência, não fez nenhum reparo. E agora, com as chuvas, novamente o reservatório está sangrando, com dez metros acima da sua sangria normal, e a população começa a se preocupar. O Prefeito está preocupado, angustiado, porque, infelizmente, mais uma vez, o tempo passou e o Governo do meu Estado não tomou as precauções, não fez as devidas correções que deveriam ter sido feitas no tempo oportuno, no tempo da estiagem.

Isso, infelizmente, deixa-nos indignados, porque, após a enchente do ano passado, Senador Expedito, ainda há estradas onde a ponte não foi refeita, onde ainda passamos por desvios. Isso ocorreu no ano passado. E os recursos que o Governo Federal garantiu, porque nós aprovamos uma medida provisória, não chegaram a tempo e não sei onde ficaram, porque os Municípios têm dito que, infelizmente, não chegaram esses recursos para fazer a recuperação, a restauração, a reconstrução, e o próprio Governo do Estado também tem dito que falta o aporte financeiro, que não chegou conforme as necessidades para atender ao que foi destruído.

Portanto, fica aqui, mais uma vez, o nosso apelo ao Governo Federal. Não podemos deixar que coisas aparentemente pequenas, por falta de ação, por falta de uma diligência no momento certo, se transformem num grande problema lá na frente.

Então, deixo aqui, mais uma vez, o meu apelo para que as providências que estão sendo levantadas pela Defesa Civil Municipal, pelas Prefeituras Municipais, sejam recebidas e imediatamente atendidas. Que se desburocratize e não se criem as maiores dificuldades, as maiores barreiras. Muitas vezes, deixa-se de atender a um Município por questões plenamente superáveis num momento de emergência e de calamidade. Que isso seja estendido não somente a meu Estado, mas a outros Estados que estão, inclusive, em situações mais difíceis, como Maranhão e outras regiões, seja com seca, seja com enchente.

Fica aqui, mais uma vez, a nossa vontade de ver, neste País, o Governo chegar realmente na hora da necessidade com mais eficiência e agilidade.

Muito obrigada, Senador Expedito. Era isso que eu queria expor mais uma vez, alertando este Plenário e o Senado Federal para que possamos, em conjunto, cobrar do Governo Federal essa agilidade importante e necessária para atender principalmente às nossas regiões. Somos das regiões que precisam de atenção especial e de maior agilidade, porque queremos fazer do Brasil um país mais justo, com menos desigualdades sociais.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Rosalba Ciarlini, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Expedito Júnior. Bloco/PR – RO) – Senadora Rosalba, eu gostaria de ser solidário a V. Ex^a, assim como fiz com o Presidente Sarney, que fez um apelo hoje aqui a todos nós Senadores para que nos engajássemos nessa luta de ajuda e solidariedade ao Estado do Maranhão. Então, não poderia ser diferente com V. Ex^a, que trata essa questão da calamidade pública.

A seca você até se prepara para ela, mas para a enchente eu nunca vi ninguém se preparar, porque ela acontece de repente e, infelizmente, acaba com o sonho, com a vida de muitos brasileiros.

Então, eu não poderia deixar também de ser solidário aqui com V. Ex^a, com aqueles que V. Ex^a representa, com galhardia, nesta Casa, os nossos irmãos do Rio Grande do Norte.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Expedito Júnior. Bloco/PR – RO) – Com a palavra o penúltimo orador inscrito, o Senador Mão Santa.

Dizem que os últimos serão os primeiros, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Expedito Júnior, que preside esta sessão de 28 de abril, iniciada às 14 horas, serei breve. Senador Expedito Júnior – e está ali o nosso Senador João Pedro, que representa o Partido dos Trabalhadores –, nós temos que louvar o entusiasmo, o otimismo do nosso Presidente da República, Luiz Inácio.

É muito bom o entusiasmo, o otimismo, o ânimo, mas a realidade é outra. Vamos ver a realidade: a realidade não é essa euforia de dizer que temos dinheiro, que vamos emprestar para o FMI, não. Nós

temos muitas dívidas. A dívida com os velhinhos, os aposentados. Todos nós clamamos e esperamos que, no dia 13 de maio vindouro, este Congresso renasça na credibilidade, resgatando o justo salário dos velhinhos aposentados. E também essas calamidades que aparecem. Nós fomos Prefeitinho, fomos Governador de Estado. Daí, temos prudência quando vimos, ouvimos o entusiasmo de nosso Presidente Luiz Inácio, muitas vezes estimulado por alorados irresponsáveis e incapazes e inconsequentes.

Atentai bem. Está aí a enchente, e eu já vi vários hoje se lamentarem. Então, não podia deixar o Piauí, que é o que sofre mais, porque é o mais mal governado Estado deste Brasil. Todos os índices entraram em decadência. Eu os deixei, todos os índices, vencendo os do Maranhão e de muitos da Paraíba, do Rio Grande do Norte, mas agora o Piauí está sofrendo a mesma coisa.

Há no Piauí 19 rios, seis perenes, 100 lagoas, e Teresina é uma cidade mesopotâmica. O rio é o Poty e vem do Ceará e se junta com o rio Parnaíba, esse mesmo que está causando as enchentes. O Maranhão tem outros rios, mas o Parnaíba é o maior, não digo que nos separa, que nos une. Ele tem 1.458 km. Então, esse mesmo rio – de Teresina, descendo, Teresina ao litoral – é uma calamidade só.

Primeiro, a hidrelétrica foi obrigada a abrir as eclusas, lá em Boa Esperança. Então, todas as cidades abaixo dela, a própria extraordinária Floriano, Amarante, Palmeiras... E Teresina sofre duplamente, porque está entre dois rios, é mesopotâmica, apesar do esforço do Prefeito, que é um Prefeito muito trabalhador, uma equipe extraordinária.

E tenho experiência para dizer isso, Luiz Inácio. Está pior agora. Mas muito pior! Muito pior! Porque tinha a Sudene, Expedito Júnior. A Sudene tinha o *know-how* de ajudar os Governos de Estado, as cidades que sofrem. E a Sudene está no meio desses vetos aí, não renasceu com isso tudo.

E eu mesmo, para dizer ao Luiz Inácio, tenho que contar: sofremos uma grande enchente. Era Ministro de Integração Regional o Cícero Lucena – Cícero Lucena, do PMDB da Paraíba. De chofre, ele chegou e me entregou – não foi conversa, não; não foram palavras, não – um cheque de US\$5 milhões, o dólar era valorizado. Então, com esse dinheiro, com o Prefeito de Teresina Francisco Gerardo, nós fizemos logo dois conjuntos habitacionais para os alagados: um foi chamado de Wall Ferraz e no outro colocaram o nome de Mão Santa. Milhares e milhares e milhares de casas. E o restante ainda do dinheiro entreguei aos prefeitos das cidades ribeirinhas.

As cidades de União, de Barras, onde hoje Manoel Rêgo está sofrendo, um grande e extraordinário Prefeito, porque há muita água, muitos rios; e, descendo, a cidade de Porto, a cidade de Matias Olímpio, Buriti dos Lopes, Esperantina, Luzilândia, Paranaíba mesmo, porque o rio Parnaíba, antes de se lançar no mar, se abre em cinco rios, um dos quais é o rio Igaraçu, que envolve a cidade de Parnaíba. Então, todos esses que estão abaixo do encontro do Poty com Parnaíba, e o Poty que veio com as águas do Ceará, estão sofrendo.

Então, é isso que nós queremos pedir. E já entramos em contato com os Ministros do PMDB, que podem nos ajudar. O Geddel Vieira, o Temporão, porque sempre isso é acompanhado de problemas de saúde, de epidemias, e o próprio Reinhold Stephanes, porque, depois disso, esperamos pelo menos recuperar na agricultura. Há que se ter apoio, dar semente. De qualquer maneira, essas enchentes, como a gente via no Nilo, na seca, se houver uma inteligência, uma ação pronta, eficiente, pode haver uma recuperação dos prejuízos.

Mas são inúmeras as casas, inúmeras as residências tombadas nessas cidades ribeirinhas: Ilha Grande, Santa Isabel. E todas, a Prefeita Joana D'Arc, a Prefeita de Luzilândia, a Prefeita de Buriti dos Lopes, a Janaína, a Ivana, todas elas estão – vamos dizer – dando seus melhores esforços.

Então, nós viemos aqui, com toda a convicção, pedir ao Presidente da República para colocar lá, também, uma atenção especial, como foi dada ao Estado de Santa Catarina, que é do Sul, e mereceu, e o País todo se desdobrou. O próprio Presidente da República foi lá e sobrevoou, minimizando as calamidades das enchentes. Que seja feito o mesmo para o Nordeste, que essa atenção seja dada ao Piauí. Então, nós solicitamos que ele recoloque o Exército. Porque o Exército lá... O Piauí é um Estado privilegiado nesse sentido, pois tem dois Batalhões de Engenharia de Construção para as reconstruções das estradas, das pontes. A Marinha tem uma Capitania dos Portos... Nessa hora, tem recursos também e uma estrutura para socorrer os alagados.

São essas as nossas palavras, Presidente Expedito. E faço o mesmo apelo, chorando e clamando, para que o Presidente da República não ouça os alorados. A realidade é esta. Ninguém escolhe o momento em que se vai governar. E o momento é este; não é de entusiasmo, é de trabalho, é de solidariedade, é de apreço e realidade.

Então, o Piauí está a precisar das atenções de nosso ilustre Presidente da República, Luiz Inácio. Está um caos! Um caos, porque o Governo do Estado

era caótico, e agora a natureza está rigorosa, mesmo diante da bravura do homem e da mulher do Piauí que enfrentam todas as adversidades.

O SR. PRESIDENTE (Expedito Júnior. Bloco/PR – RO) – Como último orador inscrito, com a palavra, por dez minutos, o Senador João Pedro, grande representante da região Amazônica.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Expedido, que está presidindo esta sessão e passando a Presidência ao Senador Mão Santa.

Sr's e Srs. Senadores, há poucos dias o Presidente da República esteve visitando do seu Estado, Senador Expedito, Rondônia – acho que faz mais ou menos um mês a visita do Presidente Lula. Estou chegando – saí do aeroporto, cheguei de Manaus – e, no dia de ontem, o Presidente Lula passou mais uma vez, é a décima segunda viagem do Presidente Lula, nos sete anos de governo, a Manaus ou ao Amazonas. No dia de hoje o Presidente viajou bem cedo para o Acre.

O que quero dizer com isso? Primeiro, dizer do gesto do Presidente da República em visitar a Amazônia. Há um mês visitou Rondônia; ontem, Manaus; hoje, o Acre. Penso que é de fundamental importância para o Governo central fazer a visita em Estados fronteiriços, em Estados estratégicos lá da Amazônia.

O dia de ontem, Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, Sr's Senadoras, foi um dia muito bonito para o Amazonas. Primeiro, porque a agenda do Presidente Lula começou com uma visita a uma obra que vai ser uma obra magnífica, exuberante e importante para a região metropolitana de Manaus, porque vai ligar Manaus ao Município de Iranduba. É uma ponte sobre o Rio Negro, de 3,6 mil metros. É mais uma ousadia da nossa engenharia. Mas, Presidente, essa obra vai a todo vapor. Eu tenho aqui os jornais: são duas mil pessoas na obra. Duas mil pessoas trabalhando na obra da ponte que liga Manaus ao Município de Iranduba.

Visitou, em seguida, um terminal do porto de Manaus, no bairro de São Raimundo, em Manaus. Também é uma obra estruturante, porque vai dar qualidade para o embarque, para o desembarque nesse ponto da cidade de Manaus. Manaus é uma cidade de dois milhões de habitantes, e vai ser muito importante para os passageiros. A água, os rios no Amazonas são estradas; um bom porto é como se tivéssemos, aqui no Centro-Oeste, uma boa rodoviária. Então, penso que é uma obra também de relevância para Manaus, para a região.

Mas o Presidente terminou a sua agenda, primeiro, num bairro histórico na cidade de Manaus, inaugurando um hospital de 71 leitos e casas, tipo

apartamento, para hansenianos, pessoas vítimas de injustiças, de compromisso com a saúde pública. E por fim, à noite, o Presidente inaugurou o Conjunto Habitacional Cidadão IX. Foram quinhentas casas. A Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) concedeu o terreno, e foram construídas quinhentas casas de 33 metros quadrados, populares, simples, mas de um grande simbolismo, porque corrigem desigualdades.

Estou muito satisfeito com a agenda do Presidente Lula no dia de ontem.

Concedo o aparte ao Senador Expedito Júnior, de Rondônia.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador João Pedro, eu estava de saída e percebi que V. Ex^a estava chegando do Amazonas, estava chegando de Manaus. E eu sabia da agenda do Presidente Lula no Amazonas, até por conta da ida do Governador Ivo Cassol a Manaus. V. Ex^a destaca a importância da presença do Presidente Lula na nossa região, na região amazônica, mas eu gostaria de enfatizá-la um pouquinho mais. Na ida do Presidente Lula ao Estado de Rondônia – veja a importância, V. Ex^a falou da inauguração de um hospital –, em uma audiência, em uma reunião com o Governador Ivo Cassol – e falei isso hoje –, falou-se sobre a construção de um hospital no interior do Estado. Hoje, temos um problema: só na capital damos atenção aos moradores do interior. E eu disse hoje no meu pronunciamento que o melhor hospital do interior são as ambulâncias, levando os pacientes para a capital. E, na visita do Presidente Lula ao Estado, o Governador questionou e mostrou esse projeto ao Presidente. Na semana seguinte, por determinação do Presidente Lula, o Ministro Temporão estava já no Estado de Rondônia, numa visita ao Governador...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Em qual Município?

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – No Município de Cacoal. Na semana seguinte ele esteve... E hoje – o Governador está votando agora para cá –, às 16 horas, exatamente, o Governador já deu a ordem de serviço para a conclusão da obra do hospital de Cacoal, onde nós vamos, só de leitos de UTI – porque temos muita dificuldade no interior –, vamos ter 27 ou 28 leitos de UTI no Município de Cacoal. E nós não temos, nós temos muita dificuldade. Morrem pessoas. Nós perdemos pessoas, vidas, por conta de falta de estrutura, falta de UTI, falta de hospitais. Eu só estou destacando isso para mostrar a importância da ida do Presidente Lula aos Estados. E essa peregrinação que ele está fazendo, essas visitas...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Mais do que a ida, a realização, o começo de uma obra importante que é um hospital.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Mais do que a ida, é verdade. E essa é uma obra que se iniciou em governos anteriores. Essa era uma obra inacabada. Essa obra tem... Se você imaginar, acho que já pagaram essa obra umas duas ou três vezes. Perdoem-me os governos que já passaram pelo meu Estado, mas pagaram essa obra umas duas ou três vezes, e estava lá aquele elefante branco no Município de Cacoal. Graças a Deus, ao Presidente Lula e à determinação da Ministra Dilma, também – é importante que se diga isso, é uma pessoa determinada –, nós estamos retomando, dando reinício a essa obra tão importante para o Estado de Rondônia. Então, eu gostaria de aproveitar a oportunidade em que V. Ex^a destaca a ida do Presidente Lula ao Amazonas e pegar carona no seu pronunciamento para mostrar o quanto é importante...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Considero importante o esclarecimento de V. Ex^a no que diz respeito à obra de um hospital. Hospital é vida, é saúde pública, é compromisso, é prevenção, enfim. A construção de um hospital em Rondônia, na Amazônia, para mim, é um feito que não merece outra palavra senão reconhecimento, o reconhecimento de que, no Estado brasileiro, o dinheiro público vai para obras relevantes como essa. Quero elogiar a junção das forças políticas de Rondônia, a agilidade do Ministério da Justiça...

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Ministério da Saúde.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – ...Ministério da Saúde, perdão, em construir um hospital em um Município importante que é Cacoal, lá em Rondônia.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Temos um desafio pela frente naquela nossa região, para finalizar. É importante a ida do Presidente. Precisamos concluir a obra da 319, que liga o Estado do Amazonas ao Estado de Rondônia e ao resto do mundo. Então, é muito importante. Sabemos que temos um Ministro que fala à altura e que nos representa muito bem, que é o Ministro Alfredo Nascimento. É demais importante a visita do Presidente Lula constatando os problemas e de imediato dando soluções. Quero parabenizar o pronunciamento que V. Ex^a faz já na noite de hoje.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Agradeço pelo aparte de V. Ex^a, que ajuda a esclarecer as ações inúmeras do Governo na Amazônia. E eu estava cometendo uma omissão no meu registro, porque o Presidente Lula se reuniu com todos os Governadores, com exceção do Governador do Acre, porque estava esperando o Presidente, mas todos os Governadores,

Ana Júlia, Ivo Cassol, os Governadores de Roraima, do Amapá, todos eles estiveram... O Presidente Lula entregou, com outros Governadores, títulos definitivos, em uma parceria do Estado com...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Mais um minuto e encerro, Sr. Presidente. Quatro mil, duzentos e oitenta títulos definitivos começaram a ser entregues – o Presidente não entregou todos, mas estão ali prontos, e as duas instituições, o Governo do Estado e o Incra estão entregando esses títulos. Foi um ato muito bonito em que esteve presente o Ministro Guilherme Cássio, o Ministro das Cidades Márcio Fortes. A Ministra Dilma fez hoje um balanço do PAC com Prefeitos, com Governadores, com vários Ministérios, coisas acontecendo. E o Presidente Lula foi enfático: a BR-319 vai sair no seu Governo.

O Ministro Alfredo Nascimento saiu, evidentemente, muito contente, porque esse é um compromisso do Ministério, mas não é só um compromisso do Ministro, meu ou seu – e V. Ex^a acaba de dizer, como Senador, da importância da BR-319 –, mas é um compromisso de governo. A BR-319 sairá e dentro de marcos regulatórios que possam dignificar uma estrada, uma BR na Amazônia, sem comprometer a questão ambiental. A BR-319 não é para destruir a Amazônia, mas para qualificar a vida na Amazônia. Essa é a nossa expectativa. O povo que vive ao longo dessa BR a merece. E todos nós, amazonenses, rondonienses, merecemos a BR, porque ela vai ligar essa região ao Brasil.

Concedo, mais uma vez, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador João Pedro, com a benevolência do nosso Presidente, Senador Mão Santa, V. Ex^a tocou em um assunto que eu não posso deixar de comentar, que é a questão da regularização fundiária. O Governador de Rondônia, inclusive, foi chamado ao Amazonas, a Manaus, exatamente porque o Presidente, parece-me que com a presença também do Ministro Mangabeira,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – ...iria tratar, entre outros assuntos, também da questão fundiária da Amazônia. Eu acho que é importantíssimo. Eu tenho dito sempre que a nossa região é terra de ninguém, porque nós não temos documento, principalmente o Estado de Rondônia, em que mais de 80% das propriedades não são documentadas. E hoje o Ministro Mangabeira iria passar o dia em Rondônia já tratando com o Governador, porque ele veio, parece-me, ontem de Manaus. Posou ontem...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Ele estava na comitiva.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – É. E iria ficar hoje, o dia, em Rondônia, tratando exatamente das questões de convênios entre os Estados e a Federação. Então, é muito importante que se dê prioridade à regularização fundiária da Amazônia.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Agradeço pelo aparte de V. Ex^a e encerro, Presidente, dizendo da aflição de milhares de brasileiros por conta da cheia no Amazonas. Os Prefeitos, a Associação dos Prefeitos, o Prefeito Jair Souto, conversaram com o Presidente Lula, relatando a dramaticidade de dezenas, de centenas de famílias ao longo dos rios por conta da cheia. O Presidente Lula prestou solidariedade e determinou aos ministros toda a atenção ao nosso Estado. Eu quero dizer da alegria do povo de Manaus, dos amazonenses, por conta das obras do Governo Federal, por conta das obras em parceria com os Prefeitos, com o Governador Eduardo Braga. Enfim, as coisas estão andando. É verdade que muito precisa ser feito, mas o Governo do Presidente Lula... Aliás, o Presidente Lula, como Presidente, voltou pela 12^a vez ao Amazonas. É um gesto importante de carinho e de atenção para com aquela região.

Eu espero que, até o término do Governo do Presidente Lula, obras estruturantes, obras sociais possam fazer com que o povo do Amazonas melhore ainda mais o seu padrão de vida e tenha uma avaliação mais positiva do Governo Central, do Governo Federal, no que diz respeito ao desprezo em relação àquela região. O Presidente Lula tem quebrado com essa postura, com esse compromisso, com esse olhar do Governo Central com a Região Amazônica, por conta da presença de seus ministros, por conta da presença do Presidente andando, dormindo, conversando com a população, com as lideranças, com os setores da economia. Isso ganha o Brasil e ganha a Amazônia.

Eu quero parabenizar o Presidente Lula por mais essa agenda robusta que valorizou e que qualifica o seu Governo, e o povo do Amazonas melhora o seu padrão...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, eu estou abusando, mas quero, primeiro, dizer, neste encerramento – saí correndo do aeroporto –, da minha certeza de que V. Ex^a estaria aqui de plantão para terminar mais uma sessão, mais uma noite. Então, houve uma hora em que a Presidência passou para o Senador Expedito, e eu disse: “O que aconteceu? O Senador Mão Santa foi para casa? Não é possível!”

Mas não, V. Ex^a saiu para falar e volta para a Presidência para dar oportunidade para que possamos falar às 9 horas da noite, evidentemente que com a

colaboração dos incansáveis servidores do Senado da República, que estão, mais de 9 da noite, 21 horas, trabalhando aqui conosco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Expedito Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois eu quero é me inspirar em V. Ex^a e poder agradecer ao Presidente Luiz Inácio, se ele visitar o Piauí, que está em calamidade, com as enchentes.

E, para terminar, recebi muitos *e-mails*, Senador Expedito Júnior, quando eu fiz os mil discursos dessa tribuna. O Pelé fez mil gols. Ele homenageou as crianças. O Romário fez mil e homenageou as crianças deficientes. Então, eu prestei uma homenagem ao Pedro Simon e colhi dele um decálogo para orientar a juventude brasileira a fazer boa política. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Estadista, fez um livro com esse fundamento. E esse decálogo é comum, o próprio Deus nos deu os Dez Mandamentos, Benjamin Franklin, Abraão Lincoln tem, Carlos Magno e Pedro Simon. E recebi muitos *e-mails*, muitos *e-mails* do País todo, principalmente do Rio Grande do Sul, parabenizando-nos e pedindo para reproduzir.

Então, eu vou, para encerrar a sessão, ler o Decálogo, quer dizer, uma orientação do Pedro Simon à juventude que deva abraçar a política:

1. Amar e respeitar o próximo como a si mesmo.
2. Não usar o sagrado dinheiro público em vão.
3. Colocar o bem comum acima de qualquer interesse individual.
4. Honrar a confiança depositada nas urnas.
5. Jamais ser omissos no cumprimento da função política.
6. Trabalhar para que a Justiça seja igual para todos, independentemente de raça, credo e condição social.
7. Este está na Lei de Deus, mas, no Decálogo de Deus, é o quarto: “Não furtar”. Isto é muito oportuno hoje.
8. Empenhar todos os esforços para que a fome seja erradicada no Planeta. Luiz Inácio também teve uma inspiração nesse sentido, com o Fome Zero.
9. Desenvolver os melhores valores e transformar-se em referência positiva para as gerações futuras.

10. Comprometer-se, fielmente, com a verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade. O próprio Cristo também disse: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida".

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, quero fazer o registro, hoje, de um trabalho extremamente importante para o Estado de Roraima e, por consequência, para a Região Norte de nosso País.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao Plano de Aplicação de Recursos do Banco da Amazônia, referente ao ano de 2009, montado especialmente para o Estado que tenho a honra de representar nesta Casa.

O Plano, Sr^as e Srs. Senadores, é fruto do Encontro Estadual de Planejamento realizado em 16 de setembro de 2008, no auditório do Sebrae em Boa Vista. Um encontro organizado e coordenado pelo Banco da Amazônia, e do qual participaram agentes públicos e privados que atuam na economia do Estado. Um encontro em que ficou plasmado o compromisso de todas as instituições participantes com o desenvolvimento sustentável da Região como um todo e, mais especialmente, do Estado de Roraima.

Com base nas discussões então realizadas e em criteriosos estudos posteriores, o Banco da Amazônia elaborou um documento que detalha o Plano de Aplicação de Recursos, e que está estruturado em seis capítulos.

No primeiro capítulo, fala-se das oportunidades econômicas e dos desafios enfrentados pela Região Amazônica. Uma Região, Sr. Presidente, com mais de 5 milhões de quilômetros quadrados. Uma Região que corresponde a 60% do território nacional e abriga nove Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Uma Região em que vivem 24 milhões de pessoas, dos quais 60% em áreas urbanas.

Quanto às oportunidades, são citados, evidentemente, o vastíssimo patrimônio natural, a biodiversidade animal e vegetal, as riquezas minerais, o potencial hidrelétrico e as perspectivas para o agronegócio.

Já no que diz respeito aos desafios que se apresentam ao processo de desenvolvimento regional, o documento destaca a implantação de uma infraestrutura econômica capaz de facilitar a armazenagem, o escoamento e a comercialização da produção; a pro-

moção do devido ordenamento territorial; a melhoria dos serviços de assistência técnica; e, finalmente, a capacitação tecnológica dos setores produtivos.

No capítulo seguinte, são elencadas as ações estratégicas do Banco da Amazônia para o desenvolvimento regional sustentável, com destaque para o estímulo às microempresas, às empresas de pequeno porte, à pesca e à aquicultura; o incentivo ao turismo regional e à formação de arranjos produtivos locais; a valorização da cultura amazônica; a participação no Programa Banco para Todos; e o apoio à agricultura familiar, ao agronegócio regional, ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – e ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado.

O terceiro capítulo, Sr. Presidente, trata do meio ambiente como fator de competitividade nos negócios sustentáveis. O documento deixa bem explícita a política socioambiental do Banco da Amazônia, ressaltando que ela obedece a critérios de categorização dos clientes segundo os conceitos orientadores de indução, salvaguarda e exclusão.

Destaque especial é dado ao Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e os bancos públicos federais, um deles o Banco da Amazônia.

A partir desse ponto, Sr^as e Srs. Senadores, o Plano de Aplicação de Recursos passa a cuidar especificamente do Estado de Roraima e de suas prioridades econômicas.

Seleciona como arranjos produtivos prioritários a fruticultura, a indústria madeireira, a cultura da mandioca e de grãos – com destaque para arroz, milho e soja –, a pecuária de corte e leite, a apicultura e a piscicultura.

Mas o Plano, sabiamente, deixa claro que a priorização desses setores não exclui a possibilidade de atendimento, pelo Banco da Amazônia, de outros arranjos produtivos locais, cadeias produtivas e aglomerados econômicos, desde que suas atividades sejam pautadas pelos princípios do desenvolvimento sustentável.

A programação financeira, Sr. Presidente, é detalhada no quinto capítulo. Para o exercício de 2009, estima-se que sejam aplicados no Estado de Roraima R\$121,7 milhões. Desse total, a maior parte virá do FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, operacionalizado por meio de três programas: o de fortalecimento da agricultura familiar, o de financiamento para manutenção e recuperação da biodiversidade amazônica e o de financiamento do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Também estão incluídos, nesse total, recursos que virão do FAT – o Fundo de Amparo ao Trabalhador, do BNDES – o Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social, do Orçamento Geral da União e da carteira de sustentação econômica do Banco da Amazônia.

Adicionalmente, também deverão ser disponibilizados recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, o FDA, cuja dotação em 2009, para investimentos na Amazônia, é de 980 milhões de reais.

Por fim, Senhoras e Senhores Senadores, em seu sexto e último capítulo, o Plano de Aplicação de Recursos do Estado de Roraima trata dos resultados esperados.

Em termos qualitativos, prevê-se para a economia do Estado uma série de benefícios, entre os quais a elevação do Produto Interno Bruto, a ampliação da base produtiva e da arrecadação fiscal, a melhoria da infra-estrutura econômica e social, o aumento das oportunidades de emprego, a redução do êxodo rural, a melhoria do abastecimento interno, a geração de excedentes exportáveis e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

Para os beneficiários diretos dos investimentos, estima-se a elevação da renda real, a melhoria da qualidade de vida e, principalmente no caso dos pequenos produtores, a criação de oportunidades de emprego para os familiares.

Quanto aos consumidores, é evidente que serão beneficiados pela expansão da oferta de produtos e pela maximização de renda resultante da redução dos preços relativos.

Haverá reflexos positivos, ainda, no meio ambiente, já que somente serão contemplados com recursos os processos produtivos concebidos em bases sustentáveis.

O próprio Banco da Amazônia, Senhor Presidente, resultará beneficiado, na medida em que as ações empreendidas tendem a fortalecer-lo institucionalmente e a consolidá-lo como agente financeiro fomentador do desenvolvimento sustentável da Região.

Em termos quantitativos, o Plano de Aplicação de Recursos prevê o financiamento de 5.332 beneficiários/projetos, dos quais 4.914 com recursos de fomento e 418 com recursos de sustentação econômica.

Esse, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o trabalho que julguei oportuno trazer ao conhecimento desta Casa. Um trabalho que, seguramente, será de grande valia para o desenvolvimento de meu Estado, e por cuja elaboração eu gostaria de cumprimentar, na pessoa do Presidente Abílias José de Sousa Júnior, todos os diretores e funcionários do Banco da Amazônia. Roraima, tenho certeza, muito deve a esses exemplares trabalhadores.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência vai encerrar a sessão do Senado da República, toda coordenada aqui pelo nosso assessor, intelectual e técnico, Dr. João Pedro. Agradeço a todos os funcionários na pessoa do Zezinho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 29, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 2, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 449, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2009, que altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873 de 23 de novembro de 1999, e 11.171, de 2 de setembro de 2005, revogando dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892,

de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 449, de 2008).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 28.02.2009)

Prazo final prorrogado: 13.05.2009

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 3, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 450, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2009, que *autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 11.805, de 6 de novembro de 2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004; e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES recursos captados junto ao Banco International para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD* (proveniente da Medida Provisória nº 450, de 2008).

Relator revisor: Senador César Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 6.03.2009)

Prazo final prorrogado: 19.05.2009

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 4, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 451, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2009, que *altera a legislação tributária federal e dá outras providências (altera a tabela progressiva do Imposto de Renda; concede subvenção econômica às micro e pequenas empresas e empresas de aquicultura e pesca de Santa Catarina; indenização por invalidez)* (proveniente da Medida Provisória nº 451, de 2008).

Relator revisor: Senador Marconi Perillo

(Sobrestando a pauta a partir de: 12.03.2009)

Prazo final prorrogado: 25.05.2009

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 5, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 452, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2009, que dá nova redação à Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, que *cria o Fundo Soberano do Brasil - FSB, e à Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, que autoriza o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT a executar obras nas rodovias transferidas a entes da Federação, e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 452, de 2008).

Relator revisor: Senador Eliseu Resende

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.03.2009)

Prazo final prorrogado: 01.06.2009

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 6, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 453, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2009, que *constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 453, de 2009).

Relator revisor: Senador Fernando Collor

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.03.2009)

Prazo final prorrogado: 01.06.2009

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 7, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 454, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2009, que dá nova redação aos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que *transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União* (proveniente da Medida Provisória nº 454, de 2009).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.03.2009)

Prazo final prorrogado: 01.06.2009

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

9

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/1999, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho - CLT.

Parecer sob nº 94, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

10

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure),

que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 95, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

11

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 93, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

12

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 205, DE 1996**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996 (nº 3.777/1997, naquela Casa), do Senador Sérgio Machado, que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor (a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem conter informações ao consumidor).

Parecer favorável, sob nº 165-A, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 245, DE 1999**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1999 (nº 3.469/2000, naquela Casa), de autoria da Senadora Emília Fernandes, que acrescenta artigos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer me-

canismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que especifica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77.

Parecer favorável, sob nº 1.156, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior.

14

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 23, DE 2000

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2000 (nº 4.623/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Osmar Dias, que *altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas.*

Parecer nº 778, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com adequação redacional.

15

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 170, DE 2003

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2003 (nº 4.701/2004, naquela Casa), do Senador Almeida Lima, que *dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos e privados.*

Parecer favorável, sob nº 898, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2005 (nº 1.165/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo a obriga-*

gatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, e revoga a Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999.

Pareceres sob nºs 849 e 850, de 2008, das Comissões

- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece; e

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da emenda substitutiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006 (nº 5.434/2005, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Gomes), que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte (determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis de educação básica).*

Parecer sob nº 92, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 116, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2007 (nº 400/2007, na Casa de origem, do Deputado Dagoberto), que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a divulgação dos autos de infração e a cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo.*

Parecer favorável, sob nº 1.066, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 78, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2008 (nº 708/2007, na Casa de origem, do Deputado Rodrigo Rollemberg), que *estende os incentivos especiais de que trata o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e pecuária.*

Parecer sob nº 963, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Gilbero Goellner, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 110, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2008 (nº 2.181/2007, na Casa de origem, do Deputado Rogério Lisboa), que *dá nova redação aos arts. 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (participação do defensor público na lavratura de escrituras públicas).*

Parecer favorável, sob nº 73, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 112, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2008 (nº 3.446/97, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci),

que *cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 65, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Neuto de Conto, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais terreas, nos programas nele mencionados.*

Parecer favorável, sob nº 67, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

24

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 - COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

25

REQUERIMENTO N° 231, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a criação de Comissão Temporária, composta por 5 membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 meses, para acompanhamento das*

Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

26

REQUERIMENTO N° 247, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2009, de iniciativa do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Senhores

Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária, composta por seis Senadores para em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão do Senado da República do dia 28 de abril, iniciada às 14 horas.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**Emendas****AO****PROJETO DE LEI
N.º 06/2009-CN****MENSAGEM
N.º 0031, de 2009 – CN
(Nº 00224/2009, na origem)**

Ementa: “Abre ao Orçamento de Investimento para 2009 crédito especial no valor total de R\$ 43.549.795,00 (quarenta e três milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e setecentos e noventa e cinco reais), em favor da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, para os fins que especifica.”

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00001
PL 006/2009-CN
Mensagem 0031/2009-CN**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN - 06/2009 - CN

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DAS VIAS DO AEROPORTO, NO MUNICÍPIO DE MACAE, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 20.000.000,00 (VINTE MILHÕES DE REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 52000

UNIDADE: 52212

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.781.0631.1M32.XXXX

VALOR R\$ 20.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 52000

UNIDADE: 52212

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.781.0631.1M32.0033

VALOR R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR RECURSOS FINANCEIROS PARA EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DAS VIAS DO AEROPORTO, NO MUNICÍPIO DE MACAE, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. COM ISSO, VAI MELHORAR O ALONGAMENTO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DESSE AEROPORTO, MELHORANDO O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DA REGIÃO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE, COM O OBJETIVO PRINCIPAL DE POUSO E DECOLAGEM DAS AERONAVES DE MÉDIOS E GRANDES PORTES, DESAFOGANDO OS DEMAIS AEROPORTOS DO ESTADO, AJUDANDO SENSIVELMENTE OS FORNECEDORES DA PETROBRÁS, QUE É A BASE PRINCIPAL DE CARGAS E DESCARGAS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO SILVIO LOPES

RJ

PSDB

DATA

ASSINATURA

20/04/2009

Silvio Lopes

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00002****PL 006/2009-CN**

Mensagem 0031/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI**

06/2009

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de Trabalho do Ministério da Defesa 52000-Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária- INFRAERO-52212 recursos necessários a expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Orlando Bezerra de Moraes, em Juazeiro do Norte-CE

Acréscimo

UO 52212

Título: Expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Orlando Bezerra de Moraes, em Juazeiro -CE

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND:04

Mod:30

Cancelamento

UO 52212

Funcional Programática :26.781.0631.1P68.0032

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND:04

JUSTIFICAÇÃO

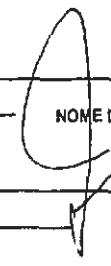
O Aeroporto Orlando Bezerra de Moraes, em Juazeiro do Norte-CE, não deixa de crescer,no primeiro trimestre deste ano foi apresentado um crescimento de cerca de 33% no número de passageiros,necessitando urgentemente da expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO



Marcelo Teixeira

CE

PR

DATA

ASSINATURA

20/04/2009

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00003

PL 006/2009-CN

Mensagem 0031/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

06/2009

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

De acordo com esse Crédito Especial destinado à Infraero – Ministério da Defesa – 52212, sugiro as seguintes alterações:

Aumentar o valor da Expansão da Infra-estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Fortaleza – No Estado do Ceará
Funcional Programática – 26.781.0631.1F60.0023
GND – 4 INV Modalidade – 90
Valor: R\$ 4.000.000,00

Diminuir o valor da Recuperação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Galeão (RJ) – No Estado do Rio de Janeiro
Funcional Programática – 26.781.0631.1M32.0033
GND – 4 INV Modalidade – 90
Valor: R\$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda é de suma importância para melhoria da Infra-estrutura do setor aeroportuário do Aeroporto Internacional de Fortaleza, no qual desenvolverá uma maior segurança do setor, além de proporcionar uma maior qualidade do setor turístico e, consequentemente um aquecimento na economia local.

CÓDIGO

108

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Zé Gerardo

UF

CE

PARTIDO

PMDB

DATA

22/04/2009

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00004

PL 006/2009-CN
Mensagem 0031/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN 06, de 2009

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Suplementar

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA

UNIDADE : 52212 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

Funcional Programática: 26.781.0631.XXXX.XXXX

Ação – Ampliação da Infraestrutura Aeroportuária do Aeroporto de Cururupu - Construção do Hangar do Aeroporto de Cururupu – no Estado do Maranhão

GND 4; MOD 90; Fonte 495

Valor R\$ 1.500.000,00

Cancelar

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA

UNIDADE : 52212 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

Funcional Programática: 26.781.0631.1M32.0033

Ação – RECUPERACAO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO DO GALEAO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GND 4; MOD 90; Fonte 495

Valor R\$ 1.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para a construção de um terminal de passageiros, e um hangar para pequenos aviões no Aeroporto de Cururupu. Como somos um portão de entrada para 9 (nove) municípios, muitas vezes os passageiros ficam esperando outros transportes na beira da pista.

O Município de Cururupu, está localizado na mesorregião do Norte Maranhense, na microrregião do Litoral ocidental maranhense, com altitude de 12 m, distando da capital maranhense São Luis em linha reta 100,1045 KM, com área de 935,59 km², é hoje o portal de entrada da Floresta dos Guarás, principal ponto turístico do litoral ocidental maranhense, com suas belas ilhas, suas reentrâncias, e extensos manguezais, transforma a região em um dos mais belos cartões postal do litoral maranhense.

Recentemente nosso aeroporto foi agraciado pela ANAC com a reforma e reestruturação da pista de pouso, com uma pista asfaltada de aproximadamente 2.000 m, com pátio de estacionamento de aeronaves, e iluminação noturna; o que nos permitirá aumentar o numero de vôos que recebemos diariamente com turistas, malotes, transporte de enfermos, etc.; e até uma pretensa linha de São Luis a Cururupu com escalas em outros municípios.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GASTÃO VIEIRA

MA

PMDB

DATA

ASSINATURA

27.04.09

Gastão Vieira

**EMENDA À PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00005
PL 006/2009-CN
Mensagem 0031/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	006/2009	1 DE 1

TEATRO

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

ÓRGÃO: 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52212 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
FUNC/PROGR. 16.781.0631.1M32.0033 - IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ILS, QUE TEM COMO
FINALIDADE FORNECER A DIREÇÃO CORRETA DA PISTA PARA O POUSO DAS AERONAVES NO
AEROPORTO INTERNACIONAL GOVERNO JOSÉ RICHA EM LONDRINA-PR.

VALOR: R\$ 4.000.000,00

GND: INV

MOD: 90

CANCELAR

ÓRGÃO: 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52211 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
FUNC/PROGR. 16.781.0631.1M32.0021 - RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO DO
GUAÍRA-PR
VALOR: R\$ 4.600.000,00
GND: INV
MOD: 90

JUSTIFICAÇÃO

A EMENDA VISA ATENDER A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO - ILS NO AEROPORTO
INTERNACIONAL DE LONDRINA - TENDO EM VISTA QUE SUA INEXISTÊNCIA PROVOCA ATRASOS E CANCELAMENTOS DE
VÔOS DIÁRIOS, ESPECIALMENTE NO PERÍODO DO INVERNO E DAS CHUVAS. O VALOR ESTÁ BASEADO EM
ESTIMATIVA DE MERCADO.

CÓDIGO

445

NOME DO PARCEIRO

ALEX CANZIANI

CP

PR

PARTIDO

PTB

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO N° 201, DE 2007, ADITADO PELOS REQUERIMENTOS N°s 217 E 1.324, DE 2007, 515 E 1.391, DE 2008, COMPOSTA DE 11 SENADORES RESTITULARES E 7 SUPLENTES, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO

EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ 8 DE NOVEMBRO DE 2007

ATA DA 24ª REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 24ª Reunião, realizada em 7 de abril de 2009, às dezessete horas e quarenta e três minutos na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, com a presença dos Senadores **Heráclito Fortes (DEM-PI) – Presidente, Inácio Arruda (PCdoB-CE) – Relator, Valdir Raupp – (PMDB-RO), João Pedro (PT-AM), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Jefferson Praia (PDT-AM), Demóstenes Torres (DEM-GO), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP)**, na oportunidade foram apreciados os seguintes Requerimentos:

NÚMERO	EMENTA	AUTOR	ASSUNTO	RESULT
254/09	Requer ao Governador do Estado do Piauí a relação de nomes e respectivos CPFs dos especialistas que trabalharam na execução do contrato firmado com a FINATEC em 2003.	Sen. Heráclito Fortes	Informações	APROV
255/09	Transferência dos sigilos bancário e fiscal do INSTITUTO TÉCNICO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E COOPERATIVISMO – ITAC, CNPJ N° 07.083.496/0001-53, no período de 2006 a 08.11.2007.	Sen. Heráclito Fortes	Transferência de Sigilo	APROV
256/09	Transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do CENTRO DE FORMAÇÃO E PESQUISA CONTESTADO – CEPATEC, CNPJ N° 78.497.211/0001-79, no período de 01.01.2003 a 08.11.2007.	Sen. Heráclito Fortes	Transferência de Sigilo	APROV

257/09	Transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal da CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, CNPJ Nº 68.342.435/0001-58, no período de 01.01.2003 a 08.11.20	Sen. Heráclito Fortes	Transferência de Sigilo	APROVADO
258/09	Transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA - ANCA, CNPJ Nº 55.492.425/0001-57, no período de 01.01.2003 a 08.11.20	Sen. Heráclito Fortes	Transferência de Sigilo	APROVADO
259/09	Transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal da COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ Nº 01.440.209/0001-39, no período de 01.01.2003 a 08.11.20	Sen. Heráclito Fortes	Transferência de Sigilo	REJEITADO
260/09	Transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal da COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DE REFORMA AGRÁRIA DE SANTA CATARINA, CNPJ Nº 02.145.432/0001-16, no período de 01.01.2003 a 08.11.20	Sen. Heráclito Fortes	Transferência de Sigilo	REJEITADO
261/09	Transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PEQUISA EM REFORMA AGRÁRIA, CNPJ Nº 00.763.006/0001-10, no período de 01.01.2003 a 08.11.20	Sen. Heráclito Fortes	Transferência de Sigilo	REJEITADO
262/09	Transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal da COOPERATIVA CENTRAL DE REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ Nº 00.163.867/0001-68, no período de 01.01.2003 a 08.11.20	Sen. Heráclito Fortes	Transferência de Sigilo	REJEITADO

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): 24ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento 201, de 2007, aditada pelo Requerimento 217, de 2007, e o Requerimento 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007, composto de 11 senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de 180 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais, ONGs, e para organizações da sociedade civil de interesse público, OSCIPs, bem como a

utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidas do exterior, a partir do ano de 99 até a data de 8 de novembro de 2007.

Ata de reunião passada encontra-se sobre a Mesa, colocando em votação, propondo a dispensa da sua leitura. Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Comunico a decisão tomada por essa Presidência de dar prosseguimento às convocações, estando, portanto, convocado para o dia 14 de abril, os Srs.

Antônio Pereira das Chagas e Paulo César Farias, responsáveis pelo Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural Sebastião Rosa da Paz. Autoria do Senador Alvaro Dias.

Requerimento. Para o dia 14, também, para prestar depoimento nessa Comissão de Inquérito, o responsável legal pela organização não governamental, Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical e Agricultura Familiar Sebastião Rosa da Paz, é no mesmo sentido.

Senador Mozarildo Cavalcanti: *"Nos termos do art. 90, do Regimento Interno, requeiro a oitiva do Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, servidor da Fundação Nacional de Saúde, membro da Confederação dos Trabalhadores nos Serviços Públicos Federais"*, para o dia 16.

Para o dia 16, a Sra. Lisane Bufquin, proprietária do Grupo IOS Informática, com sede em Brasília, para comparecer a esta Comissão de inquérito, a fim de esclarecer a utilização de recursos federais recebidos através do contrato firmado entre a FINATEC e a INFRAERO, no ano de 95.

Requeiro... Requerimento de autoria...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Qual o ano, Sr. Presidente, o ano de...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O ano?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): 95, com depósitos efetuados até janeiro de 99. É, não... Não atinge a jurisdição de V. Exa., não.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não estou preocupado com jurisdição, Presidente.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Prestado depoimento Srs. Antônio Pereira das Chagas e Paulo César Farias... Não, esse já foi lido.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Paulo César Farias?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Já morreu, Presidente. Esse já morreu, Presidente. É outro? Tem outro?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): *In memoriam.*

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos, depois, colocar em votação alguns requerimentos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, nós temos uma série de requerimentos já aprovados

para fazermos oitivas nesta CPI. Eu tenho uma relação aqui de 11, 12 requerimentos aprovados e não fizemos essas oitivas. Nós precisamos fazê-las.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos fazê-las sim.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não fizemos e depois de tantas quantas reuniões marcadas, ainda no dia de hoje, dois horários. Eu penso que isso não ajuda na apuração, não ajuda na dinâmica desta CPI e nós somos, não mais... Conclamados a trabalhar, porque a gente tem que concluir isso, mas nós somos chamados a dedo. V. Exa. passa no Plenário diz: "Olha, vai ter reunião agora, às 17h00". Eu, sinceramente, eu estou incomodado por conta desse encaminhamento, não é por conta da apuração não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu tenho aqui a relação dos requerimentos de 168, 145, 183, enfim, tem 11 requerimentos aprovados.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São requerimentos já aprovados.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Já aprovados e para nós fazermos oitivas e ninguém consegue andar e nós já vamos, evidentemente que...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nos já estamos... Exatamente o que nós marcamos aqui agora é exatamente para dar continuidade, nós já estamos fazendo as convocações.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, nós precisamos, eu já participei de várias CPIs, aqui com o meu colega Demóstenes, nós temos que fazer uma reunião administrativa para ordenar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. há de convir que essa Presidência tem feito todos os esforços possíveis para isso e não tem conseguido. Daí, porque essa decisão de hoje tomarmos algumas providências administrativas.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A providência é votar requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma delas.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós estamos acumulando requerimentos sem fazer as oitivas já aprovadas ano passado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. fique absolutamente tranquilo que nós daremos... Faremos um calendário lógico para essas questões.

Item 36. Transferência de sigilo bancário e fiscal do Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo-ITAC, CNPJ nº 07.083.496/001/53 no período de 2006 a 2007. Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O presente requerimento deve ser submetido a votação nominal, Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Valdir Raupp. Senador João Pedro. Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Requer do Governo do Estado do Piauí a relação dos nomes e respectivos CPF dos técnicos que trabalham ou trabalharam na execução do contrato firmado com a FINATEC em 2003, Senador Mozarildo Cavalcanti. Votação simbólica. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado, com o voto contra do Senador João Pedro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Transferência do sigilo bancário, telefônico e fiscal, Centro de Formação e Pesquisa Contestado, CEPATEC, no período de 1º de janeiro de 2003 a 8 de 11 de 2007, em votação.

Senador Mozarildo, Senador Valdir Raupp, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Contra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Jeferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senhor Relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aprovado

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Transferência de sigilo banco telefônico e fiscal da Confederação da Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Período: 1 de 1 de 2003 a 1 de 11 de 2007.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, por favor, essa cooperativa é de onde? Eu estou votando o quê mesmo?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

[risos].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Brincadeira, meu irmão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Item 38.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 38. V. Exa. tem inclusive aí em mãos... Na realidade...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Qual é o número do item?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): 258.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Do item? DO item? Não...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): E essa tem CNPJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E V. Exa. tem, inclusive, todos os dados aí na justificativa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, não tem. Eu sou contra.

Qual é o problema, hein?

Sr. Presidente, tem alguma no requerimento, V. Exa

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Reforma Agrária do Brasil.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V. Exa. apresenta no requerimento algum... Suscita alguma irregularidade, alguma ilegalidade? Para justificar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. tem aí todas as justificativas do Gabinete

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu posso justificar essas duas cooperativas aqui, eu conheço bem a CONCRAB.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, o autor é o Heráclito Fortes.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu sou o assessor dele.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu estou perguntando para o autor, pelo amor de Deus!

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V. Exa. tem cara de senador e não tem de assessor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Quero ser assessor do Presidente, agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aliás, eu quero comunicar a V. Exa. que são assinaturas solidárias de alguns requerimentos de senadores que não estão mais aqui ou deixaram a comissão. Não sou responsável por nenhuma delas, apenas assumi como Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Apenas para esclarecer, sobre essas duas cooperativas, a ANCA virá a seguir, é o item 40.

Nós tivemos uma CPI, denominada CPI da Terra, eu tive a satisfação de presidir. E nós constatamos irregularidades que foram confirmadas pelo Tribunal de Contas da União nessas cooperativas.

Os convênios celebrados com os ministérios, os recursos eram desviados para outros fins, havia desvio de finalidade e o Tribunal de Contas conferiu e determinou a devolução de cerca de 18 milhões de reais envolvendo, exatamente, estas duas cooperativas, a CONCRAB e a ANCA e mais o ITERRA, do Rio Grande do Sul.

Nós poderíamos dissertar sobre o modelo, essas cooperativas que se constituíram, na verdade, em suporte financeiro do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra, do MST, nós tivemos oportunidade de identificar, inclusive, pessoas que eram utilizadas, na forma que se denominou chamar no Brasil, de "laranjas", para sacar dinheiro na boca do caixa, a exemplo do que ocorria no escândalo do "mensalão".

Portanto há razões suficientes para que se quebre o sigilo bancário e fiscal dessas cooperativas.

Eu não... Senador João Pedro, eu não tenho nenhum intuito a não ser colaborar com o Senador Heráclito Fortes, que propõe essa quebra de sigilo e realmente há justificativas até porque nós não tivemos ainda a confirmação, não houve ainda a informação de que esses recursos foram devolvidos aos cofres públicos. Houve a determinação do Tribunal de Contas para que esses recursos fossem devolvidos, mas não houve ainda informação alguma a respeito da devolução desses recursos.

Portanto razões existem para a quebra do sigilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Continuando a votação, quero saber.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É sobre o processo?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente. É um problema de... Nós podemos fazer o que a gente quiser, porque nós podemos aprovar, rejeitar, não tem problema nenhum.

Mas o Senador Alvaro Dias lembrou bem, no início da CPI, que nós discutimos esse assunto da CPI da Terra. Por que? Porque um conjunto grande de entidades, principalmente as entidades ligadas às organizações que lutam por reforma agrária, sem-terra, cooperativas, elas foram alvos de uma CPI quase que exclusiva, exclusiva, para tratar só dessas entidades.

Então, nós estamos submetendo exatamente essas mesmas entidades, que já foram alvo desse exame, lá na CPI da Terra, e dos procedimentos adotados pela CPI, muitas delas já ou responderam a processos no Tribunal de Contas, que foram examinados pela CPI, depois tiveram os seus sigilos quebrados, naquela CPI

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só para colaborar, um aparte.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que já resultou num relatório da CPI, com os devidos encaminhamentos para o Ministério Público, Tribunal de Contas, Polícia Federal e procedimentos que deveriam ser adotados para poder corrigir, digo assim, a ação dessas entidades.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Permita um aparte, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E nós fizemos essa abordagem no início da CPI exatamente para a gente não ficar revivendo uma outra CPI, a gente aproveita uma CPI para reviver as outras CPIs.

Aquilo que a gente não conseguiu, digamos assim, em termos políticos, lá, vamos reviver na CPI aqui.

Então, por isso que eu estou querendo entender por que nós estamos trazendo de volta... Porque eu estou olhando a relação abaixo, que segue, também as entidades são todas que foram examinadas lá.

Não é, digo assim, uma coisa nova, é o assunto de lá que nós estamos trazendo para cá.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): V. Exa. concede um aparte, Senador?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Apenas para dizer que essa CPI terminou no início de 2005; há fatos novos de 2005 a 2009, são quatro anos. Não houve a correção dos procedimentos indicados pela CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E é produto de uma auditoria inclusive do TCU.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sequer houve a devolução aos cofres públicos dos recursos apontados como desviados das suas finalidades. Então,

se justifica plenamente a solicitação do Senador Heráclito Fortes, porque há reincidência, o que agrava.

Então, há a necessidade, sim, de investigar essas cooperativas; não há por que não investigá-las.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro, o problema todo é esse, é que precisava a gente ter apontado no requerimento pelo menos um fato novo.

Senador Álvaro, V. Exa., na condição de senador, não de assessor, poderia nos ter anotado pelo menos um fato novo, porque aí nos ajudaria. O que eu estou entendendo é que nós estamos apenas...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O requerimento foi elaborado pelo Senador Heráclito Fortes, e eu creio que o requerimento é uma peça, apenas. Eu creio que o requerimento oral também tem importância na CPI.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Mas, pelo menos...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A justificativa oral, se a justificativa do requerimento não está completa, há possibilidade de se complementar oralmente, como eu estou fazendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não só ela está completa, como ela está clara, meu caro relator. Veja bem, é para verificação dos recursos repassados a entidades que foram... Praticados de maneira diversa da sua destinação legal.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, não... Sr. Presidente, com todo o respeito que eu tenho por todos os nossos colegas, eu estou afirmando que nós tivemos uma CPI exclusiva para tratar dessas instituições, que foram examinadas aqui, que tiveram o sigilo bancário quebrado nessa CPI passada, da Terra, e nós estamos trazendo essas mesmas entidades para um reexame, com o argumento que existe um fato novo, mas, no requerimento, não existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós não temos que nos reportar a fato anterior, nós estamos nos reportando.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não estou falando do anterior. Não estou falando do anterior.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O Senador Heráclito Fortes fala do Tribunal de Contas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Que, recentemente, divulgou relatório. Recentemente. Não é anterior a 2005. O relatório, recentemente, divulgado pelo Tribunal de Contas, dando conta do desvio de recursos. Então, há justificativa para o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos continuar então o processo de votação, com as devida vênia.

O Senador Mozarildo

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós estamos com qual requerimento: é o 258 ou o 257?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): 258. Senador Valdir Raupp. Não, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Demóstenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senadora Lúcia Vânia. Senador relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Voto não, pelos argumentos que já apresentados.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quantos foram, então?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Três votos "não".

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Três votos não. V. Exa., no próximo, porque, quando chegou, já estava iniciado o processo de votação, e o Senador... Já estava em discussão.

Então, o Senador Mozarildo votou nessa

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós temos quórum?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Hein?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós temos quórum?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Temos quórum.

Item 39. Transferência de sigilo bancário, telefônico e fiscal da Associação Nacional de Cooperação Agrícola, no período de janeiro de 2003 a agosto de 2007. Em votação. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V.

Exa. percebeu que eu, na última votação, havia aqui ouvido o relato do Senador Alvaro Dias, o parecer do Senador Inácio Arruda, o diálogo entre diversos senadores, e, simplesmente, definiu que eu, embora fosse aqui o titular, não poderia estar votando.

Eu agradeço se V. Exa. puder consultar o regimento interno, a história do Senado, para saber se, em

alguma situação, em qualquer comissão, durante os anos em que V. Exa. é senador, se algum Presidente de Comissão, tendo V. Exa. chegado ainda no início da discussão – é fato que ela tinha começado – mas daí V. Exa., tendo observado que eu prestei atenção, e daí V. Exa. diz que eu não poderia votar.

V. Exa. em alguma situação, ouviu um Presidente do Senado, no Plenário, ou Presidente de Comissão, transmitir a um senador que ele não tem o direito de votar, embora seja o titular? Eu só agradeço...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero deixar V. Exa. bem à vontade. As nossas biografias estão em jogo e o Brasil está nos vendo. O processo de votação já tinha sido iniciado, ele já tinha inclusive se manifestado, suspendeu porque o companheiro levantou a questão de ordem. Mas se V. Exa., por uma firula regimental para proteger uma causa, quer revirar o regimento e [ininteligível]... Não, não, eu suspendo a votação e faço de novo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O senador tem direito de votar, Presidente, em qualquer situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas o processo já estava iniciado, companheiro, nós já estávamos... Eu já tinha ouvido o voto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu quero... Se... Se...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. quer que refaça a votação?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se o senador ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Faz bem à V. Exa.?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se o Senador Mozarildo Cavalcanti já havia votado, eu não vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se fizer bem à V. Exa., eu quero que V. Exa. fique em paz.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não é questão... Eu só... É que eu me senti, assim, um pouco...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tanto é que eu preveni.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estupefato, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu tive tanto cuidado, Senador Suplicy. Eu tive tanto cuidado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com todo respeito e carinho pelo Senador Mozarildo, se ele já havia votado, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós já tínhamos tomado o voto do Se-

nador Mozarildo, do Senador Valdir Raupp, e o Senador João Pedro levantou a questão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. havia votado, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, muito bem...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tanto é, Senador Suplicy, eu me preocupo muito com a biografia de V. Exa..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Faz muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E, às vezes, quando V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem esses cuidados, eu me preocupo. Porque nós estamos sendo ouvidos pelo Brasil inteiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu não sabia que ele já havia externado o seu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já tínhamos tomados dois votos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E, portanto...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, o Raupp voltou depois que Suplicy tinha chegado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, está certo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se ele já havia votado, então, eu vou... Eu respeito a decisão de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tanto é, Senador Suplicy, que eu, então, determinei, comuniquei a ele

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está encerrada a polêmica.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Comuniquei a ele que o próximo voto ele já não daria, porque V. Exa. tinha chegado. Eu lamento que os afazeres de V. Exa. são tantos que V. Exa. chegou atrasado, graças a eficiência da assessoria do seu partido, dizendo que havia número, mandou convocá-lo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. sabe que eu estou inscrito para fazer pronunciamento importante no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Item 39. Pois é. Em votação o item 39.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu dei uma opinião, eu quero manter a mi-

nha opinião. Quer dizer, não é possível... Claro que um problema de... Se você quiser estabelecer a maioria e votar do jeito que quiser, ok, mas não há sustentação nos requerimentos, sinceramente.

Quer dizer, nós podemos votar, porque há uma decisão política e nós vamos votar ao arrepião, está certo, do regimento e da Constituição.

Porque você não tem justificativa para aprovar esse requerimento, pelo menos escrita no requerimento e na justificativa escrita.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Embora... Questão de opinião não, é questão regimental. Você não pode, você não pode aprovar um requerimento, seja para quem for, seja para quem for. Eu estou examinando todos os requerimentos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Depende dos olhos que veem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Depende dos olhos não. O regimento e a Constituição manda que tem que ter justificativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É o item 39.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu já estava, inclusive, tomando o voto

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Você não pode aprovar [sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu estava inclusive tomando o voto do Senador Suplicy.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Você não pode aprovar, sinceramente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu sou contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Contrário?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não é possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): 4 a 4. Sendo da competência do Presidente desempatar as votações, voto sim.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): 4 a 4, desempatou já.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 40. Transferência de sigilo bancário, telefônico e fiscal da Cooperativa de Prestação de Serviço Técnico do Rio Grande do Sul.

Período: 1/01/2003 a 8/11/2007. Em votação.

Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, vou me abster. Preciso de mais esclarecimentos em relação à questão

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): 4 a 3.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não 4 a Sim 3, rejeitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Transferência de sigilo bancário e Tele-

fônico Fiscal da Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina. Período de 1 de 1 de 2003 a 8 de 11 de 2007.

Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):

Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador Valdir Raupp. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr.

Presidente, vou me abster.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador relator?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Esta rejeitado o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Transferência do sigilo bancário, telefô-

nico e fiscal do Instituto Técnico de Capacitação e Re-

formação Agrária. Período de 1 de janeiro de 2003 a 8

de 11 de 2007.

Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):

Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador Valdir Raupp. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Abs-

tenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Abstenção. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senhor relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Não.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

4 a 3 e uma abstenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): 4 a 3, rejeitado.

Transferência do sigilo bancário e telefônico e fiscal da Cooperativa Central de Reforma Agrária do Estado de São Paulo, Senador Suplicy, o Estado de V. Exa.. Período de 1/01/2003, a 8/11/2007.

Senador Suplicy, como vota?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):

Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador Valdir Raupp. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Me abstendo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Senador relator, não. 4 a 3, está rejei-

tado o requerimento.

Era a pauta. Temos, portanto, aprovado o Requerimento nº 35, 36, 37, 38 e 39. Confere?

Rejeitado: 40, 41, 42 e 43.

Indago dos senhores senadores se há algum asunto que queiram trazer à pauta da comissão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu vou só...

Eu já registrei, o relator não se encontrava, mas nós precisamos, Presidente, senhores membros, fazer uma

reunião, uma reunião administrativa para a gente fazer as oitivas, fazer um acerto de encaminhamento para fazer as oitivas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): V. Exa. tem toda a razão, tanto que

nós já marcamos 4 oitivas e vamos em comum acordo

com o relator, ter uma conversa para dar sequência às oitivas.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V. Exa. é de um estado vizinho do Piauí, por favor... Maior, com mais tradição. Por favor, vamos acertar isso e fazer as oitivas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos, portanto, então, convocar uma nova reunião para terça-feira próxima, às duas da tarde. Está bom, duas horas? Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com as oitivas já?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Hein?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com as oitivas já?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Oitiva está marcado dia 14.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não dá para antecipar, não, essa oitiva?

Sessão encerrada às 18h11. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO N° 201, DE 2007, ADITADO PELOS REQUERIMENTOS N°s 217 E 1.324, DE 2007, 515 E 1.391, DE 2008, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTES,

DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999

ATÉ 8 DE NOVEMBRO DE 2007

ATA DA 25^a REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 25^a Reunião, realizada em 14 de abril de 2009, às dezoito horas e trinta e três minutos na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos Senadores **Heráclito Fortes (DEM-PI)** – Presidente, **Inácio Arruda (PCdoB-CE)** – Relator, **Wellington Salgado – (PMDB-MG)**, **João Pedro (PT-AM)**, **Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**, **Sérgio Guerra (PSDB-PE)**, **Jefferson Praia (PDT-AM)**, e **Eduardo Suplicy (PT-SP)**, na oportunidade foram apreciados os seguintes Requerimentos:

Número	Ementa	Autor	Resultado
250/08	Requer que o Ministério da Justiça encaminhe a esta CPI, no prazo de 5 dias, o relatório da Secretaria Nacional de Justiça, sobre a atuação das ONGs na Amazônia Legal.	Sen. Heráclito Fortes	APROVADO
251/08	Requer que o Ministério da Justiça encaminhe a esta CPI, no prazo de 5 dias, os nomes das ONGs em que foram apuradas irregularidades no relatório da Secretaria Nacional de Justiça, sobre a atuação dessas entidades na Amazônia Legal.	Sen. Heráclito Fortes	APROVADO
252/08	Requer que o departamento de Polícia Federal encaminhe à CPI, no prazo de quinze dias, cópia dos autos do inquérito da Operação Fariseu.	Sen. Heráclito Fortes	APROVADO

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento 201, de 2007, adiada pelo requerimento 217, de 2007 e o requerimento 1324, de 2007, lido em 08.11.2007, composta de 11 senadores titulares e 7 suplentes. Destinada a apurar, no prazo de 180 dias, a liberação de recurso, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações Não Governamentais – ONG -, e para Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs -, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por ela recebido no exterior, a partir do ano de 99 até a data de 8 de novembro de 2007. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa, coloco à votação, propondo a dispensa da sua leitura. Os que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de oitivas aprovado e marcado para essa semana.

Requerimento do Senador Mozarildo Cavalcante, oitiva do Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, servidor da Fundação Nacional de Saúde, membro da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público, CONDSEF, o membro encontra-se viajando, devendo chegar na próxima semana; portanto, adiado.

Requerimento do Senador Álvaro Dias, Antônio Pereira das Chagas, Representante do Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural, Sebastião da Rosa Paz, ele não foi localizado. Requerimento do Senador Sibá Machado, que convoca Lisane Bufquin, proprietária do Grupo IOS Informática, aguardando ofício dessa Comissão.

Requerimentos aprovados.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É, Senador Sibá Machado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, esse requerimento do Senador Sibá Machado, que passou por essa Casa e realizou um grande trabalho, eu quero dizer à V. Exa. que nós não temos mais interesse, por conta de que ele perdeu a importância. Então, eu estou pedindo para que seja...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo concordância de todos, vou colocar em votação, seria a retirada do convite.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Do convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Os senhores, que aprovam, permaneçam como se encontram

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pois é, ele está...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aprovada.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas a reunião de hoje, ela foi... V. Exa. está submetendo alguns requerimentos, mas ela foi chamada...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que esses aí é para as oitivas, que eram requerimentos que já tinham sido apreciados.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ah, sim... Mas nós vamos voltar para a pauta, que é uma reunião administrativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É, mas temos aqui três requerimentos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mais?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, para votação. Estavam na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É, não exige votação nominal. É o 250: “Requer o Ministério da Justiça que encaminhe essa CPI, no prazo de cinco dias, o relatório da Secretaria Nacional de Justiça sobre a atuação das ONGs na Amazônia Legal”. É requerimento, relatório que já existe no Ministério da Justiça.

Os senhores, que estão de acordo, permaneçam como se encontram.

Aprovado. 251: “Requer o Ministro da Justiça que encaminhe essa CPI, no prazo de cinco dias, o nome das ONGs em que foram apuradas irregularidades no relatório da Secretaria Nacional de Justiça, sobre a atuação dessas entidades na Amazônia Legal”. Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Requer que o Departamento de Polícia Federal encaminhe à CPI, no prazo de cinco dias, cópia dos autos do inquérito da Operação Fariseu. Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Operação o quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fariseu.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É o que é isso?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Castelo de Areia.

[pronunciamento fora do microfone] Fariseu, o que foi essa operação?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos ver aqui.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Castelo de Areia já fez um estrago. Agora, Fariseu.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Entidades filantrópicas que tiveram algum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está pronto, está feito o esclarecimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É

252. A Polícia Federal investigou, a partir de março desse ano, fraude na concessão de Certificado de Filantropia, para fins de isenção do pagamento de contribuições sociais, é isso. Satisfeito? Com a palavra o Sr. Relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, nós temos um conjunto de requerimentos aprovados, que precisam da realização das oitivas, e que eu gostaria de propor que nós fizéssemos uma bateria nesse sentido, incluindo, se possível, já na próxima quinta-feira, se for possível, nós colocarmos as pessoas que já foram aprovadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Podem apresentar sugestões.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Depois, para esta primeira, se fosse possível, nós teríamos que vir aqui com a nossa Secretaria de Trabalho, nós temos um requerimento aprovado do Senador Sibá Machado, que eu perguntaria se é um desses que foi retirado ou não: *“Que requer que seja convidado o Procurador da República, Sérgio Gardenghi Suiama, para prestar esclarecimentos sobre a Fundação Renascer”*. Um segundo, que é do Senador Álvaro Dias

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós vamos manter esse requerimento. Nós vamos manter.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Manter? Pela manutenção.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Álvaro Dias requer convocação de Fábio Rodrigues Rolim, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social. E o Senador Raimundo Colombo que faz a convocação do Sr. Cleônides de Sousa Gomes, para esclarecer sobre o seu envolvimento com a Editora Universidade de Brasília. Eu acho que três oitivas já tomariam bastante o nosso... Pra que a gente conseguisse fazer essa convocação desses três.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De acordo? Em votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Três oitivas.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Relator, Excelência está propondo... O relator está propondo que seja.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero democraticamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): definir para quinta-feira.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É porque se a gente não já indicar, entendeu?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A assessoria está informando que, para quinta-feira, não dá, por causa da logística de convocação.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Tem acordo, Presidente?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, eu proponho que seja quarta e quinta da outra semana, porque fazemos dois dias, aí aumentamos a lista, porque o senhor sabe que tem o feriado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Quantas pessoas são?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): São três, que a gente vai ver bateria de três. Então, um dia só, três e mais três seguintes.

Está certo?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dois dias de reunião seguida?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, três num dia, três no outro. Quarta-feira, dia 22, três.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esses três para quarta-feira.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para quarta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Da próxima semana. Está ok?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Deixa eu só fazer uma observação, Presidente? V. Exa. está com um espírito mais democrático do que da reunião anterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, de maneira nenhuma.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V. Exa. tirou o voto do Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, não. Eu estou de bem.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Todo mundo de bem. Qual é minha proposta? Minha proposta, Presidente: ora, o relator está apresentando aí seis oitivas, dois dias de trabalho. O que eu quero dizer? Quais são as outras três? Nós levantamos três. A gente tem que ir afunilando no sentido de colocar a prioridade da prioridade. Eu acho que esses três requerimentos que nós não aprovamos, mas, por unanimidade, nós estamos ajudando a montar informações relevantes para a CPI

fazer essa conclusão, de a gente fazer uma prioridade dos próximos três, mas a gente ir fechando essas oitivas, para a gente concluir esse trabalho. Aí eu gostaria que o relator apresentasse, Senador Inácio Arruda, esses três, as três oitivas que fosse fundamental, para a gente chegar a uma conclusão. Inácio, eu estou propondo que V. Exa. levante as três prioridades

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. está coberta de razões. A gente faria essas três, reprovados na quarta, e, na quinta-feira, faríamos, traríamos aqui o General Maynard, de Santa Cruz, do Comando da Amazônia.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, mas vamos botar mais um, na quinta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mais dois.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mais dois na quinta, pelo menos. Vamos, então, trazer o General, e também vamos trazer o representante dessa UNIEMP, que é que está logo em seguida aqui, que requer convocação da representante legal do Instituto UNIEMP, que era da Senadora Fátima Cleide.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): UNIEMP? O que é UNIEMP?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A gente só descobre quando a pessoa chega aqui. É que você vai ver, de fato, o que a pessoa fez.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já foi aprovado. Na realidade, é só

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O requerimento foi aprovado. É para garantir a oitiva do representante, porque a gente faria três e, no outro dia, dois. Está certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Podemos fazer três também.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Por mim, não tem problema, eu passo o dia inteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem mais alguém aí?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem, tem, tem.

Vamos em frente. Aqui, para agir bem democraticamente, vamos intercalar os requerimentos. Tem aqui o Requerimento que convoca essa representante legal da Angrhamazônica, que é do senador Álvaro Dias, requerimento 134.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Jefferson, o que é Angrhamazônica, tem ideia? Conhece, Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, senhor.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas é da Amazônia, não tem jeito. Ah, é o nome que deve ser Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos colocar, está certo. Para quinta-feira.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): UNIEMP.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o General?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E o General, porque o General é um, a UNIEMP, mais uma terceira. O ideal era isso, era umas cinco mesmo por dia, porque você tem que liquidar isso aqui.

Fechamos essas duas? Três e três, então, ficou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Três e três.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque, dependendo da fala do General, nós podemos passar o dia só com o General.

Depende do que o General for falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aquele da FUNASA continua sem ser encontrado? Não, ele está viajando.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ele chega, a gente marca para outro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ok, fechamos essas duas?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fechamos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E numa próxima bateria a gente resolve na quarta-feira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A nossa CPI está prorrogada até quando?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Primeiro de julho, nós, infelizmente, vamos encerrar os trabalhos, com o apoio do Presidente Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se andarmos um pouco; caso contrário, nós vamos prorrogá-la até dezembro, aí puxando o

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Chega, né, Presidente?

Chega. V. Exa. já prorrogou três vezes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, pode prorrogar quatro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se for prorrogar novamente, tem que incluir o ano de 2007 e 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): 2007, 2008, a ideia é essa. Se não

chegarmos ao entendimento e não avançarmos, aí nós prorrogaríamos, puxando para 2007/2008.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E eu só apoio qualquer prorrogação se incluir esses dois antes; se não incluir, eu não apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, exatamente. Então, já temos aqui o apoio do relator.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vamos encerrar?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mais algum assunto? Nada havendo a tratar, eu agradeço sinceramente a presença dos senhores.

Sessão encerrada às 18h46. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO N° 200, DE 2008, DE AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA E OUTROS SENHORES SENADORES, COMPOSTA DE SETE TITULARES E CINCO SUPLENTES, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 145 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA, NO PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, APURAR A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE “PEDOFILIA”, BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO.

ATA DA 37^a REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 37^a Reunião, realizada em 19 de março de 2009, às quinze horas e trinta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos: **Requerimento n° 249/09**, requer o adiamento da Audiência Pública da CPI da Pedofilia que será realizada no Município de Catanduva-SP, no próximo dia 17/03/2009, para 18/03/2009, em virtude de reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai; **Requerimento n.º 250/09**, requer seja convocada para prestar esclarecimentos a esta CPI, na condição de testemunha, a Delegada Maria Cecília de Castro Correia Sanches, da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) e **Requerimento n.º 251/09**, requer seja convidada como palestrante para Audiência Pública, Representante do Hospital Pérola Byington.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente
Sérgio Zambiasi (PTB-RS)
Romeu Tuma ((PTB-SP)
José Nery ((PSOL-PA)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Havendo quorum regimental, declaro em nome de Deus, aberto os trabalhos da CPI da Pedofilia que visa investigar abuso no Brasil.

Passamos a votar requerimentos importantes para as investigações que acontecerão em Catanduva, a partir do dia 18. São requerimentos que são feitos após a Operação Fênix feita pelo Gaerco de São Paulo, junto com a CPI, e são nomes de pessoas.

Requeiro nos termos regimentais que seja convocada para prestar esclarecimento a esta CPI, na condição de testemunha, a Delegada Maria Cecília de Castro Corrêa Sanches, Delegada de Defesa da Mulher. Os Senadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado. Requeiro nos termos regimentais que seja convidado como palestrante para a audiência pública, representante do Hospital Pérola Byington de São Paulo.

Notícia publicada na imprensa dá conta de 43% dos atendimentos diários no Hospital Pérola Byington em São Paulo, são de grávidas estupradas com menores de 12 anos. Torna-se necessário aquilar a dimensão do problema para estudar e propor as medidas. Os Senadores que aprovaram, permaneçam como estão.

Aprovado. Há um requerimento do Senador Tuma que não precisamos votar, porque, de fato, estamos decididos que começaremos dia 18.

Gostaria de incentivar, de fazer uma palavra de incentivo à Assembléia Legislativa do Pará, à sua CPI, ao seu relator, ao seu presidente, a palavra de encorajamento a que não se atemorizem, a que não cedam às pressões. Eu sei que elas são fortes, e é difícil um momento como esse, mas a causa é nobre, a causa é uma causa da vida, é causa de criança, é causa de família. Lamento, agora depois da nossa saída que continuam chegando denúncias contra o Deputado Luiz Sefer do Pará. E outros casos que começam a acontecer, e que estavam escondidos e começam vir à tona.

Registro o comunicado do Senador José Nery, esse do Mário Couto, Senador Mário Couto do Pará, registro o recebimento, e a CPI, certamente, tomará as providências. Determino que esse documento também seja enviado à CPI local, a CPI do Pará.

Não havendo nada mais a ser tratado, está encerrada a sessão.

Senador **Magno Malta**, Presidente.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1686 , de 2009

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF nº 6123/09-0,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 1592, de 2009, que cessou o pagamento dos proventos de aposentadoria ao servidor OLAVO NERY CORSATTO, da seguinte forma: onde se lê "1473/200-TCU-Segunda Câmara", leia-se "1473/2009-TCU-Segunda Câmara".

Senado Federal, em 28 de abril de 2009

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1687 de 2009

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 00863/09-2 resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, ANGELA AURELIANO, matrícula 27550, ocupante do cargo de Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens das Resoluções-SF nºs. 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 28 de abril de 2009.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1735 , de 2009

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF nº 004678/09-5,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 1477/2009, que aposentou o servidor **RAIMUNDO FURTADO MELO**, para incluir a expressão “a partir de 09/04/2009”.

Senado Federal, em 28 de abril de 2009.

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral

Agenda do Presidente José Sarney
28/04/2009
terça-feira

Aniversários:	Juliana Quinderé Riechert (filha José Roberto Neves), Ministro Fernando Gonçalves, Valéria Carvalho Freire dos Santos (Gabinete), Ministro Nilson Vital Naves
10:00	Recebe o Desembargador Charif Oscar Abrão Presidência
11:00	Recebe o Juiz Federal Ney Bello Filho Presidência
11:30	Recebe Alfredo Amador Tonello, prefeito de Brodowski/SP Presidência
12:00	Recebe Daniel Pimentel Slaviero, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) Presidência
16:00	Ordem do Dia Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
- vago* (1)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Moraes*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

1. Em 17.04.2009, a Senadora Roseana Sarney deixou de exercer o mandato de Senadora representando o Estado do Maranhão.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGs

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Jefferson Praia (AM) (16)

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. N° 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. N° 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
 2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
 3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
 4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
 5. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).
 6. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
 7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL
EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE**

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (38)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)
Delcídio Amaral (PT) (36)	2. Renato Casagrande (PSB) (33)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,35)
Tião Viana (PT) (41)	4. Ideli Salvatti (PT) (39)
Marcelo Crivella (PRB) (40)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (29)	6. Expedito Júnior (PR) (4,28)
César Borges (PR) (32)	7. João Ribeiro (PR) (31)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (60,66)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (59,64)	2. Gilvam Borges (PMDB) (58,61)
Gerson Camata (PMDB) (67,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,63)
Valdir Raupp (PMDB) (55)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,63)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,54,56)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,53,70)
Pedro Simon (PMDB) (57,69)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,63)
VAGO (68)	7. VAGO (68)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (48)	1. Gilberto Goellner (DEM) (46)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,42)
Efraim Morais (DEM) (44)	3. Heráclito Fortes (DEM) (49)
Raimundo Colombo (DEM) (50)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (46)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,43)	5. Kátia Abreu (DEM) (45)
Jayme Campos (DEM) (13,47)	6. José Agripino (DEM) (5,51)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	7. Alvaro Dias (PSDB) (26)
João Tenório (PSDB) (24)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,22,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (23,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27)
Tasso Jereissati (PSDB) (23)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (25,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (52)	1. Sérgio Zambiasi (12,52)
Gim Argello (52)	2. Fernando Collor (52)

PDT

Osmar Dias (20)	1. Jefferson Praia (10,21)
-----------------	----------------------------

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Flávio Arns (PT) (3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) (32)
Augusto Botelho (PT) (35)	2. César Borges (PR) (31)
Paulo Paim (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (33)
Marcelo Crivella (PRB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (29)	5. Ideli Salvatti (PT) (28,30)
Roberto Cavalcanti (PRB) (27,60)	6. VAGO (27)
Renato Casagrande (PSB) (27,59,64)	7. José Nery (PSOL) (27,62,63)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (56,67)	1. Lobão Filho (PMDB) (50)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52)	2. Romero Jucá (PMDB) (57)
Paulo Duque (PMDB) (6,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (51)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (53)
Mão Santa (PMDB) (48)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (40)	1. Heráclito Fortes (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (37)
Efraim Morais (DEM) (12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,41)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) (21,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) (25,66)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,65)	6. João Tenório (PSDB) (23)
Papaléo Paes (PSDB) (24)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (22,45)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (19,47)	1. VAGO (18)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaleó Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
29. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
35. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
66. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
PMDB	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
PDT PTB	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
4. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (12)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,4)
Papaléo Paes (PSDB) (11)	2. João Tenório (PSDB) (2,9)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Augusto Botelho (PT) (5)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,10)
PMDB	
Mão Santa (8)	1. Paulo Duque (3)
PDT PTB	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)	1. João Durval (PDT) (7)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
PDT PTB	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PT) (37,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,32)
Aloizio Mercadante (PT) (10,39)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (35)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,74)
Ideli Salvatti (PT) (37)	5. César Borges (PR) (30,52)
Expedito Júnior (PR) (31,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,38,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,64)
Almeida Lima (PMDB) (58,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (61,67)
Gilvam Borges (PMDB) (59,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (60,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (62,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,69,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,57,65)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,68)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (25,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Sérgio Guerra (PSDB) (29,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (25)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (25)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (28,73)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
32. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Flávio Arns (PT) (35)	1. João Pedro (PT) (1,38)
Augusto Botelho (PT) (35)	2. Ideli Salvatti (PT) (37)
Fátima Cleide (PT) (35)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,31)
Paulo Paim (PT) (35,44,65)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,66)
Marina Silva (PT) (33)	6. VAGO (34)
Expedito Júnior (PR) (30)	7. VAGO (34)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (57)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
VAGO (8,16,63,69)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (59)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (61)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (60)	5. Valdir Raupp (PMDB) (55)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,54)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,58)
VAGO (56,64)	7. Lobão Filho (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,45)	1. Gilberto Goellner (DEM) (39)
Marco Maciel (DEM) (50)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,47)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,49)	3. Jayme Campos (DEM) (48)
Heráclito Fortes (DEM) (41)	4. Efraim Moraes (DEM) (40)
José Agripino (DEM) (13,51)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,52)
Adelmir Santana (DEM) (43)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,46)
Alvaro Dias (PSDB) (24)	7. Eduardo Azeredo (PSDB) (26,67)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	8. Marconi Perillo (PSDB) (27)
Lúcia Vânia (PSDB) (29,68)	9. Papaléo Paes (PSDB) (28)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (22)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,42)	1. João Vicente Claudino (42)
Romeu Tuma (42)	2. Mozarildo Cavalcanti (42)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
27. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

39. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
40. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
42. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
44. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
65. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
66. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
67. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papáleo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1. Adelmir Santana (DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) (22)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (22)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (22)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,24,25)
Magno Malta (PR) (2,23)	4. Marina Silva (PT) (24,45)
José Nery (PSOL) (21)	5. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (35,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
VAGO (41,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Gilvam Borges (PMDB) (40)	4. Mão Santa (PMDB) (33)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,34)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (3,32)	1. Heráclito Fortes (DEM) (30)
Rosalba Ciarlini (DEM) (29)	2. Jayme Campos (DEM) (27)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (28)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

- Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
- Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 à GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
33. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
 45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
 46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
 47. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
José Nery (PSOL)	1. Flávio Arns (PT) 2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO 2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (42)	1. Flávio Arns (PT) (40,72)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (38,73)	2. Marina Silva (PT) (45)
João Ribeiro (PR) (43,66)	3. Renato Casagrande (PSB) (46,74)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (44)
Tião Viana (PT) (41,58,70)	5. Augusto Botelho (PT) (22,39,52,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (6)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,69,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (50)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,55)
Demóstenes Torres (DEM) (49)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,57)
Marco Maciel (DEM) (18,29,48)	3. José Agripino (DEM) (23,27,53)
Heráclito Fortes (DEM) (8,56)	4. Kátia Abreu (DEM) (54)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (36)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,37,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (34)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (35)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,51)	1. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Patrícia Saboya (31,60)	1. Cristovam Buarque (20,32,59)

Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
14. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
35. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
39. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
43. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
44. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

45. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
46. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
53. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
54. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
55. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
56. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
57. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
58. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (25)	1. Marina Silva (PT) (18)
Delcídio Amaral (PT) (25,32,57)	2. Paulo Paim (PT) (23,32,60)
Ideli Salvatti (PT) (25)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (16)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. Expedito Júnior (PR) (17)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (20)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB) (54)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,44)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (35,45)
Paulo Duque (PMDB) (53)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,47)
Mão Santa (PMDB) (5,9,51)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (52,56)	5. Francisco Dornelles (PP) (48)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)	6. VAGO (43,55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (26)
Eliseu Resende (DEM) (37)	2. Efraim Morais (DEM) (31)
Heráclito Fortes (DEM) (30)	3. Adelmir Santana (DEM) (34)
Jayme Campos (DEM) (27)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (7,28)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,36)
Mário Couto (PSDB) (41,61)	6. Cícero Lucena (PSDB) (13)
João Tenório (PSDB) (42,58)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (15,59)
Flexa Ribeiro (PSDB) (13)	8. Alvaro Dias (PSDB) (13,62)
Marconi Perillo (PSDB) (40)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor (38)	1. Gim Argello (38)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
16. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
25. Em 16.02.2009, os Senadores Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
26. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
31. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Vago, em virtude do Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
36. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
37. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

43. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,27)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (26)	3. VAGO (23)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (23)
Maoria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)
Valter Pereira (PMDB) (1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (37)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (19)	1. Paulo Paim (PT) (19)
João Pedro (PT) (17)	2. Fátima Cleide (PT) (4.6.20)
Augusto Botelho (PT) (22,27,49)	3. Expedito Júnior (PR) (18)
Magno Malta (PR) (23)	4. Serys Slhessarenko (PT) (21,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,34,37)	1. Romero Jucá (PMDB) (40,48)
Neuto De Conto (PMDB) (35,45)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,43)
Gerson Camata (PMDB) (36,44)	3. Renan Calheiros (PMDB) (42,47)
Valter Pereira (PMDB) (41,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (39,46)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,30)
Raimundo Colombo (DEM) (26)	2. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Kátia Abreu (DEM) (24)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,25)
Jayme Campos (DEM) (8,10,31)	4. José Agripino (DEM) (28)
VAGO (15,53)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (12)
Mário Couto (PSDB) (13)	6. João Tenório (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (14)	7. Marconi Perillo (PSDB) (16)
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma (9,33)	1. Sérgio Zambiasi (33,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.º 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
17. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
18. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
19. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Maltaé é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
28. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
34. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (20)	1. Delcídio Amaral (PT) (18)
Renato Casagrande (PSB) (22)	2. Flávio Arns (PT) (20)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,46)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,43,48)
Valdir Raupp (PMDB) (38,47)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (26)
Demóstenes Torres (DEM) (3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) (23)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (27)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,44)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (25)	1. Fernando Collor (25)
PDT	
Patrícia Saboya (13,33)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

- Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
- Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
- Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.º 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of.º 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of.º 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of.º 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of.º 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of.º 032/09-GLPSDB).
18. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of.º 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of.º 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of.º 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of.º 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of.º 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of.º 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of.º 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of.º 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of.º 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of.º 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of.º 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of.º 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of.º 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of.º 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.º 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of.º 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of.º 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of.º 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of.º 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of.º 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
 Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
PTB	
	1.
PDT	
	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 03/04/2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos e Conselhos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO) ⁽¹⁾**PTB**

VAGO ⁽²⁾**PDT**

Patrícia Saboya (CE)

PR

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 05/03/2009**Notas:**

1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Shhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM/PE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 20.04.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Composição

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maoria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTI ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 12.03.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 20.04.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 212 PÁGINAS